

# crônos

REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFRN

vol. 11 nº2  
jul./dez 2010



**DOSSIÊ**  
**TRANS-FORMAÇÕES EM GÊNERO**

## UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Reitora: Ângela Maria Paiva Cruz

Vice-Reitora: Maria de Fátima Freire de Melo Ximenes

## CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

Diretor: Herculano Ricardo Campos

Vice-Diretora: Maria das Graças Soares Rodrigues

## PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Coordenador: João Bosco Araújo da Costa

Vice-coordenador: Berenice Bento

## CRONOS – REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Editores: Berenice Bento e Orivaldo Lopes Jr

## COMISSÃO EDITORIAL

Prof. Dr. Alexsandro Galeno Araújo Dantas

Profa. Dra. Berenice Bento

Profa. Dra. Cimone Rozendo

Prof. Dr. José Willington Germano

Prof. Dr. José Antonio Spinelli Lindoso

Prof. Dr. Luíz Assunção

Profa. Dra. Norma Missae Takeuti

Prof. Dr. Orivaldo Pimental Lopes Júnior

## CRONOS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN

Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – CCHLA

Av. Senador Salgado Filho, 3000 – Lagoa Nova – CEP 59078-970

<http://periodicos.ufrn.br/index.php/cronos/login>

E-mail: [cronos@cchla.ufrn.br](mailto:cronos@cchla.ufrn.br)

NATAL (RN) – BRASIL/2010

Organização do Dossiê: Jaqueline Gomes de Jesus e Claudiene Santos

Diretora da EDUFRN: Margarida Maria Dias de Oliveira

Editor de imagens: Vitor Pimentel

Gravuras e Desenhos da Capa e do Miolo: Auto retrato de Tamara de

Lempicka

Normalização: Liana Maria Nobre Teixeira

Editoração Eletrônica: Vitor Pimentel

Auxiliar de Editoria: Mona Lisa Silva

A Revista CRONOS, do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais/UFRN, é publicada em Natal – Rio Grande do Norte, com periodicidade semestral. Sua proposta é difundir a pesquisa e a reflexão acadêmicas, relevantes em Ciências Sociais, oriundas de centros de investigação qualificados do Brasil e do exterior, procurando contribuir para o processo de reflexão e debate teórico sobre as transformações fundamentais e os desafios que se processam nas sociedades contemporâneas, na ordem, tanto internacional quanto nacional, regional ou local. A cada número da revista, um dossiê temático anunciará a problemática em discussão, seguido de seções de artigos inéditos de autores inscritos num movimento pluridisciplinar e de entrevista realizada com um pensador social da atualidade.

### CATALOGAÇÃO NA FONTE Maria Lúcia Lagreca de S. Cabral

Cronos: Revista do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais da UFRN, v.1, n. 1 (jan./jun. 2000) – Natal (RN): EDUFRN – Editora da UFRN, 2000 - .

Semestral

Descrição baseada em: v. 11, n. 2 (jul./dez. 2010).

ISSN 1518-0689

1. Ciências Sociais – Periódico. 2. Transexuais – Periódico. 3. Identidade de Gênero – Periódico. 4. Transgênero – Periódico.

CDU 301 (05)

CDD 300.05

### CRONOS

Revista do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UFRN

Natal-RN volume 11 número 2 julho/dezembro 2010

ISSN 1518-0689

## Dossier Trans-gender Training

### DOSSIÉS

**Transgender feminism and movements of transsexual women**  
Jaqueline Gomes de Jesus (UnB/DF), Hailey Alves (UNINOVE/SP)

**Transgender children: more than a theoretical challenge**

Natacha Kennedy (University of London/Inglaterra)

Review of content by Jaqueline Gomes de Jesus (UnB/DF)

Translation of Valéria Amado

**The transformation of transgender teachers at school: transphobia and solidarity in contemporary social figurations**

Marco Antonio Torres (NUH/UFGM)

**"In the battle": life history and corporality transvestite**

Edmar Henrique Dairell Davi (USP/SP), Maria Alves de Toledo Bruns (USP/SP), Claudiene Santos (UFS/SE)

**Screen-Births: exploring the transformative potential in trans video blogs on YouTube**

Tobias Raun (University Roskilde/Dinamarca)

Translation of Jaqueline Gomes de Jesus (UnB/DF)

**News maps of (trans) sexuality and gender: clues for think policies trans and pedagogical practices**

Thiago Ranniery Moreira de Oliveira (UFS/SE), Claudiene Santos (UFS/SE)

### ARTICLES

**The global water crisis and the proposals of the world bank and United Nations Organization to face it**

Jairo Bezerra Silva (UEPB), Lemuel Dourado Guerra (UFCEG), Antonio Augusto R. Ioris (Universidade de Edimburgo), Marcionila Fernandes (UEPB)

**Cuba and Latin America in the Post-Cold War: regional inclusion and Social Diplomacy**

Marcos Antonio da Silva (UFRN), Guillermo A. Johnson (UFGD)

**Differences and intersectionalities: notes for thinking about health practices**

Luiz Mello (UFG), Eliane Gonçalves (UFG)

**The misunderstanding about the "neutrality" of language of Goffman**

Paolo Totaro (UNISINOS, São Leopoldo/RS)

### INTERVIEW

**Interview Beatriz Espejo**

Interviewed by Berenice Bento (UFRN)

### POETRY

**Five Poems**

Gustavo Castro

### REVIEW

**Education and complexity: to enter the 21ST century**

Fagner Torres (Doutorando em Ciências Sociais/UFRN)

DOSSIER OF AUTHORS

STANDARDS FOR PUBLISHING

PREVIOUS SUMMARIES

THEMES OF UPCOMING DOSSIERS

## 4 Dossiê Trans-Formações em Gênero

### DOSSIÉS

**8 Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais**

Jaqueline Gomes de Jesus (UnB/DF), Hailey Alves (UNINOVE/SP)

**21 Crianças Transgêneros: mais do que um desafio teórico**

Natacha Kennedy (University of London/Inglaterra)

Revisão de conteúdo por Jaqueline Gomes de Jesus (UnB/DF)

Traduzido por Valéria Amado

**41 A transformação de professoras transexuais na escola: transfobia e solidariedade em figurações sociais contemporâneas**

Marco Antonio Torres (NUH/UFGM)

**63 "Na batalha": história de vida e corporalidade travesti**

Edmar Henrique Dairell Davi (USP/SP), Maria Alves de Toledo Bruns (USP/SP), Claudiene Santos (UFS/SE)

**79 Nascimentos em tela: explorando o potencial transformador em blogs de vídeo no YouTube**

Tobias Raun (University Roskilde/Dinamarca), Tradução de Jaqueline Gomes de Jesus (UnB/DF)

**97 Novos mapas de (trans) sexualidade e de gênero: pistas para pensar políticas trans e práticas pedagógicas**

Thiago Ranniery Moreira de Oliveira – UFS/SE, Claudiene Santos – UFS/SE

### ARTIGOS

**120 A crise hídrica global e as propostas do Banco Mundial e da ONU para seu enfrentamento**

Jairo Bezerra Silva (UEPB), Lemuel Dourado Guerra (UFCG), Antonio Augusto R. Ioris (Universidade de Edimburgo), Marcionila Fernandes (UEPB)

**141 Cuba e a América Latina no Pós Guerra-Fria: Inserção Regional e Diplomacia Social**

Marcos Antonio da Silva (UFRN), Guillermo A. Johnson (UFGD)

**163 Diferença e interseccionalidade: notas para pensar práticas em saúde**

Luiz Mello (UFG), Eliane Gonçalves (UFG)

**175 O equívoco sobre a "neutralidade" da linguagem de Goffman**

Paolo Totaro (UNISINOS, São Leopoldo/RS)

### ENTREVISTA

**189 Entrevista Beatriz Espejo**

Entrevistada por Berenice Bento (UFRN)

### POESIAS

**195 Cinco Poemas**

Gustavo de Castro

### RESENHA

**201 Educação e Complexidade: para entrar no século XXI**

Fagner Torres (Doutorando em Ciências Sociais/UFRN)

**207 DOSSIÊ DOS AUTORES**

**215 NORMAS DE PUBLICAÇÃO**

**221 SUMÁRIOS ANTERIORES**

**235 TEMAS PARA OS PRÓXIMOS DOSSIÉS**

# # EDITORIAL

**D**entro do movimento feminista, e mesmo junto a pesquisadoras/es de gênero e corpo, as questões da população transgênero (pessoas transexuais e travestis) ainda não são plenamente reconhecidas como questões de gênero, sendo comumente restritas à dimensão da identidade sexual, das sexualidades.

Abordar diferentes aspectos do cotidiano dessa população, sob o enfoque da discussão de gênero, evidenciando aspectos sociais relacionados ao preconceito e à discriminação, fora da lógica patologizante das identidades trans: esse é o objetivo do **Dossiê Trans-Formações em Gênero**.

Ele não é mais um compêndio técnico que visa caracterizar pessoas transexuais e travestis, diagnosticando suas identidades de gênero. Sem dispensar o rigor da metodologia científica, este dossiê adota uma postura inclusiva com relação à população transgênero, assumindo o seu direito à autodeterminação, não apenas transcrevendo suas vozes, mas, de forma inovadora no Brasil, destacando o protagonismo intelectual de acadêmicos/as trans.

A partir de uma abordagem crítica, Jaqueline Gomes de Jesus e Hailey Alves denunciam a sistemática de exclusão das mulheres transexuais do feminismo de base biológica, e dos movimentos de mulheres. Fundamentam conceitualmente e propõem uma nova forma de pensamento e inclusão das pessoas trans, o feminismo transgênero ou transfeminismo.

Natacha Kennedy apresenta um tema invisibilizado: o das crianças trans. A autora coleta as memórias de infância de homens e mulheres transexuais para desenvolver um estudo sobre a construção da identidade de gênero, e defende a necessidade de aceitar a existência de crianças que vivenciam a dimensão transgênero, a fim de evitar o sofrimento decorrente da negação de suas vivências.

A educação é discutida em dois artigos. No primeiro, Thiago Ranniery e Claudiene Santos atentam seus olhares para o perigo da imagem normalizadora e normalizante do discurso pedagógico que tem emergido nas pesquisas sobre/com transgêneros. Perguntam-se de que modo, diante de novas topografias do desejo, os/as trans podem funcionar como um disparador intelectual para a própria experiência constitutiva da pedagogia.

Em seguida, Marco Antonio Torres investiga o processo de emergência de professoras transexuais, sua luta por autonomia e estratégias para o enfrentamento dos estereótipos da patologia e da prostituição, por meio da formação de redes de solidariedade e alianças estratégicas durante o exercício da docência.

Os desafios ainda prementes de travestis brasileiras, especialmente no mercado de trabalho, são revisitados por Edmar Henrique Dairell Davi, Maria Alves de Toledo Bruns e Claudiene Santos.

Dando destaque ao papel da internet no mundo contemporâneo, e propondo uma metodologia de pesquisa que empodere as pessoas trans, Tobias Raun aponta os blogs de vídeo como diários públicos, nos quais essas pessoas buscam construir sua autoimagem e heteroimagem como homens ou como mulheres, produzindo em si uma “trans-formação”, palavra, aliás, que liga os trabalhos deste dossiê.

Os/as leitores/as encontrarão uma entrevista instigante, feita por Berenice Bento à feminista espanhola, ativista trans e pioneira na luta contra a patologização da transexualidade, Beatriz Espejo, autora do “Manifesto Puta”, um ensaio em defesa da liberdade sexual e da prostituição.

A integração de perspectivas pode ser relevante para uma visão de conjunto do campo, das divergências, complementaridades e trans-posições nele existentes, incluídas as visões particulares de quem vivencia esse fenômeno sócio-identitário.

Que o/a leitor/a faça bom proveito destas ideias e também se trans-forme, ampliando seus horizontes de compreensão sobre temáticas tão instigantes.

**Jaqueline Gomes de Jesus**  
**Claudiene Santos**

cr**eb**nos

DOSSIÊS



# # Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais

Transgender feminism and movements of transsexual women

JAQUELINE GOMES DE JESUS – UNB/DF

HAILEY ALVES – UNINOVE/SP

## RESUMO

O presente artigo procura realizar conexões teóricas e pragmáticas entre feminismo e movimento transgênero, estabelecendo um diálogo entre linhas de pensamento e reivindicações históricas do feminismo, por meio de uma abordagem inclusiva que repele a noção biologizante que patologiza as identidades trans. A partir desse referencial, evidencia-se a emergência de uma movimentação a respeito de despatologização e formulação de novas estratégias discursivas por pessoas e grupos trans, ao considerarem o imaginário social ligado à noção de uma divisão morfológica rígida e imutável entre sexo e gênero (cisgeneridade) como um fator de opressão das pessoas trans, por regular corpos não conformes à norma binária homem/pênis e mulher/vagina.

**Palavras-chave:** Feminismo. Transfeminismo. Identidade. Transgeneridade.

## ABSTRACT

This article seeks to perform pragmatic and theoretical connections between feminism and transgender movement by establishing connections a dialogue between lines of thought and historical claims of the feminism, through an inclusive approach that rejects the biological notion that pathologizes trans identities. From this point of view, it is highlighted the emergence of a movement about depathologization and formulation of new discursive strategies by trans individuals and groups, when considering the social imaginary tied to the notion of a rigid and unchanging morphological division between sex and gender (cisgender) as a factor of oppression of trans people, for regulating non-conforming bodies to the standard binary man/penis and woman/vagina.

**Keywords:** Feminism. Transfeminism. Identity. Transgender.



## INTRODUÇÃO

Historicamente, é antiga a noção de que haveria uma diferença essencial entre homens e mulheres, pautada pelos seus sexos biológicos, essa percepção, porém, modificou-se ao longo do tempo e das culturas. A concepção atual de há dois sexos diferentes surgiu apenas no século XVIII, anteriormente prevalecia o monismo sexual, a ideia de que há um único sexo, com registros datados do século II, nos tratados de Galeno, para quem o sexo feminino era um subdesenvolvimento do sexo masculino, o órgão genital feminino (vagina) seria um órgão genital masculino (pênis) incompleto, ou seja, entendia-se que mulheres eram homens imperfeitos (LAQUER, 2001).

O conceito de gênero existe no meio científico desde meados do século XX, a partir das considerações de John Money (1955) acerca dos papéis construídos socialmente para homens e mulheres, ao que ele apontou gênero como uma categoria que se refere ao conjunto de características que definem diferenças sociais entre homens e mulheres, diferenciando esse conceito do de sexo biológico e evidenciando que, nem sempre, as expectativas sociais relacionadas às pessoas nascidas com determinadas configurações biológicas (femininas ou masculinas) redundará na identificação com certo gênero (homem ou mulher), conforme demonstra Berenice Bento (2006, 2008), em seus estudos sobre a vivência transexual.

As sociedades contemporâneas, de forma geral, ante às anatomias genitais tradicionalmente entendidas como feminina (vagina) ou masculina (pênis), costumam generalizar suas concepções de mundo a partir da crença de que o sexo seja algo universal (todos os seres vivos teriam sexo), binário (macho e fêmea) e globalizante das identidades e papéis sociais, essa crença se mostra falaciosa, quando consideradas as vivências de diferentes povos e grupos sociais (HERDT, 1996).

A ciência biológica, segundo Joan Roughgarden (2005), considera que somente algumas espécies animais (sexo não é universal) dividem-se em duas ou mais categorias complementares (sexo não é necessariamente binário), denominadas “sexos”, que podem combinar o seu material genético para reprodução. Ser fêmea ou macho em uma espécie pode significar papéis totalmente inversos em outras.

Desse modo, conforme entendem Guacira Louro (1998, 2000), Pedro Oliveira (1998), Joan Scott (entrevistada por GROSSI; HEILBORN; RIAL, 1998) e Rita Segato (1997), o conceito de gênero é relacional e político, independe das bases biológicas, como o sexo, e determina, entre os seres humanos, papéis que eles exercem na sociedade – o que de forma alguma se restringe à sexualidade.

Gênero é um conceito mais útil do que o de sexo para a compreensão das identidades, papéis e expressões de homens e mulheres na vida cotidiana, tendo sido adotado pelos movimentos feministas a partir da década de 70, a fim de demarcar as distinções de cunho social entre homens e mulheres, as quais tendem a subalternizam as mulheres (SCOTT, 1995).

Entretanto, no Brasil contemporâneo, ao sexo ainda é atribuído um estatuto legal, de modo que

nos registros civis de forma geral (certidões de nascimento, carteiras de identidade, crachás, frequências, contracheques, entre outros), é o sexo biológico e um nome atribuído a ele que constam, sendo o gênero uma variável inutilizada, senão confundida com o próprio conceito de sexo. No que tange a homens e mulheres transexuais e travestis, isso incorre em sofrimento e negação de direitos (JESUS, 2010).

O movimento social composto pela população transgênero<sup>1</sup> se torna cada vez mais visível, a partir de manifestações públicas, mas principalmente pelo ativismo em redes virtuais. Fabrica novas realidades sociais, reconfigura relações de gênero e demarca identidades pessoais e sociais, demonstrando, na sua práxis, que a identidade de gênero não esgota a subjetividade (JESUS, 2012a).

O presente artigo apresenta dados sobre os processos de auto-organização do movimento transgênero ou trans no Brasil, analisando a efetividade das pautas apresentadas a partir de uma ótica feminista e propondo a adoção de uma metodologia de ação feminista, como uma estratégia para o estímulo do pensamento crítico e da criatividade, em especial nos movimentos de mulheres transexuais.

## 1 MOVIMENTOS TRANS NO BRASIL

O ativismo social cada vez mais frequente entre homens e mulheres transexuais e travestis, praticado de forma mais ou menos intuitiva, tem aumentado a consciência política da própria população transgênero. Isso se relaciona ao fato de que as pessoas passam a se perceberem e são percebidas como integrantes de um grupo social antes invisível, partilham crenças e sentimentos com outros indivíduos trans, e começam a se comprometer subjetivamente com o grupo, o que vai ao encontro da clássica Teoria da Identidade Social de Henri Tajfel e John Turner (1979).

“Evoluir” da identificação com um grupo social para a participação no movimento social desse grupo é outro passo (MELUCCI, 1989). As pessoas começam a participar mais quando passam a sentir, pensar e agir como membros efetivos de seu grupo, o que, por solidariedade, estimula-os a desenvolverem uma identidade politizada:

Se uma identidade social se torna mais proeminente do que a identidade pessoal, pessoas são inclinadas a definir seu eu em termos de o que os faz diferentes dos outros, ao passo que eles tendem a definir suas identidades sociais em termos de o que os faz semelhantes aos outros (STEKELENBURG; KLANDERMANS, 2010, p. 4).

Em nível internacional, há uma importante data de luta unificada pelo direito à livre expressão da identidade de gênero: 23 de outubro, Dia Mundial de Luta contra a Patologização da Transexualidade.

---

1 Composta eminentemente por mulheres transexuais, homens transexuais e travestis, e por outros grupos, tais como os denominados crossdressers, drag queens / kings ou transformistas, queer / andróginos ou transgênero. Para uma melhor compreensão da diversidade dessa população e suas complexidades, consultar Jesus (2012b).

Ainda hoje a condição transexual é considerada um transtorno de identidade sexual pela Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde – CID 10 (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, 2008) e pelo Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM IV (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 1994), manuais de orientação dos profissionais de saúde em geral, por isso as pessoas e transexuais e seus parceiros se mobilizam, internacionalmente, pelo reconhecimento de seu direito ao gênero, independentemente do sexo biológico.

Essa mobilização no Brasil, entretanto, ainda é restrita a meios acadêmicos, e incipiente junto aos movimentos sociais da população transgênero, que tem se articulado na discussão pela despatologização das identidades trans principalmente na internet, por meio das redes sociais virtuais, destacando-se a comunidade<sup>2</sup> “Despatologização Trans. CID/DSM”, da rede social *Facebook*, localizada no endereço <<http://www.facebook.com/#!/groups/267024486729539>>, que visa agrupar pensadores nacionais sobre a luta internacional contra a psiquiatrização das identidades de pessoas transgênero (até o dia 23 de julho de 2012 a comunidade contava com 45 membros).

Apesar da multiplicidade de desafios impostos às pessoas transgênero no contexto brasileiro (violação de direitos, violência psicológica, física e assassinato), a pauta de luta do movimento transgênero organizado tem se concentrado no tema da adoção do nome social<sup>3</sup>, cuja utilização, no entendimento de Bento (2012), tornou-se uma “gambiarra” legal, uma solução à brasileira que não altera substancialmente a vida da população transgênero, que sofre graves restrições legais para a adequação efetiva de seus registros civis (nome civil e gênero constante nos documentos).

Travestis ou transexuais brasileiros que buscam legalmente adequar o seu registro civil ao nome e ao gênero com o qual se identificam são demandadas pelo judiciário a se submeterem a arriscadas cirurgias de redesignação genital, para que somente após elas lhes seja possibilitada a concessão do direito fundamental à identidade. Além de configurar uma violência institucional, essa é uma prática eugenista de esterilização forçada contra um grupo populacional, em pleno século XXI, considerando que há pessoas transexuais e travestis que por diversas razões não desejam ou não podem se submeter a essas cirurgias, e nem por isso deixam de vivenciar suas identidades de gênero.

Enquanto isso, o Congresso Nacional da Argentina aprovou, em 19 de maio de 2012, o Expediente número 75/11 (ARGENTINA, 2012), avançada legislação a respeito da identidade de gênero de pessoas transexuais e travestis que lhes garante direitos fundamentais, como o de poderem retificar seus registros civis sem o aval da Justiça ou condicionadas à realização de cirurgias, reconhecendo de fato que o que importa é a vivência interna de gênero, independentemente dos órgãos genitais externos e internos.

2 Uma comunidade em rede virtual é um grupo temático criado e organizado por usuários dessa rede.

3 No caso das pessoas transgênero, é o nome pelo qual elas se identificam, independentemente do gênero que lhes foi atribuído quando ao nascimento.

Outra frente de batalha se refere ao aperfeiçoamento do processo transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS), sob a alçada do Ministério da Saúde, que tem apresentado restrição territorial e limitação de procedimentos, na maioria dos centros especializados focando apenas a cirurgia de transgenitalização ou redesignação genital (ALMEIDA, 2010), prática que, recentemente, foi criticada por pesquisadores, militantes e profissionais de saúde por meio de uma carta aberta contra a patologização das identidades trans (MANUSCRITO, 2012).

O aspecto político mais evidente da ação coletiva relacionada às pessoas trans brasileiras tem sido o da visibilidade. Apesar de haver pessoas transexuais nos diferentes espaços sociais, políticos, técnicos ou acadêmicos, a sua visibilidade na sociedade, nos meios de comunicação em particular, é concentrada no aspecto marginal ou criminal, e pouco no seu cotidiano e demandas.

29 de janeiro é comemorado, em todo o Brasil, como o Dia da Visibilidade de Travestis e Transexuais. Reconhecida publicamente pelas organizações sociais e por representações do Governo Federal, a data se remete ao ano de 2004, quando o Ministério da Saúde lançou a campanha nacional “Travesti e Respeito”, idealizada por travestis, a fim de promover o respeito à sua condição.

A partir da crescente organização política e mobilização dos homens transexuais, suas demandas particulares têm se visibilizado, tanto quanto as dificuldades enfrentadas para vivenciar sua identidade como homens. Relatos pessoais como o de João Nery (2011) são significativos do machismo que homens transexuais sofrem, ante a representações estereotipadas de masculinidade em nossa sociedade.

## **2 FEMINISMO TRANSGÊNERO OU TRANSFEMINISMO**

O feminismo apresenta duas dimensões. Como teoria de análise crítica da situação das mulheres no mundo, é uma linha de pensamento crítica aos papéis impostos histórico-socialmente às mulheres; como modelo de organização, é um movimento que visa a transformação da condição subalternizada das mulheres (SILVA; CAMURÇA, 2010).

São feministas as pessoas e organizações que defendam essa teoria e prática.

O conceito de gênero aplicado ao feminismo possibilitou a desconstrução da crença de que há um modelo universal de mulher, abrindo a possibilidade para a construção das identidades de gênero (BENTO, 2006). A partir das novas ideias e comportamentos trazidos com o movimento feminista, a percepção sobre quem são as mulheres se ampliou, deixou de apenas se remeter à mulher branca, abastada, casada com filhos, e passou a acatar a humanidade e a feminilidade de mulheres outrora invisíveis: negras, indígenas, pobres, com necessidades especiais, idosas, lésbicas, bissexuais, solteiras, e mesmo as transexuais.

Tal qual outros aspectos da ação coletiva da população transgênero brasileira, a inclusão do fe-

minismo como debate e pauta política é recente, porém cada vez mais visível, a partir de iniciativas no mundo virtual, como a comunidade “Transfeminismo”, no endereço <<http://www.facebook.com/#!/groups/334400389941600>> (171 membros até 23 de julho de 2012), em que se discutem estratégias para o aumento do reconhecimento da “mulheridade” das mulheres transexuais e a importância da inserção das pessoas transgênero nos movimentos feministas, como forma de empoderamento; do blog “Transfeminismo ~ Discussões Transfeministas” (<http://transfeminismo.com>), auto-identificado como ativista transfeminista, contando com 256 seguidores até o dia 23 de julho de 2012; e o portal de notícias “Diário Cisgênero” (<http://portalcisbrasil.tumblr.com>), que visa subverter as notícias, veiculadas tanto pelas mídias tradicionais quanto por portais voltados à população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), que invisibilizam ou estigmatizam as pessoas trans (denominadas “cissexistas”. Fala-se em “transfobia” quando há medo ou ódio com relação a pessoas transgênero).

A visibilização cada vez maior da população trans se enquadra em um projeto político de emancipação, relacionado à publicização de suas necessidades específicas, suas histórias, suas posições sociais, e com isso se nota algo que o feminismo negro identificou quando de seu surgimento, nos anos 70 do século XX: ao não levar em conta a intersecção entre raça e gênero, o feminismo tradicional não levava em conta as particularidades das mulheres negras, ou sequer as reconhecia como mulheres, cujo modelo idealizado eram as mulheres brancas (COLLINS, 1990).

No que se refere às mulheres transexuais e às travestis, é patente que, em nossa sociedade, elas não recebem o mesmo tratamento dado às mulheres cisgênero<sup>4</sup>, popularmente tidas como mulheres “de verdade”, tampouco as mesmas oportunidades, de modo que as mulheres transexuais e as travestis, além de serem vitimadas pelo machismo, também o são por uma forma de sexismo, de base legal-biologizante, que lhes nega o estatuto da feminilidade ou da “mulheridade”.

Exemplo dessa discriminação cissexista é que:

Não se pode afirmar que há a mesma proliferação de discursos para proteção de travesti, transexual, gays e lésbicas se comparada à mulher cromossomaticamente XX [...]. Basta um rápido acesso à página eletrônica da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres<sup>5</sup>. Lá encontramos inúmeros artigos, pesquisas, legislações, um disque 180 para denunciar violência contra as mulheres, campanhas. É inegável a proliferação de discursos sobre ‘a mulher’ nas últimas décadas [...], insistente e persistente produção da mulher hiper-real [...], responde mais a uma demanda de manutenção de determinadas posições de prestígio de feministas que operam seus modos operandi pela matriz heterossexual [...], o velho binarismo estruturalista nunca esteve tão e voga e tão poderoso como agora. Ele está no Estado, em suas políticas, está na militância (BENTO, 2011, p. 361-362).

4 Segundo Jesus (2012b), o termo “cisgênero” é um conceito que abarca as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento, ou seja, as pessoas não-transgênero.

5 <http://www.sepm.gov.br>

É no bojo do fortalecimento nacional do movimento transgênero, com a paulatina conscientização política da população trans e o reconhecimento da histórica resistência das pessoas transgênero brasileiras, em especial as travestis, e da aproximação efetiva desse movimento com o feminismo teórico e prático, que se começa a adotar o conceito de “feminismo transgênero” ou “transfeminismo”.

O feminismo transgênero pode ser compreendido tanto como uma filosofia quanto como uma práxis acerca das identidades transgênero que visa a transformação dos feminismos. Emi Koyama (2011) define o transfeminismo como, “primordialmente, um movimento feito por e para mulheres trans que entendem que a sua liberação está intrinsecamente ligada à liberação de todas as mulheres, e além”.

Essa autora considera que os princípios primários do feminismo transgênero são simples, apesar da dificuldade de sua aplicação na sociedade binária e patriarcal, em nível global, na qual vivemos:

Cada indivíduo tem o direito de definir suas próprias identidades e esperar que a sociedade as respeite. Isso também inclui o direito de expressar nosso gênero sem medo de discriminação ou violência. Em segundo lugar, temos que ter o direito exclusivo de tomar decisões sobre nossos próprios corpos, e que nenhuma autoridade política, mídia ou religiosa violará a integridade de nossos corpos contra nossa vontade ou impedir nossas decisões acerca do que fazemos com eles (KOYAMA, 2001, p. 2).

O feminismo transgênero surge como uma crítica ao cissexismo ou dimorfismo<sup>6</sup> e à falha do feminismo de base biológica em reconhecer plenamente o gênero como uma categoria distinta da de sexo e mais importante do que esta para o entendimento dos corpos e das relações sociais entre homens e mulheres.

Entende-se que o feminismo tradicional, sem a recepção do transfeminismo, reforça a falácia, repetida cotidianamente, de que mulheres “de verdade” seriam aquelas com órgãos genitais femininos externos e internos (vagina e útero), ou ainda “as que engravidam”, ou que homens “de verdade” seriam aqueles com testículos e pênis, que podem penetrar alguém.

Essa forma de sexismo prejudica não apenas a população transgênero, mas todo e qualquer ser humano que não se enquadre em tal modelo, como mulheres hysterectomizadas<sup>7</sup> e/ou mastectomizadas<sup>8</sup> e homens orquiectomizados<sup>9</sup> e/ou “emasculados”<sup>10</sup> por motivos de saúde, como o câncer. Até mesmo práticas sexuais são estigmatizadas por esse sexismo, como a penetração de um homem por uma mulher, ato considerado como uma “inversão” nos papéis sexuais tradicionais de gênero, entretan-

6 Crença na divisão binária dos gêneros, em suposta concordância com os sexos biológicos feminino e masculino.

7 Extirpação de útero

8 Retirada de mamas.

9 Extirpação de testículos.

10 Termo por si só representativo da visão cissexista ou dimórfica sobre os corpos, que se refere à retirada da genitália externa masculina.

to comuns entre casais heterossexuais <sup>11</sup>.

A separação social, legal, comportamental e atitudinal estabelecida entre homens e mulheres desde o seu nascimento, com base na falaciosa ideia de que sexo biológico (cromossomos, genitais) determina gênero, retira o direito das pessoas à auto-expressão e estrutura o sexismo como uma forma de apartheid com consequências psicossociais e institucionais negativas, especialmente no que concerne ao direito à autodeterminação das pessoas, de forma geral (ROTHBLATT, 1995).

O transfeminismo reconhece a interseção entre as variadas identidades e identificações dos sujeitos e o caráter de opressão sobre corpos que não estejam conforme os ideais racistas e sexistas da sociedade, de modo que busca empoderar os corpos das pessoas como eles são (incluindo as trans), idealizados ou não, deficientes ou não, independentemente de intervenções de qualquer natureza; ele também busca empoderar todas as expressões sexuais das pessoas transgênero, sejam elas assexuais, bissexuais, heterossexuais, homossexuais ou com qualquer outra identidade sexual possível.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao buscar o empoderamento das pessoas transexuais (homens e mulheres), travestis e outras enquadradas no universo trans, independentemente de seu gênero, aparência ou sexualidade, o transfeminismo — ou feminismo transgênero — reconhece que elas estão à margem dos processos sociais, excluídas por discursos e práticas de ordem sexista, especificamente cissexistas e transfóbicos.

Para além da ideia de uma mera participação no movimento LGBT, o feminismo transgênero promove, especificamente junto à população que integra a sigla T, a superação de restrições conceituais e políticas decorrentes da limitação de suas reflexões e ações à demandas do coletivo amplo formado pelos LGBT, em que LGB têm diferentes centralidades e demandas relacionadas a orientação sexual, não necessariamente coincidentes com as das/dos T, focadas em identidade de gênero.

Os movimentos de mulheres transexuais – e das travestis, integrantes de uma parcela numerosa e historicamente mais visível da população trans – têm na aproximação com o pensamento feminista um referencial teórico e prático poderoso para resistirem e constroem suas próprias forças quando confrontadas, no cotidiano, com vivências de opressão impostas pela dominação masculina.

O feminismo transgênero ou transfeminismo é, particularmente, um movimento intelectual e político que: 1) desmantela e redefine a equiparação entre gênero e biologia; 2) reitera o caráter interacional das opressões; 3) reconhece a história de lutas das travestis e das mulheres transexuais, e as experiências pessoais da população transgênero de forma geral; e 4) é aberto, e pode ser validado por quaisquer

---

11 O termo “mulher penetra homem”, quando digitado no site de buscas Google, traz 473 (quatrocentos e setenta e três) resultados, com expressões do desejo de mulheres em penetrarem homens, ou destes em serem penetrados por mulheres.

peçoas, transgênero ou cisgênero.

O último aspecto supracitado do feminismo transgênero é substantivo para sua preservação, porque amplia a extensão das questões associadas às vivências trans e reforça o caráter indispensável de solidariedade com e entre todas as pessoas, no afã de superar o sexismo e o machismo que fazem sofrer e limitam o potencial humano de homens e mulheres.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Guilherme Silva de. Reflexões iniciais sobre o processo transexualizador no SUS a partir de uma experiência de atendimento. In: ARILHA, Margareth; LAPA, Thaís de Souza; PISANESCHI, Tatiane Crenn (Org.). **Transexualidade, travestilidade e direito à saúde**. São Paulo: Oficina Editorial, 2010. p. 117-148.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais – DSM IV**. Psiquiatria Geral, 1994. Disponível em: <<http://virtualpsy.locaweb.com.br/dsm.php>>. Acesso em 4 jul. 2012.

ARGENTINA. **Expediente numero 75/11**. Buenos Aires: Congreso Argentino, 2012. Disponível em: [http://www.senado.gov.ar/web/proyectos/verExpe.php?origen=CD&tipo=PL&numexp=75/11&nro\\_comision=&tConsulta=4](http://www.senado.gov.ar/web/proyectos/verExpe.php?origen=CD&tipo=PL&numexp=75/11&nro_comision=&tConsulta=4) 2012. Acesso em: 7 jul. 2012.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

\_\_\_\_\_. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

\_\_\_\_\_. Politizar o abjeto: dos femininos aos feminismos. In: MEDRADO, Benedito; GALINDO, Wedna (Org.). **Psicologia social e seus movimentos: 30 anos de ABRAPSO**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2011. p. 357-371.

\_\_\_\_\_. Identidade de gênero: entre a gambiarra e o direito pleno. **Carta Potiguar**, 21 set. 2012. Disponível em: <http://www.cartapotiguar.com.br/2012/05/29/identidade-de-genero-entre-a-gambiarra-e-o-direito-pleno>. Acesso em: 7 jul. 2012.



COLLINS, Patricia Hill. **Black feminist thought: knowledge, consciousness and the politics of empowerment.** Boston: UnwinHyman, 1990.

GROSSI, Miriam Pillar; HEILBORN, Maria Luiza; RIAL, Carmen. Ponto de vista: entrevista com Joan Wallach Scott. **Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 114-124, jan./jun. 1998.

HERDT, Gilbert. **Third sex, third gender: beyond sexual dimorphism in culture and history.** New York: Zone Books, 1996.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Pessoas transexuais como reconstrutoras de suas identidades: reflexões sobre o desafio do direito ao gênero. In: GALINKIN, Ana Lúcia; SANTOS, Karine Brito (Org.). **Anais do Simpósio Gênero e Psicologia Social: diálogos interdisciplinares.** Brasília: Universidade de Brasília, 2010. p. 80-89. Disponível em: [http://generoepsicologiasocial.org/wp-content/uploads/Anais\\_do\\_Simpósio\\_Genero\\_e\\_Psicologia\\_Social2010.pdf](http://generoepsicologiasocial.org/wp-content/uploads/Anais_do_Simpósio_Genero_e_Psicologia_Social2010.pdf). Acesso em: 4 jul. 2012.

\_\_\_\_\_. Identidade de gênero e políticas de afirmação identitária. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ESTUDOS SOBRE A DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO, 6., 2012, Salvador. **Anais...** Salvador: ABEH, 2012. 15 p.

\_\_\_\_\_. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos.** Goiânia: Ser-Tão, 2012. Disponível em: [http://www.sertao.ufg.br/uploads/16/original\\_ORIENTA%C3%87%C3%95ES\\_POPULA%C3%87%C3%83O\\_TRANS.pdf?1334065989](http://www.sertao.ufg.br/uploads/16/original_ORIENTA%C3%87%C3%95ES_POPULA%C3%87%C3%83O_TRANS.pdf?1334065989). Acesso em: 4 jul. 2012.

KOYAMA, Emi. **The transfeminist manifesto.** Eminism.org, 2001. Disponível em: <http://eminism.org/readings/pdf-rdg/tfmanifesto.pdf>. Acesso em 23 set. 2012.

LAQUER, Thomas. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista.** Petrópolis: Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 7-34.

MANUSCRITO. **Carta aberta:** avaliação do seminário sobre processo transexualizador no SUS: contra a patologização das identidades trans. 2012. 5 p. Mimeografado.

MELUCCI, Alberto. **Nomads of the present:** social movements and individual needs in contemporary society. London: Hutchinson Radius, 1989.

MONEY, John. **Hermaphroditism, gender and precocity in hyperadrenocorticism:** Psychologic findings. Bulletin of the Johns Hopkins Hospital, Baltimore, EUA, v. 96, p. 253–264, 1955.

NERY, João W. **Viagem solitária.** Rio de Janeiro: Leya, 2011.

OLIVEIRA, Pedro Paulo de. Discursos sobre a masculinidade. **Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 91-111, jan./jun. 1998.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde – CID 10.** Datasus, 2008. Disponível em: <http://www.datasus.gov.br/cid10/v2008/cid10.htm>. Acesso em: 4 jul. 2012.

ROTHBLATT, Martine. **The apartheid of sex:** a manifesto on the freedom of gender. New York: Crown Publishers, 1995.

ROUGHGARDEN, Joan. **Evolução do gênero e da sexualidade.** Londrina: Planta, 2005.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade, Porto Alegre**, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SEGATO, Rita Laura. Os percursos do gênero na antropologia e para além dela. **Sociedade e Estado, Brasília**, v. 12, n. 2, p. 235-262, 1997.

SILVA, Carmen; CAMURÇA, Silvia. **Feminismo e movimentos de mulheres.** Recife: Edições SOS Corpo, 2010.

STEKELENBURG, Jacqueliën van; KLANDERMANS, Bert. The social psychology of protest. **Sociopedia.**

isa, 2010. Disponível em: <<http://www.sagepub.net/isa/admin/viewPDF.aspx?&art= Protest.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2012.

TAJFEL, Henri; TURNER, John C. An integrative theory of intergroup conflict. In: WORCHEL, Stephen; AUSTIN, William G. (Org.). **The social psychology of intergroup relations**. Monterey, CA: Brooks-Cole, 1979. p. 94-109.

cr**eb**nos

# # Crianças Transgênero: mais do que um desafio teórico

Transgender children: more than a theoretical challenge

NATACHA KENNEDY – UNIVERSITY OF LONDON/INGLATERRA

REVISÃO DE CONTEÚDO POR JAQUELINE GOMES DE JESUS – UNB/DF

TRADUZIDO POR VALÉRIA AMADO

## RESUMO

Este trabalho sugere que uma significativa maioria de pessoas transgênero toma consciência de sua identidade de gênero em tenra idade. Assim, a maioria das crianças trans passa maior parte, ou todo período escolar, sentindo que têm uma identidade de gênero que é diferente daquela que têm que representar. Crianças transgênero são caracterizadas como “Não Aparentes” e “Aparentes”, com a vasta maioria tendendo à última categoria. Argumenta-se que o longo período de ocultação e supressão pode levar a problemas. Este projeto apresenta uma análise de evidências sugerindo que este é o caso, e considera que as implicações formam o ponto de vista do modo que as crianças entendem, racionalizam e atuam nestas situações e dão sentido às expectativas de transtorno de gênero. Os consequentes sentimentos de culpa e vergonha parecem representar problemas significativos a estas crianças quanto a seus fracassos na educação e em outras áreas de suas vidas.

**Palavras-chave:** Transgênero. Crianças. Auto-estima. Epifanias. Escola. Exclusão. Diversidade.

## ABSTRACT

This paper suggests that a significant majority of transgender people become aware of their transgender identities at a very early age. As such most transgender children go through most, if not all, of their compulsory schooling feeling that they have a gender identity that is different from the one they are compelled to perform. Transgender children are characterised as “Non-apparent” and “Apparent” with the vast majority falling into the latter category. It is argued that the resultant long period of concealment and suppression can lead to problems. This paper presents an analysis of evidence suggesting that this is the case and considers the implications from the point of view of the way children understand, rationalise and act in these situations and make sense of the conflicting gender expectations. The consequent feelings of guilt and shame appear to represent significant problems for these children in terms of their underachievement in education and in other areas of their lives.

**Keywords:** Transgender. Children. Self-esteem. Epiphanies. School. Exclusion. Diversity.

## 1 INTRODUÇÃO

Este projeto aborda um dos grupos mais marginalizados e excluídos: crianças transgênero. Não se trata de expressão confiante de desafios às práticas de gêneros normativos sociais existentes; trata-se da supressão destas. Trata-se de ocultação, supressão, estigmatização, medo, isolamento, dúvida e repressão. Mostra como crianças trans existem no mundo real e como esta experiência pode afetar suas vidas quando adultos.

Inicialmente este projeto promove evidências, ao contrário do que possa ser esperado, que crianças transgênero tomam consciência do que são realmente muito mais jovens do que se considerava anteriormente; então, elas ocultam ou suprimem suas identidades de gênero. Posteriormente, baseou-se em pesquisa realizada por Natacha Kennedy (2008) sobre a idade em que as crianças trans se tornam conscientes de suas identidades de gênero, examinando o que estas crianças apresentam em maior detalhe. Por fim, as implicações destes resultados são analisadas do ponto de vista das pressões sociais e culturais vivenciadas por crianças transgênero e como essas pressões podem afetar suas vidas até a idade adulta.

Ainda há relativamente pouco escrito sobre crianças trans, e muito do que tem sido escrito é feito por profissionais em saúde mental (BRADLEY, 1985; ZUCKER, 1985; REKERS, 1987; BRADLEY; ZUCKER, 1990; ZUCKER, 1990, GREEN, 1985, 1987). Na crítica destas publicações de Shannon Minter (1999), o leitor fica com a impressão de que a validade destes estudos é aberta a questionamentos, como parece que o objetivo final de grande parte da pesquisa em “Desordem” de Identidade de Gênero (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2000, p. 535) em crianças é legitimar a “prevenção” ou “eliminação” do que é considerado socialmente inaceitável, o comportamento de gênero transgressivo. Além disso, uma vez que esses estudos foram aparentemente realizados com crianças encaminhadas para tratamento pelos pais, pode haver preocupações quanto à validade associada com a seleção dos participantes.

Muito do que tem sido escrito fora do domínio da psiquiatria parece sugerir que as crianças transgênero são muito raras. Esta foi a conclusão de alguns participantes em um estudo do caso (HINTON, 2008, p. 77). Aqui, as experiências de ‘J’, uma criança transgênero masculina (FtM), durante a escola primária e no início de sua escola secundária, foram documentadas, e as ações de suas escolas observadas. Neste caso, o inspetor local da Igualdade e Diversidade não conseguiu encontrar exemplos de literatura ou de orientação relativos a crianças trans muito jovens:

“Entre em contato com uma série de órgãos nacionais, a Comissão de Igualdade de Oportunidades, o DfES e agências transgênero. Nenhum deles foi capaz de dar uma orientação clara. A idade mínima que consegui encontrar informação oficial foi a de 16 anos” (HINTON, 2008, p. 77).

Indivíduos envolvidos com esses casos poderiam ser perdoados por pensar que as crianças trans

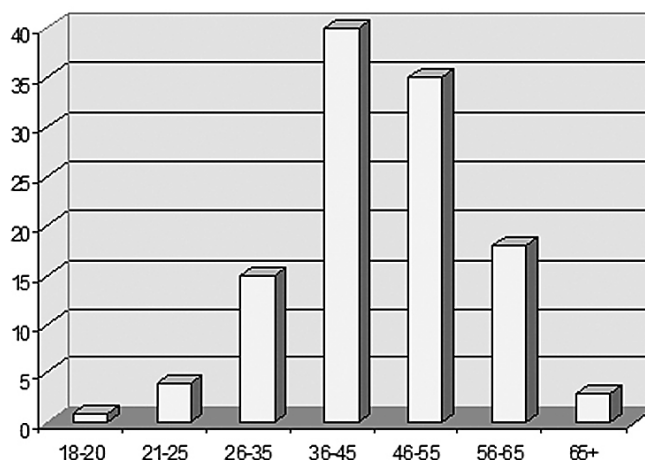
não são apenas muito raras, como também é improvável que se desenvolvam antes do final da adolescência. No entanto, em seu comentário sobre o estudo do caso acima, Jay Stewart (2009) sugere que este não é o caso, e que é provável que haja crianças menos confiantes que J para contar para outras que são gays. Este trabalho baseia-se na ideia de que há dois tipos de crianças transgênero: “não aparentes” e “aparentes”. Crianças transgênero “não aparentes” são caracterizadas como não sendo conhecidas como trans por um adulto, enquanto que “aparentes” são conhecidas por serem trans por pelo menos um adulto significativo nas suas vidas. Consequentemente, observações dos participantes no estudo de Kate Hinton deveriam ser recontextualizadas sugerindo que crianças trans “aparentes” são relativamente raras. Este estudo do caso mostrou que criança transgênero masculina (FtM) “aparente”, que estava segura de sua identidade de gênero e que tinha apoio dos pais, poderia se adaptar dentro do sistema escolar. No entanto, esta aceitação, claramente, só se aplica a crianças transgênero “aparentes”. A evidência apresentada neste estudo sugere que a criança transgênero “aparente” é em grande minoria, e analisa por que crianças trans “não aparentes” devem ser consideradas como norma, quando se trata de crianças transgênero.

No estudo de Kennedy (2008), dados tirados de uma análise de um artefato online sugeriam que a idade média em que as pessoas trans se tornam conscientes de que são transgênero é de aproximadamente 8 anos de idade, e que mais de 80% das pessoas transgênero se tornam conscientes de que são trans antes de deixarem a escola primária. O presente estudo inclui dados de uma pesquisa online de adultos transgênero sobre suas memórias de infância. Há muitas razões para a obtenção de dados dessa maneira. Seria inapropriado obter os dados diretamente das crianças, pois elas se tornam conscientes de que são trans em momentos diferentes. Assim, uma imagem representativa completa não estará disponível para uma determinada geração até que sejam adultos. Além disso, há dificuldades éticas associadas com a obtenção de dados de crianças que podem não estar “fora” para seus pais. Também há a possibilidade de haver dificuldades de amostragem associadas com a identificação de crianças transgênero a participar em qualquer estudo, o que pode resultar em uma amostra não representativa desviada para crianças trans “aparentes”.

Esta pesquisa utilizou uma abordagem de métodos mistos, combinando a coleta de dados numéricos e de dados qualitativos aproveitando a metodologia de pesquisa narrativa (CRESSWELL, 2007). Aspectos, como a idade em que as pessoas transgênero se tornaram conscientes de que são trans, foram examinados para produzir uma análise estatística. A pesquisa também analisou a percepção dos participantes sobre suas circunstâncias como crianças transgênero, revelando seus sentimentos sobre o que estava acontecendo com elas e construindo a análise de uma narrativa de suas histórias de vida. Os dados foram organizados para identificar temas decorrentes dessas experiências; esses temas foram analisados mais de perto para permitir a construção de uma imagem da vida de uma criança trans, de

onde as implicações podem ser traçadas.

A coleta de dados foi feita por meio de uma pesquisa online, divulgada através de proeminentes fóruns online, para as pessoas transgênero no Reino Unido entre 12 de outubro e 19 de outubro de 2009. O período de tempo curto foi intencionado para reduzir a probabilidade de submissões maliciosas por pessoas que não eram trans. Cerca de 80% das respostas foram recebidas em 48 horas do lançamento da pesquisa.



**Gráfico 1** – Perfil de idade dos participantes

121 pessoas participaram: 103 foram designadas masculinos no momento do nascimento, 11 femininas, 3 pessoas sem gênero atribuído, e 4 se recusaram a dizer. As idades dos participantes variaram de 18 até mais de 65 anos, com a maioria na faixa etária entre 36 e 45 anos (Gráfico 1).

Possíveis razões para a taxa relativamente baixa de respostas das pessoas nas faixas etárias de 18 a 25 e 26-35 são discutidas na seção 4 abaixo.

**Tabela 1** – Os participantes se descreveram nas seguintes formas:

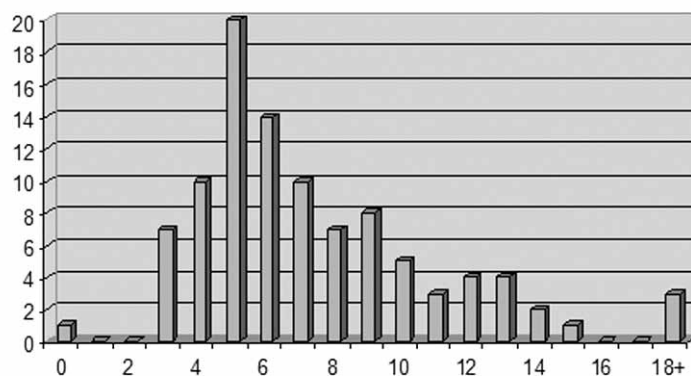
Masculino transexual	31%
Feminino transexual	6%
Transgênero	21%
Travesti	21%
Intersexo	2%
Gênero misto / M e F	6%
Outros	12%



“Outros” inclui: hermafroditas, neutros (neutrois), crossdressers, feminino para homem trans, e não têm certeza.

## 2 IDADE DA EPIFANIA

Os participantes foram entrevistados a respeito da primeira vez que podiam se lembrar de terem sentido que a identidade de gênero estava em desacordo com aquela designada ao nascimento (ver Gráfico 2).



**Gráfico 2** – Idade da percepção do desacordo de gênero

O aspecto mais significativo destes dados é o aumento claro na idade de 5 anos, representando a média modal, com uma média de 7,9 anos. A porcentagem de pessoas transgênero que perceberam a variação de gênero na idade de 18 anos, ou mais tarde, é inferior a 4%, com 76% dos participantes estarem cientes de que eram variantes de gênero ou transgêneros antes de saírem da escola primária.

Estes dados são importantes porque puderam, em grande parte, ser previstos com embasamento nos resultados de Suzanne Kessler e Wendy McKenna (1978, p. 102), sobre as idades em que as crianças vêm a ter a percepção do gênero. Eles argumentam que as crianças começam a entender a identidade de gênero entre as idades de 3 e 4, e que isto se desenvolve ao longo dos dois anos seguintes, como também tornam-se conscientes de interpretações sociais de gênero como uma categoria de “invariáveis”. Além disso, o estudo de Margaret Intons-Peterson (1988), que sugere que a maioria das crianças está consciente da constância de gênero com aproximadamente 3 anos e 9 meses, também mostra que as crianças trans são suscetíveis de começar a tomar consciência de suas diferenças logo após esta idade.

No entanto, estes resultados não são apenas compatíveis com os de Kessler e McKenna (1978) e Intons-Peterson (1988) relacionados ao desenvolvimento da identidade de gênero em crianças, mas

também refletem melhor os resultados do estudo de Kennedy (2008), que mostra que a idade média em que mulheres transexuais experimentaram uma peça de vestuário feminino, pela primeira vez, era de 8 anos. Nesse estudo, 84% das pessoas transgênero tinham feito isso antes de deixar a escola primária, o que se compara com 76% dos que se tornaram conscientes de que eram trans até a idade mencionada neste estudo. Uma proporção semelhante em ambos os estudos (4%) fez isso depois de 18 anos. Isto é significativo porque dados semelhantes foram obtidos a partir de dois diferentes métodos de pesquisa e, como tal, aumenta o peso da fidelidade dos dados. Esta informação também se reflete na investigação de Girschick (2008, p. 51) na vida dos adultos transgênero, cujos participantes descreveram suas experiências da infância em termos semelhantes aos dos participantes deste estudo.

### 3 EXPERIÊNCIAS COMUNS

Um dos sentimentos iniciais mais comuns sobre essas epifanias era que “Deus cometeu um erro”, o que indica que algumas crianças transgênero sentiram fortemente a situação em muito tenra idade. Quando lhes pediram para “descreverem suas primeiras memórias de serem trans” as respostas pareciam sugerir uma percepção fortemente identificável de que algo está “errado” com elas:

*“Eu costumava sonhar que Deus percebera que estava errado e que eu acordaria como uma menina”.*

*“Eu costumava ir para a cama e rezar para que eu acordasse com tudo em seu devido lugar”.*

*“Eu costumava chorar até dormir, desejando que eu acordasse como uma menina de cerca de 7 anos de idade”.*

Aqui, as respostas sugerem que as crianças transgênero parecem estar começando a internalizar a percepção de que elas são o problema, que há algo de errado com elas, embora, nesta fase, Deus seja o culpado.

A seguinte descrição vívida da primeira experiência escolar de uma criança também sugere que, para as crianças mais novas, a culpa por sua situação ainda não está internalizada:

*“Foi o meu primeiro dia na escola e mandaram os meninos fazerem fila à direita e as meninas fazerem fila à esquerda. Eu fui para a esquerda, mas ‘eles’ me mandaram para a fila da direita. Eu me lembro de ter chorado o dia todo porque ‘eles’ entenderam errado”.*

Essa forte ligação emocional com sua identidade de gênero parece se desenvolver desde uma idade muito jovem; neste caso, sendo atribuído um gênero, que é diferente do que é entendido internamente, parece ser um choque emocional. No entanto, o que é significativo na citação acima, é que “eles” entenderam errado. Esta fonte de culpa, no entanto, parece mudar à medida que as crianças crescem, e se tornam direcionadas para o interior, especialmente quando entram em maior contato com outras crianças na escola.

Também ficou evidente que suas percepções de identidades de gênero logo aparecem para fazer com que as crianças transgênero se sintam diferentes das que as rodeiam.

*“O primeiro indício de que algo estava estranho era que eu tinha interesse em coisas estereotipadamente masculinas. Eu queria dirigir um trem quando eu cresci (quatro anos) e eu era obcecado por trens e como eles funcionavam”.*

*“... um sentimento de ser diferente do grupo que deveria participar, e por quê eu não poderia ser/participar das mesmas coisas que as outras meninas na escola primária?”*

*“Era simplesmente uma sensação de ser diferente, não fazer parte”.*

É provável que essas percepções de suas diferenças pareçam, não apenas afetar seus sentimentos sobre si próprios, mas também afetar as decisões que tomam, primordialmente, a respeito de como elas se expressam. Estas percepções são também suscetíveis de afetar um elemento significativo da conversa interna que elas têm com elas mesmas, a fim de chegar a um acordo com as suas circunstâncias.

### 3.1 Supressão e Ocultação

Uma das respostas mais consistentes desta pesquisa foi a sensação de que os participantes precisavam esconder suas identidades de gênero. Como suas diferenças se tornam evidentes para eles, logo fica claro que, ser diferente desta forma é socialmente inaceitável e, como tal, a resposta mais comum a isto é a ocultação de seus verdadeiros sentimentos. Quando foram indagados sobre suas casas e vida escolar, ficou claro que quase todos perceberam que eles precisavam esconder suas identidades de gênero:

*“O sentimento predominante era o da necessidade de manter isso em segredo”.*

*“De alguma forma eu sabia que o que eu sentia era simplesmente inaceitável – e eu era frequentemente avisado de que meninos não fazem isso”.*

*“Sentir-se extasiado indo à festa vestido de fada, mas logo se sentindo tão para baixo quando alguém falava que isso era coisa de maricas e que tinha que se vestir de vaqueiro”.*

*“Eu me vestia com roupas da minha irmã e me sentia muito bem, mas eu sabia que ninguém poderia saber o que eu fazia. Eu tinha 6 anos na época”.*

Parece evidente que as crianças tornam-se muito rapidamente conscientes de que suas diferenças são socialmente inaceitáveis e que precisam ter cuidado em expressá-las. Isto parece levá-las a fazer o que pode ser a decisão muito lógica e inteligente para esconder suas identidades de gênero. Para algumas, essa necessidade é ainda, comprovadamente, mais clara:

*“O insulto de maricas mostrou que eu suprimia o comportamento feminino aberto, mas deu início à vivência secreta da transexualidade desde então”.*

*“Quando confessei, pela primeira vez (com aproximadamente 9 anos), a alguns amigos e ao meu irmão mais novo, a reação foi de puro horror, e entendi que eu nunca poderia revelar isso outra vez”.*

Parece que o radar social da maioria das crianças transgênero (assim como o da maioria das outras crianças) é suficientemente bom, mesmo em idade jovem, para detectar que ser transgênero é “inaceitável.” No entanto, é evidente que, de acordo com as duas respostas acima, mesmo aqueles que são suficientemente corajosos para revelar algo de suas identidades aos colegas correm o risco de sofrerem socialmente. Além disso, isto pode resultar em suposições sobre todos; o que é inaceitável para alguns é inaceitável para todos:

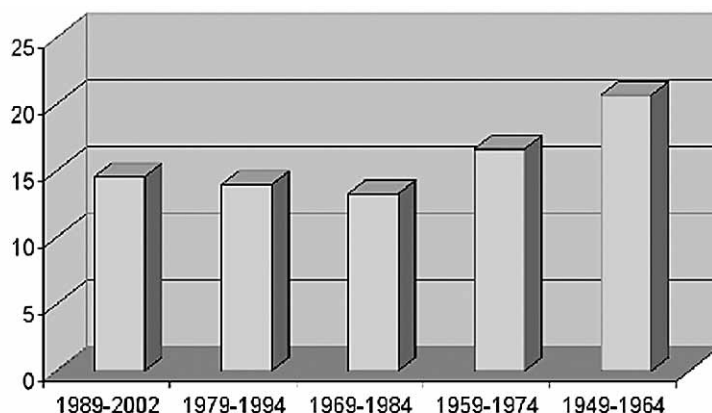
*“Acontece que eu provavelmente teria ficado bem, se eu tivesse confiado em meus pais, mas eu não sabia disso na época e estava com muito medo”.*

O medo associado a essa percepção de que eles precisam esconder suas identidades se relacionam com a descrição de Carrie Paechter (2007, p. 36), de como grupos de gênero (especialmente os meninos) controlam a associação na infância por difamação do “outro” e quaisquer qualidades associadas com o “outro”. Sua aplicação de teorias de aprendizagem de Jean Lave e Etienne Wenger (1991) é particularmente relevante no caso dos meninos. Apesar de serem membros aprendizes da comunidade masculina de prática, há pouco, fisicamente, para distingui-los das meninas até a puberdade; possuem pouca ou nenhuma vantagem de força natural sobre as meninas (e, de fato, com idade entre 9 e 12 anos são menores do que as meninas). Como tal, a comunidade local de prática define-se por outros meios, tais como a participação em atividades específicas, o comprimento do cabelo, roupas e expressões permitidas de emoção e de preferência, e também por valorizar determinadas qualidades em oposição a outras. Assim, exibir qualquer comportamento, aparência, ou preferências atribuídas a outro gênero significa ostracismo e exclusão desse grupo. Parece que as crianças transgênero atribuídas ao gênero masculino no nascimento tornam-se particularmente cientes disso desde uma idade muito jovem. A exclusão de crianças trans atribuídas ao gênero feminino no nascimento pode tomar forma um pouco diferente, pois elas parecem ser consideradas um pouco mais aceitas socialmente na pré-puberdade.

#### **4 AQUISIÇÃO DE VOCABULÁRIO E CONFIANDO EM OUTROS**

De acordo com as respostas a uma pergunta sobre quando os participantes tomaram conhecimento das palavras relacionadas com transgêneridade, a idade média em que qualquer vocabulário relativo ao ser transgênero é adquirido (diferente de “maricas” ou “Maria-Rapaz”) como “Transexual”, “Travesti”, ou “Transgênero”, foi de 15,4 anos. Isto significa que há um atraso médio de 7,5 anos, entre tornar-se consciente de sua natureza de gênero variante ou ser transgênero, e aprender todas as palavras que o descrevem. Isto variou de mais de 10 anos a 2 anos. Uma análise dos dados revela que a idade da cons-

ciência parece relativamente estável, mostrando um ligeiro decréscimo ao longo do tempo (ver Gráfico 3).



**Gráfico 3** – Idade de aquisição de vocabulário por data em que os inquiridos frequentaram a escola primária

A idade de aquisição de vocabulário relacionado ao termo transgênero parece ter sido reduzida a aproximadamente 6 anos nos últimos 50 anos. Aqueles que frequentavam a escola primária nos anos 50 (1950) e início dos anos 60, provavelmente não adquiriram vocabulário até a idade de 20 anos, em média; enquanto que os que frequentavam escola primária nos anos 70 (1970), 80 e 90, provavelmente adquiriram esse vocabulário aproximadamente aos 14 anos, em média. Ainda deve ser muito cedo para dizer se a ampla disponibilidade de acesso à internet para as crianças vai reduzir esta idade ainda mais. Fontes de aquisição deste vocabulário são mostradas na Tabela 2, a seguir. Aqui, a Internet é a fonte de aquisição de vocabulário para apenas os mesmos números pequenos, como “Livros” e “Pornografia”, e é menor para “Amigos” ou “Escola”. Dado que esta é uma pesquisa que abrange um período durante o qual os jornais e revistas têm crescido em influência, e que a televisão tem evoluído de um papel periférico para o central nas vidas das pessoas, mas que só recentemente viu o acesso à internet se difundir, talvez não seja surpreendente que sua importância seja limitada. O fato de que este vocabulário tenha sido adquirido, principalmente, a partir de uma variedade de meios de comunicação de massa, indica que o processo de sua aquisição deva ser predominantemente arbitrário.

**Tabela 2** – Fontes de vocabulário

Fonte	Número
Jornais/ Revistas	26
Televisão	18
Escola	7
Amigos	7
Livros	5
Pornografia	5
Internet	5
Estrelas Pop	3
Pais	3
Anúncios	2
Outros	3

As implicações disso, aparentemente arbitrárias, o processo de descobrir palavras para descrever a si mesmo e a demora em fazê-lo são potencialmente importantes; as consequências de descobrir esse vocabulário em circunstâncias em que as pessoas trans são erotizadas, objetificadas ou ridicularizadas podem ser significativas, especialmente se o indivíduo em causa tem sofrido de baixa autoestima como resultado de qualquer tipo de *bullying* transfóbico.

Parece que os efeitos da demora entre transgênero ou crianças de gêneros variantes ao tornarem-se conscientes disso e a aquisição de vocabulário podem ser particularmente significativos. Deve ser lembrado que, a partir do momento que elas adquirem este vocabulário, é possível viver mais da metade de suas vidas sabendo que são trans, o que não ocorre sem o conhecimento deste. Respostas à pergunta, “Quando você começou a aprender as primeiras palavras relacionadas a transgênero?”, mostram que isto parece ter um efeito significativo em como elas se veem:

*“Eu nunca tinha as palavras trans para usar”.*

*“Eu nunca dei um nome para isso e não estava mesmo ciente dos nomes TV, TS etc...”.*

*“Eu não sabia que eu era transgênero ou transexual em uma idade jovem, porque eu nunca tinha depurado com esses termos. Lembro-me de intenso ciúme das meninas que escreviam bilhetes para minha mãe dizendo que eu queria ser uma menina”.*

*“Eu não sabia de ‘trans’ como uma palavra ou uma definição”.*

*“Penso naquela época em que me sentia uma aberração porque ninguém que eu conhecia era como eu”.*

Significativamente, uma das respostas mais comuns para esta situação parece ser que, até este vo-

cabulário ser adquirido, a criança percebe a si mesma como a única pessoa transgênero do mundo. Esta é, provavelmente, uma suposição razoável para se fazer, dadas as suas circunstâncias e as informações que elas têm disponíveis, como é provável que não teria havido nenhum outro povo transgênero ao redor delas, e que, se houvesse, deveria ter escondido sua identidade de gênero também. No entanto, a aquisição deste vocabulário parece trazer com ele o reconhecimento de que existem outras pessoas como elas:

*“Lendo sobre alguém que o fez, de uma revista, quando eu tinha 12 anos e me senti surpreso que eu não estava sozinho”.*

É evidente que, a partir daí e não antes disso, ela tenha se considerado a única.

A análise destas respostas revela um surpreendente grau de experiência compartilhada (mas isolada) da infância para crianças transgênero. Esta experiência compartilhada parece ser a de se sentir diferente, do reconhecimento da não aceitação social, ocultação e/ou supressão. Esmagadoramente, elas sentem que são diferentes daqueles ao seu redor, que devam de fato ser as únicas pessoas no mundo a serem assim, e que precisam manter segredo e esconder o que sentem. Como tal, parece que ‘J’, a criança que foi objeto do estudo de Hinton (2008), referido no ponto 1 anteriormente, deva ser muito mais a exceção do que a regra. Talvez por isso, os profissionais envolvidos com o caso de J podem ter percebido que este era um caso muito raro. O cuidado, a compreensão e a sensibilidade com que foi tratado aparentemente por todos os envolvidos, tanto a escola primária quanto secundária, e por outras agências, parece ser um modelo de como meninos transexuais<sup>1</sup> aparentes devam ser acomodados dentro do sistema de ensino. No entanto, os casos excepcionais dessas crianças podem realmente ter o efeito de obscurecer a questão de como lidar com o maior número de crianças transgênero não aparentes que ainda estão provavelmente com medo de ocultar ou suprimir seus sentimentos e suas identidades de gênero verdadeiras. Isto é confirmado quando se examina os dados sobre o número de entrevistados que contaram a alguém sobre isso antes dos 18 anos de idade. Apenas 31% contaram a alguém, e a maioria destas pessoas contou às irmãs mais velhas ou amigos gays / lésbicas, uma pessoa contou a um médico, e uma ligou para o “Disque-Criança” (*Childline*)<sup>2</sup>. Em resposta à pergunta: “Se você percebesse que era transgênero quando criança, você contaria a alguém?” Dois terços dos entrevistados disseram que não, antes dos 18 anos de idade. De acordo com as respostas, parece também que, para aqueles do gênero masculino atribuído ao nascimento, a reação de dizer a alguém ou alguém descobrir sobre eles, era geralmente negativa.

*“Mamãe... ela caiu em negação e sua reação me forçou a esconder meus sentimentos durante anos”.*

*“Mamãe me pegou me vestindo, ficou furiosa e incapaz de lidar com isso. Nenhuma conversa verda-*

1 Identificam-se como meninos transexuais ou trans os jovens homens transexuais.

2 Uma linha telefônica confidencial de apoio para crianças no Reino Unido.

deira”.

*“Mamãe me disse para ser grato por ter nascido homem, já que homens têm vidas melhores”.*

*“Papai... ele tentou muito, acho que com ajuda de nossos médicos, tirar de mim tudo que fosse feminino, inclusive meu ursinho de pelúcia. Ele tentava de tudo para que eu fizesse coisas tradicionalmente masculinas, como o futebol. Nada adiantou”.*

*“Meu médico riu de mim e disse que eu sairia dessa, que eu cresceria e descobriria meninos e que iria querer ser propriamente feminina”.*

*“Ficou possesso, então não falei disso novamente”.*

Estas respostas acima são também significativas no que fortemente sugerem que, na maioria dos casos, quando as crianças se revelaram ou se assumiram involuntariamente, foram frequentemente desacreditadas ou a situação foi negada ou varrida para debaixo do tapete. No entanto, parece que, de certa forma, contar a amigos ou irmãos pode ter sido um pouco mais proveitoso:

*“Minha irmã mais velha, na verdade, descobriu e eu tive que me explicar para ela. Ela acabou sendo muito legal e nós mantivemos isso como “o nosso segredo”, por medo de preocupar mamãe e papai”.*

*“Meu namorado disse que uma das razões pela qual gostava de mim era que eu não era realmente uma menina”.*

No geral, os poucos participantes que contaram a alguém pareciam ser mais velhos, final de adolescência. Então, parece que, no mínimo, eles devam ter encontrado vocabulário apropriado para se descreverem e racionalizarem suas situações:

*“Eu contei ao meu melhor amigo, e às vezes meu namorado, que eu era uma travesti quando tinha 18 anos”.*

Neste caso, eles estariam muito mais propensos a se sentirem mais autoconfiantes, pelo menos ao ponto de saberem que não estavam sozinhos em serem transgênero.

Contudo, fica claro que a maioria das crianças e jovens transgênero não conta a ninguém e, parece que, para aqueles que o fazem, o resultado muitas vezes parece ser pior do que não contar. A sensação de isolamento, nestas circunstâncias, pode aumentar. Como tal, parece que a decisão da maioria dos participantes, de não contar a ninguém, parece justificável a partir de suas perspectivas, e acrescenta peso à sugestão de que seu radar social é bem desenvolvido. Também é muito provável que aumente a probabilidade dos não aparentes restantes, bem como, potencialmente, a probabilidade de problemas de saúde mental à medida que envelhecem.

Significativamente, isso se relaciona com a pesquisa de George Brown, 1988, que documentou a incidência relativamente alta de mulheres transexuais nas forças armadas dos EUA. Isto sugere que, para as pessoas transgênero de gênero masculino atribuído no nascimento, dissimulação, e até mesmo supressão de suas identidades de gênero, se tornam uma característica importante de suas vidas



desde a idade jovem até que elas estejam bem na vida adulta (BROWN, 2006). Esta supressão parece se desenvolver em uma tentativa mais ativa para conquistar ou superar os sentimentos de culpa que lhes foram impostos por pressões sociais, em uma tentativa de se forçarem a ficarem mais masculinas. Tal é o poder de socialização ao qual as mulheres transexuais estão sujeitas que algumas delas chegam a limites mais extremos para “provar” a masculinidade, mesmo para elas próprias. Embora essas pessoas possam representar aqueles que tentam, mais intensamente, suprimir ou superar esses sentimentos, é provável que muitas outras, se transgênero ou não, tentem fazer isso de outras maneiras durante a adolescência e no início da idade adulta. A resposta de um participante na faixa etária 26-35 foi particularmente reveladora:

*“Idade 25 anos, após uma tentativa fracassada de suicídio, eu finalmente contei a um conselheiro durante uma sessão. Foi a primeira vez que falei a palavra em voz alta”.*

Esta é uma possível explicação para a taxa comparativamente baixa de respostas à pesquisa de alguns dos grupos etários mais jovens, que ainda estão na fase em que tentam negar a si mesmos que são trans, ou até mesmo para provarem o contrário a eles próprios.

## 5 EXPRESSÃO DE IDENTIDADES DE GÊNERO

Significativamente, quando os participantes foram convidados a dizerem a extensão da autorização para expressarem suas identidades de gênero na escola, 18% e 10% das pessoas do gênero feminino atribuído quando do nascimento responderam que foram autorizados a expressar suas identidades de gênero amplamente ou tanto quanto desejassem nas escolas primária e secundária, respectivamente. Isso é um pouco inesperado quando a aceitação assumida de “Maria-rapaz” na escola primária é considerada, e se compara com 45% de liberdade de expressão de gênero permitida em casa.

A situação é, como esperado, diferente para as pessoas do gênero masculino atribuído no nascimento. Aqui, apenas 2% dos participantes foram autorizados ao mesmo nível de expressão de identidade de gênero nas escolas, tanto primárias quanto secundárias, e apenas 4% em casa. Assim, embora esteja claro que apenas em casos raros, onde as meninas transexuais<sup>3</sup> poderiam expressar suas identidades de gênero em qualquer lugar, a situação foi um pouco melhor para os meninos transexuais, embora, mesmo em casa, menos da metade deles foram autorizados a expressar suas identidades de gênero em uma base regular.

É claro que isso não significa, necessariamente, que essas crianças não expressem suas identidades de gênero; uma das características de uma grande proporção das respostas relativas às primeiras lembranças revelou como as pessoas às quais se atribuiu o gênero masculino quando do nascimento,

3 Identificam-se como meninas transexuais ou trans as jovens mulheres transexuais

em particular, começaram a usar roupas de “meninas” ou praticar atividades de “meninas” em segredo desde uma idade muito jovem:

*“No final da infância e início da adolescência, travestir-se era frequente quando os pais estavam fora de casa”.*

*“Eu passei muito tempo no banheiro brincando com essas roupas quando criança, ninguém jamais descobriu”.*

*“Eu me vestia com roupas das minhas irmãs. Eu me sentia bem, mas eu sabia que não podia deixar que alguém mais soubesse o que eu tinha feito”.*

Isto ecoa os achados de Harold Garfinkel sobre seu assunto de pesquisa Agnes (GARFINKEL, 1967, p. 285). Agnes, aparentemente ciente de sua identidade de gênero diferente desde muito jovem, empenhou-se muito para obter a sua cirurgia de redesignação genital, que na época, provavelmente, teria sido negada. Sua necessidade de se envolver neste tipo de ação, a fim de obter o que ela precisava, demonstra como ela foi capaz de exercer um grau considerável de atuação e de chegar a um entendimento das circunstâncias em que se encontrava. É provável que a maioria das crianças trans, a qualquer custo, exercerá qualquer atuação que seja para decidir até onde pode revelar seus sentimentos a outros, em particular aqueles que podem vir a prejudicá-las.

É claro que as circunstâncias físicas e sociais das crianças diferentes variam consideravelmente e nem todas teriam a oportunidade de se envolver neste tipo de expressão de segredo. É também significativo que, embora os meninos transexuais não se propusessem a fazer nada parecido com isso em segredo, é evidente a partir dos dados que, em muitos casos, apesar de terem sido autorizadas a expressar suas identidades de gênero em casa, elas não foram autorizadas a fazê-lo na escola.

## 6 IMPLICAÇÕES

Como uma população, as pessoas trans, especialmente se crianças estiverem incluídas, representam potencialmente um grupo estranho cuja existência poderia, de uma forma concebível, tornar insustentável as visões mundiais de gênero amplamente aceitas. As respostas a isto parecem, em alguns casos, terem sido as tentativas de apagamento daquilo que, para alguns, parece constituir um grupo inconveniente de subalternos (por exemplo, RAYMOND, 1980, p. 178). Um dos elementos mais importantes de Janice Raymond, e de outros escritores feministas radicais que promovem a exclusão das pessoas trans, é a controvérsia de que as pessoas transgênero em geral, e as pessoas transexuais em particular, existem como resultado da pressão dos psiquiatras patriarcais do gênero masculino para que homens se tornassem mulheres estereotipadas. Esta afirmação é consideravelmente enfraquecida pela evidência apresentada aqui, de que a maioria das pessoas transgênero sabia que eram transgêne-

ro desde muito jovens e bem antes de qualquer contato com os psiquiatras. Pode-se argumentar que esta evidência aparece principalmente para apoiar as ideias de Lori Girshick (2008), de que as pessoas transgênero são, provavelmente, mais eficazmente estudadas sob uma perspectiva sociológica, que inclui pessoas cisgênero <sup>4</sup>.

Girshick (2008, p. 5) cita W. e D. Williams: “Se os homens [e mulheres] definem situações como reais, elas são reais em suas consequências”, e problematiza identidades cisgênero, argumentando que os papéis de gênero são uma construção social em que o sistema de gênero binário do momento em operação na sociedade ocidental representa uma percepção cultural artificial. Ao citar Roughgarden (2004), Girshick (2008) argumenta que o gênero binário polarizado e restritivo é baseado em paradigmas falsos de gênero, reforçados por interpretações seletivas e culturalmente influenciadas de pesquisa científica (por exemplo, DARWIN, 1859), em vez de qualquer coisa não natural ou inerentemente problemática sobre as pessoas transgênero. Parece haver uma tensão entre as expectativas sociais de comportamento de gênero e da forma como as pessoas são naturalmente, com algumas pessoas incapazes de se adaptar às normas de gênero atribuídas a elas. O fato de que as normas de gênero são provavelmente mais impiedosamente policiadas no mundo das crianças (PAECHTER, 2007, p. 34) do que em qualquer outro momento na vida de uma pessoa, acarreta insucesso àqueles que não se adaptam em ocultar suas identidades de gênero, por medo de serem condenados ao ostracismo.

Em particular, estes dados sobre crianças trans apresenta um desafio em potencial ao conceito de gênero de Judith Butler (1990, p. 34), como um ato de “fazer” ao invés de “ser”. São estas crianças não realmente transgênero, a menos que estejam empenhadas em fazer algo que diz respeito a essa identidade? Será que os atos de chorar até dormir, rezar para que acordem como uma menina ou menino, ou desejar que possam usar vestidos, gravatas, saias, calças ou brincar com bonecas ou trens, por exemplo, quando não são capazes de se envolverem abertamente naquilo que normalmente seria considerado a expressão de gênero, contam como (trans) expressão de gênero?

As observações de Paechter (2007), de que as crianças são auto-aprendizes em identidades de gênero à medida que crescem, gradualmente se deslocando de periferias das comunidades de prática para a centralidade, são relevantes aqui. No entanto, se as crianças não são trans aparentes, é bem possível que elas parecerão serem aprendizes em um gênero que (total ou parcialmente) não é o delas. Conforme os dados apresentados na seção 3.1 sugerem, crianças transgênero não aparentes podem ainda explorar mentalmente, e em suas imaginações, aspectos do gênero com o qual mais se identificam.

Isso não significa, por exemplo, que meninas trans não usem roupas de “meninas” ou participem de algumas atividades femininas, isso significa que, sempre que possível, elas tendem a fazê-lo em segredo. Esta parece ser uma das principais experiências comuns de meninas transexuais; da mesma forma

4 Pessoas que não são transgênero.

que as crianças reencenam o que elas percebem como comportamento adulto em suas brincadeiras, crianças transgênero não aparentes parecem fazê-lo em suas imaginações, e sempre que possível, em segredo. Para elas, um elemento da aprendizagem e expressão de gênero ainda está potencialmente lá, fica apenas escondido e, normalmente, não se expressa abertamente; suas expressões públicas de gênero são para efeitos de autoproteção e para evitar o isolamento social. As provas relativas a quantos meninos transexuais têm permissão para expressar suas identidades de gênero em casa, mas não na escola, sugerem que isso pode ocorrer de uma forma diferente para este grupo, em que eles parecem não perceber a necessidade de serem tão secretos em casa como as meninas trans.

As conceituações da performatividade e interpelação de Butler aceitam que as identidades transgênero sejam construídas da mesma forma que outras. Sua referência a Althusser é pertinente aqui (BUTLER, 1993, p. 121). O argumento de Althusser, de que os indivíduos são sempre sujeitos dentro da ideologia em qualquer sociedade, significa que, como tal, as expectativas de gênero representam as consequências de interpelação dos recém-nascidos como sujeitos de gênero no nascimento, logo após e, de forma crescente, poucos meses antes do nascimento. Como tal, isto resulta na criança que é obrigada, desde uma idade muito precoce, a agir em conformidade com os requisitos situacionais de seu gênero. Ecoando, Simone de Beauvoir (1949) e Foucault (1975) Butler (1993, p. 232) argumenta: “A feminilidade não é, portanto, o produto de uma escolha, mas a citação forçada de uma norma, cuja historicidade complexa é indissociável das relações de disciplina, regulamentação, punição”.

Embora as crianças transgênero sejam submetidas a uma pressão considerável e sustentável em conformidade com os papéis de gênero adquiridos no nascimento, o que é mais notável é que, em desafio a isso, elas ainda desenvolvem uma identidade transgênera. Isto é especialmente importante porque as pressões e expectativas sociais atuais atuam para nos impulsionar, a não meramente nos comportarmos de acordo com estereótipos ideais de apenas dois gêneros, mas também a termos a expectativa de nos encaixarmos dentro das categorias de gênero binário, mesmo se não estivermos.

É preciso reconhecer que forçar as expectativas inadequadas de gênero em algumas crianças pode levá-las a internalizar expectativas irreais de suas expressões de gênero próprio. Isto significa que algumas tentarão, forçadamente, “se tornarem” um gênero que não são (ou representar uma identidade de gênero, que não é apropriada para elas), como também a executarem (no caso das mulheres transexuais) atividades hipermasculinas, a fim de tentar “se fazerem” mais masculinas (BROWN, 2006). Crianças transgênero parecem estar lutando contra suas atribuições de gênero e, ao mesmo tempo, escondendo e/ou suprimindo sentimentos, os quais acreditam não estarem em conformidade com as expectativas sociais. Variação de gênero para essas crianças pode ser caracterizada como o desempenho de uma identidade de gênero que não é própria, mas lhes é imposta por adultos e pela comunidade de gênero de prática local. No entanto, há evidências de que, como resultado dessa imposição e transfobia inter-

nalizada subsequente, muitas dessas crianças obtêm resultados bem baixos em suas habilidades escolares, deixam a escola mais cedo, são mais propensas à autodestruição ou tentativa de suicídio, e podem sofrer problemas de saúde mental no início da idade adulta (WHITTLE; TURNER; AL-ALAMI, 2007, p. 62). A existência de crianças transgênero, suas experiências reais, encarnadas de serem Monets ou Turners em um mundo de claro-escuros, levanta questões que não podem mais ser ignoradas ou apagadas. A existência secreta delas representa um desafio importante em muitos níveis, não menos do que é provisão eficaz para elas nos sistemas de educação. Se um sistema escolar tentasse coagir qualquer outro grupo de indivíduos a se tornarem pessoas que não são, para considerar um núcleo interno de suas identidades como ilegítimo e impedi-los de expressar livremente suas identidades, particularmente a partir de uma idade muito jovem, seria caracterizado como bárbaro. Contudo, parece que a maioria das escolas não apoia crianças trans até mesmo a ponto de, tacitamente, permitir ignorar, ou mesmo participar de intimidação que as obriga a esconder ou suprimir estas identidades. Estas coisas são admitidas de acontecer diariamente no caso de crianças transgênero, à medida que a maioria parece ter muito medo de revelar suas identidades para alguém. As pressões feitas em crianças trans para obedecer a um sistema de gênero, que é incapaz de lidar com este aspecto da diversidade humana e que as obriga a adotar expressão de gênero inadequado, são tão intensas que causam problemas psicológicos que se manifestam até a idade adulta. Assim, uma pesquisa mais avançada ainda é necessária para a natureza das experiências das crianças transgênero na escola e em casa, como também um programa de educação pública estabelecido capacitando essas crianças a expressarem suas identidades livres de assédio, apagamento, *bullying* e ignorância, o que resulta em suas identidades reprimidas e escondidas causando danos psicológicos à medida que crescem.

Em conclusão, uma das razões pelas quais, na sociedade ocidental, a população em geral, os médicos, alguns acadêmicos e até mesmo os próprios jovens trans estão considerando as pessoas transgênero como problemáticas, seja provavelmente a forma de ameaça que elas representam a um dos conceitos mais básicos, o gênero binário, pelo qual elas foram criadas para entender e ordenar o mundo (DEVOR, 1989, p. 46). A existência de pessoas trans mina uma das primeiras estruturas cognitivas em que as visões do mundo dos bebês são construídas. O conceito de gênero binário tornou-se tão profundamente enraizado na maneira que todos nós interpretamos uma grande variedade de aspectos do mundo, que desafia-lo será, inevitavelmente, desconfortável para alguns. No entanto, isso é importante para que uma parte da raça humana possa viver a vida que escolher, livres de pressões, emocionalmente e psicologicamente prejudiciais, para serem alguém que não são. Por conseguinte, recomenda-se que, no mínimo, as escolas introduzam o conceito de pessoas transgênero às crianças, para que crianças transexuais sejam capazes de sentir que não estão sozinhas e que suas identidades de gênero são tão válidas quanto qualquer outra. Isso também incentivaria outras crianças a se tornarem mais receptivas

com pessoas trans, não apenas em termos de seus colegas de classe, mas quando se tornam adultos também. O custo humano, especialmente para as pessoas transgênero em si, de manter a quimera de um gênero binário imutável e exclusivo está se tornando cada vez mais evidente. A internalização de auto-ódio, culpa, dúvida e baixa autoestima na infância afeta as pessoas trans ao longo de suas vidas. Qualquer sistema de ensino, ou mesmo a sociedade que permite que este estado de coisas continue, não é totalmente inclusiva como também não é totalmente humana.

## REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **DSM-IV-TR**. Arlington VA: American Psychiatric Publishing, 2000.

BRADLEY, Susan. Gender disorders in childhood. In: STEINER, Betty (Ed.). **Gender dysphoria**. Aarhus: Kluwer Academic, 1985. p. 175-188.

BRADLEY, Susan; ZUCKER, Kenneth. Gender identity disorder and psycho-sexual problems in children and adolescents. **Canadian Journal of Psychiatry**, v. 35, p. 477-86, 1990.

BROWN, George R. Flight into hypermasculinity: transsexuals in the military. In: WHITTLE, Stephen; STRYKER, S. (Ed.). **The transgender studies reader**. New York: Routledge, 2006.

BUTLER, Judith. **Gender Trouble: feminism and the subversion of identity**. New York: Routledge, 1990.

\_\_\_\_\_. **Bodies that matter: on the discursive limits of sex**. New York: Routledge, 1993.

CRESSWELL, John. **Qualitative inquiry and research design: choosing among the five approaches**. Thousand Oaks CA: Sage, 2007.

DARWIN, Charles. **Origin of species**. London: John Murray, 1859.

DEVOR, Holly. **Gender blending: confronting the limits of duality**. Bloomington: Indiana University Press, 1989.

GARFINKEL, Harold. Passing and the managed achievement of sex status in an intersexed person. and

“Appendix to chapter five”. In: \_\_\_\_\_. **Studies in ethnomethodology**. New Jersey: Prentice-Hall, 1967. p. 116-186, 285.

GIRSHICK, Lori. **Transgender voices: beyond women and men**. London: University Press of New England, 2008.

GREEN, Richard. **Gender Identity in Childhood and Later Sexual Orientation: Follow-up of 78 Males**. American Journal of Psychiatry, v. 142, n. 3, p. 339-41, 1985.

\_\_\_\_\_. **The ‘Sissy boy syndrome’ and the development of homosexuality**. New Haven, CT: Yale University Press, 1987.

HINTON, Kate. A transgender story: from birth to secondary school. In: DEPALMA, R.; ATKINSON, E. (Ed.). **Invisible boundaries: addressing sexualities equalities in children’s worlds**. Threntham: Stoke-on-Trent, 2008. p. 77-93.

INTONS-PETERSON, Margaret. **Children’s concepts of gender**. New Jersey: Ablex, 1988.

KENNEDY, Natacha. Transgendered Children in Schools: a critical review of homophobic *bullying*: safe to learn, embedding anti-*bullying* work in schools. **Forum**, v. 50, n. 3, p. 383-396, 2008.

KESSLER, Suzanne; MCKENNA, Wendy. **Gender: an ethnomethodological approach**. Chicago: University of Chicago Press, 1978.

LAVE, Jean; WENGER, Etienne. **Situated learning: legitimate peripheral participation**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

MINTER, Shannon. Diagnosis and treatment of gender identity disorder in children. In: ROTTNEK, M. **Sissies & Tomboys: gender nonconformity & homosexual childhood**. New York: New York University Press, 1999.

PAECHTER, Carrie. **Being boys; Being girls: learning masculinities and femininities**. Maidenhead: Open University Press, 2007.

RAYMOND, Janice. **The transsexual empire. London:** The Women's Press, 1980.

REKERS, George. Inadequate sex role differentiation in childhood: the family and gender identity disorders. **Journal of Family and Culture**, v. 2, n. 7, p. 8-37, 1987.

STEWART, Jay. Commentary on J's story. In: DEPALMA, R.; ATKINSON, E. (Ed.). **Invisible boundaries: addressing sexualities equalities in children's worlds.** Threntham: Stoke-on-Trent, 2009. p. 91-94.

WHITTLE, Stephen; TURNER, Lewis; AL-ALAMI, Maryam. **Engendered penalties:** transgender and transsexual people's experiences of inequality and discrimination. United Kingdom: Manchester Metropolitan University, 2007. Disponível em: <http://www.pfc.org.uk/files/EngenderedPenalties.pdf>. Acesso em: 14 Oct. 2010.

ZUCKER, Kenneth. Cross-Gender identified children. In: STEINER (Ed.). **Gender dysphoria.** New York: Plenum Press, 1985. p. 75-174.

\_\_\_\_\_. Gender identity disorder and psychosexual problems of children and adolescents. **Canadian Journal of Psychiatry**, v. 35, n. 6, p. 477- 486, 1990.



# # A transformação de professoras transexuais na escola: transfobia e solidariedade em figurações sociais contemporâneas

The transformation of transgender teachers at school: transphobia and solidarity in contemporary social figurations

MARCO ANTONIO TORRES – NUH (O NÚCLEO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA LGBT)/UFMG

## RESUMO

O presente artigo analisa o processo de transformação de duas professoras transexuais enquanto estavam no exercício de sua função docente. Esses casos possibilitam o debate acerca da especificidade da transfobia como um dispositivo da heteronormatividade nas dinâmicas relacionais da escola. Essa especificidade está relacionada à associação de transexuais e travestis à patologia e à prostituição como modo de subtração da autonomia desses sujeitos acerca do próprio corpo. As fontes de pesquisa se constituem de levantamento bibliográfico, entrevistas e observações de campo. Essas análises possibilitam o reconhecimento de redes de solidariedade e alianças estratégicas que possibilitaram a essas duas transexuais permanecerem na função de professoras, a despeito da transformação que realizaram.

**Palavras-chave:** Transfobia. Interdependências Sociais. Professoras. Transexuais.

## ABSTRACT

This article analyzes the transformation of two transgender (male-to-female) teachers at school. These cases allow the debate about the specificity of transphobia as a device of heteronormativity in the relational dynamics of the school. This specificity is related to the association of transgenders with prostitution and psychological disorders as a way of subtracting the autonomy of these individuals have about their own body. The sources of research constitute itself of a literature review, interviews and field observations. These analyzes allow the recognition of solidarity networks to strategic alliances that enabled these two transgender teachers remain in the role of teachers, despite the transformation performed.

**Keywords:** Transphobia. Social Interdependencies. Transgenders. Teachers.

## INTRODUÇÃO

Inicialmente será analisada a definição de *outsiders* simultaneamente a observações que indicam a constituição destes pelos dispositivos da heteronormatividade, especificamente a homofobia e a transfobia. Ainda que esses dispositivos possam apresentar fragilidades teóricas, eles têm se colocado de modo significativo na identificação e qualificação do problema das violências e subalternizações a que muitos/as estão expostos/as. Em seguida será especificada essa problemática na escola, contexto em que as duas professoras transexuais entrevistadas iniciaram seus processos de transformação, ou seja, o processo transsexualizador. Por fim serão analisadas algumas condições presentes naquele contexto que propiciaram a permanência dessas professoras na escola, local em que é notória a ação dos dispositivos da heteronormatividade.

Os estigmas que atingem de modo exemplar as homossexualidades foram construídos no Ocidente cristão em séculos de naturalização do casamento heterossexual monogâmico em que apenas a reprodução legitimava as relações sexuais. A forte regulamentação dos comportamentos sexuais também foi corroborada pelas ideias iluministas e do saber médico no século XIX, neste período se articulavam formações discursivas com certa autonomia do discurso religioso, conforme Ronaldo Vainfas (1997). O contexto sócio-histórico atual porta parte dos elementos discursivos derivados desses discursos morais e/ou científicos que propiciaram um modo de organização social, a partir do sexo e do gênero, que identificamos pela noção de heteronormatividade. Segundo Richard Miskolci (2009), o conceito de heteronormatividade foi proposto no início da década de 1990 por Michael Warner e se relaciona à ideia de família, reprodução e heterossexualidade. Esse conceito tem sido associado à noção de normas de gênero que definiram como “verdade para os corpos” o binarismo sexual, a heterossexualidade compulsória e o privilégio do masculino nos discursos do Ocidente segundo Judith Butler (1999). Para Butler (2006) a instabilidade dessas normas, isto é, a contingência que as revela como uma ficção é revelada na assimilação do feminino encarnado pela *Drag*, nem possível para, ou desejado por, muitas mulheres.

A heteronormatividade fornece inteligibilidade cultural aos corpos e incide amplamente nas relações sociais, pode ser observada tanto nos livros didáticos como no ambiente escolar de forma ampla (LOURO, 2001; 2010). Essa regulação se faz por meio de dispositivos dinâmicos que desclassificam, hierarquizam e eliminam seres humanos a partir da orientação sexual e identidade de gênero, constituindo-os como *outsiders*. Os *outsiders* são constituídos em relação aos que são definidos como estabelecidos, estes classificados e percebidos como seres humanos superiores (ELIAS, 2000); um e outro somente se constituem em relações sociais interdependentes, sendo a constituição do grupo dos *outsiders* fundamental para que alguns se elejam como estabelecidos. Norbert Elias (1970) propôs o conceito de figuração social para definir as interdependências sociais, sendo que a figuração estabelecidos-*outsiders* se caracteriza pela sua orientação divergente em que grupos disputam para se colocar como estabelecidos; a figuração resulta

em algo que não pode ser atribuído aos desejos e intenções individuais ou mesmo coletivos daqueles que a compõem. Deve-se acrescentar que o conceito de figuração pode indicar os mais variados agrupamentos humanos, desde grupos no interior de instituições até a formação de Estados.

Os sujeitos em conflito com as normas de gênero são marcados por estigmas que os constituem como um grupo de *outsiders*, isto é, aqueles que podem provocar repulsa, nojo, ódio, enfim, são considerados como portadores das piores características eleitas em determinados contextos sociais e históricos. Desse modo são postos em ação os dispositivos da heteronormatividade, entre os quais a homofobia que pode ser apresentada como discriminação afetiva, intelectual e política por lógicas heterossexistas (BORRILLO, 2010) que atingem preferencialmente lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT); a homofobia pode prejudicar não somente seus alvos, mas aqueles/as que deles se aproximam como familiares e amigos (BLUMENFELD, 1992). Desse modo os *outsiders* se tonam passíveis do rechaço dos demais, chegando à privação de direitos e mesmo dos afetos nas dinâmicas relacionais entre sujeitos.

Na atualidade existem disputas em diversos âmbitos que envolvem demandas de diversas ordens: pela legitimação de uniões entre pessoas do mesmo sexo, pela possibilidade de adoção de crianças por casais formados por essas uniões, pela legalização do nome social para travestis e transexuais, para o acesso aos tratamentos para redesignação sexual, entre outras demandas; em algumas localidades certas demandas têm sido atendidas parcialmente de modo que consideramos problemático; esse é o caso do processo transexualizador que para ser realizado legalmente impõe ao sujeito a patologização, passa a diagnosticá-lo como possuidor de um “transtorno de identidade de gênero” (TIG) (BENTO, 2006; BUTLER, 2006). Nesse conjunto de demandas analisamos o que se tem definido como direitos LGBT não representa nem mesmo a formalização de direitos, apenas revela a ausência de garantias jurídicas e sociais que confirmam a constituição de LGBT como *outsiders* em uma sociedade que supõe a igualdade de direitos entre seus cidadãos. As travestis e transexuais, inclusive aquelas entrevistadas para a presente pesquisa, fazem parte de figurações sociais em que são constituídas como *outsiders*, muitas vezes até mesmo entre gays e lésbicas. Para isso os estigmas que as marcam possibilitam nas dinâmicas sociais modos específicos de violência e humilhação, algo que tem sido definido principalmente na esfera pública e no movimento social de LGBT como transfobia. Essa compreensão pode nos auxiliar nas análises dos processos de transformação de professoras transexuais e o modo como na escola podemos verificar tanto a transfobia como a formação de redes de solidariedade ao redor dessas professoras.

## 1 A CONSTITUIÇÃO DAS FONTES E PERSPECTIVAS DAS ANÁLISES

As entrevistas e as observações participantes foram os métodos utilizados para se investigar os processos de transformações de professoras transexuais na escola. Nesta presente análise foram sele-

cionadas duas entrevistas que constituem um corpus empírico derivado de um conjunto de sete entrevistas realizadas entre agosto de 2010 e fevereiro de 2011. As duas entrevistas selecionadas nesta análise foram de Marina Reidel (nome social) e Amaryllis (pseudônimo), essas professoras foram escolhidas, neste artigo, por alguns elementos que as diferenciaram das demais; elas realizaram a transformação corporal em um espaço de tempo reduzido e depois que já eram professores reconhecidos por seus pares e pelo alunado. As demais entrevistadas ingressaram com a transformação em processo ou logo no início da carreira docente transformam-se gradativamente; também as duas se definiam a época da entrevista como transexuais; por fim, elas também apresentaram diferenças extremas entre si e com as demais nas negociações que faziam dentro da escola, para se sustentarem na função docente. No conjunto das sete entrevistas as professoras definem o processo de “transformação” relacionado à adequação a uma forma de vida “autêntica” e livre de um sexo-gênero atribuído no nascimento que lhes oprimia; a transformação pode ser um processo independente da realização de cirurgias, refere-se a alterações de diversas ordens para se aproximarem do que se tem definido como identidade de gênero nas políticas de direitos humanos.

A busca pela legitimação de noções como identidade de gênero e orientação sexual em políticas internacionais de direitos humanos faz parte das lutas pela despatologização de travestis e transexuais, ainda que tais noções necessitem de melhor elaboração. Essas noções possibilitam aos gestores/as públicos modos de identificação de sujeitos por compreensões menos excludentes.

COMPREENDENDO ‘orientação sexual’ como estando referida à capacidade de cada pessoa de experimentar uma profunda atração emocional, afetiva ou sexual por indivíduos de gênero diferente, do mesmo gênero ou de mais de um gênero, assim como de ter relações íntimas e sexuais com essas pessoas; ENTENDENDO ‘identidade de gênero’ como estando referida à experiência interna, individual e profundamente sentida que cada pessoa tem em relação ao gênero, que pode, ou não, corresponder ao sexo atribuído no nascimento, incluindo-se aí o sentimento pessoal do corpo (que pode envolver, por livre escolha, modificação da aparência ou função corporal por meios médicos, cirúrgicos ou outros) e outras expressões de gênero, inclusive o modo de vestir-se, o modo de falar e maneirismos (PRINCÍPIOS de Yogyakarta, 2007).

Ainda nas políticas de direitos humanos se articulem tais noções o processo de transformação é marcado pela falta de assistência qualificada e/ou de acesso a recursos de diversas ordens, muitas travestis se submetem às “madrinhas” ou “bombadeiras”, estas atuam clandestinamente e aplicam silicone com injeções nas regiões do corpo a serem modeladas; assim, no processo de transformação a assistência ocorre muitas vezes apenas por redes de solidariedade em que cafetinagem e amizades se mesclam em relações bastante complexas (BENEDETTI, 2005; PELÚCIO, 2009). As duas professoras entrevistadas

relatam suas transformações diferentemente desse contexto, geralmente elas possuíam recursos sociais e financeiros e Amaryllis, sendo que apenas esta já havia realizado a cirurgia de redesignação sexual.

Cada entrevista é uma construção dialógica do pesquisador e das entrevistadas em que as entrevistas são compreendidas como discursos tridimensionais: texto, prática discursiva e prática social. Esta perspectiva analítica da análise de discurso é tributária de Norman Fairclough (2001) que indica o discurso como qualquer texto que possibilita identificar processos de mudança social pelas correlações de termos com outros textos, isto é, pela interdiscursividade. As entrevistas permitiram afinar a noção de transfobia, analisada como um dos dispositivos da heteronormatividade, que juntamente com a homofobia, impede um acesso igualitário à escola.

O levantamento bibliográfico foi muito importante para analisarmos como a escola é um contexto marcado pela heteronormatividade em que a existência de transexuais na função docente provoca tensões. Pesquisas atuais têm revelado o quando a homofobia, como dispositivo da heteronormatividade prejudica toda a educação e a democratização do acesso e permanência de sujeitos marcados pelo conflito com as normas de gênero na escola (FIPE/MEC/INEP, 2009). Para as análises considera-se importante a apresentação de alguns trechos mais extensos das entrevistas, inclusive alguns desses com as intervenções do pesquisador, pois a entrevista pode ser pensada próxima às considerações de José Manuel Mendes (2003, p. 10):

Numa situação de entrevista, o entrevistado, mais do que comunicar ou partilhar significados, pode estar negociando suas identidades, arrastando nesse processo o entrevistador e obrigando esse negociar, alterar ou sublimar suas identidades. [...] E é nessa riqueza dialógica, nessa polifonia de vozes presentes e ausentes, que jaz toda a riqueza das entrevistas, mais do que numa busca distante e objetiva de fatos ocorridos.

A citação de trechos mais longos das entrevistas justifica-se para uma maior possibilidade analítica na leitura do texto, pois a utilização de um roteiro aberto possibilitou nuances devido às práticas discursivas do discurso. Entende-se cada entrevista como um discurso que vai além dos fatos narrados; ela também é uma busca das entrevistadas se constituírem diante de um outro e naquele contexto em que acontece a interação. Nas entrevistas estão identificadas as falas do pesquisador e das entrevistadas quando necessário e as referências ao final de cada citação referem-se à localização no corpus, este dividido em quadrantes compostos por turnos de conversão. O foco neste artigo é a transformação da professora na escola a partir do discurso do sujeito, mas não como pessoas que poderiam revelar qualquer essência de si, pois se entende que os sujeitos se constituem em redes sociais de interdependências, nem aquém ou além destas (ELIAS, 1970). Essa compreensão indica o entendimento da formação dos discursos, nas teias de interdependências em que a subjetividade passa a ser constituída nas linguagens

acessadas por esses discursos e não apenas como representação dos sujeitos.

## 2 A RESISTÊNCIA DO DISPOSITIVO TRANSFOBIA E AS DEMANDAS DE RECONHECIMENTO NAS FIGURAÇÕES SOCIAIS

Os índices crescentes de violências e humilhações contra sujeitos estigmatizados no Brasil devido à organização social heteronormativa do Estado (MOTT; ALMEIDA; CERQUEIRA, 2011; BARROS, 2012) têm alcançado a esfera pública. Coletivos e organizações compostas tanto de LGBT como grupos das políticas de direitos humanos têm demandado ações de gestores públicos e desde as últimas décadas ações como o Programa Brasil sem Homofobia (2004-2009) e o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos de LGBT (PNLGBT) (BRASIL, 2009) tem procurado dar alguma resposta, ainda que de modo incipiente, a aquelas demandas. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República do Brasil divulgou em 2012 que recebeu 6.809 denúncias de violações de direitos humanos em relação às homossexualidades, referente ao ano de 2011, sendo que 278 mortes aproximadamente estavam relacionadas à homofobia (RODRIGUES, 2012).

Travestis e transexuais, desde a década de 1990, principalmente diante das políticas de saúde em relação ao HIV/AIDS, têm se organizado em grupos e movimentos sociais (CARVALHO, 2011) que fortaleceram identidades coletivas como possibilidade de enfrentamento à violência de gênero que atinge especificamente aqueles sujeitos. O Estado, nessa ocasião, pautou a prostituição de travestis e transexuais como foco de intervenção, mais por entender esses sujeitos como parte do grupo de *outsiders* do que por reconhecer a legitimidade de direitos desses sujeitos. Isso é importante porque consideramos as violências e humilhações são maiores e mais preocupantes no caso das travestis e transexuais (CARRARA; VIANNA, 2006). Essa preocupação com travestis foi declarada pela Secretaria de Direitos Humanos por ocasião da divulgação do número das denúncias (RODRIGUES, 2012). Levando-se em conta que a transfobia não distingue nuances entre travestis e transexuais e que o estigma atinge a esse grupo de modo bastante complexo, pode-se considerar que as “travestilidades” e “transexualidades”, bem como manifestações que mais se distanciam das normas de gênero, constituem *outsiders* com maior exposição às hostilidades e ao desprezo social.

Na contemporaneidade existem lutas que desde o século XX tem buscado pela legitimação de formas de vida de LGBT, sendo que na segunda metade do século XX as homossexualidades saíram das classificações oficiais que as definiam como patologia. No caso de travestis e transexuais tem sido diferente, o “transexualismo” e o “transtorno de identidade de gênero (TIG)” permanecem como “anormalidades” em discursos médicos como no Manual Diagnóstico e Estatístico de Doenças Mentais, 4ª edição (DSM IV) e na Classificação Internacional de Doenças, 10ª edição (CID 10). Existe um movimento inter-

nacional para a despatologização das transexualidades, pois definidas e reguladas pelo poder médico tiram do sujeito a possibilidade de autonomia acerca do próprio corpo, algo definido por Bento (2006) como o dispositivo da transexualidade. Outro estigma que marca especificamente as transexualidades refere-se a sua associação com a prostituição, as drogas, entre outros elementos, que reforçam sua constituição como *outsiders*. Essa questão aparece em inúmeras pesquisas (BENEDETTI, 2005; SILVA, 2007; PELÚCIO, 2009) que tem revelam o sofrimento, as lutas e alegrias daquelas que buscam sua autonomia também como profissionais do sexo, ou simplesmente prostitutas como algumas travestis preferem ser reconhecidas.

Por isso os coletivos de travestis e transexuais, entre outros, têm proposto o termo transfobia, este presente em diversas ações propostas nas políticas de direitos humanos no Brasil e em outras localidades. A transfobia tem sido definida nesses contextos como um dos dispositivos da heteronormatividade que regula as dinâmicas relacionais que atinge de modo específico travestis, transexuais, *crossdresser*, *Drag Queens*, entre outras formas de vida que embaçam o binarismo sexual (BUTLER, 1999); essas apresentações do gênero podem ser analisadas como exemplos de indicadores de uma proposição do gênero não normativo, aberto, possível de viabilizar diferentes formas de vida experimentadas pelos seres humanos (BUTLER, 2006); a transfobia gera a desclassificação de seres humanos por relações de humilhação e justificação da violência de gênero.

Atualmente diversas pesquisas indicam a heteronormatividade e seus dispositivos como problemas na escola no Brasil (LOURO, 2001, 2010, JUNQUEIRA, 2009, PRADO; JUNQUEIRA, 2011, RAMIRES, 2011, DÍAZ; CHINAGLIA; DÍAZ, 2011) e que incide de modo significativo na vida de alunos/as e professoras/as prejudicando o desenvolvimento da educação como um todo (FIPE/MEC/INEP, 2009). Acresce o fato que na escola a homofobia é algo negado por educadores/as prejudicando as possibilidades de enfrentamento dessa problemática (DÍAZ; CHINAGLIA; DÍAZ, 2011). Neil Franco (2009) analisou que no contexto escolar professores/as LGBT ganham importância quando se constituem como um modo de enfrentamento da heteronormatividade, pois ao transitarem pelas fronteiras do gênero indicam possibilidades além da heterossexualidade compulsória. Essa percepção é bastante condicional, pois nada garante que esses/as professores/as não reforçarão as normas de gênero que corroboram a heteronormatividade.

Por fim é possível compreender transexuais e travestis, a partir de suas falas, como sujeitos que transitam pelos gêneros, ainda que pautem seus corpos pelas identidades de gênero (mulher-homem) que negam ou redefinem o gênero designado no momento do nascimento. Esses trânsitos não devem ser associados necessariamente a cirurgias, utilização de hormônios, alterações do nome civil ou comportamentos específicos. As “transexualidades” e as “travestilidades” são formas de vida em busca de legitimação e reconhecimento em figurações sociais em que a proximidade física e social entre estabelecidos e *outsiders* tem provocado um aumento de tensões nas dinâmicas inter-relacionais. As

entrevistas utilizadas na presente análise dizem dessas figurações, elas são pronunciadas por sujeitos que foram designados como homens no nascimento e hoje se definem como transexuais femininas ou simplesmente mulheres, são professoras transexuais que emergiram nas dinâmicas relacionais da escola, em uma ambiência marcada pelo dispositivo da transfobia.

### 3 AS PROFESSORAS TRANSEXUAIS NA ESCOLA

A existência de professoras transexuais e transexuais, nessa pesquisa, foi identificada em encontros demandados por coletivos de LGBT e promovidos em parcerias destes com gestores públicos, especificamente com a área da Educação, entre 2009 e 2010. No Ministério da Educação em Brasília, tivemos nosso primeiro contato com professoras transexuais que foram fundamentais para nossas pesquisas. Inicialmente encontramos Marina Reidel que se tornou uma referência para nossos debates e apresentou-nos a rede de professoras travestis e transexuais que se anunciava; poucos meses depois desse encontro conhecemos Adriana Sales que alargou nossa compreensão acerca das complexas relações dos coletivos de travestis e transexuais no movimento social de LGBT. As professoras Marina Reidel e Amaryllis foram localizadas nestes contextos, sendo que a primeira consentiu a utilização de seu nome social e a segunda preferiu ser identificada com um pseudônimo; o uso ou não do nome social era uma possibilidade que fazia parte do termo de livre consentimento assinado pelas professoras por ocasião das entrevistas. As duas professoras ingressaram na escola bem antes de passarem pelo processo transexualizador, isto é, o uso de hormônios, a colocação de próteses de silicone, a utilização diária de indumentárias femininas, o uso do nome social, entre outras questões, sendo que apenas Amaryllis, à época das entrevistas, havia realizado a cirurgia de redesignação sexual.

No relato das duas professoras a demissão de escolas foi algo presente e sempre relacionado à homofobia, ainda que nunca tivessem assumido a homossexualidade e/ou a transexualidade; quando ocorreram as demissões ninguém afirmou que o motivo fosse a orientação sexual, posteriormente elas descobriram, por antigos colegas de trabalho, que foram demitidas porque eram consideradas homossexuais, isto é, perderam seus empregos devido à homofobia. Pode-se entender como esse modo de demissão, falseando e/ou negando a homofobia na escola (DÍAZ; CHINAGLIA; DÍAZ, 2011), constitui uma coação social que obriga o sujeito a desenvolver formas de autorregulação para conseguirem permanecerem em determinados contextos sociais.

Marina Reidel foi demitida ainda como homossexual, segundo seu relato. *“Fiz magistério depois me formei com 18 anos, fui começar a trabalhar na escola particular, fui demitido por ser homossexual, não assumido, mas eu fiquei sabendo após três anos que eu não era incompetente, mas eu era gay”* (Entrevista concedida a Marco Antonio Torres em 02/2010 por Marina Reidel).



Amaryllis traz em seu discurso argumentos que expressam uma percepção complexa de suas demissões, ela considera que sua dispensa poderia ser justificada, devido sua orientação sexual. Essa forma de argumentação mostra que no discurso dos *outsiders* pode emergir a justificativa da homofobia. Segundo ela a escola contratara um professor e não uma pessoa que não sustenta uma “postura de professor”. *“Eu ganhei a conta na rádio, eu trabalhava numa rádio educativa, trabalhei onze anos, então ganhei a conta, já sabia que ia ganhar, já sabia, “ah, foi porque é corte de pessoal”, mas sabia que não era, e aí eu ganhei a conta seguidamente também, em casa, nas férias. Entrei em férias e aí quando foi em janeiro, no início de janeiro foi uma pedagoga na minha casa e ela disse assim “olha, virá uma professora de (nome da cidade) que é formada em história” que eu sabia que era mentira, “que vai tomar o seu lugar, então é pra você assinar aqui uma rescisão contratual” e eu assinei. Eu sabia, porque tu imaginas, eu não vou expor o colégio que não tem nada a ver, que quando eu fui contratada eu fui contratada como professor e fui contratada esperando uma postura de professor e agora uma coisa íntima vou expor o colégio, vou expor meus alunos, entendeu? Eu não tenho esse direito, é o que eu pensei, então por isso que eu não fiz exatamente nada contra o colégio porque o colégio que nunca me tratou mal...”* (Entrevista concedida em 2010<sup>1</sup> por Amaryllis).

No discurso de Amaryllis surge um agravante, ainda como professor, lecionava num colégio particular ligado a um grupo religioso e tinha receio de assumir/explicitar sua sexualidade. A constituição de Amaryllis como *outsider* se dá nas teias de interdependências em que as normas de gênero regulam os sujeitos possibilitando que eles se sintam como “errados”, “anormais”, merecedores da desclassificação profissional. Ela, ainda como homossexual, já havia sido dispensada de uma rádio, tendo, assim, confirmado seu lugar de *outsider* como justificativa para sua demissão: *“quando eu fui contratada eu fui contratada como professor e fui contratada esperando uma postura de professor”*. O seu discurso diz da vergonha, da percepção de inadequação diante da heteronormatividade; ela, como *outsider*, não deveria causar constrangimento aqueles gestores do colégio que na percepção de Amaryllis nunca a maltrataram, isto é, a demissão não é percebida como injusta.

A presença de um/a professor/a LGBT pode ser tão ameaçadora que alguns entendem que é indevida na escola, pois pode constituir como uma “aprendizagem”. Um/a professor/a não está na escola apenas como transmissor/a de conteúdos educacionais, seus corpos e suas vidas podem mediar significados e questões que mobilizam os membros da comunidade escolar. A presença na escola de transexuais como professoras, associada aos atos de currículo, pode colocar em xeque a heteronormatividade; deste modo as transexuais estão sempre atentas à possibilidade de serem eliminadas.

Entendemos, como atos de currículos, os movimentos escolares e as tecnologias sociais (currículos prescritos, livros, vestimentas, mídia, etc.) que significando na cultura e obedecendo a certa lógica de planejamento, constroem, ensinam e regulam o corpo, pro-

1 Omissão da data para questão do anonimato da entrevistada.

duzindo subjetividades e arquitetando modos e configurações de viver em sociedade. Com esse entendimento, partimos do princípio de que transitam modelos de gêneros nas práticas curriculares e esses projetam a heterossexualidade e a masculinidade como norma e referência (CAETANO; GARCIA, 2010, p. 115).

As experiências de Marina e Amaryllis na escola não podem ser resumidas apenas à homofobia, há também a articulação de redes de solidariedade e alianças que as possibilitaram a liderem com os dispositivos da heteronormatividade. Desde modo, elas têm conseguido serem reconhecidas como professoras em seus contextos. Essas redes são compostas por sujeitos que possibilitaram experiências de proteção e reconhecimento que as fortaleciam no enfrentamento da transfobia. As alianças surgem nas articulações com coletivos de travestis, transexuais e demais organizações de lésbicas e gays que atualmente tem conseguido pautar políticas públicas. Essas redes e alianças fazem parte das redes de interdependências sociais e emocionais em que a proximidade entre estabelecidos e *outsiders* tem provocado um aumento de tensões nas dinâmicas sociais. As emoções podem servir tanto para a manutenção da transfobia como para o enfrentamento desta. Segundo Cas Wouters (2009), as emoções são compreendidas a partir da teoria elisiana como constelações de sentimentos e comportamentos formados nas complexas redes de interdependências em que os sujeitos ligados uns aos outros, de diversos modos, formam figurações sociais (ELIAS, 1970).

As figurações sociais em que Amaryllis e Marina Reidel se constituíram são do tipo estabelecidos-*outsiders* e indicam os contextos em que as transexuais e travestis são marcadas pelos estigmas apresentados anteriormente; essas figurações podem envolver desde o grupo familiar até os grupos do mundo do trabalho. É a partir dessas figurações que elas descrevem desde a infância experiências que rejeitavam suas identificações com o feminino.

Os relatos das entrevistas indicam que essas definições heterossexistas da sexualidade infantil pode ser motivo de sofrimento para muitas crianças, levando-as a compreenderem-se, muitas vezes, como “pessoas erradas” e por vezes merecedoras da hostilidade dos demais; diferente são aqueles/as que se adéquam a heteronormatividade e passam a receber os afetos reservados aos considerados normais. Assim, podemos considerar que “as emoções também exercem uma função para os seres humanos nas relações com outros seres” (ELIAS, 2009, p.37). O sentimento de Amaryllis, naquele momento que percebia sua demissão justificável, estava relacionado às interdependências emocionais em que desde a infância são constituídos como *outsiders* aqueles/as que se distanciam do padrão heterossexual. Contudo essa não pode ser compreendida como uma verdade absoluta, pois a existência dessas professoras é um dos sinais de fissuras na heteronormatividade.

Esse processo por que passam as transexuais, isto é, sua constituição como *outsiders* podem ser compreendido pelas lógicas de coação social e autorregulação ligados diretamente ao controle das

emoções nas figurações sociais (ELIAS, 2009; BRANDÃO, 2007; WOUTERS, 2009). Entendemos que Marina Reidel e Amaryllis ao fizeram a transformação no ambiente escolar, diante de seus pares e do aluna-do, dizem das tessituras das teias de interdependências sociais e não de uma qualidade de sujeitos isolados. A partir dessas colocações pode-se considerar que o processo transformação não indica somente de alterações anatômicas, hormonais ou estéticas nos corpos dos sujeitos, esse processo também se constitui pelo desenvolvimento do autocontrole diante de tantas coações sociais que possibilitaram às essas professoras participarem de redes de solidariedade e alianças para se sustentarem na docência.

#### **4 A CONSTITUIÇÃO DE REDES DE SOLIDARIEDADE E ALIANÇAS DE AMARYLLIS E MARINA REIDEL**

A análise dos discursos das professoras permite considerar que elas enfrentam aqueles/as que as classificam como parte do grupo de *outsiders*, ou seja, elas não se caracterizam somente pela subalternização. As professoras entrevistadas também afirmam a legitimidade de sua transformação nas interdependências sociais em que se reconhecem e podem ser reconhecidas pela identidade de gênero que apresentam. Elas identificam que a transformação é uma “libertação da mentira”, depois dela sentem-se vivendo uma “vida mais autêntica”, “verdadeira”, “real”. A valorização da autenticidade nas relações sociais é uma característica do regime de emoções marcado pelo crescente alargamento do gradiente de informalização localizado desde o século XX por Norbert Elias (ELIAS, 2009; WOUTERS, 2009). Essa ambiência social marca a possibilidade de assuntos, como as sexualidades, antes reservados a esfera privada tornarem-se temas públicos, algo que sem dúvida possibilitou questionar as hierarquias impostas por uma compreensão normativa do gênero.

A emergência de professoras transexuais indica que existem sinais de uma direção do processo social em que transexuais conseguem acessar o mundo do trabalho e estabelecerem redes de solidariedade, contudo não se pode afirmar uma superação da transfobia nas figurações sociais. A possibilidade da transformação dessas professoras diante de alunos e pares está diretamente relacionada com a constituição de redes de solidariedade e alianças específicas nas interdependências sociais.

No discurso de Marina a possibilidade do processo de transformação está relacionada à rede de solidariedade com seus pares e alunos/as desde antes da transformação, sendo que ela era reconhecida como “um professor” competente e admirado nas escolas em que atuava. Nas observações de campo foi possível ouvir vários relatos de professoras/es, gestoras/es e alunos/as que relatavam a história de Marina de modo afetuoso e afirmando valores que nela reconheciam. No encontro que Amaryllis participou por ocasião da entrevista havia a presença de colegas de trabalho que reiteravam sua competência e sua importância na escola. Nesses contatos e também nas páginas de relacionamento pela

internet foi possível verificar que elas possuem uma grande aceitação por parte do alunado. No caso de Marina, o contato com colegas de trabalho revelou que havia sempre a afirmação dessas pessoas que “nem todos aceitavam tranquilamente no início”, ao referirem à transformação. Uma diretora dizia, ainda que “apavorada”, apoiou e assumiu uma posição favorável ao reconhecimento da identidade de gênero apresentada por Marina.

Marina: “[...] eu voltei em março daquele ano [referindo-se a 2007] e voltei para a escola, tenho que me situar, em junho, em maio, início de maio eu decidi. Irei fazer a cirurgia, falei com a diretora, falei assim ‘olha eu vou fazer minha cirurgia’. ‘Ah, mas você vai fazer, vai fazer plástica?’ Eu disse, ‘não, vou botar prótese de peito’. ‘Ah, e agora como é que vai ser?’ ‘Seja o que Deus quiser’.

Marco Antonio: “A diretora ficou assim...”

Marina: “Apavorada”.

Marco Antonio: “Apavorada?”.

Marina: “É, e eu também, de certa forma eu tinha um pouco de receio. Porque mesmo existindo a lei do Estado aqui, aquela jurisprudência que assim era a questão do preconceito, já era uma lei, uma lei instituída no Rio Grande do Sul e falava sobre a questão do preconceito e discriminação. Então eu usei essa lei, entendeu, usei essa lei como uma coisa que me dava respaldo à questão dos direitos, que via todas as questões muito bem claras. Mas eu usei essa lei e entreguei para direção, eles tiraram cópias, espalharam por toda a escola. Eu me afastei, fiquei um mês fora, nesse período um colega trabalhou na sala de aula, a questão preconceito, discriminação e daí falou” (Entrevista concedida a Marco Antonio Torres em 02/08/2010 por Marina Reidel).

A transformação explícita a possibilidade de um gênero menos normativo, por isso é sempre considerada algo estranho, in/desejado, bizarro; são percepções forjadas nas figurações sociais pelas normas de gênero.

O discurso de Amaryllis indica que nas interdependências sociais a construção da invisibilidade pode ser uma alternativa quando as redes de solidariedade são incapazes de fornecer o reconhecimento necessário ao sujeito. Amaryllis à época da transformação ainda precisava evitar a explicitação do processo pelo qual estava passando, assim quando foi realizar a cirurgia criou alternativas para informar o alunado.

Amaryllis: “Estava ótimo em 2004, aí eis que faltava [sic] dois meses para fazer a cirurgia de adequação, falei para os meus alunos ‘olha, a professora tem um problema muito grave, eu sofro do rim, vou fazer uma cirurgia, porque meu rim não funciona’. Minha mãe faleceu do rim”.

Marco Antonio: “É”.

Amaryllis: “Então eu vou ter que fazer uma cirurgia para... sabe, surgiu um rim e eu vou fazer a cirurgia.

*Falei para os alunos; não acreditaram, óbvio, mas é como se os alunos tivessem que acreditar, sei lá, alguma coisa, sabe, sei lá porque também, não sei, porque mas naquele momento foi o que eu usei*" (Entrevista concedida a Marco Antonio em 2010 por Amaryllis).

Ainda que ela soubesse que a história do rim não convenceria ao alunado, era uma justificativa legítima, apagar os vestígios da transformação era uma possibilidade de firmar-se como mulher. Ela, após a cirurgia de redesignação sexual passou a elaborar sua sexualidade de modo a adequar-se as normas de gênero, para isso era preciso negar a transexualidade e se afirmar por uma categoria possível de legitimação. A reação do alunado indica a ação normalizadora realizada no corpo de Amaryllis, o silêncio dos alunos/as e a ausência de dúvidas revelam aquilo que a escola não quer saber, não quer conhecer, isto é, a contingência das normas de gênero.

Um corpo escolarizado é capaz de ficar sentado por muitas horas e tem, provavelmente, a habilidade para expressar gestos ou comportamentos indicativos de interesse e de atenção, mesmo que falsos. Um corpo disciplinado pela escola é treinado no silêncio e num determinado modelo de fala; concebe e usa o tempo e o espaço de uma forma particular. Mãos, olhos e ouvidos estão adestrados para tarefas intelectuais, mas possivelmente desatentos ou desajeitados para outras tantas (LOURO, 2010, p. 21).

.Quando Amaryllis estava em um processo psicoterapêutico ao partilhar suas dúvidas recebeu a sugestão de se definir como "pseudo-hermafrodita". Essa sugestão indica um modo como as redes de solidariedade, ainda que discutíveis, podem emergir como possibilidades onde o reconhecimento da transexualidade não é explícito. A transformação na escola pode se tornar também uma nova espécie de armário ou regulador dos corpos, algo semelhante ao que faz a medicina, como sugere o dispositivo da transexualidade apontado por Bento (2006).

A necessidade de sobrevivência se destaca no discurso de Amaryllis, a sobrevivência financeira e/ou como professora. Diante dessas necessidades ela narra que precisou adiar sua cirurgia, o que indica o desenvolvimento de um autocontrole, e fazer um trabalho pedagógico de ótima qualidade como estratégias para superar a transfobia que experimentou de gestoras quando de sua transformação e durante sua experiência inicial como professor.

Amaryllis: *"[Risos]. [...] eu consegui pegar a aula no [nome do colégio], aí comecei a dar aula lá, houve sim alguns preconceitos sim, houveram [sic], mas por parte do diretor, da pedagoga não, fui acolhida. Como diz, não fui aceita, fui acolhida, e por parte dos alunos, era tão legal, que eu dava aula à noite e tinha 38 alunos na sala, dava aula no supletivo mesmo. Eu ganhei no dia do meu aniversário daquele ano, eu ganhei 37 presentes, sabe, só não ganhei um porque a menina falou assim 'olha professora, eu moro em [nome de localidade], não teve como comprar, eu sou pobre'. Eu falei 'não, tudo bem' e todo dia eu ganhava uma mar-*

*mita de uma aluna ou um aluno que me dava assim, então tinha aquela proteção”.*

Marco Antonio: *“E os presentes que você ganhou, você lembra, eram presentes para Amaryllis já?”.*

Amaryllis: *“Sempre para Amaryllis, porque daí eu já fui como Amaryllis, porque quando eu fui para o [nome do colégio] eu já fui como Amaryllis, então daí o [nome de funcionário] disse assim: ‘então eu vou colocar seu nome no crachá Amaryllis e aí quando você passar vai passar Amaryllis, que é interno e lá no livro ponto eu não coloco teu nome e você só assina. Daí depois que você assinou, que passou um mês, aí a gente manda e poucas pessoas vão saber’. Então ele foi maravilhoso”.* (Entrevista concedida a Marco Antonio em 2010 por Amaryllis).

Após sua cirurgia de redesignação sexual, ela se mudou de colégio e gradativamente tornou sua transexualidade “invisível” nas escolas. Amaryllis reconhece uma sensação de proteção na escola durante esse período, posterior a cirurgia, pois ainda que ela negasse a transexualidade, muitos/as alunos/as no início sabiam de seu processo e a reconheciam como professora e não mais professor. Essa era uma experiência mais presente entre o alunado do que entre seus pares, isto é, a transfobia era percebida como mais forte entre o professorado. Entretanto, no discurso de Amaryllis é possível localizar redes de solidariedade, em 2004, quando passou por uma experiência em que seu nome social era reconhecido e respeitado, posteriormente ela conseguiu a alteração do nome nos documentos civis. Essa utilização do nome social revela como a interdiscursividade possibilitou a essa professora o reconhecimento de uma demanda importante, pois aquelas/as que o reconheciam ainda na ausência de resoluções locais que emergiram a partir de 2008. Anteriormente o nome social era regulado apenas após os a submissão aos protocolos das cirurgias de redesignação sexual, salvo raríssimas exceções, ou nos contextos informais da vida de travestis e transexuais.

O reconhecimento do processo de transformação de Marina e Amaryllis por pares, pelo alunado, entre outros, são analisados como fundamentais para o enfrentamento da transfobia na escola. Nesse processo o nome social aparece como fundamental, o reconhecimento da legitimidade do uso de seu nome social está apoiado nas relações de solidariedade e amizade de uma gestora sensível à questão, mas também no reconhecimento da legitimidade desse uso pelo Conselho Estadual de Educação.

Marina: *“Tem, ah e aí foi muito interessante, quando começou a surgir aquele parecer dos Conselhos Estaduais sobre o nome social, o ano passado foi isso né, foi lá para outubro, novembro, fui chamada na sala da direção. Quando a diretora fechou a porta e a vice: ‘só um pouquinho que eu vou chamar a [nome da colega] também’ que é a vice. Chegou a vice e fechou a porta, eu disse ‘lá vem bomba, agora a bicha vai para o paredão, que alguma coisa ela fez que ela não estivesse sabendo, mas ela vai levar uma mijada, ou assinar a cartinha lá’. Ela disse ‘não, assim a gente recebeu do Conselho Estadual de Educação, o papel está aqui e foi enviado pra todas as escolas públicas do estado do Rio Grande do Sul, privadas, o e-mail, recebi e está aqui, a questão do nome social daí eu fui ver com o departamento social, departamento...’.*

Marco Antonio: 'Pessoal!'

Marina: 'Pessoal, como fazer, se tem como mudar alguma coisa e pi, pi, pi e pó, pó, pó... disseram que não, que ainda não ...' Como eu não mudei de nome os documentos permanecem iguais, '... só que a gente sugere então, a gente vai fazer um esforço porque é muito complicado te chamar de Marina agora porque a vida inteira eu te conheci como... [nome civil]'. Inclusive a diretora falou isso, então tu vê que volta e meia tem um '[início do nome civil]... Marina' entendeu, junto. Mas assim 'a gente não tem nenhuma discriminação, nós não tivemos nenhum pai que veio questionar, nós não tivemos nenhum problema quando tu te transformaste, só que a gente, nós, como te conhecemos, nós somos amigos, a gente tem relações fora daqui, a vida inteira a gente te conheceu, então ainda é difícil nós conseguirmos assimilar que tu hoje és a Marina'. Isso foi a fala da diretora, eu disse pra ela 'eu já sabia desse parecer porque eu sempre estou engajada nesses movimentos e eu sabia desse parecer'; 'ah, então tá, só pra dizer que nós não temos nada, nenhum preconceito, mas é difícil a gente te chamar ainda com o nome Marina'" (Entrevista concedida a Marco Antonio Torres em 02/2010 por Marina Reidel).

Os processos de reconhecimento aparecem sempre com muitas contradições. Isso aparece no discurso de Marina quando ela deduz que sua convocação poderia ser para uma reprimenda: "*lá vem bomba, agora a bicha vai para o paredão, que alguma coisa ela fez que ela não estivesse sabendo...*". A tensão constante aparece em outros momentos das entrevistas, revela a necessidade de atenção nas dinâmicas sociais regidas pela transfobia. São as disposições emocionais derivadas da perseguição e sofrimento históricos desses sujeitos.

Marina deixa claro que percebe a dificuldade posta pela gestora, porém não deixa de reconhecer o direito ao uso do nome social como resultado das lutas de grupos de LGBT. A percepção que Marina apresenta do movimento nessa questão mostra a importância das lutas sociais que pautam documentos como o *Plano Nacional de Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos de LGBT* (PNLGBT) (BRASIL, 2009), pois documentos como esse podem fornecer inteligibilidade a demandas como essa referente ao uso do nome social.

Marina Reidel tem uma participação crescente em grupos organizados de LGBT e, juntamente com outras professoras, tem articulado um grupo denominado de Rede Trans Educ com objetivo de dar visibilidade às professoras travestis e transexuais. Essa rede é analisada em outro texto ainda não publicado, contudo em 2012 o grupo já tinha localizado mais de cinquenta travestis e transexuais que se definem como educadoras. Amaryllis, ainda que vivesse como mulher, à época da entrevista, relatou cursos e atividades em que participou e reconhecia que eram atividades promovidas por grupos que defendiam e desenvolviam, nas políticas públicas da educação, o enfrentamento da heteronormatividade. Assim percebemos que os movimentos sociais/grupos de LGBT e a crescente organização de associações e grupos de travestis e transexuais constituem possibilidades de alianças fundamentais para as profes-

soras transexuais. Assim se pode considerar que nas figurações sociais as redes de solidariedade, ainda que bastante parcimoniosas, e as alianças possíveis com o movimento de LGBT foram significativas para essas duas professoras se mantivessem na função docente.

## CONCLUSÃO

A análise do discurso de Marina Reidel e Amaryllis indica as dificuldades que elas enfrentaram para se firmarem na função docente; ainda que tenhamos outros relatos de professoras travestis e/ou transexuais é patente que essas são uma minoria, pois um grande número desses sujeitos não consegue ao menos permanecer como alunos/as nas escolas. A negação da existência dos dispositivos da heteronormatividade na escola por parte de educadores/as e gestores/as das políticas públicas ainda é um grande problema para o desmonte do dispositivo da transfobia na educação. Por outro lado a importância da emergência dessas professoras deve ser considerada, pois podem indicar a outras travestis e transexuais referências sociais, reconhecimento social, entre outras possibilidades. Também a compreensão da transfobia precisa ser questionada quando quer indicar uma questão singular do sujeito, pois como dispositivo dinâmico da heteronormatividade ela funciona nos modos de organização das relações sociais e não como um elemento singular da subjetividade humana.

As redes de solidariedade e as alianças aparecem nos discursos analisados como algo de grande importância para essas duas professoras. Marina Reidel e Amaryllis, ainda que encontrassem lógicas heteronormativas cadenciando as figurações sociais, conseguiram questionar outros sujeitos quando eram desclassificadas como *outsiders*. Contudo, como essas professoras também estão cadenciadas pelas figurações sociais não se deve afirmar que elas possam ser referências para o enfrentamento da transfobia apenas por se autodefinirem como transexuais. Podemos considerar como exemplo dessa questão a diferença apresentada pelas duas professoras ao lidarem com suas transformações. Marina Reidel tem articulado com o movimento social de LGBT e associações de travestis e de transexuais uma rede de professoras visando o combate a transfobia; também suas inserções nas políticas públicas capacitam-na para se posicionar de determinado modo, inclusive possibilitando criar novas demandas à escola. Diferentemente, Amaryllis tem construído outras estratégias para vivenciar sua transformação, preferindo ser reconhecida como mulher, ainda que reconheça a importância do movimento de LGBT no combate à heteronormatividade. Essas diferenças podem, a princípio, indicar uma valoração em relação ao aspecto mais engajado da trajetória de Marina Reidel, porém, desse modo, pode-se incorrer em sérios equívocos. Na análise, aqui apresentada, ambas as trajetórias possuem seu significado no contexto em que ocorrem. A função que cada uma delas terá no processo de construção de uma escola menos excludente para travestis e transexuais somente poderia ser analisado a partir de outras informações.



Uma consideração importante é que as redes de solidariedade encontradas nos contextos dessas duas professoras parecem ter proximidades em alguns aspectos. Marina Reidel e Amaryllis, antes da transformação, eram professores competentes e respeitados nas escolas e geralmente as redes de solidariedade se constituíram desde esse período. No caso de Amaryllis a busca por competência, para apresentar algo novo na escola, foi explicitada no relato apresentado anteriormente.

Por fim deve-se perceber que a transformação em si não significa um rompimento com as normas de gênero. Ao aproximar-se na mulher idealizada pelos padrões heteronormativos essas professoras não estão livres das lógicas que sustentam o binarismo sexual. Também dificilmente se pode dizer que a tentativa de normalização das travestis e transexuais consiga êxito ou que tenha sido totalmente insuficiente, pois a verdade das normas de gênero pode ser analisada como uma ficção, ou seja, algo contingente. Observa-se que travestis e transexuais podem ser compreendidas como sujeitos que transitam pelas normas de gênero de diferentes modos em diversos contextos sociais e históricos, algo que pode revelar a ficção das sexualidades, sejam elas normalizadas e/ou não.

As possibilidades desses trânsitos realizados pelas professoras transexuais podem indicar modificações que tem ocorrido nas figurações sociais; poderia se pensar na construção de um gênero menos normativo? Talvez... Contudo, deve-se atentar que tanto a transfobia como a emergência dessas professoras transexuais está sendo nuançada nas interdependências sociais da atualidade. Nestas, grupos e sujeitos disputam: defendem ou condenam as demandas de *outsiders* por legitimação de direitos LGBT. Assim, podemos considerar precipitados quaisquer considerações pessimistas ou otimistas em relação a uma escola aberta as transexuais e/ou travestis; ainda há pouco para celebrar e já se tem algo novo para não desistir. Como uma novidade, consideramos a emergência de professoras transexuais na escola, nesse lugar onde a heteronormatividade marca posições de forma exemplar.

## REFERÊNCIAS

AMARYLLIS. **Entrevista de pesquisa concedida a Marco Antonio Torres por Amaryllis.** [Localidade omitida em função do sigilo solicitado pela entrevistada], 2010. Digital áudio em MP3.

BARROS, Ana Cláudia. Sul e Sudeste lideram ranking de homofobia no Brasil, aponta relatório. **Terra Magazine**, 14 fev. 2012. Disponível em: <<http://terramagazine.terra.com.br/interna-0,,015612397E16594,00-Sul+e+Sudeste+lideram+ranking+de+homofobia+no+Brasil+aponta+relatorio.html>>. Acesso em: 20 jun. 2012

BENEDETTI, Marcos. **Toda feita**: o corpo e o gênero das travestis. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BLUMENFELD, Warren J. **Homophobia**: how we all pay the price. Boston: Beacon Press, 1992.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia**: história e crítica de um preconceito. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BRANDÃO, Carlos da Fonseca. **Os processos de civilização e o controle das emoções**. Bauru/SP: EDUSC, 2007.

BRASIL. Secretaria Especial de Direitos Humanos. **Plano Nacional de Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos – LGBT**. Brasília, 2009.

BUTLER, Judith. **Deshacer el género**. Trad. Patricia Soley-Betran. Barcelona: PAIDÓS, 2006.

\_\_\_\_\_. **Gender trouble**: feminism and the subversion of identity. New York: Routledg, 1999. (Trabalho original publicado em 1990).

CAETANO, Márcio Rodrigo; GARCIA, Regina L. Corpo polissêmico : a trajetória e os atos de currículos de uma professora que transita na inteligibilidade social de gênero. **Revista Estudo e Pesquisa em Educação**, v. 12, n. 2, p. 113-123, jul./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.editoraufjf.com.br/...>> Acesso em: 16 dez. 2011.

CARRARA, Sérgio; VIANNA, Adriana Resende. Tá lá o corpo estendido no chão...: a violência letal contra travestis no município do Rio de Janeiro. **Physis**, v. 16, n. 2, p. 233-249, 2006.

CARVALHO, Mario Felipe de Lima. **Que mulher é essa? Identidade, política e saúde no movimento de travestis e transexuais**. 2011. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

DÍAZ, Margarita; CHINAGLIA, Magda; DÍAZ, Juan. Estudo qualitativo sobre a homofobia no ambiente escolar em 11 capitais brasileiras. **Reprolatina** – Soluções Inovadoras em Saúde Sexual e Reprodutiva,

2011. Disponível em: <<http://www.reprolatina.org.br>>, Acesso em: 12 jun. 2012.

ELIAS, Norbert. **Introdução à sociologia**. Trad. Maria Luisa Ribeiro. Lisboa: Edições 70, 1970.

\_\_\_\_\_. Sobre os seres humanos e suas emoções. In: GEBARA, Ademir; WOUTERS, Cas (Org.). **O controle das emoções**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2009. p. 19-45.

ELIAS, Norbert. Ensaio teórico sobre as relações estabelecidos-*outsiders*. In: ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Trad. Vera Ribeiro; trad. do posfácio à edição alemã Pedro Sussekind. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000. p. 19-50.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Coord. da trad., rev. técnica e prefácio à ed. Brasileira Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FIPE/MEC/INEP. **Projeto de estudo sobre ações discriminatórias no âmbito escolar, organizadas de acordo com áreas temáticas, a saber, étnico racial, gênero, orientação sexual, geracional, territorial, pessoas com necessidades especiais (deficiência) e socioeconômica**. São Paulo: FIPE/MEC/INEP, 2009. Disponível em: <[http://www.portal.mec.gov.br/dmdocuments/relatorio\\_final.pdf](http://www.portal.mec.gov.br/dmdocuments/relatorio_final.pdf)>. Acesso em: 6 out. 2009.

FRANCO, Neil. **A diversidade entra na escola**: histórias de professores e professoras que transitam pelas fronteiras da sexualidade e do gênero. 2009. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Homofobia nas escolas: um problema de todos. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade sexual na educação**: problematizações sobre homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação/UNESCO, 2009. v. 32, p. 13-52.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da Sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. p. 07-34.

\_\_\_\_\_. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001.

MENDES, José Manuel de Oliveira. Perguntar e observar não basta, é preciso analisar: algumas reflexões metodológicas. **Oficina do CES – Centro de Estudos Sociais**, Coimbra, n; 194, p. 1-27, 2003. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/194/194.php>. Acesso em: 26 jun. 2004.

MISKOLCI, Richard. A teoria queer e a sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, v. 11, n. 21, p. 150-182, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/sociologias/article/view/8863>>. Acesso em: 01 set. 2010.

MOTT, Luiz; ALMEIDA, Cláudio; CERQUEIRA, Marcelo. Epidemia do ódio: 260 homossexuais foram assassinados no Brasil em 2010. **Grupo Gay da Bahia (GGB)**, Salvador, Bahia. Disponível em: <<http://www.onu.org.br>> Acesso em: 20 dez. 2011.

PELÚCIO, Larissa. **Abjeção e desejo**: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de AIDS. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2009. 264 p.

PRADO, Marco Aurélio Máximo; JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Homofobia, hierarquização e humilhação social. In: VENTURI, Gustavo; BOKANY, Vilma. **Diversidade sexual e homofobia no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011. p. 51-72.

PRINCÍPIOS de Yogyakarta: princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero. Trad. Jones de Freitas. Rev. técnica Sonia Corrêa e Angela Collet. Yogyakarta/Indonésia, 2007.

RAMIRES, Luiz. Homofobia na escola: o olhar de um educador social do movimento LGBT. In: VENTURI, Gustavo; BOKANY, Vilma. **Diversidade sexual e homofobia no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011. p. 131-140.

REIDEL, Marina. **Entrevista de pesquisa concedida a Marco Antonio Torres por Marina Reidel**. Aracaju/SE, 2010. [Digital áudio em MP3].

RODRIGUES, Alex. Registradas 6.809 denúncias de violações aos direitos humanos de homossexuais em 2011. **Agência Brasil. Empresa Brasil de Comunicação**, 28 jun. 2012. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-06-28/registradas-6809-denuncias-de-violacoes-aos-diretos-humanos-de-homossexuais-em-2011>>. Acesso em: 03 jul. 2012

SILVA, Hélio Raimundo Silva. **Travestis**: entre o espelho e a rua. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos pecados**: moral, sexualidade e inquisição no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

WOUTERS, Cas. Mudanças nos regimes de costumes e moções: da disciplinarização à informalização. Trad. Tatiana Savoia Landini. In: GEBARA, Ademir; WOUTERS, Cas (Org.). **O controle das emoções**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2009. p. 91-118.

cr**eb**nos

# # “Na batalha”: história de vida e corporalidade travesti

“In the battle”: life history and corporality transvestite

EDMAR HENRIQUE DAIRELL DAVI – USP/SP

MARIA ALVES DE TOLEDO BRUNS – USP/SP

CLAUDIENE SANTOS – UFS/SE

## RESUMO

O objetivo desta pesquisa é compreender os significados e os sentidos que uma travesti profissional do sexo atribui à transformação de sua corporalidade ao longo de sua trajetória de vida. Em busca do corpo perfeito, as travestis cruzam as fronteiras dos gêneros criando uma sintaxe erótica *sui generis*. A fim de compreender este fenômeno, buscamos nas discussões de gênero e no método fenomenológico o suporte para analisarmos e compreendermos a vivência de uma travesti de 38 anos de idade pertencente à classe D. A análise compreensiva apontou quatro categorias: “Vivências iniciais”; “Fazendo o corpo”; “O corpo na pista”; e “Horizontes”. Estas categorias nos viabilizaram a compreender a corporalidade travesti como o substrato de uma subjetividade peculiar e subversiva. Ao se equilibrar entre o feminino e o masculino, a dor e o prazer, as travestis reivindicam a existência de um ethos específico, refletido no seu corpo vivo.

**Palavras-chave:** Gênero. Travestis. Corpo. Fenomenologia.

## ABSTRACT

The objective of the present study is to understand the meanings a sex professional transvestite attributes to her body transformation along her life trajectory. In their search for a perfect body, transvestites cross the gender borders creating a *sui generis* erotic syntax. To understand the phenomenon, we seek in the discussions on gender and in the phenomenological method support to analyze and understand the life experiences of a 38-year-old transvestite who belongs to class D. Our analyses conformed four categories: “Initial experiences”; “The make of the body”; “The body in the street”; and “Horizons”. These categories help us to understand the transvestite body as substratum of a peculiar and subversive subjectivity. Balancing between masculine and feminine, pain and pleasure, transvestites demand a specific ethos, reflected in their live body.

**Keywords:** Gender. Transvestites. Body. Phenomenology.

## INTRODUÇÃO

O objetivo deste texto é compreender os significados e sentidos que uma travesti profissional do sexo atribui à transformação de sua corporalidade ao longo de sua trajetória de vida. Excluídas da sociedade ao longo de muitos anos, as travestis vêm gozando de maior visibilidade nos dias atuais. Seja através da televisão ou da internet, a notoriedade do ser travesti aparece com mais assiduidade em nosso cotidiano (PELÚCIO, 2011). Elas se tornaram objeto de interesse acadêmico exatamente pelo fato de desnaturalizarem a noção de gênero, evidenciando a possibilidade de esta categoria ser entendida como fruto de um processo de elaboração coletiva, formada pela relação que determinadas comunidades estabelecem com o sistema de gêneros presente em uma dada sociedade (GARCIA, 2009). As travestis são referidas na literatura recente pelo termo “transgênero”, que se refere a modalidades de experiências e subjetividades nas quais se insere a ambiguidade de gêneros. Elas se aliam aos/às transexuais, às *dragqueens*, às transformistas e aos *cross-dressers* na medida em que criam identidades sociais não facilmente classificáveis como masculinas ou femininas (DUQUE, 2011). É essa ambiguidade que chama a atenção nas travestis e, muitas vezes, suscita contra elas o preconceito e a violência.

Se em períodos anteriores, como nos anos de 1950 e 1960, o travestir-se estava resguardado aos bailes de carnaval, hoje as travestis se mostram nas calçadas e avenidas à luz do dia. Como diz Hélio Silva (2007, p. 20): “O que o travesti histórico suscita não era apenas o deboche, mas também um sentimento de mistério e um ambíguo respeito, sobretudo quando o papel teatralizado era convincente e bem desempenhado, quando, enfim, o personagem realmente confundia”.

Para Judith Butler (2000), as travestis seriam vistas como seres “abjetos”, pois extrapolam as configurações da sexualidade ditada pelas regras, que são estruturadas pela inteligibilidade cultural. Essa abjeção é uma consequência da forma como o sistema de gêneros nas sociedades ocidentais se organiza a partir do que a autora denomina “matriz heterossexual”. Tal matriz reflete o entendimento da masculinidade e da feminilidade como sendo dicotômicas e opostas e na concepção de que estas entidades se atraem mutuamente, uma vez que o desejo é entendido como sendo heterossexual.

Neste sentido, vários elementos marcaram a vivência das travestis nas duas últimas décadas do século XX e no início do século XXI. De maneira sucinta, podemos destacar a permanência da violência e da discriminação, o advento da AIDS e as políticas preventivas, a explosão do consumo LGBT, a organização e visibilidade do movimento homossexual bem como a cristalização da identidade travesti (FACCHINI, 2005). Com o aumento do número de travestis trabalhando na prostituição e no mercado do sexo em geral, criou-se uma cultura específica que constituirá, dentro do movimento gay, uma pauta particular de reivindicação de direitos.

A ligação com a prostituição é o que vai marcar a imagem das travestis. No entanto, é preciso



destacar que nem todas as travestis atuam no mercado do sexo. O ser travesti na atualidade está baseado em diversas práticas e experiências que assumem diferentes significados e status, levando alguns autores (PELÚCIO, 2009; PERES, 2004) a utilizarem o termo travestilidade opondo-se a travestismo, este último ligado a conceitos médicos-psiquiátricos.

Para Peres (2004, p. 120), a **travestilidade** contempla “a imensa complexidade das formas de expressão travesti existentes, considerando a heterogeneidade dos modos de ser no mundo que é configurado pela subcultura travesti”. A travestilidade compreende, então, a utilização de um complexo sistema de *techniques du corps* (LE BRETON, 2011) para a aquisição de um novo corpo e, conseqüentemente, de uma nova identidade. Sua mobilidade em diferentes esferas do gênero e da sexualidade permite às travestis transitarem por uma multiplicidade de discursos sobre as posições de sujeito disponíveis na sociedade.

Em momento algum se pretende aqui sugerir que a prostituição e a travestilidade sejam indissociáveis. Para Pelúcio (2009), entretanto, a opção por pensar a travestilidade recortada pela vivência na prostituição é legítima, tanto mais quando se observa que o universo das ruas (a pista) é fundamental na construção da pessoa travesti; é onde ocorre, por exemplo, o processo de **amadrinhamento**, que potencializa as transformações realizadas no fazer-se travesti.

Ainda conforme Pelúcio (2009), no caso das travestis, a prostituição pode ser entendida de diversas formas, entre as quais como: 1) um trabalho que gera renda e possibilita um ambiente de sociabilidade; 2) uma maneira de ascender socialmente com a garantia de conquistas materiais e simbólicas; 3) uma atividade “desprestigiada”, em que estariam envolvidas somente por necessidade econômica e da qual sairiam assim que possível. Importa ressaltar que tais posicionamentos não são estanques e/ou definitivos e sim percepções que se entrecruzam e dialogam.

Pensando a travestilidade para além da prostituição, diversas pesquisas têm destacado a saúde e o corpo das travestis e seu acesso à educação, ao trabalho formal, à busca de seus direitos e respeito à sua cidadania. Além das pesquisas, projetos de intervenção realizados por Organizações Não Governamentais (ONGs) e por órgãos estatais ampliam o atendimento a esta população (ROMANO, 2008; TEIXEIRA; ROCHA; RASERA, 2012).

No contato com as travestis, tem-se buscado criar dispositivos para a redução de danos causados pelas drogas lícitas e ilícitas e pelo uso de hormônios e silicone industrial, dentre outras substâncias que afetam a saúde física e mental desse grupo. A discriminação e a acirrada competição no mercado do sexo fazem com que as profissionais busquem alternativas para “incrementar” seus corpos na perspectiva de atraírem mais clientes. Dessa forma, os danos causados por produtos para modificar o corpo, dentre eles o silicone industrial e os hormônios, também passaram a fazer parte de vários projetos e estudos, na medida em que as travestis bem como muitas profissionais do sexo e michês iniciam o uso

destas substâncias cada vez mais jovens. Projetos de redução de danos e pesquisas para compreender o uso dessas substâncias entre as travestis contribuem para alertar a respeito dos riscos das intervenções sobre o corpo (TEIXEIRA, 2008).

Marcos Benedetti (2005), que analisou o processo de construção do corpo travesti nas ruas de Porto Alegre, destaca as substâncias, as técnicas e os problemas que surgem quando as travestis buscam transformar seus corpos na busca de um feminino idealizado. Para o autor, o hormônio aparece como fundamental para a construção da travestilidade, pois é essa substância que, ao misturar-se ao sangue, instaura outra condição no corpo: “a condição de travesti”. Para as travestis, o hormônio se confunde com qualidades atribuídas simbólica e biologicamente ao sangue. Ele arredonda as formas, reduz os pelos, suaviza a voz etc. Ao entrar no sangue e circular pelo corpo, essa substância confere à travesti os atributos desejados da feminilidade e também os indesejados: abre o apetite e reduz o desejo sexual.

Se o uso de hormônios para feminilizar o corpo tem uma história já antiga no mundo das travestis, o silicone tem uma trajetória relativamente recente. Considerando o uso generalizado e sua importância na vida das travestis; é difícil acreditar que o silicone seja um fenômeno novo no Brasil. Don Kulick (2008) afirma que as primeiras injeções de silicone aconteceram na cidade de Curitiba em 1981. Uma travesti havia trabalhado em Paris e trouxe vários litros para injetar nas travestis brasileiras. Contudo, o autor aponta que o silicone trazido da França naquela ocasião não era do tipo industrial usado hoje, mas um produto extraído de “algas marinhas”.

O silicone industrial difere do silicone cirúrgico por não ser estéril nem puro. É largamente utilizado na indústria para as mais diversas finalidades, como na fabricação de painéis de automóveis e, na construção civil, como material de vedação. Não é difícil imaginar as sérias consequências à saúde que podem advir da injeção dessa substância, impura, diretamente no corpo.

O silicone comprado pelas travestis tem o aspecto de um líquido oleoso, grosso, incolor e inodoro. Sua viscosidade faz com que as injeções no corpo humano sejam difíceis. As travestis que trabalham como “bombadeiras” costumam usar agulhas veterinárias da espessura de uma ponta de lápis. E é preciso usar toda a força para empurrar o silicone no corpo daquelas que pagaram pelo serviço de “bombardar” (PELÚCIO, 2009).

“Ser travesti” é um processo, nunca se encerra (PELÚCIO, 2009). Construir um corpo e cuidar dele é uma das maiores preocupações das travestis. Elas estão sempre buscando o que chamam de “perfeição”, o que significa “passar por mulher”. E não por qualquer mulher, mas por uma mulher bonita e desejável. Conforme Benedetti (2005), se o hormônio é a feminilidade e a beleza que confirma os resultados da feminilização, o silicone é “a dor da beleza”. Mas nem sempre as intervenções podem ser conseguidas em clínicas de cirurgia plástica filiadas ao sistema médico oficial. Então, procura-se o caminho mais conhecido: as “bombadeiras” – em sua maioria travestis também. A elas cabe “fazer o corpo” através da inoculação desse líquido denso e viscoso no corpo de suas clientes – processo doloroso, demorado e arriscado.

Na atualidade, o silicone passa a ser o líquido sagrado para o processo de construção do feminino e, ainda, o material mais eficiente na transformação do corpo. Segundo as travestis, a aplicação do silicone, feita sem anestesia, é uma dor quase insuportável. Essa “dor da beleza” se assemelha a uma ascese necessária para o renascimento de “outra pessoa”. Mas a questão que fica é o preço que elas decidem e aceitam pagar para que possam recriar a si mesmas. Será que a satisfação de ter um corpo “feminino” se sobrepõe aos riscos inerentes a esse processo? E mais: a partir de quais critérios e influências se resolve fazer as intervenções? A quem recorrer quando acontecem os problemas?

Essas e outras questões perpassam esse trabalho e nosso intuito é compreender os significados e os sentidos atribuídos à vivência de uma travesti profissional do sexo no processo de transformação de seu corpo. Fenômeno antigo e complexo, o processo de transformação corporal ganha visibilidade nos dias de hoje. No intuito de compreendê-lo em sua complexidade, nos apoiamos nas discussões de gênero e na perspectiva fenomenológica, uma vez que elas nos oferecem uma visão significativa acerca da experiência humana na relação entre corpo, gênero e sexualidade.

## 2 MÉTODO

Para compreender os significados e sentidos, que essa travesti atribui ao seu mundo vida, recorreremos à modalidade de pesquisa qualitativa fenomenológica, que nos norteará, de forma criteriosa e pertinente (BRUNS, 2007), para chegarmos ao objetivo proposto nesta pesquisa.

A opção por um método pressupõe uma questão a ser resolvida e envolve determinada concepção ou suposição de realidade, ainda que provisória. Não é possível se falar de método desvinculado do fenômeno de estudo (FURLAN, 2008). Nesse sentido, nossa escolha traduz uma posição em termos epistemológicos e um método de inspiração fenomenológica parece o mais adequado quando se pretende investigar e conhecer o mundo vida do outro. O ato do sujeito de descrever sua história vivida não se restringe somente a dar a conhecer os fatos e acontecimentos da sua vida, mas significa, além de tudo, uma forma de existir com-o-outro; significa *com*-partilhar o seu ser-com-o-outro (DUTRA, 2002).

Por ser a fenomenologia um discurso esclarecedor, optamos pela técnica da história de vida focal, guiada por uma questão única e direta, numa linguagem coloquial à compreensão do fenômeno indagado, como estratégia de pesquisa para desvelarmos a vivência de nossa colaboradora acerca do processo de transformação de seu corpo.

É importante ressaltar que a história de vida focal é uma modalidade da história oral; nela, a colaboradora tem maior liberdade para discorrer livremente sobre as suas experiências vividas, o que vai ao encontro do objetivo da pesquisa. Para Daniel Moreira (2004), o método da história de vida focal investiga a visão da pessoa acerca das suas experiências subjetivas de certas vivências no decorrer de seu tempo vivido.

## 2.1 Procedimentos

Entramos em contato com a colaboradora, a quem foi entregue uma carta convidando-a a participar da pesquisa, explicitando o objetivo e solicitando o agendamento da entrevista. Esta foi precedida da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, em que constava a autorização para que a entrevista fosse gravada. Também se aplicou um questionário para traçar o perfil socioeconômico da colaboradora. A entrevista foi realizada em duas sessões com duração média de 50 minutos. Para maior aprofundamento da vivência do mundo vida pela colaboradora, propusemos a um diálogo norteado pela seguinte questão: “Descreva o seu mundo vida afetivo sexual em relação ao processo de transformação de seu corpo”. Esse encontro ocorreu na sede de uma ONG de apoio à população LGBT de uma cidade do interior de Minas Gerais.

## 2.2 Momentos da análise

Essa descrição foi submetida aos seguintes momentos da análise reflexiva fenomenológica proposta por Bruns (2007): o primeiro momento consiste na transcrição e releituras da descrição, com o objetivo de apreender o sentido geral do fenômeno estudado. O momento seguinte é marcado pela intenção de caminhar para a elaboração da discriminação das unidades de significado, as quais são extraídas após as releituras da descrição, tendo em vista que não existem por si mesmas, mas somente em relação à interrogação que o pesquisador dirige ao fenômeno interrogado. O terceiro momento se dá após a obtenção das unidades de significado, quando o pesquisador busca agrupá-las em temas ou categorias que expressam o *insight* psicológico nelas contido, ou seja, é a transformação da linguagem coloquial da descrição para o discurso psicológico. Neste momento, cabe ao pesquisador escolher a abordagem teórica que utilizará para analisar o fenômeno. O quarto e último momento baseia-se na integração dos *insights* contidos em todas as unidades de significado, as quais podem ser agrupadas em temas ou categorias em função das convergências dos significados atribuídos dessa colaboradora e que constituem os aspectos essenciais da estrutura compreensiva geral do fenômeno.

## 2.3 Participante

A colaboradora desta pesquisa é uma travesti que frequenta as reuniões de uma ONG de apoio à população LGBT. Foram critérios fundamentais para sua inclusão i) aceitar participar da pesquisa; ii) ser travesti e iii) ter passado pelo processo de transformação corporal, seja pela administração de hormônios e/ou pela aplicação de silicone. A seguir, apresentamos o perfil socioeconômico da colaboradora;

antes, no entanto, é preciso esclarecer que a fim de preservar sua identidade, optamos pelo uso do pseudônimo Júlia. Esclarecemos, ainda, que o motivo pelo qual nos dirigimos a ela no feminino se deve ao fato de ela se sentir e se definir a partir deste gênero.

Júlia é uma travesti de 38 anos, nível escolar ensino fundamental incompleto, pertencente à classe D e que não tem religião. Ela fez uso de hormônios e silicone diversas vezes para feminilizar o corpo e atrair clientes. Sua atuação como profissional do sexo, conforme sua descrição, já passou dos vinte anos.

### 3 ANÁLISE COMPREENSIVA FENOMENOLÓGICA

#### 3.1 Categorias de análise

De posse da descrição de Júlia e a partir dos passos apresentados anteriormente para o acesso ao seu mundo-vida, passamos à análise compreensiva que nos possibilitou o encontro dos sentidos atribuídos por ela às suas vivências. A partir daí elegemos as seguintes categorias:

Categoria 1 – Vivências iniciais: apresenta as primeiras vivências afetivo-sexuais de Júlia;

Categoria 2 – Fazendo o corpo: descreve as vivências de Júlia durante o processo de transformação do corpo com a administração de hormônios e silicone. Aqui, encontramos duas subcategorias: Hormonização e Plastificando o corpo.

Categoria 3 – O corpo na pista: nesta categoria, a colaboradora descreve os horizontes do mundo-vida e das vivências presentes no universo da prostituição.

Categoria 4 – Horizontes: nesta categoria, Júlia descreve suas perspectivas a respeito do mundo da pista e da travestilidade.

#### 3.2 Análise compreensiva

Neste momento apresentamos a análise compreensiva da descrição de Júlia. A entrevista será analisada extensivamente trazendo as unidades de significados da descrição que conformam as categorias de análise. Desse modo, passamos à análise da primeira categoria: Vivências Iniciais.

*“Eu comecei a me travesti eu tinha quatorze anos. Fui morar com outro rapaz que tinha a minha idade também de quatorze anos. Morei até meus dezessete, dezoito anos com ele. Eu me travestia pra ele, né, pro meu marido. Mas aí eu pensei em fazer pista e ele não deixava. Eu ia escondida pra rua. Ele ficou sabendo e me bateu, brigamos. Aí foi que nós separamos. Aí foi que eu virei travesti mesmo. Foi a primeira vez que eu fui pra SP e fui pra virar travesti e fazer ponto de rua à noite. Viver disso mesmo. Eu me separei também porque já não tava bom o relacionamento. Ele me agredia demais, me xingava. E a família dele não aceitava a gente junto”*

A vivência de Júlia é peculiar porque, diferentemente de muitas travestis, ela não saiu de casa indo trabalhar diretamente na prostituição. Ao estabelecer um relacionamento homoafetivo, ela se desvia do caminho trilhado pelas jovens travestis. No entanto, como ela vive em um mundo recortado pelas relações de gênero, ela reproduz os papéis da vivência heterossexual: homem/mulher; marido/esposa; rua/casa. O potencial “marido” das travestis é o *bofe*, um “homem de verdade”, aquele que reproduz em seu comportamento os valores característicos da masculinidade hegemônica.

Pelúcio (2009) destaca que neste tipo de relacionamento os maridos das travestis são geralmente ciumentos e não gostam que elas “façam pista”; isto é, que elas estejam em situação de prostituição. Os que aceitam que elas trabalhem na prostituição o fazem para serem sustentados por elas. Porém, em sua maioria, maridos ou namorados de travestis não gostam de ser vistos com suas companheiras nas ruas ou outros locais públicos. E, principalmente, escondem seus relacionamentos de suas famílias de origem. Assumir para a família seu relacionamento com uma travesti é algo complicado e a aceitação pelos parentes parece ser mais complicada ainda devido ao preconceito.

As jovens travestis “se montam” para seus maridos, pois isso confere a elas um sentido de normalidade, legitimando sua feminilidade e reforçando os padrões da heteronormatividade. Nesse sentido, é comum que estejam interditas ao marido práticas que “masculinizem” a travesti e, por oposição, o feminilize: ver o pênis dela, tocar nele, procurar carícias anais, dentre outras.

Além de descrever sua relação com o ex-marido, Júlia nos expõe algo relevante, que é a importância da noite e do grupo de travestis para dar seguimento ao processo de ser travesti: “*Foi a primeira vez que eu fui pra SP e fui pra virar travesti e fazer ponto de rua à noite*”. Para ser “travesti mesmo” e **fazer seu corpo**, ela teve de sair de casa, viver na noite em contato com seu grupo de iguais. Essa perspectiva ela nos descreve da seguinte forma:

*“Então, eu tinha uma prima que já tava em SP, ela já era travesti e me chamou pra ir morar na casa de uma cafetina lá. Lá tinha já umas meninas no pensionato. Eu fui, gostei de ficar lá e fui ficando. Foi lá que eu virei travesti. Trabalhando à noite e me prostituindo”.*

Mesmo vivendo um relacionamento anterior à passagem ao mundo da pista, Júlia identifica que é neste ambiente e com outras travestis que ocorrerá sua entrada no processo de transformação, de tornar-se travesti. É comum a transformação das travestis começar com a ruptura do mundo intrafamiliar, seguido pela necessária imersão neste mundo-vida, onde elas encontram formas de sobrevivência e aprendem, ou potencializam, a modelagem corporal.

Nos territórios da prostituição, elas ganham dinheiro, encontram e fazem amigas, paqueram, compram roupas, aprendem técnicas corporais importantes e introjetam as regras desse universo. Na análise de Benedetti (2005), é na “batalha” que as travestis incorporam os valores e as formas do feminino idealizado, tomam conhecimento dos truques e técnicas do cotidiano da prostituição, apreendem gostos

e preferências (especialmente os sexuais) e muitas vezes ganham ou adotam um codinome feminino.

Pelúcio (2009), em investigação acerca da vida das travestis profissionais do sexo em São Paulo, aponta o papel da prostituição como um espaço de pertencimento. A rua/pista/avenida ainda parece ser um espaço de referência, mesmo para aquelas que não buscam ali clientes, mas apenas um lugar de reconhecimento. Em alguns casos, parece ser necessário passar por essa experiência, devido ao seu caráter referencial, ainda que seja apenas para compreender que não é aquilo que se deseja.

Nesse novo mundo, Júlia começa seu processo de hormonização:

*“Primeiro eu comecei tomando o hormônio. Aquelas injeções de duas vezes por dia. No começo fica mais feminina, pele bonita, mais arredondada. Mas se não tomar cuidado a neça [pênis] perde a força, você não sobe [ter ereção]”.*

Observamos que Júlia vivenciou algumas dificuldades: harmonizar e feminilizar o corpo com o cuidado de não diminuir a ereção. Submetidas às demandas do mercado sexual que exige delas um pênis quando os clientes desejam ser penetrados, as travestis transitam pelo masculino e o feminino criando, assim, um universo de sentidos relacionado a ambiguidade corpórea. Rodrigo Borba (2011) observa que elas chegam a anunciar essa ambiguidade por meio da expressão “corpo de Eva com o melhor de Adão” em panfletos e anúncios de jornais para atrair clientes.

Diante da impossibilidade de ereção da travesti no relacionamento sexual com os clientes, elas, em geral, lançam mão de alguns artifícios. Um dos mais comuns é o recurso a outra modalidade de prática sexual, como o sexo oral. Outro recurso são os chamados “truques da mona”, enganando o cliente ao simular uma introdução anal com o pênis quando, na verdade, isso é feito com os dedos (PELÚCIO, 2011).

Se os hormônios geram efeitos colaterais, Júlia aponta os benefícios do silicone, o que observamos na subcategoria *plastificando o corpo*:

*“Depois eu bombei, coloquei um pouco de silicone na minha bunda. Coloquei mais um litro aqui nos meus peitos. Com o tempo, eu fui progredindo. O meu cabelo foi crescendo porque antes eu usava mega-hair, né. Agora é natural mesmo. Pinto ele de loiro pra ficar mais chamativo, dá um brilho assim na noite, né. Você tem que ficar assim mudando pra não ficar batida, sabe? O cliente quer novidade, coisa diferente. ... Eu ainda faço pista a noite. Mas é muito pouco. Colocar o silicone foi dolorido, mas ficou mais satisfatório assim pra mim. Melhor que o hormônio”.*

Para Júlia, as aplicações de silicone representaram um “progresso” na construção de seu corpo. As travestis fazem novas aplicações para corrigir erros das aplicações anteriores. Além disso, podemos observar outro importante elemento do universo travesti: o destaque dado ao cabelo. Este é usado como estratégia para chamar a atenção dos clientes: alongar e pintar os cabelos compondo cortes femininos ousados ou chamativos. Mexer nos cabelos longos é um ato muito usual entre elas, em uma tentativa de mostrar sensualidade (PELÚCIO, 2009).

Júlia corrobora a crença na “dor da beleza” como algo necessário à condição travesti. Para Andrieu (2004) a postura de suportar a dor reveste este evento com o caráter de um ritual de passagem, de uma inscrição simbólica que, no próprio ato de sua consolidação, permite ao sujeito passar a um novo estado. Esse é o caso, notório, de muitas práticas coletivas próprias a diferentes culturas que ritualizam intervenções irreversíveis sobre o corpo como separação de uma determinada condição de iniciação e alcance do novo status. O processo de transformação autoriza atos e gestos diferentes e Júlia tem sua autoestima acentuada.

Muitas travestis dizem que o silicone é algo “divino” porque transforma o corpo rapidamente (PELÚCIO, 2011). Paradoxalmente, o desejo de ter um corpo feminino “bombado” se sobrepõe aos riscos implicados nessa construção. No entanto, como observou César Sabino (2004) em sua pesquisa entre fisiculturistas cariocas, antes de julgar esses procedimentos utilizados na busca de um corpo específico como ignorância ou irracionalidade, devemos observar o aspecto social que confere significado a tal prática. Esta, frequentemente, está imersa em sistemas simbólicos com lógica própria, onde a dor e o sacrifício aparecem como preço a ser pago e possibilitam a aceitação em grupo restrito.

Apesar de apelar para “coisas diferentes”, Júlia tem poucos programas devido à sua idade. Duque (2011) aponta que as travestis que aplicaram muito silicone no corpo, como é o caso de Júlia, são chamadas de “travecões”. Estas também são denominadas “penosas” por causa da precária condição financeira que possuem e que não permite fazer aplicações em clínicas de estética (DUQUE, 2011). Além disso, outros fatores são destacados por Júlia na categoria *o corpo na pista*:

*“A vida da prostituição nunca teve problema com eles [família] não. Pra mim deu problema por causa das drogas. Eu já fui usuária de crack, fumei durante um tempo. Não mexo mais com isso mais. Mas ainda cheiro pó de vez em quando. Assim, tem que usar a droga pra aguentar a noite, né? Acho que ninguém consegue levar essa vida sem cheirar, sem fumar. ... E eu tenho o caso da Aids, tenho HIV positivo. ... Hoje eu faço tratamento no ambulatório [DST/AIDS] sou portadora do HIV. E por isso faço tratamento lá na DST. Eu tomo os remédios, mas eles me deixam muito fraca, sabe? E tem aquela doença ... lifo ... distrofia, é isso? [lipodistrofia], que deixa a gente mais magrinha. Fica fraca. Eu acho que é por isso, pela doença que eu tenho pouco programa”.*

Júlia traz à tona aspectos que assombram muitas travestis: a dependência química e a contaminação pelo HIV. Para Peres (2011), síndromes psiquiátricas como crises de ansiedade, angústias e quadros graves de depressão muitas vezes levam as travestis a recorrer ao uso abusivo de álcool e drogas, aumentando os níveis de vulnerabilidades que as expõem aos riscos de estigmatização e de exposição à infecção às DST/AIDS. Peres (2011) ainda destaca que o vício se torna o recurso acionado para contornar as pressões cotidianas, o insucesso com o processo de feminilização, o envelhecimento, a solidão e o estigma.



Existe, ainda, uma visão que tende a endemizar a AIDS como própria das travestilidades. A AIDS tem sido termo de acusação e como tal é atribuída para sujar, comprometer e desvalorizá-las (PELÚCIO, 2009). Pode ser, também, experimentada como culpa ou consequência de uma vida desregrada, marcada por uma sexualidade exacerbada e pelo rompimento das normas. Duque (2011) aponta que a noção de culpa e de impureza entre as travestis cria o sentimento de medo diante de determinadas doenças. Afinal, para muitas travestis, “contrair a doença através da prática sexual parece depender mais da vontade, e, portanto, implica culpabilidade” (DUQUE, 2011, p. 116). Ao assumir a culpa por seus “deslizes”, reforçam os sentimentos de inferioridade que já se mostram intensos em seu cotidiano.

O rol de dificuldades pelas quais passam as travestis que estão “na pista” é longo – repressão policial, assaltos, brigas, ofensas proferidas pelos transeuntes. Até “pegar o jeito”, medo e insegurança são uma ameaça a ser enfrentada pelas travestis que se prostituem. O corpo precisa aprender a suportar o frio, os longos períodos em pé, o sono e muitos outros desafios.

Os desafios enfrentados por Júlia hoje são outros – as consequências do tratamento do HIV. Os coquetéis e remédios tomados geram diversos efeitos: emagrecimento, náuseas, vômitos, queda de cabelo etc. A autoestima também diminui devido às mudanças corporais e, principalmente, pelo preconceito das pessoas que interagem com ela. Pelúcio (2009) aponta que o modelo preventivo de apoio às travestis muitas vezes tem como foco apenas o tratamento das infecções sexualmente transmissíveis; no entanto, negligenciando o suporte psicológico e social a esta população. “‘SIDAdanizadas’, as travestis precisam abdicar de uma cultura própria, sem terem uma contrapartida que faça suas vidas mais habitáveis” (PELÚCIO, 2009, p. 132).

Apesar dos muitos tropeços reservados para as que enfrentam as fronteiras de gênero insistentemente demarcadas, Júlia procura manter-se “no salto”. Nesse sentido, ela traz uma reflexão sobre a condição das travestis, conforme observamos na categoria *horizontes*:

*“Assim eu queria falar uma coisa tipo ... uma mensagem assim, pode?... Pras meninas que tão caindo agora [entrando na prostituição] eu dou conselho. Eu falo pra não usar a droga. Né, usar bastante camisinha. E se tiver um jeito delas sair fora e não ir pra prostituição, procurar assim um caminho profissionalmente pra elas trabalharem, seria bem melhor pra elas do que nós que vivemos no passado, e eu que vivo até hoje, dependendo da rua. Que é meio doloroso, que é meio difícil porque tem muita covardia na rua. Eu sempre falo pras mais novas que estão caindo agora que não pode ficar assim sem saber sobre as coisas, os perigos da noite”.*

Nesta descrição de Júlia, observa-se sua reflexão acerca da condição travesti e do seu mundo-vida. Júlia deixa para as travestis mais jovens um conselho importante a respeito de duas questões que perpassam as travestilidades na atualidade: uma que se refere à restrição do uso das drogas e outra acerca da prevenção das doenças sexualmente transmissíveis. Aqui, se desvela o pressuposto de que apenas a

profissional do sexo tem como obrigação se cuidar, isto é, usar preservativos em todas as relações e se afastar das drogas. Essa assimetria de obrigações e deveres desincumbiria o cliente de ter ele próprio de usar camisinha e de não oferecer drogas para as travestis. Aliás, as travestis e as outras profissionais do sexo são os alvos preferenciais das campanhas de conscientização – dificilmente consegue-se chegar aos seus clientes para se fazer intervenções de orientação e conscientização (ROMANO, 2008).

É preciso que se considere, com relação ao comportamento dos clientes, que os momentos que antecedem o ato sexual, de fato, podem ser tensos e angustiantes. Há o medo de ser visto por conhecidos, os conflitos internos em relação à sua prática sexual, ao mesmo tempo em que há a excitação de estar fazendo algo transgressor, de realizar uma fantasia, e de estar diante da orientação do desejo que os atrai, de uma sexualidade que os atrai e repugna ao mesmo tempo (PELÚCIO, 2009). Com tudo isso, a camisinha torna-se um elemento que, muitas vezes, só é lembrado no fim do ato sexual ou quando (e se) a travesti propõe. Contrair AIDS ou qualquer outra doença sexualmente transmissível é um medo que está subsumido ao da perda da masculinidade, este sim, acontece corriqueiramente, quando alguém é flagrado ou apontado como cliente de travestis (PELÚCIO, 2009).

Júlia descreve a possibilidade que as travestis têm hoje de procurarem outro tipo de trabalho. No entanto, ao transitar entre os gêneros, as travestis acabam por levantar suspeitas sobre sua honestidade e seu caráter. Assim, muitas empresas não as contratam, restando a elas a iniciativa de se proverem com as próprias mãos e procurarem seu sustento naqueles setores da economia em que há tolerância à travestilidade: os salões de beleza e de moda, as cozinhas de restaurantes etc.

Para Luciene Jimenez e Rubens Adorno (2009), o contexto homofóbico no espaço escolar e no mercado de trabalho não deixa dúvidas quanto à rejeição àquelas que não conseguem se invisibilizar: as travestis e as transexuais. Além disso, os autores observam como gays e lésbicas parecem ser alvos diferenciados da homofobia comparativamente às pessoas *trans*, o que implica estratégias diferenciadas de torná-las invisíveis no mercado de trabalho e as lançam em complexos contextos de negação e/ou negociação da visibilidade de suas identidades sexuais. Conforme relata uma travesti entrevistada pelos autores: “*Firma não dá camisa pra viado, não!*” (JIMENEZ; ADORNO, 2009, p. 352).

Assim, ser diferente em áreas onde a heterossexualidade é compulsória, como o mercado formal de trabalho, não há muitas oportunidades para as travestis participarem ou competirem neste setor. Elas muitas vezes acabam escolhendo atividades onde se sentirão menos discriminadas.

Da análise da descrição de Júlia, observa-se a necessidade das travestis buscarem novos trabalhos e reivindicarem seus direitos. Hoje a maior presença das travestis em espaços fora dos guetos (em revistas, programas televisivos e nas ruas), o crescimento do movimento social por direitos e dignidade e o surgimento e barateamento das tecnologias estéticas está conformando uma nova geração de travestis (DUQUE, 2011). Em alguns anos, as ruas e avenidas, do Brasil ou da Europa, possivelmente não serão

mais o lugar privilegiado de construção da subjetividade e corporeidade travesti.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A população LGBT vem ganhando espaço, ocupando cargos públicos, conquistando políticas e programas sociais que apoiam suas causas. As travestis dentro desse cenário passaram a atuar como um segmento, inclusive fundando, nos anos 90, a Articulação Nacional das Travestis, Transexuais e Transgêneros (ANTRA), na perspectiva de criar uma agenda de reivindicações específica para o público *trans*.

Junto com a mobilização política observa-se também o aumento de pesquisas (PELÚCIO, 2009; KULICK, 2008; DUQUE, 2011; TEIXEIRA, 2008) e programas de apoio a esta população. Muitas vezes, fomentadas por programas de saúde pública e redução de danos, as pesquisas enfocam a cultura da travestilidade com o objetivo de compreender os significados e os sentidos que estas pessoas atribuem ao corpo, à sexualidade, ao uso de hormônios, às aplicações de silicone, ao consumo das drogas lícitas e ilícitas etc.

Dar voz às travestis possibilita compreender este universo particular que se desenvolve no corpo e na rua. Na rua ou “pista”, a travestilidade surge como uma linguagem, um modo de ser com o qual as jovens travestis devem se identificar e construir a sua subjetividade e ser compreendidas na sua maneira de ser, sentindo-se pertencentes a uma cultura. Contudo, o pertencimento e a proteção do meio não são absolutos, eles são determinados pelas regras do ambiente e pelas condições de concorrência do mercado sexual; neste sentido a travesti tem de ter um “jogo de cintura” para lidar com a agressividade dos clientes, com o poder das cafetinas e com a competição das outras travestis (PELÚCIO, 2009; KULICK, 2008; DUQUE, 2011; TEIXEIRA, 2008).

Essa ambiguidade do meio também se observa em seus corpos. Ao iniciar o processo de transformação, a travesti mantém o cuidado constante de sua corporalidade (PELÚCIO, 2009). Os hormônios ajudam a reduzir as características masculinas, diminuem os pelos, a barba, arredondam as formas e suavizam a voz (KULICK, 2008). No entanto, conforme argumentado acima, a hormonização pode afetar o desejo sexual e engordar as travestis. Elas devem, então, procurar o equilíbrio para não perderem a forma nem os clientes que desejam ser penetrados (GARCIA, 2009).

Se há a necessidade de se conter no uso dos hormônios, as aplicações de silicone exigem um cálculo mais elaborado e demorado. A prática de “bombar” o corpo é um processo mais perigoso e se feito de qualquer forma pode ter consequências desastrosas para a vida da travesti. Neste sentido, elas procuram conhecer os locais do corpo mais apropriados para aplicar o silicone, a “bombadeira” mais “capacitada” para fazer o trabalho e mobilizam recursos econômicos e psicológicos para conseguir passar por esse processo arriscado e doloroso.

Dessa forma, a vivência travesti se dá pela “*trans*-corporeidade” e no universo da prostituição. Estas duas dimensões interagem de forma indistinta porque o corpo está enraizado no mundo. Nossa colaboradora Júlia nesta pesquisa compartilhou sua vivência e nos relatou sua história de vida; com ela compreendemos que a travestilidade é construída em um jogo contínuo no qual o corpo, a sexualidade e o gênero se reconstroem concomitantemente na relação com os outros e com seu mundo-vida. Para Júlia, pertencer ao gênero masculino ou feminino não esta inscrito nos seus genes ou na sua biologia como algo definitivo, mas se reconfigura na relação com os outros: maridos/namorados, clientes e colegas travestis. Compreender o mundo-vida de Júlia e de outras travestis é importante para pensar sobre a vulnerabilidade desta população e criar dispositivos de proteção e de enfrentamento à violência e à discriminação.

## REFERÊNCIAS

ANDRIEU, Bernard. **A nova filosofia do corpo**. Lisboa: Instituto Piaget, 2004.

BENEDETTI, Marcos. **Toda feita**: corpo e gênero das travestis. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BORBA, Rodrigo. Narrativas orais e (trans) masculinidade: (re)construções da travestilidade (algumas reflexões iniciais). **Bagoas**, n. 06, p. 181-210, 2011.

BRUNS, Maria Alves. A redução fenomenológica em Husserl e a possibilidade de superar os impasses da dicotomia subjetividade/objetividade. In: BRUNS, Maria Alves; HOLANDA, Adriano (Org.). **Psicologia e pesquisa fenomenológica**: reflexões e perspectivas. São Paulo: Alínea, 2007. p. 65-76.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. In: LOURO, Guacira. (Org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 151-172.

DUQUE, Tiago. **Montagens e desmontagens**: desejo, estigma e vergonha entre travestis. São Paulo: Annablume, 2011.

DUTRA, Elza. A narrativa como uma técnica de pesquisa fenomenológica. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 7, n. 2, p. 371-378, 2002.

FACCHINI, Regina. **Sopa de Letrinhas?** movimento homossexual e produção de identidades coletivas

nos anos 90. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FURLAN, Reinaldo. A questão do método na psicologia. **Psicologia em Estudo**, v. 13, n. 1, p. 25-33, 2008.

GARCIA, Marcos. Alguns aspectos da construção do gênero entre travestis de baixa renda. **Psicologia USP**, v. 20, n. 4, p. 597-618, 2009.

JIMENEZ, Luciene; ADORNO, Rubens. O sexo sem lei, o poder sem rei: sexualidade, gênero e identidade no cotidiano travesti. **Cadernos Pagu**, v. 1, n. 33, 2009.

KULICK, Don. **Travesti**: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

LE BRETON, David. **Antropologia do corpo e modernidade**. Petrópolis: Vozes, 2011.

MOREIRA, Daniel. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira, 2004.

PELÚCIO, Larissa. **Abjeção e desejo**: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de AIDS. São Paulo: FAPESP, 2009.

\_\_\_\_\_. Desejos, brasilidades e segredos: o negócio do sexo na relação entre clientela espanhola e travestis brasileiras. **Bagoas**, n. 06, p. 15-47, 2011.

PERES, William. Travestis: subjetividades em construção permanente. In: UZIEL, Ana Paula; RIOS, Luis Felipe; PARKER, Richard (Org.). **Construções da sexualidade**: gênero, identidade e comportamento em tempos de AIDS. Rio de Janeiro: Pallas, 2004. p. 115-128.

\_\_\_\_\_. Travestis: corpos nômades, sexualidades múltiplas e direitos políticos. In: SOUZA, F.; SABATINE, T. (Org.). **Michel Foucault**: sexualidade, corpo e direito. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011. p. 69-104.

ROMANO, Valéria. As travestis no Programa Saúde da Família da Lapa. **Saúde e Sociedade**, v. 17, n. 2, p. 211-219, 2008.

SABINO, César. **O peso da forma**: cotidiano e uso de drogas entre fisiculturistas. 2004. Tese (Doutorado

em Ciências Humanas – Sociologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <<http://sociologia.com.br/divu/colab/d20csabino.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2011.

SILVA, Hélio. **Travesti**: entre o espelho e a rua. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

TEIXEIRA, Flávia. L'Italia dei Divieti: entre o sonho de ser europeia e o babado da prostituição. Dossiê: Gênero no tráfico de pessoas. **Cadernos Pagu**, n. 31, p. 275-308, 2008.

TEIXEIRA, Flavia; ROCHA, Rita; RASERA, Emerson. Construindo saberes e compartilhando desafios na clínica da travestilidade. In: MISKOLCI, R.; PELÚCIO, Larissa (Org.). **Discursos fora da ordem**: sexualidades, saberes e direitos. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2012. p. 155-178.

# # Nascimentos em tela: explorando o potencial transformador em blogs de vídeo no YouTube

Screen-Births: exploring the transformative potential in trans video blogs on YouTube

TOBIAS RAUN – UNIVERSIDADE DE ROSKILDE/DINAMARCA

TRADUÇÃO DE JAQUELINE GOMES DE JESUS – UNB/DF

## RESUMO

O artigo tem seu ponto de partida na investigação de doutorado de Tobias Raun, explorando os inúmeros blogs de vídeo (vlogs) no YouTube onde pessoas trans (usando hormônios e/ou cirurgia para alterar seu corpo) documentam e discutem sua transição de gênero. O artigo apresenta uma caracterização da mídia vlog como está sendo posta em prática pelas pessoas trans, argumentando que o vlog opera tanto como um diário, uma autobiografia, e como um veículo de comunicação e conexão social. Além disso, Tobias Raun levanta questões como: que tipo de possibilidades uma nova mídia como vlogs permite em relação a representar e negociar o significado da identidade trans? Possibilitam os vlogs trans um senso de autonomia e ajudam a criar visibilidade política e ação política?

**Palavras-chave:** Estudos Transgênero. Transexualidade. Blogs de Vídeo. Pesquisa na Internet. Cultura Participativa. Autorrepresentação. Autobiografia.

## ABSTRACT

The article takes its point of departure in Tobias Raun's PhD research, exploring the numerous amounts of video blogs (vlogs) on YouTube where trans people (using hormones and/or surgery to alter their body) document and discuss their gender transition. The article offers a characterization of the vlog medium as it is being put to use by trans people, arguing that the vlog medium as it is being put to use by the trans people, arguing that the vlog operates as both a diary, an autobiography, and as a vehicle of communication and social connection. Furthermore, Tobias Raun raises questions like: What kind of possibilities do a new media like vlogs enable in connection to represent and negotiate the meaning of trans identity? Can the trans vlogs enable a sense of empowerment and help create political visibility and political action?

**Keywords:** Transgender Studies. Transsexuality. Video Blogs. Internet Research. Participatory Culture. Self-Representation. Autobiography.

## INTRODUÇÃO

*“Então, hoje é meu primeiro dia, estou nascendo, eu acho...”* (Wheeler, homem transexual de 18 anos dos Estados Unidos da América – EUA).

Este artigo tem como seu ponto de partida os numerosos blogs de vídeo (vlogs) no YouTube (youtube.com), onde transexuais (usando hormônios e/ou cirurgia para alterar seu corpo) documentam e discutem sua transição de gênero. A transição é frequentemente articulada como um nascimento ou um renascimento, sinalizando um novo começo de vida e uma nova identidade. “Trans”, nos seus muitos significados e configurações, parece ser um nome apropriado para esses vlogs, tanto quanto uma configuração fecunda e instigante para se lidar com eles. Neste artigo utilizarei o termo “trans” de três maneiras diferentes, como uma categoria de identidade (transexual), como um movimento de se tornar (transição) e como uma caracterização da mídia vlog (mídia trans).

Vou argumentar que o vlog opera como algo entre uma autobiografia, um diário e um veículo de comunicação e conexão social. As perguntas que eu vou procurar responder são: como essas várias formas de “trans” são expressas nos vlogs e qual poderia ser o potencial transformador?

### 1 “TRANSMITA VOCÊ MESMO(A)”: INTRODUÇÃO AO CONTEXTO DE PESQUISA

O número de vlogs trans aumenta rapidamente na plataforma multimídia YouTube. O YouTube, como uma plataforma, foi oficialmente lançado “com pouca fanfarra em junho de 2005” (BURGESS; GREEN, 2009a, p. 1), uma vez que começou como um *site* de compartilhamento de vídeo conduzido por três estudantes (DIJCK, 2009, p. 42). O Google adquiriu o YouTube em outubro de 2006 e no início de 2009 ele estava entre os dez *sites* mais visitados em nível global. No início o YouTube vinha com a assinatura “Seu repositório de vídeo digital”, mas hoje ela foi alterado para “Transmita Você Mesma(o)” (*Broadcast Yourself*, mantido em inglês no Brasil), uma mudança do *site* como um armazenador pessoal para uma plataforma de auto-expressão (BURGESS; GREEN, 2009a, p. 2-4). O YouTube é uma plataforma “confusa”, contendo uma ampla variedade de videoclipes, clipes de TV e vídeos de música oriundos de mídias tradicionais, bem como conteúdo criado pelos usuários, como vlogs. De acordo com Jean Burgess e Joshua Green (2009a, p. 7), o YouTube é “um *site* de cultura participativa”. Cultura participativa é um termo introduzido por Henry Jenkins (2006) para descrever o que ele de mudança paradigmática na cultura da mídia no sentido de uma maior participação e democratização. Como Jenkins (2006, p. 24) afirma: “As audiências [...] estão exigindo o direito de participar no âmbito da cultura”. Tecnologias digitais mais acessíveis e uma plataforma para compartilhar o conteúdo criado pelo usuário permitem que potencialmente todas as pessoas possam se expressar e “res-



ponder". Vlogs são razoavelmente baratos e tecnologicamente fáceis para usar e produzir, geralmente reque-rendo nada mais do que uma *webcam* e habilidades básicas de edição. De acordo com recente estudo do YouTube feito por Burgess e Green (2009), a criação de vlogs (vlogar) é uma forma dominante de conteúdo criado por usuário entre os clipes "mais discutidos" e "mais respondidos" no YouTube. Logo, "vlogar" é "uma forma emblemática de participação no YouTube" (BURGESS; GREEN, 2009b, p. 94). Os vlogs também podem ser vistos como parte do que Nicole Matthews (2007, p. 435) tem caracterizado como uma mais ampla "cultura confessional", incluindo gêneros de mídia como blogs, *talkshows* televisivos, *reality shows* e um fenômeno como o das *webcams*.

## 2 CONHECENDO OS YOUTUBERS: ÉTICA EM METODOLOGIA E PESQUISA NA INTERNET

Eu me deparei com os vlogs trans quando eu estava à procura de informações e visualizações das transformações corporais com o uso de hormônios, a fim de preparar-me para a minha própria transição. Utilizei termos de busca como "trans", "transgênero", "homem trans", "mulher trans", "FtM (Female to Male)", "MtF (Male to Female)", etc. Minha hipótese era que eu iria encontrar poucos exemplos de pessoas divulgando pela internet sua transição de gênero, mas para minha surpresa havia vários. Além disso, descobri que os youtubers começaram a vlogar sobre sua transição por volta de 2006/2007 e agora isso era um gênero em si, com determinadas características. Parecia ter sido desenvolvido um modelo de como lidar com o público, como aparecer ou se apresentar na tela e como documentar e discutir a transição. O primeiro youtuber que conheci foi "Jan", testando sua nova voz enquanto cantava, e "Érica", falando sobre sua "Vida Transgênero". Eles apareceram quando eu digitei as palavras de pesquisa acima mencionadas e cliquei em seus "canais pessoais", onde vi o resto de seus vlogs. O canal serve como um perfil pessoal desenvolvido para apresentar uma curta descrição pessoal, miniaturas de vídeos que o youtuber carregou, membros que o youtuber subscreve, vídeos de outros membros que o youtuber escolheu como favoritos, listas de membros que são amigos e assinantes do youtuber e uma seção onde outras pessoas podem deixar comentários. Esse canal pessoal frequentemente coexiste com um perfil no MySpace, uma página e um blog comum em qualquer lugar da internet. Isso significa que as experiências dessas pessoas e seus recursos estão distribuídos em uma variedade de plataformas de mídia, oferecendo diferentes pontos de entrada para diferentes segmentos de público, com o resultado de que não há "uma única fonte ou texto onde se pode consultar para conseguir toda informação" (JENKINS, 2007, p. 1).

Alguns youtubers carregaram três vlogs, outros trezentos, alguns param depois de alguns meses, outros continuam por vários anos. Tenho assistido os 945 vlogs carregados por "Jan", "Erica", "Henry",

---

1 Usuários do YouTube. "Youtuber" é uma categoria que se opera tanto na comunidade quanto no discurso acadêmico, veja Burgess e Green (2009a), e Patricia Lange (2007).

“Wheeler”, “Simon”, “Claire”, “Jonathan” e “Larry” e um número infindável de outros vlogs que descobri enquanto navegava no YouTube tentando observar uma panorama do fenômeno. Há uma forte prevalência de pessoas trans jovens, americanas brancas, o que corresponde a algumas das críticas levantadas à promessa de democratização da “cultura participativa”. O YouTube é dominado pelos EUA (BURGESS; GREEN, 2009a, p. 82) e não muito diverso racialmente (ALEXANDER, 2002b, p. 101-102; JENKINS, 2009, p. 124).

Fazer uma pesquisa na internet como a minha levanta questões importantes e interligadas acerca de metodologia e ética. Ética na pesquisa em internet é um campo acadêmico em evolução e muito discutido<sup>2</sup>, que delinea as complexidades éticas e implicações em conduzir pesquisa *online*. A maior parte dos manuais de ética parece concordar que é eticamente responsável fazer pesquisa sem consentimento informado e/ou uso de pseudônimos se o material “é aberto e disponível para todos, que todos com uma conexão de internet possa acessar, e que não necessite qualquer forma de associação ou registro” (SVENINGSSON ELM, 2009, p. 75). Entretanto, se o conteúdo é altamente sensível (e/ou percebido como privativo pelos usuários) e o sujeito é vulnerável, deve ser considerado que se consiga o consentimento informado e/ou tornar o usuário anônimo (confira a nota de rodapé 2). Eu avisei a Agência Dinamarquesa de Proteção de Dados sobre a pesquisa que eu estava conduzindo e recebi permissão. A Agência Dinamarquesa de Proteção de Dados é uma instituição estatal que dá permissão jurídica, protegendo indivíduos com relação ao processamento de dados pessoais e à livre movimentação desses dados. Estou seguindo suas orientações estabelecendo que não tenho de obter consentimento informado, mas que eu preciso tornar anônimos os usuários dos vlogs quando publicar o material (a não ser que eu tenha recebido permissão deles). Assim, no que se segue, vou trabalhar sobre o que essas orientações implicam e em minhas próprias considerações a este respeito.

O YouTube é de fato um arquivo acessível publicamente se promovendo como “a comunidade online de vídeo mais popular no mundo”, estimulando “você” mesmo a transmitir (*Broadcast Yourself*). Carregar um vídeo no YouTube é uma forma de consentimento, ele pode não ser informado, mas é uma forma de consentimento onde você concorda que milhões de pessoas possam assistir e discutir sobre seu vlog, incluindo pesquisadores. Contudo, as articulações pessoais/confessionais de gênero e sexualidade nos vlogs contêm material muito sensível para ser estudado sem obscurecer os usuários. Esse foi o arrazoado pela Agência Dinamarquesa de Proteção de Dados. Pode-se acrescentar que os usuários de vlogs falam para audiências selecionadas (amigos trans, pessoas *queer* ou curiosas acerca de trans), um “contra-público” (WARNER, 2002), enquanto, ao mesmo tempo, alcançam uma audiência maior, global, de modo a criar consciência e defesa de direitos para assuntos relacionados à questão trans e para fazer suas vozes serem ouvidas. O modo pessoal dos vlogs, que de acordo com a Agência Dinamarquesa de

2 Veja AOIR, 2002; Kathleen O’Riordan e Elizabeth Basset, 2002; Michele White, 2002; Janne Bromseth, 2003; Elizabeth Buchanan, 2004; Charles Ess, 2009; Malin Svenningsson Elm, 2009.

Proteção de Dados é muito sensível para ser conectado a indivíduos identificáveis, podendo ser percebido como parte de uma mudança rumo a uma aceitação cada vez maior em expor alguém e seus assuntos particulares em público e especialmente na internet (WARNER, 2002; BERLANT, 2008). Contudo, também se deve levar em consideração que estudar pessoas trans é um campo contestado, dada a longa história de pesquisa exploradora e prejudicial feita especialmente por pessoas não-trans. As “Normas Sugeridas para Não Transexuais Escreverem Sobre Transexuais, Transexualidade, Transexualismo ou Trans”, de Jacob Hale (1997) são uma lembrança dessa história, mas também uma advertência a todos os pesquisadores, trans ou não, para se engajarem neste campo de estudo com uma mente perspicaz e um coração compassivo. Mudar os nomes de usuário dos youtubers e não informar a sua localidade leva em conta que alguns podem se sentir expostos pessoal e emocionalmente. No entanto, manter o anonimato dos nomes de usuário (que geralmente não são seus nomes reais) pode contribuir potencialmente com o mito transfóbico de que ser trans é algo que se deveria esconder ou do qual se deveria envergonhar. Não permitir que os usuários de vlogs tenham um nome pode parecer cumplicidade com a patologização e a infantilização das pessoas trans. Como Elizabeth H. Bassett e Kathleen O’Riordan (2002, p. 12) afirmam: “a decisão de disfarçar atividade *online*, justificada por uma retórica de ‘proteção’ pode resultar em promoção de relações de poder desiguais de produção de mídia por bloquear a representação completa da mídia alternativa”. Ela também pode falhar em dar crédito aos usuários trans de vlogs com a perícia tecnológica e social para operar no campo (O’RIORDAN, 2010).

Uma percepção prevalente, marketing da internet, é dela como um “espaço” que é povoado, e onde pesquisadores estão observando e estudando atores humanos. Isso levou à aplicação do modelo de pesquisa em sujeitos humanos, que prioriza os direitos do sujeito e coloca os objetivos do pesquisador em segundo lugar (BASSETT; O’RIORDAN, 2002; WHITE, 2002). Entretanto, a internet também é uma forma de produção cultural e publicação, o que a torna importante para compreender os aspectos altamente mediados e construídos dessas representações. A representação/texto não pode, sem problemas, ser confundida com o sujeito humano aparecendo nela e a produzindo (BASSETT; O’RIORDAN, 2002; WHITE, 2002). Um exemplo importante disso é o caso da usuária de vlog “Bree”, mais conhecida como *lonelygirl15*, que se tornou famosa por suas postagens aparentemente muito emocionantes e exaltadas sobre seus pais e amigos, mas foi descoberto que os vlogs dela eram um experimento de produção de filme dos produtores independentes Mesh Flinders e Miles Beckett (BURGESS; GREEN, 2009a, p. 27-30). Não estou sugerindo que os usuários trans de vlogs não são reais, mas estou insinuando que qualquer aparição na internet é mediada e precisa ser estudada como tal. Como um teórico da cultura visual, minha abordagem analítica é interdisciplinar, assumindo assim o seu principal ponto de partida em estudos de mídia e estudos de gênero, analisando como as pessoas trans narram e visualizam o encontro e a experiência com processos e tecnologias de transição.

### 3 TRANS COMO UMA POSIÇÃO ESTIGMATIZADA

A maior possibilidade de participação na cultura midiática permite às pessoas trans tomar conta de sua própria representação. A necessidade e a urgência de fazer isso podem emanar do fato de que as pessoas trans têm de se submeter a avaliações psicológicas e a um sistema de rótulos patologizantes antes que seu acesso a tratamentos médicos seja garantido, o que então lhes permite uma mudança legal no status de gênero. Apesar do fato de que a transexualidade é uma psicopatologia oficial, “tratamentos” não são cobertos pelo seguro de saúde nos EUA (STRYKER, 2008), mas eles são em países como Dinamarca, Suécia e Reino Unido. No entanto, muitos optam por buscar apoio em outros lugares e financiar a transição eles mesmos (RINGKØBING, 2006) porque “o diagnóstico funciona como a sua própria pressão social, causando angústia, estabelecendo desejos como patológicos, intensificando a regulação e o controle daqueles que os expressam em contextos institucionais” (BUTLER, 2004, p. 99). Como a teórica *queer* Judith Butler (2004, p. 91) sumariza:

a pessoa tem de se submeter a rótulos e nomes, a incursões, a invasões; tem de ser avaliada pelas medidas de normalidade; tem que passar no teste... O preço de usar o diagnóstico para chegar onde se quer é que a pessoa não pode usar a linguagem para dizer o que realmente pensa ser verdadeiro. Para pela própria liberdade.

Quando se trata de representação, os indivíduos trans têm sido muitas vezes explorados e tratados de forma sensacionalista por outros com pouca preocupação com as vidas e perspectivas das próprias pessoas trans (SHRAGE, 2009, p. 5). No entanto, a cobertura sobre mulheres transexuais na grande mídia é crescente. Este aumento de visibilidade é perceptível em *reality shows* como “America’s Next Top Model”, com Isis, e “I Want a Famous Face”, com Gia Darling querendo parecer com Pamela Anderson. No show de namoro “There is Something About Miriam”, uma mulher transexual é a estrela do programa, com seis homens cortejando Miriam, modelo mexicana de 21 anos. Somente no episódio final é “revelado” aos homens que ela é uma mulher transexual. É evidente que ser trans é aí retratado como sendo de, alguma forma, dúvida. O homem transexual Thomas Beatie também chegou às manchetes como “O Homem Grávido”, aparecendo em vários *talkshows* e tablóides de supermercado. Apesar das diferentes formas de retratar essas pessoas trans, eu tendo a concordar com John Philips em *Transgender on Screen*: “mesmo entretenimento popular bem intencionado (falha) em produzir representações totalmente positivas” (PHILIPS, 2006, p. 15). Assim, a cobertura na mídia sobre a vida das pessoas trans tende a ser uma “tabloidização” da transexualidade, frequentemente focando a artificialidade do seu gênero e a incapacidade para encarnar masculinidade ou feminilidade.

## 4 OS VLOGS TRANS

Os vlogs trans figuram como videoclipes curtos (normalmente 2 a 8 minutos de duração) e são predominantemente produzidos, povoados e distribuídos por jovens trans com idades entre 16 e 30 anos de idade. Os youtubers muitas vezes gravam a si mesmos, usando a *webcam* embutida no seu computador, o que dá a esses vídeos uma expressão estética específica (de baixo grau). Os youtubers falam diretamente para a câmera e se dirigem implicitamente para uma audiência de colegas trans, *queer* ou pessoas curiosas sobre trans. Os vlogs trans podem, nas palavras de Patricia Lange, ser considerados como “vídeos de afiliação” centrados na criação de conexões comunicativas com pessoas que pensam de forma semelhante (LANGE, 2009, p. 71). Portanto, eles não têm que ser originais ou bem trabalhados a fim de atrair a atenção, como Lang aponta, mas isso pode ainda ser um fator determinante na criação e manutenção de uma audiência (MÜLLER, 2009, p. 129). Levando isso em conta, não é nenhuma surpresa que “Erica” (uma mulher transexual dos EUA com 25 anos de idade) atraia mais espectadores do que muitos dos outros youtubers, tendo em vista que ela é uma das primeiras usuárias de vlogs trans no YouTube e trabalha de forma mais persistente e experimentalmente com a mídia do que muitos dos outros.

## 5 NASCIDOS ONLINE

Argumentarei que a câmera, no vlog trans, desempenha papéis diversos e importantes, mas em primeiro lugar ela é um veículo de transubstanciação<sup>3</sup>. A câmera não apenas documenta, mas também possibilita a transformação. Como os hormônios e os instrumentos cirúrgicos, a câmera tem o poder de transformar os youtubers nos homens e mulheres com os quais eles se identificam.

Um número surpreendentemente grande de youtubers começa seus vlogs em torno da época da primeira dose de hormônios. Frequentemente aplicam os hormônios *online* como uma segunda “dose” – eles apertam o botão da seringa e da câmera, iniciando o processo de se tornar homem/mulher. Os vlogs se tornam “nascimentos em tela”, ilustrados, por exemplo, na lista de vlogs de “Wheeler” (um homem transexual

---

3 Estou utilizando “transubstanciação” com suas referências ao termo católico romano usado para descrever o que acontece ao pão e ao vinho durante a celebração da Sagrada Comunhão. Transubstanciação significa que o pão e o vinho foram sobrenaturalmente transformados no corpo e no sangue de Cristo. O milagre da Encarnação é repetido, pois Jesus Cristo novamente toma forma humana em nosso benefício. Contudo, também estou inspirado pelo uso de “transubstanciação” por Judith Butler na sua leitura de “Paris is Burning” de Jennie Livingston. Aqui Butler conecta transubstanciação especificamente a transexualidade, quando ela aponta que alguns dos personagens do filme “estão engajados em projetos de vida para efetuar uma transubstanciação plena em feminilidade e/ou brancura” (“Bodies that Matter”, p. 134). Assim, Butler também está ligando transubstanciação ao efeito da câmera – e. g.: “a câmera age como operação e instrumento cirúrgico, o veículo pelo qual a transubstanciação ocorre. Livingston então se torna alguém com o poder de transformar homens em mulheres que, então, dependem do poder do olhar dela (Livingston) para se tornarem e permanecerem mulheres” (“Bodies that Matter”, p. 135). Inspiro-me também no uso de “transubstanciação” por Jay Prosser, como um modo de capturar o complexo processo por meio do qual incorporação e reincorporação desempenham um papel chave nas narrativas de transexuais.

de 19 anos, dos EUA), começando com sua primeira injeção de testosterona rotulada como “Dia Um”. Para a maior parte dos homens transexuais o renascimento se inicia no dia em que eles começam a tomar testosterona e estruturam e rotulam os vlogs de acordo com a quantidade de meses em que têm tomado o hormônio. A metáfora do nascimento é também explicada no primeiro vídeo de Wheeler, em que ele diz: “Então, hoje é meu primeiro dia, estou nascendo, eu acho... Eu me sinto realmente bem, eu me sinto como se um peso enorme tivesse sido tirado da minha alma, eu acho, e me sinto pronto para abraçar a vida agora como a pessoa que eu deveria ser. Eu acho que é como estar nascendo, mas sendo capaz de formular sentenças inteiras e andar e falar e como fazer todas as coisas divertidas” (3 de fevereiro de 2009).

A câmera testemunha o “nascimento” e o “crescimento” de Wheeler, mas argumento que isso também lhe permite se tornar o homem que ele quer ser. Enquanto a lista de vlogs progride, Wheeler se torna mais e mais acostumado à câmera e em frente à câmera ele aprende e reaprende práticas corporais culturalmente localizadas que definem gênero. Nos vlogs ele está produzindo ou representando uma certa identidade (de gênero) e a experimentando ante a uma audiência. Desse modo, o YouTube funciona como um espelho em várias formas. Primeiramente, quando você posta um vídeo e olha para sua própria tela de computador com a *webcam* ligada, você está olhando para o seu próprio reflexo. Não tem contato visual com você mesmo(a) mas vê uma versão já editada de você mesmo(a) como imagem.

A câmera convida o youtuber a assumir a forma de uma identidade /representação desejada. O efeito de reflexo da tela é evidente, quando o youtuber parece absorvido em seu próprio reflexo, ajustando seu cabelo, roupas ou sorriso enquanto fala. Portanto, há uma avaliação contínua e constante de si mesmo(a) com uma imagem atrativa e tentando diferentes “estilos da carne” (BUTLER, 1990, p. 177). Assim, a câmera na verdade é uma ferramenta importante na transubstanciação. O youtuber fala literalmente para si, sabendo porém que outras pessoas podem estar assistindo no outro lado do espelho/tela. Como afirma Giovanna Fossati (2009, p. 460): “o YouTube reflete você e você reflete (sobre) o YouTube”. Isso é levado muito literalmente em alguns vlogs, a exemplo de “Simon” (homem transexual de 21 anos, dos EUA), que pede aos espectadores que sejam seu “espelho” e lhe digam qual camisa vestir (6 de junho de 2009). Os vlogs podem ser entendidos como contínuos estágios reflexivos permitindo a formação do Ego/Eu por meio da identificação e internalização da própria imagem especular da pessoa. Como Jacques Lacan (2002, p. 3) aponta:

Esse ato (olhar-se no espelho), longe de se exaurir como no caso do macaco, Uma vez que a imagem tenha sido dominada e encontrada vazia, imediatamente repercute no caso da criança numa série de gestos na qual ela experimenta reproduzir a relação entre os movimentos assumidos na imagem e no ambiente refletido, e entre este complexo virtual e a realidade que ela reduplica – o próprio corpo da criança, e as pessoas e coisas, em torno dele.

O espelho/vlog é uma mídia para dominar a identidade pessoal, experimentar e incorporar o reflexo

idealizado do ego. Além disso, o espelho/vlog também pode se tornar um reflexo ideal ou um modelo para outros. Assim, os youtubers estão provando para si, bem como para outros, que transubstanciação é possível. Os vlogs oferecem orientação na “transformação que ocorre no sujeito quando ele assume uma imagem” (LACAN, 2002, p. 3).

O nascimento em tela de um youtuber antecipa os nascimentos (em tela) de outros, comumente de formas bem concretas. Um exemplo é o pedido de “Erica” para que mais pessoas trans usem blogs: “Lanço um desafio – produzir os nossos próprios vídeos [...]. Se eu posso fazer isso, você pode fazê-lo” (5 de março de 2007). Entretanto, parece que o pedido não é apenas sobre fazer blogs, mas também sobre assumir e afirmar uma identidade trans.

## 6 AUTOBIOGRAFIAS DA ERA DIGITAL

Esses vlogs podem ser vistos como autobiografias da era digital, parte do número crescente de publicações de autobiografias de transexuais – começando em 1933 (HOYER, 1933) e aumentando seriamente desde os anos 90 do século XX. O ato autobiográfico é uma parte crucial das vidas das pessoas trans, visto que elas são constantemente questionadas a elucidar a origem e o sentido de gênero em curso. De modo a acessar uma redesignação sexual médica e legal, pessoas trans precisam ser diagnosticadas com “Transtorno de Identidade de Gênero” e “serem aprovadas” nos seguintes critérios:

Deve haver evidência de uma forte e persistente identificação cruzada com um gênero, que é o desejo de ser, ou a insistência de que é, de outro sexo (Critério A). [...] Deve também haver evidência de desconforto persistente acerca do sexo que lhe foi atribuído ou um senso de estar inapropriado(a) no papel de gênero daquele sexo (Critério B). [...] Para fazer o diagnóstico, deve haver evidência de angústia clinicamente significativa ou de prejuízo no funcionamento social, ocupacional ou outras áreas importantes (Critério D) (DSM IV, 1994, p. 532).

O processo de diagnóstico de uma pessoa trans é, acima de tudo, narrativo, dado que o diagnóstico deriva da narrativa da pessoa (PROSSER, 1998, p. 104). A polifonia potencial da experiência vivida é silenciada porque as histórias que as pessoas trans contam para o clínico devem espelhar ou ecoar o diagnóstico, encaixando-se na narrativa mestra. Como Prosser (1998, p. 108) aponta: “Com efeito, para ser transexual, o sujeito deve ser um narrador hábil de sua própria vida. Conte a história de forma convincente, e é provável que você consiga seus hormônios e cirurgia”. Não é assim apenas no consultório, mas também no YouTube. Muitos youtubers usam seus vlogs como uma maneira de juntar dinheiro para sua transição, frequentemente por meio da divulgação de uma conta na qual você pode doar dinheiro ou por, explicitamente, pedir financiamento, como por exemplo, “Larry” (Homem transexual de 32 anos, dos EUA), que incita as pessoas a doarem dinheiro para a sua tão desejada mastectomia (22 de setembro de 2009).

Geralmente também se espera uma explicação coerente dos familiares e amigos da pessoa trans. Parece haver duas opções: ou você conta a história do seu sofrimento ao longo da vida por estar no “corpo errado” (permitindo que te compreendam, mas se patologizando), ou então você evita contar uma história de sofrimento, explicando que você escolheu viver como vive (mantendo seu sentimento de “sanidade” e proatividade, mas colocando a compreensão sobre você e a sua aceitação em risco). O fato de que as primeiras autobiografias de pessoas trans tendem a ser “estruturadas em torno de tropos partilhados e organizadas em uma narrativa particular de estágios consecutivos: a epifania da auto-descoberta; transformação/conversão corporal e social; e finalmente a chegada – a redesignação” (PROSSER, 1998, p. 101). Os vlogs parecem, até certo ponto, seguir a narrativa linear e conformista da transexualidade nas autobiografias escritas – eles também se tornam viagens em direção a um eu autêntico. Num sentido lacaniano, os vlogs podem ser vistos como uma movimento da desidentificação para a completa identificação. Lentamente o youtuber se vê no “espelho” e, ao mesmo tempo, que no imaginário o homem ou a mulher estava lá o tempo todo. Mas os vlogs também dilatam o propósito e o alcance das autobiografias literárias, devido à contínua **re-presentação, re-visão e re-escrita** da história pessoal.

O vlog como uma mídia dá ao youtuber uma oportunidade multimodal para documentar, contar e comentar continuamente sobre sua estória e suas mudanças de gênero – e receber *feedback* dos outros. A biografia de “Érica” tem sido escrita e reescrita várias vezes, visto que ela é uma das primeiras e mais persistentes youtubers trans. Em colaboração com uma documentarista ela fez um filme sobre sua história de vida e sua vida no YouTube, usando os vlogs mais antigos nas sequências. Esse filme está, é claro, disponível no YouTube e se torna parte de uma prática metarreflexiva de criar vlogs. O que Erica compartilha conosco nesse filme é como o YouTube está sendo utilizado por pessoas trans, de modo crescente, para representar identidades e fazer perguntas que foram censuradas ou cuja representação foi negada em outros lugares. Assistir a histórias de outras pessoas trans permitiu a ela seu próprio processo de realização e o reconhecimento de sua própria biografia como uma narrativa trans. Os vlogs são mapas visuais e narrativos para sua própria autoconstrução e autorreflexão como trans. Ela transformou sua identidade de gênero, de uma fantasia privada, em uma exibição pública. Digitalizar sua vida é parte de um processo de se tornar “mulher”. Como Prosser (1998, p. 209) aponta: “No entanto, como esta reconstrução corporal é possível por meio de narrativa e, de fato, como o eu transexual deve ser representado antes de se realizar na carne, a transexualidade é igualmente ligada à representação, dependente da sua simbolização para ser real”. Os vlogs se tornam certificados de presença ou certidões de nascimento tentando captar e promover a reincorporação do sujeito. Não apenas Erica, mas a maioria dos youtubers trans usam vlogs como um meio para a contínuo relato digital da história de vida, utilizando o formato do vlog como “uma prática pessoal de mídia” e uma forma de “elaborar um eu proativo” (LUNDBY, 2008, p. 3-5). A vida de Erica no YouTube a permitiu reinventar sua transexualidade, de algo tido como extraordinário (como é comum na grande mídia) em algo ordinário,



e de volta ao extraordinário, por causa da atenção massiva que os vlogs trazem para ela.

## 7 DIÁRIOS DE VÍDEO

Como diários, os vlogs servem à função de documentar as atividades recentes, pensamentos e problemas dos youtubers tanto quanto possibilitam liberar a tensão emocional, o que é similar nos blogs comuns (NARDI; SCHIANO; GUMBRECHT, 2004). Porém, os vlogs atualizam e mapeiam, predominantemente, as mudanças corporais, e portanto estão geralmente estruturados em torno de enumeração verbal e registro visual do que os hormônios e/ou a cirurgia facilitaram. A câmera desempenha o papel de um outro atento, assegurando um repositório pessoal para o youtuber. Mapear o processo constante de materialização também envolve registrar as mudanças que a voz passa, logo, muitos vlogs contém cantoria.

“Jan” (um homem transexual de 26 anos, dos EUA) chama explicitamente seus vlogs de “diários de homem trans”, destacando sua função como uma atualização do status atual. Ele tem vários vlogs com ele mesmo cantando em frente à webcam no seu quarto. Em um dos vlogs ele está cantando “Come What May” (2001), canção popularizada por Ewan McGregor e Nicole Kidman do filme *Moulin Rouge*, depois de seis semanas usando testosterona. O vlog incorpora um *mise en scène* privado, o que é comum nos vlogs trans, tanto que vemos Jan cantando seminu em seu quarto. A letra da música parece simbolizar a transição de Jan e seus sentimentos com relação a ela (“de repente minha vida não parece inútil”). Ele não pode prever o que vai se tornar, mas certamente haverá mudanças e desafios. Antecipando-as, parece que ele se conforta: “Venha o que vier, eu vou te amar até o meu último dia”. O cenário e a utilização da câmara estabelecem uma sensação de um encontro íntimo. Ele olha diretamente para a câmera com um olhar brincalhão e de flerte enquanto canta. Ele atrai o espectador para a canção, faz-nos acreditar que essa música é para nós enquanto ele nos instrui quando a parte feminina e masculina está chegando – e se pergunta, conosco, se será capaz de cantar a parte feminina. Ele diz: “Isso pode ser engraçado” enquanto sorri para nós (26 de setembro de 2008). O vlog produz evidências do corpo vivo de Jan ele fornece uma atualização espontânea de seu estado, com o uso de gestos dêiticos. No meio da canção que ele estende a mão para o computador, a fim de aumentar o volume, e seu braço está se dirigindo diretamente para o meu campo de visão. Eu ouço o som bem conhecido de um computador Mac ajustando seu volume, “Venha o que Vier” um pouco mais alto e Jan ri quando falha ao tentar cantar a parte feminina. “Espero que você tenha gostado”, ele diz no final, pelo que ele transmite sentimentos de conexão. Como em um diário, o estilo é íntimo, franco, esses vlogs são muito comunicativos, dirigindo sua atenção para um observador potencialmente simpático.

“Simon” também usa seus vlogs como diários, compartilhando detalhes íntimos sobre suas sessões de terapia, relacionamentos e medos. Em um dos seus vlogs ele discute sobre o modo confessional que ele próprio e outros usam. Ele fala sobre ser muito sensível, emotivo, tímido e temeroso de rejeições, mas

ainda assim ele se expõe em frente a uma audiência global. Ele explica isso desta forma: “Eu realmente sou tímido, mas estes vídeos são fáceis de fazer porque, neste momento, tudo o que estou fazendo é falar para uma câmera, falar comigo mesmo, o que já faço na minha cabeça, de qualquer maneira”. Depois ele afirma: “Eu me seguro mais na vida real do que na frente do computador” (7 de outubro de 2007). Simon aponta a câmera como um interlocutor afável, alguém que você pode confiar e contar tudo. A câmera é o olho que vê e o ouvido que ouve poderosamente, mas sem julgamento e repreensão. Assim, o YouTube se torna “um arquivo de momentos afetivos ou formações” (GRUSIN, 2009, p. 66), uma plataforma para “ressonância emocional” criando espaço para solidariedade e autenticidade, autoestima e autoeficácia, medo e raiva, como grupos de apoio trans ao vivo (SCHROCK; HOLDEN; REID, 2004). No entanto, os vlogs também, em alguns aspectos, resgata as confissões que as pessoas transexuais são obrigadas a dar para aceder a hormônios e/ou cirurgia. A questão é: como e porquê essa confissão contínua pode ser libertadora? Ela é utilizada como uma estratégia de reapropriação, parte de uma contínua auto-nomeação e um ato de recontar uma história por desejo próprio? Pode-se interpretar, com Michel Foucault em mente, que confissões não são inerentemente libertadoras, mas nós fomos empurrados a vê-las dessa maneira pelos poderes que extraem confissões de nós. Confissões fazem de nós sujeitos em ambos os sentidos da palavra – estamos sujeitos aos poderes (de médicos, funcionários públicos, juízes, professores, pais, etc.) que extraem confissões de nós, e através da confissão, chegamos a nos ver como sujeitos pensantes, o sujeito da confissão (FOUCAULT, 1998). O conceito de “exibicionismo empoderador” (KOSKELA, 2004) parece se aplicar perfeitamente para capturar o paradoxo da autorrevelação em jogo nesses vlogs.

## 8 O YOUTUBE É A MINHA COMUNIDADE. CRIANDO UMA COMUNIDADE ONLINE

Além de servir como uma autobiografia e um diário, os vlogs também engendram comunidades (trans)nacionais de caráter conversacional, para engajamento. O youtuber persistentemente elogia potenciais partes interessadas com um “Oi, pessoal”, pede *feedback* e discussão, seja como comentários de texto abaixo do vídeo ou como respostas em vídeo. A câmera é um veículo de comunicação e conexão social usado para chamar a atenção de uma forma que se assemelha à interação cara a cara. Os títulos dos vlogs (“Só pra atualizar vocês, pessoal”, etc.) também, por vezes, os enquadra como orientados para conexões humanas.

Para os youtubers transgênero, redes sociais são muito importantes, nelas recontam experiências de transfobia e numerosos problemas com relação a apoio econômico e médico para a transição. Eles também expressam o sentimento de alienação com relação a suas famílias, que têm dificuldades em se relacionar com eles em sua (nova) identidade de gênero. O YouTube se torna uma comunidade *online*, conectando indivíduos além das distâncias geográficas, possibilitando a construção de comunidades transnacionais. Nesta via, “Jonathan” (um homem transexual de 35 anos, do Canadá) tem desenvolvido um projeto de mapea-

mento para tornar visíveis e conectar os muitos homens transexuais ao redor do mundo. Ele fez isso porque vive em “uma comunidade bem pequena” na qual raramente encontra outros homens trans. Como ele diz: “Inspirei-me a fazer isso porque acho que qualquer um que passa pela transição em algum momento tem um desses dias em que se sente sozinho, enfrentando isso tudo” (22 de fevereiro de 2009).

As pessoas trans parecem usar o YouTube como uma forma de criar novas relações sociais distinta da predominante nas redes sociais, expressamente como uma maneira de manter relações pré-estabelecidas (BOYD; ELLISON, 2008). Muitos dos youtubers expressam ao mesmo tempo uma forte conexão e uma obrigação com relação à comunidade do YouTube. Compartilhando conhecimento sobre como eles se sentem sendo trans, como fazer volume na calça (com um *packer*), como injetar hormônios, que tipo de cirurgia fazer, etc. Isso geram um comprometimento comunal e uma forma de oferecer apoio. Como “Larry” (um homem transexual de 32 anos, dos EUA) diz, “Eu adoro esta comunidade... Se não fosse por vocês eu não sei o que faria” (11 de setembro de 2009). O YouTube é articulado como um fórum fora da localidade física imediata dos youtubers e construído como um “lugar” algo utópico, um espaço de comunhão de fantasias que satisfaz o desejo de pertencer. O YouTube é, de certa forma, percebido como um “espaço paroquial (no qual se abordam questões que não são tratadas no próprio local da pessoa)” (BASSETT; O’RIORDAN, 2002, p. 9) engendrado pela atenção e apoio que os youtubers transgêneros recebem. O apoio pode ser em forma de financiamento econômico concreto para a transição, lugares para ficar quando fora de casa ou reconhecimento emocional e encorajamento.

## 9 “TRANS”-FORMAÇÕES

Para um espectador apenas passando pelos vlogs trans, o contínuo auto-relato pode parecer esmagadoramente egocêntrico. Porém, o meu argumento é que esses vlogs têm um potencial transformador. Primeiramente, eles parecem engendrar o processo contínuo de materialização em se tornar homem/mulher. Os youtubers nascem *online* como corpos midiáticos, usando os vlogs como uma ferramenta performativa auxiliar no desmantelamento de certos significantes de gênero e na criação de outros, o que, de um lado, assegura uma nova imagem corporal para o youtuber e, de outro lado, ata ele/ela à imagem antiga. Essa transformação em um corpo tende a ser visualizada e narrada como uma reinvenção empoderadora, e um renascimento.

Os vlogs confirmam o slogan feminista de que o privado é político, dado seu desvelamento personalizado e negociação do significado da identidade trans. A tecnologia parece ser uma ferramenta poderosa que dá a Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) acesso a visibilidade política e uma possibi-

4 “Packer” é um item usado por homens transexuais sob as calças ou roupas íntimas para dar a aparência e a sensação de ter um pênis (popularmente nomeado, entre os homens trans brasileiros, como “mala”). Muitos vlogs trans partilham informação sobre como fazer sua própria “mala” de diferentes tipos de materiais baratos e onde comprar uma pré-manufaturada e barata.

lidade de desafiar sua sub-representação na mídia impressa tradicional ou em outros meios de comunicação (ALEXANDER, 2002a). Os vlogs podem ajudar a mobilizar e disseminar informação sobre transição e identidade trans (O'RIORDAN, 2005) e, portanto, os vlogs podem ser lidos como uma forma de ativismo global *online*, auxiliando na modificação da imagem de transexuais como sujeitos passivos e patologizados<sup>5</sup>. Por último, *vlogar* possibilita novas redes transnacionais além de manter as já estabelecidas. Entretanto, comércio e comunidade caminham de mãos dadas quando muitos youtubers usam os vlogs como uma forma de juntar dinheiro para sua transição.

A visibilidade desempenha um papel-chave nessas transformações e se torna um pré-requisito para a (nova) identidade dos youtubers transgênero, engendrando-os com uma voz, uma imagem e uma comunidade. A mídia visual é altamente importante por prometer (como a própria transição) tonar visível a identidade que quase sempre começa de modo imperceptível (PROSSER, 1998, p. 211). Anteriormente, muitas pessoas trans eram relutantes em se visibilizar como “trans” porque temiam a estigmatização e queriam “passar”<sup>6</sup> (GREEN, 2006), nas isso parece estar mudando com esses vlogs. Porém, visibilidade ainda parece algo paradoxal para pessoas trans, ao lhes possibilitar ser parte de uma comunidade, assumidas e orgulhosas sobre sua transgeneridade, mas complicando potencialmente sua assimilação como homens/mulheres.

## REFERÊNCIAS

AOIR – Association of Internet Researchers. **Ethical decision-making and internet research: Recommendations from the AOIR ethics working committee – Final version.** Disponível em: <http://www.aoir.org/reports/ethics.pdf>. Acesso em: 15 out. 2010.

ALEXANDER, Jonathan. Queer webs: representations of LGBT people and communities on the World Wide Web. **International Journal of Sexuality and Gender Studies**, v. 7, n. 2/3, p. 77-84, 2002a.

\_\_\_\_\_. Homo-pages and queer sites: studying the construction and representation of queer identities on the World Wide Web. **International Journal of Sexuality and Gender Studies**, v. 7, n. 2/3, p. 85-106, 2002.

5 Como é geralmente o caso no discurso médico e em pesquisas como as de Janice Raymond (1994) e de Bernice Hausman (1995).

6 Passar é um assunto crucial para muitas pessoas trans, ligado ao sentimento de ser reconhecido como do gênero ao qual elas se sentem pertencentes. Sander Gilman (1999, p. 21) afirma, “Passar’ não é se tornar ‘invisível’ mas se tornar diferentemente visível – ser visto como membro de um grupo com o qual se quer ou precisa se identificar”. Passar é a “habilidade de se tornar (in)visível, visto mas não visto” (GILMAN, 1999, p.42). Invisibilidade envolve ser parte de uma norma ao invés de ser considerado desviante; não ser marcado ao invés de ser marcado. Passar é, por esse motivo, sobre inclusão e exclusão, sugerindo que identidade envolve performance e reconhecimento de certos tipos de significantes. Passar pode ser um desejo, uma possibilidade e também um imperativo para certas pessoas, por exemplos, pessoas trans. Para pessoas trans passar alinha a identidade de gênero interna com a identidade social, dessa maneira, ser assimilado como um homem / uma mulher frequentemente demanda um encobrimento de sua história transgênero (PROSSER, 1998, p. 184-187).

BASSETT, Elizabeth H.; O'RIORDAN, Kathleen. Ethics of internet research: contesting the human subjects research model. **Internet Research Ethics**. 2002. Disponível em: [http://www.nyu.edu/projects/nissenbaum/ethics\\_bassett.html](http://www.nyu.edu/projects/nissenbaum/ethics_bassett.html). Acesso em: 15 out. 2010.

BERLANT, Lauren. **The female complaint: the unfinished business of sentimentality in american culture**. Durham and London: Duke University Press, 2008.

BOYD, Danah M.; ELLISON, Nicole B. Social network sites: definition, history, and scholarship. **Journal of Computer-Mediated Communication**, v. 13, n. 1, p. 210-230, 2008.

BROMSETH, Janne C. H. Ethical and methodological challenges in research on net-mediated communication in a Norwegian research context. In: THORSETH, M. (Ed.). **Applied Ethics in Internet Research**. Trondheim, Norway: NTNU University Press, 2003. p. 67-85.

BUCHANAN, Elizabeth. **Readings in virtual research ethics: issues and controversies**. Hershey: Idea Group, 2004.

BURGESS, Jean; GREEN, Joshua. **YouTube: online video and participatory culture**. Malden: Polity Press USA, 2009.

\_\_\_\_\_. The entrepreneurial vlogger: participatory culture beyond the professional-amateur divide. In: SNICKARS, P.; VONDEAUS, P. (Ed.). **The YouTube reader**. Stockholm, Sweden: National Library of Sweden, 2009. p. 89-107.

BUTLER, Judith. **Gender trouble: feminism and the subversion of identity**. New York: Routledge, 1990.

\_\_\_\_\_. **Undoing gender**. New York: Routledge, 2004.

DIJCK, José van. Users like you? Theorizing agency in user-generated content. **Media, Culture & Society**, v. 31, n. 1, p. 41-58, 2009.

DSM IV. **The american psychiatric association's diagnostic and statistical manual of mental disorders**. Washington: Brunner/Mazel Publishers, 1994.

ESS, Charles. **Digital media ethics**. London: Polity, 2009.

FOSSATI, Giovana. YouTube as a mirror maze. In: SNICKARS, Pelle; VONDEAUS, Patrick (Ed.). **The YouTube reader**. Stockholm, Sweden: National Library of Sweden, 2009. p. 458-465.

FOUCAULT, Michel. **The history of sexuality: the will to knowledge**. London: Penguin, 1998.

GILMAN, S. L. **Making the body beautiful: a cultural history of aesthetic surgery**. New Jersey: Princeton University Press, 1999.

GREEN, Jamison. Look! No, don't! The visibility dilemma for transsexual men. In: STRYKER, Susan; WHITTLE, Stephen (Ed.). **The transgender studies reader**. New York: Routledge, 2006. p. 499-508.

GRUSIN, Richard. YouTube at the end of new media. In: SNICKARS, P.; VONDEAUS, P. (Ed.). **The YouTube reader**. Stockholm, Sweden: National Library of Sweden, 2009. p. 60-67.

HALE, Jacob. **Suggested rules for non-transsexuals writing about transsexuals, transsexuality or trans**. 1997. Disponível em: <http://sandystone.com/hale.rules.html>. Acesso em: 15 out. 2010.

HAUSMAN, Bernice L. **Changing sex: transsexualism, technology, and the idea of gender**. Durham: Duke University Press, 1995.

HOYER, Niels. **Man into woman**. London, Jarrolds, 1933.

JENKINS, Henry. **Convergence culture: where old and new media collide**. New York: New York University Press, 2006.

\_\_\_\_\_. **"Transmedia storytelling 101", confessions of an aca-fan**. 2007. Disponível em: [http://www.henryjenkins.org/2007/03/transmedia\\_storytelling\\_101.html](http://www.henryjenkins.org/2007/03/transmedia_storytelling_101.html). Acesso em: 15 out. 2010.

\_\_\_\_\_. **Transmedia**. 2009. Disponível em: <http://vimeo.com/4672634>. Acesso em: 15 out. 2010.

KOSKELA, Hille. Webcams, TV shows and mobile phones: empowering exhibitionism. **Surveillance &**

**Society**, v. 2, n. 2/3, p. 199-215, 2004.

LACAN, Jacques. The mirror stage as formative of the I function as revealed in psychoanalytic experience. In: SHERIDAN, Alan. **Écrits: a selection**. New York: W.W. Norton & Company, 2002. p. 3-9.

LANGE, Patricia. Publicly private and privately public: social networking on YouTube. **Journal of Computer-Mediated Communication**, v. 13, n. 1, p. 361-380, 2007.

\_\_\_\_\_. Videos of affinity on YouTube. In: SNICKARS, Pelle; VONDEAUS, Patrick (Ed.). **The YouTube reader**. Stockholm, Sweden: National Library of Sweden, 2009. p. 70-88.

LUNDBY, Knut. Introduction: digital storytelling, mediatised stories. In: LUNDBY, K. (Ed.). **Digital storytelling, mediatized stories**. New York: Peter Lang Publishing, 2008. p. 1-20.

MATTHEWS, Nicole. Confessions to a new public: video nation shorts. **Media, Culture & Society**, v. 29, n. 3, p. 435-448, 2007.

MÜLLER, Eggo. Where quality matters: discourses on the art of making a YouTube video. In: SNICKARS, Pelle; VONDEAUS, Patrick (Ed.). **The YouTube reader**. Stockholm, Sweden: National Library of Sweden, 2009. p. 126-139.

NARDI, Bonnie A.; SCHIANO, Diane J.; GUMBRECHT, Michelle. **Blogging as social activity, or, would you let 900 million people read your diary?** 2004. Disponível em: <http://home.comcast.net/~diane.schiano/CSCW04.Blog.pdf>. Acesso em: 15 out. 2010.

O'RIORDAN, Kathleen. Transgender activism and the net: global activism or casualty of globalization. In: JONG, Wilma de; SHAW, Martin; STAMMERS, Neil. (Ed.). **Global activism, global media**. London: Pluto Press, 2005.p. 179-193.

\_\_\_\_\_. Internet research ethics: revisiting the relations between technologies, spaces, texts and people. **E-Research Ethics**, 2010. Disponível em: <http://eresearch-ethics.org/position/internet-research-ethics-revisiting-the-relations-between-technologies-spaces-texts-and-people>. Acesso em: 15 out. 2010.

PHILIPS, John. **Transgender on screen**. New York: Palgrave Macmillan, 2006.

PROSSER, Jay. **Second skins**: the body narratives of transsexuality. New York: Columbia University Press, 1998.

RAYMOND, Janice G. **The transsexual empire**: the making of the she-male. New York: Teachers College, 1994.

RINGKØBING, Jeannette. Danskere skifter køn i udlandet. **Politiken**, 26, Marts, 2006.

SCHROCK, Douglas; HOLDEN, Daphne; REID, Lori. Creating emotional resonance: interpersonal emotion work and motivational framing in a transgender community. **Social Problems**, v. 51, n. 1, p. 61-81, 2004.

SHRAGE, Laurie J. Introduction. In: SHRAGE, Laurie J. (Ed.). **You've changed**: sex reassignment and personal identity. New York: Oxford University Press, 2009. p. 3-10.

STRYKER, Susan. **Transgender history**. Berkeley USA: Seal Press, 2008.

SVENINGSSON ELM, Malin. How do various notions of privacy influence decisions in qualitative internet research?. In: MARKHAM, A.; BAYM, N. (Ed.). **Internet inquiry**: conversations about Method. Thousand Oaks, California USA: Sage Publications, 2009. p. 69-87.

WARNER, Michael. **Publics and counterpublics**. Cambridge: Zone Books, 2002.

WHITE, Michele. Representations or people?. **Internet Research Ethics**. 2002. Disponível em: [http://www.nyu.edu/projects/nissenbaum/ethics\\_whi\\_full.html](http://www.nyu.edu/projects/nissenbaum/ethics_whi_full.html). Acesso em: 15 out. 2010.



# # Novos mapas de (Trans) sexualidade e de gênero: pistas para pensar políticas Trans e práticas pedagógicas

News maps of (Trans) sexuality and gender:  
clues for think policies Trans and pedagogical practices

THIAGO RANNIERY MOREIRA DE OLIVEIRA – UFS/SE  
CLAUDIENE SANTOS – UFS/SE

## RESUMO

Esse artigo parte de três preocupações distintas: insistir que modos de ver e interpretar a transexualidade como um tipo de sujeito pode tornar-se um movimento de definição da própria transexualidade; um imperativo de deslocamento da imagem dogmática e escolarizada da pedagogia, um território avesso, ao primeiro momento, à experimentação de práticas sexuais não normatizadas; e, finalmente, uma análise daquilo que gostaríamos de chamar, de novos mapas culturais de sexualidade e gênero e seus desdobramentos sobre o campo pedagógico. O argumento, aqui, desenvolvido, é de que as políticas Trans pressupõem, por um lado, uma pedagogia e, por outro, fazem da pedagogia um objeto disputado e, porque não, a ser inventado.

**Palavras-chave:** Políticas Trans. Pedagogia. Performatividade.

## ABSTRACT

This article is based on three distinct concerns: insists that ways of seeing and interpreting transexuality as a kind of subject can become a movement of its own definition of transexuality; an imperative shift of the dogmatic image and schooling of pedagogy, a territory inside out, the first time, with experimentation of sexual practices not normatized, and, finally, an analysis that, what we would call, new cultural maps of gender and sexuality and its consequences on the educational field. The argument here developed is that transpolicies assume, first, a pedagogy and, on the other, make of pedagogy a played object, and why not, to be invented.

**Keywords:** Transpolicies. Pedagogy. Performativity.

## INTRODUÇÃO

*Trans*. Uma dessas palavras que de tão pequenas chegam a ser frágeis para o tipo de peso conceitual que carregam. Não só no território de estudos da sexualidade e de gênero, dos estudos gays e lésbicos e da teoria queer, nos quais ouvimos constantemente falar de **transgênero, transexualidade, transgenitalidade, transfobia** e, assim por diante. O termo *Trans* também flutua sobre outros territórios como as Ciências Médicas e Psicológicas e até nos artefatos midiáticos. Falamos em **transnacional, transnacionalidade, translocalidade, translocalismos, transcultural**, na Teoria Política, na Geografia, nos movimentos sociais, na Moda, no Turismo, na Antropologia e nos Estudos Culturais. Ou ainda em transmutação, transgênico, transformação, na Genética, na Biologia e na Engenharia. Na educação, falamos em transdisciplinaridade. *Trans* foi um desses termos lançados em nosso cotidiano nesses tempos que aprendemos a chamar de pós-modernos.

Contudo, dada a popularidade recente do prefixo *Trans*, é de se perguntar por que tão poucos pesquisadores em educação e professores incorporam o *Trans* como parte da linguagem da reforma educacional e da pedagogia? Obviamente, se estivermos pressupondo o *Trans* em um dado contexto, citar a prerrogativa de professores que se negam a trabalhar com sexualidade nas escolas é uma saída. Em larga medida, porém, essa é uma face implícita na pergunta e não necessariamente sua resposta. Em parte, essa indiferença pode ser creditada aos estreitos marcos de formação tecnocráticos que dominam os espaços e programas de educação e formação de professores. Poder-se-ia também atribuí-la a uma história das reformas educacionais abertamente baseadas em uma longa tradição de anti-intelectualismo (GIROUX, 2008). Ou ainda, especular que diante das condições flutuantes de nossa história recente das quais *Trans* é uma das suas expressões, a educação se sinta na missão de recolocar a história nos trilhos.

Neste artigo, nos dedicaremos a discutir as articulações do termo *Trans* com sexualidade e gênero e de que modo é possível conectá-lo com práticas pedagógicas. Partimos do pressuposto de privilegiar a ideia de “política sexual”, conforme proposta de Jeffrey Weeks (1989). Ou seja, que pedagogias e escolas devem ser analisadas como um dispositivo específico através dos quais certas políticas se implantam e se desenvolvem, tendo como pano de fundo a paisagem social mais abrangente. Interessa-nos o político enquanto reconfigurações de sensibilidades, como criação de espaços e tempos, de modos de usá-los e maneiras de povoá-los (RANCIÈRE, 2005). Enfocaremos, dessa forma, em políticas *Trans* para marcar a diferença entre o nominalismo implícito de “*Trans*” e sua relacionalidade explícita, para que o termo *Trans* possa permanecer em aberto e resistir ao prematuro encerramento pelo apego a uma única palavra qualquer que possa funcionar como ponte de segurança para uma subjetividade. Pelo mesmo motivo, nossa opção é por falar de práticas pedagógicas ou imagens de pensamento da pedagogia para dar foco aos modos de fazer e dizer da pedagogia e do que fazemos com ela.

Nossa proposta, deste modo, é desarmar a armadilha identitária do termo *Trans* para que com ele possamos conspirar uma armadilha de pensamento para a pedagogia. Certamente, não se trata, daqui para frente, de ser contra o uso do termo *Trans* para significar um identidade: “os movimentos sociais e culturais necessitam da identidade para suas ações e lutas políticas” (HALL, 2000, p. 117), é mesmo “necessário fazer reivindicações políticas recorrendo a categorias de identidade e exigir o poder de nomear-se [...], porém, também é preciso recordar o risco que comportam essas práticas” (BUTLER, 2002a, p. 60). O “essencialismo estratégico”, termo originalmente proposto por Gayatri Spivak (1999) para se referir à adoção de uma prática política fincada na ficção naturalizante das identidades apenas como meio para a obtenção de direitos, pode funcionar como uma nostalgia. Seu perigo é descambar em um pessimismo desalentador cujo complemento pedagógico usual é uma séria preocupação com a vitimização das sexualidades dissidentes, provavelmente na esperança de que algum bem poderá advir do esforço de sua inclusão na comunidade escolar. O problema é que, ao negar qualquer intencionalidade histórica à alteridade radical da política sexual, as pedagogias escolares se tornaram muito semelhantes à violência que elas próprias, justificadamente por “sua sagrada missão pedagógica” (LOPES, 2004), condenam.

Assim, ao invés de demitir o *Trans*, este trabalho reafirma o poder sedutor do conceito e sua força de inspirar a pensar a educação, a escola e a pedagogia de outro modo, experimentar, abrir-se às multiplicidades, às intensidades que percorrem, de ponta a ponta, a própria pele e o corpo da pedagogia. Indo além, ou ao longo, das linhas da teoria queer<sup>1</sup>, o *Trans* constitui uma prova viva da força vital, daquilo que Deborah Britzman (2002), chamou de uma pedagogia queer: a força de afetar e efetuar mudanças na forma como se teoriza, a sua capacidade para produzir linhas desviantes ao longo do pensamento estabelecido das disciplinas, a potência *Trans* dos/as *Trans* para minar o self e resistir a qualquer normalização. Configurando, assim, uma forma possível de problematização das imagens de pensamento da pedagogia diante de um termo que tende a representar um tipo de sujeito com uma identidade problema para a pedagogia.

Esse artigo parte, portanto, de três preocupações distintas: a) insistir que modos de ver e interpretar a transexualidade como um tipo de sujeito pode tornar-se um movimento de definição da própria transexualidade; b) por em foco o imperativo de deslocamento da imagem dogmática e escolarizada da pedagogia, um território avesso, em um primeiro momento, à experimentação de práticas sexuais não normatizadas; e, c) finalmente, destacar, aquilo que gostaríamos de chamar, à esteira de Tomaz Tadeu da Silva (1995), de novos mapas culturais de sexualidade e gênero e seus desdobramentos sobre o campo pedagógico. O argumento, aqui desenvolvido, é de que as políticas *Trans* pressupõem, por um lado, uma pedagogia e, por outro, fazem da pedagogia um objeto disputado e, porque não, a ser inventado.

---

1 Nas palavras do sociólogo Steven Seidman (1996, p. 13), a teoria queer é um estudo “daqueles conhecimentos e daquelas práticas sociais que organizam a ‘sociedade’ como um todo, sexualizando – heterossexualizando ou homossexualizando – corpos, desejos atos, identidades, relações sociais, conhecimentos, cultura e instituições sociais”.

## 1 E TRANS, O QUE É? – GEOGRAFIAS DA SEXUALIDADE

Recentemente, um periódico reuniu artigos em uma convocatória teórica de enfrentar uma espécie de tarefa política de deslizar o conceito de *Trans*. Na apresentação organizada por Susan Stryker, Paisley Currah e Lisa Jean Moore (2008), duas pautas parecem sugerir a tônica de “estourar” o peso da palavra “*Trans*” e apresentar o que os autores chamam de transing crítica: a) *Trans* vincula-se não necessariamente a um tipo de sujeito ou identidade de gênero móvel, ambivalente ou instável, mas a uma força de transformação, um vetor, um devir com potência de moldar, reorganizar, reconstruir e construir – uma política, portanto; b) *Trans* vincula-se também à espacialidade tanto em longitude como em latitude, tanto no sentido de relação entre territórios como de transversalidade, oblíqua e não direta – geológica, portanto, para aproximarmos de Gilles Deleuze e Félix Guattari (1997). A fim de juntarmos a esse quadro, podemos ecoar a pergunta feita por Claire Colebrook (2009) acerca da teoria queer: seria ela uma reflexão sobre o que significa ser queer ou o conceito de queer muda os modos nos quais teorizamos? De modo análogo, o termo *Trans* funciona como uma reflexão sobre o que significa ser *Trans* ou o conceito de *Trans* muda os modos de teorizar? Usemos, daqui por diante, essas duas perguntas para uma abrir um horizonte provável de investigação entre políticas *Trans* e imagens de pensamento da pedagogia.

A recente teoria queer tem também orientado suas discussões para uma problematização do que conhecemos e do que chegamos a conhecer, daquilo que ignoramos e daquilo que se pode saber (LUHMANN, 1998) e é, talvez, aqui, que ela torne-se potente para pensar políticas *Trans* e sua conexão com a teoria pedagógica a fim de podermos retomar as perguntas e por as respostas em outros termos. A primeira pergunta pressupõe um “ser” que é *Trans* e, portanto, caberia à teoria pedagógica apenas uma apreensão do que já existe como dado ou produzido em outros territórios. Nesse sentido, o giro teórico e político sobre a centralidade do aparato discursivo de poder para formar a complexidade das identidades sexuais através de práticas de performatividade deu tônica à discussão (BUTLER, 1990; 2002b). A experiência transexual passou a ser explicada em termos de materialidade de gênero, sendo constantemente reconfigurada por aparatos discursivos (BENTO, 2006). Tais exercícios discursivos de poder – ou biopoder, se quisermos por em termos de Michel Foucault (1999; 2006) e seus efeitos relevantes sobre o corpo sexuado e a sexualização do corpo – são constantemente abertos à resistência pela performatividade subversiva dos signos, levando às rupturas nos significados, posições e papéis de identificação de gênero e sexo.

O trabalho da performatividade permitiu enfatizar como as normas de gênero materializam o corpo através de resignificação e dos atos de fala que trazem à cena os seres por eles nomeados. Performatividade define, portanto, a produção de discursos à medida que ocorrem por meio de certo tipo de repetição, em que instalações de poder materializam os efeitos de certas ontologias. Ao seguir este raciocínio, a perfor-

matividade possibilitou desenraizar a identidade sexual do imperativo biocultural do sexo natural através da transgressiva e subversiva repetição de significantes (BUTLER, 2002b). Neste sentido, chegou-se mesmo a argumentar que a performatividade é inerentemente queer, já que não oferece uma identidade, mas uma modalidade de transformação sexual ememaranhada para a transformação produtiva dos discursos (SEDGWICK, 1993). No entanto, pode-se perguntar em que medida essa transformação paródica, típica dos/as *Trans*, tomados/as, agora, como sujeitos fabricados e reinventados na performance de gênero, não está prescrita por discursos, estruturas e ideologias que a produzem. Ao caracterizar o que chamou de dispositivo da transexualidade, Bento (2006) já explicitava certo desconforto em falar de “os/as transexuais” como se o termo por si só esgotasse ou fixasse os sujeitos que vivem determinadas possibilidades de deslocamento.

De algum modo, a primeira pergunta – o que significa ser *Trans*? – ainda pressupõe uma ontologia constitutiva que oferece como resposta um tipo de sujeito constituído que a teoria pedagógica tem se eximido de teorizar, um tipo de sujeito que chega à escola e com o qual devemos lidar, mas com o qual ela não está centralmente envolvida. Parece que ainda não somos capazes de levar a sério, como seria preciso, que “um trabalho pedagógico contínuo, repetitivo e interminável é posto em ação para inscrever nos corpos o gênero e a sexualidade legítimos” (LOURO, 2004, p. 16). Um trabalho pedagógico tanto no sentido de que a cultura inventa seus dispositivos de formação de sexualidade e gênero quanto de que a escola está fundamentalmente conectada com a fabricação de certos tipos de sujeitos de gênero e de sexo, restando aos demais o lugar da abjeção.

A nós, parece ser possível, agora, estabelecer uma diferença: uma coisa é *Trans* como tipo psicossocial, uma entidade produzida, clínica e artificialmente. Essa conexão mesma entre sexualidade e subjetividade não existiu desde sempre, nem funcionou sempre da mesma forma, como bem mostrou Foucault (1999; 2003; 2007) ao longo da trilogia da História da Sexualidade. Talvez seja a hora, como sugere Gayle Rubin (1984), de começar a desterritorializar, tanto quanto possível, a pertença da sexualidade e do gênero ao mesmo território analítico. Outra coisa, deste modo, é o *Trans* tomado como personagem conceitual, como um processo puro de desterritorialização do desejo, portador de fluxos que escapam aos territórios codificantes do gênero disciplinar, que os embaralham, que deslizam sobre as linhas do corpo social.

O que vamos sugerir, aqui, reside na possibilidade vital e potencialidade de deslocar e alargar a tônica do debate da performatividade da transexualidade do sujeito *Trans* para a própria performatividade *Trans* da experiência pedagógica. Se podemos mesmo falar em experiência transexual para evitar a armadilha modernista do sujeito transexual, porque não deslocar o *Trans* para a própria experiência de pensamento da pedagogia? Menos como forma e mais como potência? Menos como ser e mais como devir? Se entendermos por experiência menos a história do sujeito na qual a linguagem é seu campo de encenação, como argumentado por Joan Scott (1999) e mais, como indica Foucault (2003, p. 43), “a experiência é a procura por chegar a certo ponto da vida o mais próximo possível do invivível. O que é requerido é o máximo de

intensidade e, ao mesmo tempo, o máximo de impossibilidade”, podemos retornar à segunda pergunta que nos colocamos – o *Trans* como modo de teorizar. No ensaio intitulado O Método de dramatização, Deleuze (2005a) sugere que uma boa pergunta a se envolver com as determinações intensivas da experiência não é: O que é isso? Mas quem? Quanto? Como? Quando isso pode acontecer? Em resumo, o que está em jogo na dramatização é uma série de atividades diferenciais puras não regidas pela semântica dos signos discursivos, mas pertencentes às paixões notáveis ou pontos de implantação de campos inteiros de individuação.

Deste ponto de vista, Karen Barad (2003), ao experimentar uma composição com a física quântica, argumentou que a teoria queer precisa abraçar uma ontologia relacional, que rejeite a metafísica da presença e que ainda seja capaz de explicar o papel que desempenha nas práticas entrelaçadas de conhecer e tornar-se. Ou seja, o lugar de discurso de subjetivação que ela também assume na vida das pessoas. Talvez, por isso, não muito antes, David Eng, Judith Halberstam e José Muñoz (2005) tenham se perguntado sobre o que há de queer nos estudos queer e David Halperin (2003) tenha se questionado se a própria teoria não estaria também sofrendo de uma normalização. Talvez, seja a hora de nos perguntamos o que há de *Trans* nos/as *Trans* ou ainda, o que pode o *Trans* enquanto performatividade da pedagogia. Aí pode estar proposta uma noção de política *Trans* como produzida na intra-ação de fenômenos, no entrelugar das coisas e, portanto, que possa introduzir um alargamento para as agências políticas da cultura e da pedagogia.

Quando falamos em pedagogia, falamos em arquiteturas, sistemas de raciocínio, formas de pensamento, discursos, práticas, técnicas, que definem quem pode e quem não pode, quem deve e quem não deve passar, mudar de lugar, mexer-se (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008). O *Trans* também não é aqui simplesmente concebido como uma representação discursiva do comportamento transexual para explicar o funcionamento do discurso pedagógico, porém implicado em um aparelho de conhecimento produzido no agenciamento pedagógico. O *Trans* no lugar que Foucault (1999) atribuiu à sexualidade no final do primeiro volume da História da Sexualidade, tornando-se o nome da nossa pedagogia da sexualidade para o espaço de passagem entre a anatomia política das técnicas corporais de individualização subjetiva e a gestão biopolítica de regulação das populações. Ao invés do *Trans* como o local estável, em que as formas atuais de capital e poder procuram instalar-se nos corpos, ele aparece como o espaço onde se pode ou se deve poder começar a adotar e concretizar novas realidades sociais e ontologias possíveis.

Ontologia como esse transing geológico, no qual podemos nos mover entre os lugares necessários da identidade, onde plantamos os nossos pés e, ao mesmo tempo, o imperativo simultâneo de resistir a essas formas nas quais identidades se tornam os vetores através dos quais somos tomados por projetos que não são de nossa própria criação. Uma guinada na sequência contínua de eventos, que interrompe a trajetória linear da seta do tempo em nome de uma geografia da paisagem sexual, tomada tanto em sua constituição como em seus pontos de virtualização. Etnografias contemporâneas chegam a sinalizar a configuração de novos mapas possíveis para as homossexualidades, transexualidades e travestilidades que efetivam novos

processos de subjetivação e novos modos de existencialização<sup>2</sup>, em que diversos territórios se articulam em uma cartografia existencial. Demandam, assim, novas problematizações sobre políticas educacionais ao fazerem “pensar o quanto essas tantas formas de nomear, classificar, descrever, identificar, têm relação com possibilidades sociais, políticas e culturais de experimentações de vivências que, de forma mais ou menos intencionais e/ou conscientes, questionam os valores sexuais vigentes” (PELÚCIO, 2011, p. 122).

Porém, até quando a educação, a escola e a pedagogia conseguirão incorporar essas “novas cartografias da sexualidade”, ou, ainda, até onde precisam esticar o lastro para que as “novas categorias” adentrem o ambiente escolar? A questão, a saber, é se podemos com esses novos mapas culturais da sexualidade problematizar a própria experiência sexualizada e sexualizante da pedagogia. Isso é, de algum modo, também apostar na potência da pedagogia na medida em que se olharmos para suas práticas apenas pela ótica do “ser”, pouco ou quase nenhuma rota de escape, linha de fuga ou de possibilidade, parece ser capaz de abrir-se nos cinzentos territórios da educação e das políticas de ficções sexuais. Um distanciar de uma concepção de teoria pedagógica como representação do pensamento educacional, como posterior a um real já constituído e vivido, para aproximar-se de um pensamento produtivo por ser expressivo de forças para potenciação do estar no mundo (DELEUZE, 2006). Quem sabe tenha chegado o momento de investir na teoria pedagógica como fabulação e invenção de mundos e porque não de mundos de desejo.

Já não basta dizer que não há identidades sexuais caracterizáveis por essências autoproclamadas e a-históricas e tentar entender as maneiras em que as comunidades sexuais se imaginam e constroem histórias sobre sua origem e desenvolvimento. O *Trans* pode servir não para olhar a performatividade de gênero como constitutiva da realidade, mas para cartografar os planos distintos de materialidades virtuais e atuais que coexistem na experiência. Um *Trans* que só pode ser capturado em processos de variações contínuas – uma série de aventuras verdadeiras do sexo, diria Luciana Parisi (2009) como resposta teórica e política à convocação de Butler (2004), para desfazer o gênero cujas condições são definidas por atividades virtuais, órgãos larvais, partículas agitadoras envolvendo o devir de um desejo sempre coletivo.

## 2 E SE A PEDAGOGIA NÃO FOR TÃO INABITÁVEL ASSIM?

Em *Sobre a Pedagogia*, Immanuel Kant, pontuava que a “espécie humana é obrigada a extrair de si mesmo pouco a pouco, como suas próprias forças todas as qualidades naturais que pertencem à humanidade” (KANT, 1996, p. 442) e exatamente, por ser incapaz de fazer isso por si mesmo que o homem só se torna um verdadeiro homem senão pela educação. Sobre a pedagogia, pode ser lido, canhestramente, a respeito da nossa moderna necessidade da pedagogia. Embora não nos caiba, aqui, fazer um resumo das teses kantia-

---

2 Já aparecia na etnografia clássica de Nestor Perlongher (1987) e, a título de exemplo, é possível destacar as etnografias de Carolina Parreiras (2008), Tiago Duque (2009), Isadora França (2010) e William Peres (2005).

nas, é conveniente assumir que, quando falamos de educação e pedagogia, ainda somos profundamente kantianos. Recentemente, entretanto, o termo pedagógico passou a ser reformulado para servir a funções críticas. Aquilo, que Silva (1995), chamou de novos mapas políticos e culturais, marcados pelas reconfigurações dos movimentos sociais, pelas teorizações da alteridade e pelo impacto das tecnologias de informação e comunicação, ressignificaram a pedagogia como antifeminista, antirracista, radical, anticolonial ou anti-homofóbica, tomaram-na de assalto para fazer uma crítica à educação como sítio de reprodução de relações desiguais de poder. Perguntaram-nos se o que fazíamos e, aliás, ainda fazemos contar como verdadeiramente humano, não seria, nos termos de Butler (2002b), humanamente inteligível.

Quem sabe, por isso, a escola veio a tornar-se um lugar frequentemente inabitável para as sexualidades *Trans*. Não nos faltariam pesquisas para apontar como as escolas ganham visibilidade dentro dos múltiplos espaços sociais em que as performatividades de gênero dos sujeitos designados de travestis e transexuais são apontadas como motivadoras ou desencadeadoras de práticas de agressão física e de ofensa moral (BENTO, 2011). A hostilidade e a injúria fazem da escola um lugar avesso às populações de travestis e transexuais – um lugar de estigma, violência e exclusão (PERES, 2010), de silenciamento e vulnerabilidade (CARRARA; RAMOS, 2005). Com efeito, diferentes pesquisas sobre travestis e transexuais apontam as ruas de prostituição, casa de cafetinas ou moradias exclusivamente de travestis como sendo os típicos espaços de sociabilidade e vivências por onde elas circulam<sup>3</sup>. No que pese o caso das/os transexuais, apontam e desvelam as múltiplas modalidades dos conflitos entre a normalização jurídica, médica e psiquiátrica (BENTO, 2006).

Tanto quanto os sujeitos por ela repudiados, é notável como a escola e a pedagogia também soam, aí marcadas pelo repúdio e pelo silenciamento. Fato que parece provir de uma imagem de pensamento demasiado estreita e dogmática da pedagogia. Ou ainda, dito em outras palavras, a estigmatização e invisibilidade desses sujeitos no espaço escolar é também uma estigmatização e invisibilidade da pedagogia – o que não quer dizer necessariamente invisibilidade da escola. Ao mesmo tempo em que se torna um território política e culturalmente contestado da autoridade das metanarrativas educacionais – tanto as narrativas sobre a educação quanto as narrativas na educação (SILVA, 1995), parte significativa da política contemporânea tem investido sobre e na educação como um espaço de representação da alteridade daqueles que vivem a experiência do deslocamento. No limite, essa divisão, que nem sempre é clara e bem-sucedida, pressupõe uma outra: que de um lado está a pedagogia, lida como sinônimo de escolarização, e opostamente, os outros espaços sociais. É provável que ainda não tenhamos chegado a prestar atenção na “natureza pedagógica da política” (SILVA, 1996). Falamos em educação na/ para/ pela diversidade, mas parece que em algum momento nos esquecemos de perguntar sobre a educação da diversidade tanto no sentido de interrogar o que as pedagogias fazem com ela como de que pedagogias a diversidade se vale.

3 Destacamos, aqui, sem pretendemos ser esgotantes, Marcos Benedetti (2005), Duque (2009), Marcos Garcia (2007); Don Kulick (1998); Maria Cecília Patrício (2002); Pelúcio (2009); Peres (2005) e Hélio Silva (1993).



Porém, essa ignorância de inserir a pedagogia no pensamento das transformações de sexualidade e de gênero não é uma gratuidade nem mesmo parece ser uma consequência de uma hostilização ostensiva da escola às sexualidades dissidentes, mas uma necessidade constitutiva que silencia a miríade de pedagogias circulantes na cultura e que fora dos espaços pedagógicos institucionalizados faz coisas com as pessoas, deseja coisas para suas vidas e divulga modos de ser e estar no mundo. Um argumento largamente trabalhado por pesquisadores da Educação para enfatizar que “a coordenação e a regulação das pessoas não se dá apenas pelos discursos circulantes nos espaços pedagógicos institucionalizados como as escolas e seus similares” (COSTA, 2005, p. 144). Artefatos como a televisão, o cinema, os jornais, a literatura, o rádio, as revistas, os brinquedos, a música, etc. passaram a ser vistos, nas palavras de Giroux (2008), como “máquinas de ensinar” habilidades, capacidades, modelos de sociabilidade e afetividade em que “as outras instâncias culturais também são pedagógicas, também têm uma pedagogia, também ensinam alguma coisa” (SILVA, 2002, p. 139). Por um lado, contribuíram para a “diminuição das fronteiras entre, de um lado, o conhecimento acadêmico e escolar e, de outro, o conhecimento cotidiano e o conhecimento da cultura de massa” (SILVA, 2002, p. 139), por outro, permitiram enfatizar que “todo trabalho cultural precisa dirigir-se às preocupações da pedagogia” (SIMON, 2008).

Obviamente, muitos desses trabalhos dedicaram-se a levantar as representações, modalidades de discursos e modos de subjetivação referentes a gênero e sexualidade divulgados nos mais distintos artefatos culturais<sup>4</sup>. A pedagogia estaria, assim, presente em qualquer lugar em que o conhecimento seja produzido, “em qualquer lugar em que exista a possibilidade de traduzir a experiência e construir verdades, mesmo que essas verdades pareçam irremediavelmente redundantes, superficiais e próximas ao lugar-comum” (GIROUX; MCLAREN, 1995, p. 144). Enquanto o modo moderno de relação forma/conteúdo se impôs a outros modos de socialização, alastrando sua existência para outras relações sociais, transbordando largamente as instituições escolares.

Paralelamente, a antropologia começou a considerar a aprendizagem como aspecto inerente a qualquer prática social (LAVE; WENGER, 1991). Os esforços de uma sociedade para ter sucesso em produzir os tipos de indivíduos de que precisa depende de uma dinâmica de aprendizagem (WOLCOTT, 1982), “implicitamente ou explicitamente, para a adaptação humana, socialização, mudança cultural e, no mais amplo nível, a produção e reprodução da cultura e sociedade” (PELLISSIER, 1991, p. 75). Uma vez que os mecanismos de aprendizagem fazem parte do objeto da pedagogia, é lícito afirmar que a pedagogia não dá conta apenas dos processos de aprendizagem escolar, mas também dos processos através dos quais se aprende independentemente do contexto no qual se dêem tais processos ou o que esteja sendo compreendido como objeto da aprendizagem, que só adquire status de objeto de aprendizagem em contextos significativos específicos.

---

4 Uma história dos impactos dos Estudos Culturais na Educação no Brasil e, de modo especial, sobre as pedagogias da sexualidade ainda está certamente por se fazer.

Acompanhar esses rastros da discussão entre o pedagógico e cultural, ainda que fuja do escopo do presente trabalho revisitar as teorias de currículo ou as teorias cognitivistas de aprendizagem, pode permitir que concordemos que os espaços de sociabilidade também funcionam como espaços de pedagogização de formas de existir sexualmente (PARREIRAS, 2008). São mais que planos de fundo passivos a serem ocupados por sujeitos plenamente constituídos: atuam diretamente na constituição das subjetividades mediadas por práticas de aprendizagem de estilo e incorporações de marcas subjetivas (MONTEIRO et al., 2010). Porém, também permitem enxergar que, certamente, entre os dois níveis de análise há um desnível que pode, sob certa ótica, ser lido como o paradoxo fundamental da pedagogia: a distância entre as funções do aprender e do ensinar (PARAÍSO, 2011). De um lado, uma análise do poder privilegia o aparato discursivo sobre a sexualidade, de outro se ressalta o cotidiano inventado e incorporado da aprendizagem em práticas diárias nas quais se torna possível articular anseios, interesses e expectativas de autoimagem pessoal e coletiva a determinados objetos, corpos e práticas significativas. Um desnível necessário que destaca o lugar dos discursos de gênero e sexualidade, seja em artefatos, seja em práticas culturais cotidianas, mas também afirma o ensino, ou melhor, o duplo ensino e aprendizagem, como um lugar do diferenciar-se de si mesmo.

Essas breves notas sobre o pedagógico e o cultural são também uma caracterização geral declaradamente parcial e incompleta, mas que, de algum modo, autoriza duas pontuações para as políticas *Trans*. Primeiro, a performatividade *Trans* tomada como a experiência transexual não é nem subversiva nem capaz de reinscrever códigos dominantes em si mesmas, faz um pouco de cada uma das duas coisas. Em uma ambivalência necessária, nesse espaço conflitivo de submissão e de subversão ela se move nos “espaços entre”, nos interstícios, no entre-espaço, ou “no meio”, que é onde, como se aprende Deleuze (2002), acontece o movimento de criação. Segundo, como desdobramento deste paradoxo constitutivo da performatividade, a luta pela despatologização da transexualidade e a luta pela retirada do Código Internacional de Doenças de todas as classificações relacionadas ao gênero (travestilidades, fetichismos, transexualidade), como uma das pautas da contemporaneidade que unifica teóricas/os e ativistas em várias partes do mundo (BENTO, 2009), só faz sentido se derivarmos que não há realização de luta política sem uma pedagogia que lhe corresponda e lhe seja intrínseca. A saída da vitimização para a construção da cidadania, nos termos de William Peres (2005), empreendida pelo movimento transexual só ganha sentido e materialidade na invenção de uma pedagogia.

Tão longe e tão perto. São práticas pedagógicas diárias e cotidianas que possibilitam a existência do *Trans* enquanto sujeito de sexo/gênero na cultura, ao mesmo tempo, em que é somente nas e pelas práticas pedagógicas que a luta por sua existência reconhecida em termos jurídicos pode acontecer. Nesses casos, a pedagogia não seria outra coisa senão um instrumento performático sofisticado para persuadir ou convencer quem quer que seja, ou ainda, para contar uma história. A efetividade das narrativas ou estórias sexuais, como, argumenta Ken Plummer (1995), depende da habilidade para contá-las e de uma audiência para ouvi-

-la – relação comunicativa, não só similar, mas propriamente pedagógica – e, portanto, da própria dimensão performática da linguagem em constituir seus interlocutores. Ainda que sua face material visível sejam as políticas direcionadas às escolas e às políticas públicas para educação, as próprias narrativas contadas pelos/as *Trans* tornam-se pedagógicas, ao operarem na lógica do ensinar outros discursos e aprender outras práticas fora daquelas que o estreito marco heterossexual nos acostumou<sup>5</sup>. Talvez, aqui, seja possível inferir que a invisibilidade do pedagógico no que tange à (*Trans*)sexualidade não seja outra coisa que não uma reformulação crítica de sua posição em uma imagem de pensamento dogmática da pedagogia.

Resta-nos saber de que modo é possível driblar a vontade de sujeito da pedagogia (CORAZZA, 2001) que tem como corolário a vontade de controle disciplinar moderna (FOUCAULT, 1999). Se aqueles sujeitos produzidos com as marcas do estigma da abjeção no discurso pedagógico podem retornar a ela enquanto uma experiência que lhe é constitutiva. Em que medida é possível fazer girar a um conjunto de múltiplos discursos sobre o sexo que historicamente regulam, normatizam, instauram saberes, produzem verdades, maquinam sujeitos e que permite fazer funcionar a unidade artificial do sujeito moderno (FOUCAULT, 1983), ponto pelo qual, “cada um deve passar para ter acesso à sua própria inteligibilidade, [...] à totalidade de seu corpo [...], à sua identidade” (FOUCAULT, 1999, p. 205). Podemos apostar em uma pedagogia que não é instrumento para a transmissão de uma verdade teórica ou moral nem para a projeção explícita de como deveríamos ser, em que deveríamos acreditar e como deveríamos nos portar; mas, sim, para a interrupção constante de toda a pretensão de imposição da verdade e para a suspensão permanente de toda tentativa de fixação de projeto? Temos a desconfiança que, aqui, o *Trans* enquanto performance política pode ensinar à pedagogia mais do que podemos imaginar.

### 3 É A PEDAGOGIA UMA *TRANS*?

Basil Bernstein (1996), ao descrever os princípios que estruturam o que chamou de discurso pedagógico, pode oferecer algumas pistas que podem servir de ponto de partida para conectarmos políticas *Trans* e práticas pedagógicas. O discurso pedagógico, diz Bernstein, funciona mediante a apropriação de outros textos que são selecionados, descontextualizados, transformados e recontextualizados. Quando um texto passa a compor o discurso pedagógico, esse texto fica submetido a outras regras, como que incorporado a outra gramática. Uma gramática didática, dado que todo texto escolariza-se do ponto de vista da transmissão-aquisição, mas também uma gramática ideológica. A pedagogia é racionalização de certa organização e de

---

<sup>5</sup> Nesse sentido, é possível conferir as pesquisas de Anderson Ferrari (2004), para quem o movimento social LGBT tornou-se pedagógico exatamente para garantir a construção de identidades mais positivas e valorizadas e de Anselmo Alós (2011), para quem as pedagogias culturais de gênero e juventude expõem a possibilidade de re-humanização dos gêneros inteligíveis de Butler (2002b) expulsos dos tradicionais marcos de aprendizagem. No entanto, como argumentamos logo a seguir, muito dessa leitura traz uma imagem de pensamento pedagógico como transmissor/contador de narrativas, ainda que as narrativas sejam outras, que tentam adquirir estatuto de verdade na luta dos discursos.

certas formas de transmissão de conhecimento, em que está em jogo, diz Julia Varela (2010), uma pedagogização do conhecimento e um disciplinamento interno de saberes. No entanto, como também nos ensina Bernstein (1996), o discurso não pode controlar totalmente a si mesmo, arrasta consigo a possibilidade de pôr em questão e de modificar a gramática na qual ele está inserido. A primeira tese, portanto, permite-nos pensar o que acontece quando a sexualidade é convertida em texto pedagógico e submetida às regras da pedagogia oficial. A segunda pressupõe o percurso de acompanhar de que modo a sexualidade pode escapar ao controle das regras didáticas e contribuir para solapá-las.

Logo, nossa primeira pista é passível de uma multiplicação de sentidos. Podemos somar a ela uma outra sugerida por Friedrich Nietzsche. Uma das teses que podemos extrair do Nascimento da Tragédia (NIETZSCHE, 2007), ainda que pese o caráter ambíguo do texto, parece ser a de que a operação socrático-platônica inaugura a época que vivemos, a época da metafísica, justamente com a época da pedagogia. Um impulso baseado na crença de que o pensar “é capaz não apenas de conhecer, mas de corrigir o ser” (NIETZSCHE, 2007, p. 47) e na convicção de que o conhecimento tem “a força universal de uma medicina universal” (NIETZSCHE, 2007, p. 47). Ou seja, a pedagogia é aquilo que dá forma ao ser, intervindo sobre ele e fazendo dele o que é – um dispositivo que a cultura inventou para transmitir certo repertório de ser pessoa e fazer com que todo membro aprenda a ser uma pessoa particular dentro das modalidades incluídas no repertório (LARROSA, 2010). Assim, não seria absurdo concluir que a pedagogia é em si mesma a operação cirúrgica da cultura a qual todos nós somos submetidos e a partir da qual nós passamos a existir como seres *Trans* pós-operados.

De fato, tanto as tecnologias do sexo (PRECIADO, 2002) como as tecnologias de gênero (LAURETIS, 1987) se constituem em uma série de montagens híbridas de saberes, instrumentos, pessoas, sistemas de julgamento, edifícios, espaços e objetos, diga-se em uma montagem pedagógica, que circulem por aí com certos pressupostos e objetivos sobre a sexualidade humana, fabricando as diferenças sexuais e de gênero e as naturalizando. Se podemos falar em experiência travesti (PERES, 2005) e experiência transexual (BENTO, 2006), não há razão nenhuma para acreditarmos que elas só possam corresponder a certas modalidades corporais e a tipos de sujeitos identificáveis. Isso seria o mesmo que pressupor que a experiência masculina só pode ser vivida por homens, a experiência feminina só por mulheres e assim por diante<sup>6</sup>. Estaríamos presos na tautologia do discurso lógico do sistema sexo-gênero que o legado recente da Teoria Queer nos ajudou a deslocar. A pergunta talvez não seja quem pode ser considerado transexual ou travesti sob que termos e para quem, mas sim quem pode não dizer que não é ele mesmo um corpo *Trans*? “E eu não sou um travesti também?” – pergunta-se Denilson Lopes (2002). Somos, de algum modo, uma operação de montagens e cirurgias que a cultura perpetra na massa corpórea. Transgêneros da vida mesmo quando de caras limpas e corpos nus.

Porém, as coisas se complicam. Levemos em conta, agora, o caráter híbrido e, porque não, excêntrico,

6 A esse respeito, ver, por exemplo, a noção de masculinidade feminina desenvolvida por Judith Halberstam (2008).

da prática discursiva da pedagogia e dos sujeitos que ele constitui. Como uma forma de expressão das culturas modernas ocidentais, ele mistura estilos e formas existentes em uma organização interna de diálogo como um tecido precário, inseguro, às vezes equivocado e sempre provisório e insatisfeito. Um jogo aberto que funciona a partir da vida concreta, plural e complexa, de um jogo excêntrico entre discursos heterogêneos e uma suscetibilidade compartilhada pelo conhecimento e melhoria do humano (LARROSA, 2006). Uma atração fascinante e uma similaridade intensa que nos leva a sugerir que se a pedagogia tivesse uma alma, ela também seria *Trans*. *Trans* porque é um jogo de diferenças e montagens que interferem e desestabilizam o corpo, *Trans* porque atenta para a vida concreta que, por um lado, precisa ser transformada por intervenções materiais e, por outro, constitui o elemento vivo do discurso.

Se seguirmos essa pista e, em lugar de nos fixarmos no hipotético sistema de verdades e no aparelho discursivo que a pedagogia trataria de transmitir, e considerarmos, agora, o desnível e a distância entre aprender e ensinar, entre quem fala e quem ouve, logo daremos conta de que não é possível separar sua dimensão *Trans* de sua dimensão filosófico-científica ou epistemológico-ontológica, muito menos subordinar uma à outra. O que existe é um jogo tenso, um mútuo descentramento, às vezes, violento, às vezes, um diálogo apaixonado em que a política do pensamento *Trans* tira o outro, ou seja, nós mesmos, de nossas posições e, às vezes, se deixa inquietar. O marco de dramatização que constituiria a performatividade *Trans* no contexto concreto de sua apresentação à pedagogia surge já como que descentrado da forma social concreta em que se desenvolvia e fica como reorientado para a expressão da forma interna e indiscernível de uma vontade de viver que não pode se realizar a não ser no interior do próprio movimento pedagógico. De modo inverso, o elemento pedagógico fica transformado pela dramatização da *Trans*-sexualidade que expressa seu método ou seu discurso. Ainda que possam existir teses, discursos, verdades, raciocínios, formas de pensamento endereçadas ao coração da sexualidade humana, eles não se fazem inseparáveis de toda essa dinâmica que as políticas *Trans* expressam no interior da própria pedagogia.

Uma dinâmica feita de rodeios, excursões, avanços, retrocessos, obstáculos, soluções provisórias, impulsos, desvios, reformulações, resultados aporéticos, perguntas, sinopses, descidas e subidas. E, porque não, de próteses, dildos, fetiches, plásticos, cirurgias, modelações corporais, perucas, glitter. Os personagens heterogêneos que povoam a pedagogia com seus diversos mundos vitais e virtuais, assim como a referência ou a evocação de acontecimentos históricos e sociais que constituem o espaço público comum em que transcorre a pedagogia, mostram a presença não meramente anedótica da vida ordinária e do tempo concreto de suas vidas na busca do saber e da justiça. Certamente, o saber que a política *Trans* introduz não é o referente imediato da relação pedagógica, mas outra coisa que poderíamos chamar de abertura e de auto-exigência, ou aquilo que Francisco Ramos (1998), falando das experimentações em artes plásticas de transexuais e travestis, chamou de “poética da experimentação”. Um pensamento da transgressão, em que os motivos políticos se tornam materiais de engenho e construção, suas imagens se transportam para a conquista de espaços

e o próprio corpo se torna motivo e ocasião de uma experiência poética – e porque não dizer pedagógica?

O projeto de busca e de transmissão de verdades e discursos não pode se desprender da ilimitada performatividade paródica e do jogo de ironia, da força da paixão e do desejo, do corpo e da invenção de si e do mundo que as políticas *Trans* dão como impulso teórico à pedagogia. As políticas *Trans* que têm o poder de mudar a pedagogia não são aquelas que se dirigem diretamente aos seus interlocutores, dizendo-lhes como eles têm de ver o mundo e o que deverão fazer, não são aquelas que oferecem uma imagem de mundo nem que ditam como devem interpretar a si mesmas e às suas próprias ações. Tampouco, são aquelas que renunciam ao mundo da vida e dos homens e se dobram sobre si mesmas. Ao invés de perguntar-se sobre a normalização da transsexualidade, a questão talvez seja como as políticas *Trans* correm os riscos de assumirem a linha axiomática da normalização pedagógica quando oferecem em troca um mundo pronto e administrado porque aprenderam dentro de certa imagem dogmática da pedagogia que esta é a única maneira de se fazer ouvir e persuadir os outros a ouvir. Não custa nada lembrar que é essa mesma imagem dogmática que tem marcado os corpos *Trans* como abjetos. Ou ainda, a questão pode ser não exatamente as transformações de gênero operadas por transexuais e travestis, mas como suas experiências transformam os gêneros e seus usos e, por consequência, o gênero da pedagogia – transpedagogia. Por fim, em que medida permite deslocarem os terrenos e linguagens fossilizados da pedagogia, em um abalo sísmico tanto das convenções pedagógicas da sexualidade que nos dão o mundo do desejo como algo já pensado e já dito quanto algo que se impõe aos corpos sem reflexão.

Uma política *Trans* para uma pedagogia é aquela que afugenta o caminho fácil em que todo mundo já sabe o que é hoje e o que será amanhã, não só para alguns tipos de sujeito, mas para um agenciamento do desejo, para que o desejo, enfim, possa fazer funcionar a maquinaria da aprendizagem, não como repetição do mesmo, mas para desfazer o já feito e o já dito das pedagogias de gênero e sexualidade (PARAÍSO, 2011) e para inventar o ainda não existente (SCHERER, 2005), um sexo fabulado, dramatizado e performado que ainda não se viu nem se disse. No prefácio do livro *L'Après Mai des Faunes*, de Guy de Hocquenghem, Deleuze (2005b) sugere que ao desejo homossexual só resta uma relação peculiar com o mundo das forças do desejo, cujas características estão presentes em permanecer não primariamente com o mesmo sexo de modo a resistir à heteronormatividade, mas em abraçar a ordem não reprodutiva do sexo, isto é, a ordem de biossocial de reprodução, com a invenção.

Algo semelhante acontece às políticas *Trans* quando não visam se fecharem dentro de si mesmas como algo já constituído, mas que, por seu jogo pedagógico, permanecem abertas às possíveis implicações e abrem a pedagogia aos seus deslizos. Um microfísica reversível do sexo, uma transmutação dos sexos de uma forma para outra em “contínuo intensivo de substâncias” (DELEUZE, 2005b, p. 287). Em suma, uma política *Trans* faz um convite à pedagogia para extrair sexualidades a partir do desejo. Em vez de afirmar, “eu sou *Trans*” ou “todo mundo é meio *Trans*, no final”, pode finalmente dizer “ninguém é *Trans*”, não há assunto

tipicamente transexual, mas produções transdesejantes, proliferando em toda a parte.

A diferença, portanto, já não está entre pedagogia e sexualidade, mas entre a pedagogia que comunica a sexualidade fazendo se manifestarem imagens convencionais do mundo do desejo e a pedagogia que nos dá o desejo como a produção imanente de um mundo a ser inventado; entre o mundo como um mero objeto de reconhecimento de gêneros e o mundo como uma performance desejante. A diferença essencial entre as duas imagens de pensamento: a que transmite o já pensado e a que faz pensar. As políticas *Trans*, no primeiro caso, supõem tudo aquilo que questionam e, nesse caso, são constitutivas dos problemas que colocam. No segundo, as políticas *Trans* aparecem como um modo de sensibilidade e de paixão em relação àquilo que comove a alma e a deixa perplexa, em estado de graça ou gozo. Talvez, seja nessa relação apaixonada e sensível com aquilo que se deseja, que a sexualidade seja também uma aprendizagem. Se levarmos até as últimas consequências que a cultura é o movimento de aprender, essa aventura involuntária da aprendizagem encadeia uma sensibilidade transdesejante como uma imagem de pensamento da pedagogia.

#### **4 E SE NÃO HOUVER PALAVRAS PARA TERMINAR?**

Surge, aqui, finalmente uma dificuldade para concluir de outra maneira que não seja retomando a transexualidade em outro nível. O que acontece aos/às *Trans* tomados/as enquanto forma experiencial é uma intensificação da sensibilidade, ou se quisermos do desejo, uma modificação na tonalidade da experiência de gênero, uma performance. Há razão para apostar que é nessa intensificação do desejo e nessa modificação da relação do desejo das políticas, que reside a aprendizagem que pode ser encontrada na pedagogia da sexualidade. Quem sabe pode ser essa a lição do *Trans* à pedagogia: a de colocar aquela que tradicionalmente tem se posto no lugar de ensinar e transmitir verdades sobre o sexo no espaço destinado ao aprendiz da sexualidade. Não exatamente o que as pedagogias ensinam aos/às *Trans*, nem o que são as pedagogias das/os *Trans*, mas o que a pedagogia tem a aprender com o *Trans*. Não um aprendiz de verdades de um mundo imaginal dado e prostituído, mas de um movimento vivo e vital do desejo, de uma geografia transdesejante que pulsa no corpo e na pele, nos ossos e nos pêlos.

Hoje, entre nós, reina um abismo entre a máquina pedagógica do mundo e o mero florescer de uma vida digna de ser vivida. Preparam-se homens e mulheres gerais e abstratos em sexualidades performáticas a serviço do poder imperativo da sociedade capitalista, mas se esmaga o desejo singular em nome de uma sexualidade reconhecível, desejo cuja lápide, um dia, contivesse apenas as marcas de um acontecimento único; a sua experiência irrepetível de uma pedagogia do desejo. Sexualidade e pensamento se movem essencialmente e essencializando no espaço amoroso onde homens e mulheres ficam recolhidos e podem indagar seus pontos nevrálgicos. Hoje, faltam tais espaços: seja o ativismo, seja o produtivismo acadêmico, seja a indústria do ensino fecham o acesso a qualquer lugar e qualquer espaço-tempo onde uma leitura auto-

-implicada do desejo possa acontecer diante de um massacre de sua geografia específica.

Longe de constituir uma prática apolítica ou um discurso fechado, a performance *Trans* trabalha em uma relação complexa com a pedagogia e atravessa sua realidade, determinando aspectos centrais de sua constituição. Nossa indagação foi explorar se liberada de sua sujeição à verdade do sexo, a política *Trans* pode redescobrir a dramatização do sexo e do desejo como uma força pedagógica e a performance *Trans* reconhecer sua própria potência expressiva. Contra o positivismo lógico da imagem dogmática da pedagogia, mas também contra o materialismo mecanicista, que tende a reduzir o sentido e a expressão ao conjunto de causas materiais, a política *Trans* aposta na potência do pensamento pedagógico como a possibilidade de conceber o desejo e o sexo segundo uma autonomia de invenção e transformação da vida, negando qualquer possibilidade de repouso, de acordo ou de institucionalização.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. Pedagogia: a arte de erigir fronteiras. In: BUJES, Maria Isabel; BONIN, Iara T. (Org.). **Pedagogia sem fronteiras**. Porto Alegre: Editora da Ulbra, 2008.

ALÓS, Anselmo Peres. Gênero, epistemologia e performatividade: estratégias pedagógicas de subversão. **Rev. Estud. Fem.**, v. 19, n. 2, maio/ago. 2011.

BARAD, Karen. Posthumanist Performativity. **Journal of Women in Culture and Society**, University of Chicago, v. 28, n. 3, p. 801-831, 2003.

BENEDETTI, Marcos Renato. **Toda feita**: o corpo e o gênero das travestis. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2005.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2006.

\_\_\_\_\_. A diferença que faz a diferença: corpo e subjetividade na transexualidade. **Bagoas**: Revista de Estudos Gays, v. 3, p. 95-112, 2009.

\_\_\_\_\_. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Revista Estudos Feministas**, v. 19, n. 2, p. 549-559, 2011.



BERNSTEIN, Basil. **A estruturação do discurso pedagógico**. Petrópolis: Vozes, 1996.

BRITZMAN, Deborah. La pedagogia transgressora y SUS estrañas técnicas. In: MÉRIDA JIMÉNEZ, Rafael (Org.). **Sexualidades transgresoras: una antología de estudios queer**. Barcelona: Icaria, 2002. p. 197-228.

BUTLER, Judith. **Undoing gender**. New York: Routledge, 2004.

\_\_\_\_\_. **Gender trouble: feminism and the subversion of identity**. New York: Routledge, 1990.

\_\_\_\_\_. Críticamente subversiva. In: MÉRIDA JIMÉNEZ, Rafael. **Sexualidades transgresoras: una antología de estudios queer**. Barcelona: Icaria, 2002.

\_\_\_\_\_. **Cuerpos que importan: sobre los límites materiales y discursivos del "sexo"**. Buenos Aires: Paidós, 2002.

CARRARA, Sérgio; RAMOS, Silvia. **Política, direitos, violência e homossexualidade: pesquisa 9ª. Parada do Orgulho GLBT – Rio 2004**. Rio de Janeiro: Cepecs, 2005. Disponível em: <[www.clam.org.br/](http://www.clam.org.br/)>. Acesso em: nov. 2007.

COLEBROOK, Claire. On very possibility of queer theory. In: NIGIANNI, Chrysanthi; STORR, Merl (Ed.). **Deleuze and queer theory**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2009. p. 11-23.

CORAZZA, Sandra. **O que quer um currículo?: pesquisas pós-críticas em educação**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

COSTA, Marisa V. Poder, discurso e política cultural: contribuições dos Estudos Culturais ao campo do currículo. In: LOPES, Alice C.; MACEDO, Elizabeth (Org.). **Currículo: debates contemporâneos**. São Paulo: Cortez, 2005. p. 133-149.

DELEUZE, Gilles. El intelectual y la política: sobre Foucault y la prisión. Entrevista con Gilles Deleuze. **Archipiélago**, Barcelona, n. 53, p. 68-74, 2002.

\_\_\_\_\_. **Diferença e repetição**. São Paulo: Graal, 2006.

\_\_\_\_\_. O método da dramatização. In: ORLANDI, Luiz (Org.). **A ilha deserta e outros textos**. São Paulo: Iluminuras, 2005. p. 131-162.

\_\_\_\_\_. Prefácio ao livro L'Après-Mai dês Faunes. In: ORLANDI, Luiz. (Org.). **A ilha deserta e outros textos. Iluminuras**: São Paulo, 2005b. p. 395-400.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo: Ed. 34, 1997. v. 3.

DUQUE, Tiago. **Montagens e des-montagens: vergonha e estigma na construção das travestilidades na adolescência**. Dissertação (Mestrado) – UFSCAR, 2009.

ENG, David L.; HALBERSTAM, Judith; MUÑOZ, José Esteban. What's queer about queer studies now? **Social Text**, n. 84/85, 2005.

FERRARI, Anderson. Revisitando o passado, construindo o presente: o movimento gay como espaço educativo. **Revista Brasileira de Educação**, n. 25, p. 105-115, jan./abr. 2004.

FOUCAULT, Michel. Entrevista com D. Trombadori. In: MOTTA, Manuel Barros da (Coord.). **Estratégia saber-poder**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. p. 235-242. (Coleção Ditos e Escritos, v. 4).

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade II: o uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2006.

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade III: o cuidado de si**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.

\_\_\_\_\_. O verdadeiro sexo (prefácio). In: PANIZZA, O. **Herculine Barbin: o diário de um Hermafrodita**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983. p. 1-4.

FRANÇA, Isadora. **Consumindo lugares, consumindo nos lugares: homossexualidade, consumo e subjetividades na cidade de São Paulo**. Tese (Doutorado) – Unicamp, 2010.

GARCIA, Marcos Roberto Vieira. **"Dragões": gênero, corpo, trabalho e violência na formação da**

identidade entre travestis de baixa renda. Tese (Doutorado) – USP, 2007.

GIROUX, Henry. Praticando Estudos Culturais nas Faculdades de Educação. SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). **Alienígenas na sala de aula:** uma introdução aos estudos culturais em educação. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 61-84.

GIROUX, Henry; MCLAREN, Peter. Por uma pedagogia crítica da representação. In: SILVA, Tomaz Tadeu da; MOREIRA, Antonio Flavio (Org.). **Territórios contestados:** o currículo e os novos mapas políticos e culturais. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 144-158.

HALBERSTAM, Judith. **Masculinidad femenina.** Barcelona/Madrid: Egales, 2008.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org). **A identidade e a diferença:** a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 103-133.

HALPERIN, David. The normalization of queer theory. **Journal of Homosexuality**, v. 45, n. 4, p. 339-343, 2003.

KANT, Immanuel. **Sobre a pedagogia.** Piracicaba, SP: Editora UNIMEP, 1996.

KULICK, Don. **Travestis, sex, gender and culture, among Brazilians transgendered prostitutes.** Chicago: The University of Chicago, 1998.

LARROSA, Jorge. Tecnologias do Eu e Educação. In: SILVA, Tomaz Tadeu. **O sujeito da educação: Estudos Foucaultianos.** 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 35-86.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia profana:** danças, piruetas e mascaradas. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

LAURETIS, Teresa. **Technologies of gender:** essays on theory, film and fiction. Bloomington: Indiana University Press, 1987.

LAVE, Jean; WENGER, Etienne. **Situated learning:** legitimate peripheral participation. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

LOPES, Denilson. **O homem que amava rapazes e outros ensaios**. Rio de Janeiro:Aeroplano, 2002.

LOPES, Eliane Marta Teixeira. **Da sagrada missão pedagógica**. Tese (Concurso de Professor Titular) – UFMG, 2004.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LUHMANN, Suzanna. Queering/Queering Pedagogy? Or, pedagogy is a pretty queer thing? In: PINAR, William (Org.). **Queer theory in education**. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers, 1998. p. 141-156.

MONTEIRO, Simone et al. Identidades, trânsitos e diversidade sexual em contextos de sociabilidade juvenil no Rio de Janeiro. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 35, dez. 2010.

NIETZSCHE, Friedrich. **Nascimento da tragédia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

PARAÍSO, Marlucy Alves. Raciocínios generificados no currículo escolar e possibilidades de aprender. In: LEITE, Carlinda et al. (Org.). **Políticas, fundamentos e práticas do currículo**. Porto: Porto Editora, 2011, v. 1, p. 147-160.

PARISI, Luciana. The adventures of sex. In: NIGIANNI, Chrysanthi; STORR, Merl (Ed.). **Deleuze and queer theory**. Edinburgh: Edinburgh University Press Ltd, 2009.

PARREIRAS, Carolina. **Sexualidade no ponto.com**: espaços e homossexualidades a partir de uma comunidade on-line. Dissertação (Mestrado) – Unicamp, 2008.

PATRÍCIO, Maria Cecília. **Travestismo**: mobilidade e construção de identidades em Campina Grande. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – UFPE, 2002.

PELLISSIER, Catherine. The anthropology of teaching and learning. **Annual Review of Anthropology**, n. 20, p. 75-95, 1991.

PELÚCIO, Larissa. **Abjeção e desejo**: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de Aids. São

Paulo: Annablume, 2009.

\_\_\_\_\_. É o que tem pra hoje – os limites das categorias classificatórias e as possíveis novas subjetividades travestis. In: COLLING, Leonardo (Org.). **Stonewall 40 + o que no Brasil?** Salvador: EdUFBA, 2011. p. 111-147.

PERES, William Siqueira. **Subjetividade das travestis brasileiras:** da vulnerabilidade da estigmatização à construção da cidadania. Tese (Doutorado) – UERJ, 2005.

\_\_\_\_\_. Travestis, escolas e processos de subjetivação. Instrumento – **Revista de Estudo e Pesquisa em Educação**, Juiz de Fora, v. 12, n. 2, p. 57-66, jul./dez. 2010.

PERLONGHER, Nestor. **O negócio do michê:** prostituição viril em São Paulo. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PLUMMER, Ken. **Telling sexual stories.** New York: Rotledge, 1995.

PRECIADO, Beatriz. **Manifiesto contra-sexual.** Madrid: Opera Prima, 2002.

RAMOS, Francisco José. **La insumisión de la experiencia artística:** una conflagración de pensamientos. Catálogo de Exibição. San Juan, Puerto Rico: 1998.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível:** estética e política. São Paulo: Ed. 34, 2005.

RUBIN, Gayle. Thinking Sex: notes for a radical theory of the politics of sexuality. In: VANCE, C. (Ed.). **Pleasure and danger:** exploring female sexuality. New York: Routledge, 1984.

SCHERER, René. Aprender com Deleuze. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 93, p. 1183-1194, set./dez. 2005.

SCOTT, Joan. Experiência. In: SILVA, Alice; LAGO, Margareth; RAMOS, Teresa (Org.). **Falas de gênero.** Florianópolis: Mulheres, 1999. p. 21-55.

SEDGWICK, Eve Kosofvsky. **Tendencies.** Duke: Duke University Press, 1993.

SEIDMAN, Steven. **Queer theory/Sociology**. Cambridge, MA, Blackwell, 1996.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Os novos mapas culturais e o lugar do currículo numa paisagem pós-moderna. In: SILVA, Tomaz Tadeu; MOREIRA, Antonio Flavio (Org.). **Territórios contestados**. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 184-202.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidades terminais**: transformações na política da pedagogia e pedagogia da política. Petrópolis: Vozes, 1996.

SILVA, Hélio. **Travesti**: a invenção do feminino. Rio de Janeiro: Relume Dumará; ISER, 1993.

SIMON, Roger. A pedagogia como uma tecnologia cultural. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Alienígenas na sala de aula**: uma introdução aos estudos culturais em educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 61-84.

SPIVAK, Gayatri. **A critique of post-colonial reason**. Cambridge: Harvard University Press, 1999.

STRYKER, Susan; CURRAH, Paisley; MOORE, Lisa Jean. *Trans*, or *Trans-* or Transgender? The stakes for Women's studies. **Women's Studies Quarterly**, v. 36, n. 3/4, p. 11-22, Jul./Dez. 2008.

VARELA, Julia. O estatuto do saber pedagógico. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **O sujeito da educação**: estudo foucaultiano. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 87-96.

WEEKS, Jeffrey. **Sex, politics and society**: the regulation of sexuality since 1800. Londres: Longman, 1989.

WOLCOTT, Harry. The Anthropology of Learning. **Anthropology & Education Quarterly**. Special issue, v. 13, n. 2, p. 83-108, 1982.



# ARTIGOS

# # A crise hídrica global e as propostas do Banco Mundial e da ONU para seu enfrentamento

The global water crisis and the proposals of the world bank and United Nations Organisation to face it

JAIRO BEZERRA SILVA – UEPB

LEMUEL DOURADO GUERRA – UFCG

ANTONIO AUGUSTO R. IORIS – UNIVERSIDADE DE EDIMBURGO

MARCIONILA FERNANDES – UEPB

## RESUMO

O presente artigo analisa a **crise hídrica global**, focalizando: a) o cenário da conferência mundial sobre água, realizada na Holanda em 2000, na qual se estabeleceu a Declaração de Haia, sendo acordado que a água passaria a ser considerada um bem de domínio público e um recurso natural limitado e dotado de valor econômico; b) os elementos ideológicos que perpassam os discursos sobre a escassez de água nos âmbitos global e local, associada a uma discussão dos símbolos, dos mitos e das crenças construídos acerca da **crise hídrica mundial**; e c) o caráter 'apocalíptico' do discurso formulado pelo Banco Mundial relativo à situação hídrica mundial, caso não seja implementado o processo de valoração que objetiva estabelecer a racionalização dos diferentes tipos de uso dos recursos hídricos por meio da precificação do recurso.

Palavras-chave: Crise hídrica; Ecologia política; Capitalização da natureza.

## ABSTRACT

O presente artigo analisa a crise hídrica global, focalizando: a) o cenário da conferência mundial sobre água, realizada na Holanda em 2000, na qual se estabeleceu a Declaração de Haia, sendo acordado que a água passaria a ser considerada um bem de domínio público e um recurso natural limitado e dotado de valor econômico; b) os elementos ideológicos que perpassam os discursos sobre a escassez de água nos âmbitos global e local, associada a uma discussão dos símbolos, dos mitos e das crenças construídos acerca da crise hídrica mundial; e c) o caráter 'apocalíptico' do discurso formulado pelo Banco Mundial relativo à situação hídrica mundial, caso não seja implementado o processo de valoração que objetiva estabelecer a racionalização dos diferentes tipos de uso dos recursos hídricos por meio da precificação do recurso.

Palavras-chave: Crise hídrica; Ecologia política; Capitalização da natureza.

KEYWORDS: Democratic Governance. Local Government. Participation by Citizen. Political Culture.



## OS SÍMBOLOS, MITOS E CRENÇAS DA CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DA CRISE HÍDRICA GLOBAL

A discussão sobre a escassez de água em nível global começa a ganhar visibilidade na agenda política internacional no final da década de setenta do século passado, graças à disseminação de discursos distribuídos pela ONU e pelo Banco Mundial (BM) sobre essa temática. Nesses discursos, afirmava-se que, para a água continuar sendo um recurso natural capaz de atender às demandas da humanidade, deveria ser redefinida, passando a ser de domínio público e a ter valoração econômica. Uma síntese desses discursos que pode ser entendida com a chave inaugural da discussão [i.e. o binômio escassez-precificação] é apresentada no texto da Declaração de Haia ocorrida na Holanda citada a seguir:

A água é vital para a vida e saúde das pessoas e manutenção dos ecossistemas, sendo um requisito básico para o desenvolvimento de países. Porém, no mundo todo, mulheres, homens e crianças não têm acesso à água adequada para suas necessidades básicas. Os recursos hídricos e os ecossistemas relacionados que os mantêm, estão ameaçados pela poluição, pelo uso insustentável, pelas mudanças no uso do solo e pelas mudanças climáticas, entre outras. A ligação entre estas ameaças e a pobreza é clara, pois os pobres são os primeiros a serem afetados e, com mais intensidade. Isto leva a uma simples conclusão: a solução não é a usual. Apesar da enorme diversidade de necessidades e situações em todo o mundo, há um objetivo comum: fornecer água em quantidade adequada às populações no século 21. Isso significa assegurar a proteção e melhoria da água doce, costeira e ecossistemas relacionados; promover o desenvolvimento sustentável e a estabilidade política, para que todos tenham acesso à água em qualidade e quantidade suficiente por um custo acessível para uma vida saudável e produtiva; e que as populações vulneráveis sejam protegidas de riscos e perigos relacionados à água (HAIA, 2000, p. 1, grifos nossos).

A ideia que a Declaração de Haia busca estabelecer sistematicamente é a de que a mudança no *status* da água no sentido de sua precificação é o meio mais eficaz no sentido de assegurar a oferta de recursos hídricos às gerações atuais e futuras. Vejamos um resumo das justificativas para reformulação do marco institucional da água, incluindo a nova proposta de precificação como um instrumento para a universalização do acesso ao recurso em um trecho daquele documento:

[...] Maiores avanços no setor água exigirão reforma e inovação em diferentes esferas: jurídica, institucional, financeira e técnica. [...] De modo a atender os desafios financeiros dos setores de saneamento e gerenciamento dos recursos hídricos, será necessária a implementação de reformas para assegurar que os subsídios sejam adequadamente direcionados aos mais pobres; a adoção de padrões ambientais e técnicos realistas; a reforma das estruturas tarifárias e a cobrança pela água bruta a fim de incentivar a racionalização do consumo e práticas de conservação; o estabelecimento de programas inovadores de financiamento para criar incentivos e aumentar a eficiência operacional

na prestação dos serviços; e a constituição de um claro marco jurídico com vistas a estimular os investimentos (BANCO MUNDIAL, 2003, p. 4, grifos do original).

O enunciado acima apresenta um conteúdo programático no qual se defende a necessidade de reformulação de modelos de gestão em âmbito global, propondo-se a cobrança pelo uso da água bruta nos países em que isso ainda não acontece, o que garantiria a efetivação da **sustentabilidade e segurança hídricas globais**, como propugnadas pelo ONU e pelo BM.

A maneira como o chamamento à necessidade de reformulação das políticas hídricas vem sendo anunciado, promete assegurar um atendimento especial aos mais pobres, por considerar que esses são os mais prejudicados em termos do acesso regular aos recursos hídricos. Um exemplo prático do que é proposto para nova proposta de cobrança relativa ao uso dos recursos hídricos pode ser assim sinteticamente observado em termos de Brasil:

Na maior parte do Brasil, **há uma tarifa baixa** referente à primeira faixa de consumo ou uma taxa mínima aplicada a todas as conexões domésticas – e às vezes também a conexões comerciais e institucionais – beneficiando muitos consumidores que não necessitam de subsídios e reduzindo os recursos disponíveis para atender os que de fato precisam. Esse modelo desestimula a expansão dos serviços para áreas de baixa renda onde o consumo é muito pequeno. Seria mais conveniente **criar uma tarifa verdadeiramente social** (cobrindo minimamente os custos de operação e manutenção) a ser aplicada apenas aos consumidores de baixa renda. Os demais usuários teriam de pagar pelo menos o custo total do serviço para toda água consumida, e alguns (ou até mesmo todos) pagariam mais do que o custo total de modo a cobrir o déficit gerado pela tarifa social (BANCO MUNDIAL, 2003, p. 27, grifos do original).

## OS FUNDAMENTOS TEÓRICOS E AS CONSEQUÊNCIAS PRÁTICAS

O fator problemático dessa nova proposta de cobrança pela água bruta é a dubiedade daquilo que pode ser considerado *justo* na nova conjuntura que se anuncia como necessária à segurança hídrica mundial, a partir da criação de uma tarifa social como um meio de operacionalização do binômio formado pelo aumento da oferta hídrica e redução da pobreza.

A revisão que se coloca como inovadora pelo Banco Mundial (2003) no Relatório *Água, Redução da Pobreza e Desenvolvimento Sustentável* não se volta para a necessidade de ‘dispensar’ dos mecanismos regulatórios da precificação os mais vulneráveis na esfera econômica, ao exigir-lhes um ‘custo mínimo’ de taxaço.

Nessa conjuntura em que a agenda neoliberal se esforça para conseguir enquadrar a água como

uma das suas áreas centrais, a ONU faz valer ainda a crença de que os desdobramentos daquilo que foi pautado como prioritário para o setor de recursos hídricos no mundo só será possível de ser alcançado a partir da gestão integrada dos recursos hídricos (note-se que integrada de acordo com a perspectiva técnico-burocrática que guia as políticas públicas e a gestão ambiental convencional), na qual há o reconhecimento da necessidade de se elaborar políticas públicas coerentes em nível nacional, regional e internacional para superar a fragmentação e poder contar com a ação de instituições transparentes e com credibilidade em todos os níveis. O resultado imediato da disseminação dessa ideia é a constituição de uma esfera internacional de gerenciamento de recursos hídricos, permitindo a constituição de escalas de decisão que se estendem acima dos controles nacionais e regionais do recurso. Vejamos como isto se expressa em mais um exemplo da Declaração de Haia:

Nós, Ministros e Chefes de Nações, reconhecemos que este encontro e esta Declaração fazem parte de um processo mais abrangente, ligados a um grande espectro de iniciativas em todos os níveis. Reconhecemos o papel central que os governos desempenham na implementação de ações para enfrentar os desafios ligados à questão da água. Reconhecemos a necessidade de mudanças institucionais, tecnológicas e financeiras para superar as abordagens convencionais e, assim, enfrentar os desafios.

As ações aqui mencionadas baseiam-se na gestão integrada de recursos hídricos, que inclui o planejamento e a gestão dos recursos hídricos e do solo. Isto leva em conta fatores sociais, econômicos e ambientais integrando a água de superfície, subterrânea e dos ecossistemas correspondentes. Especial atenção deve ser dada às populações pobres, ao papel, habilidades e necessidades das mulheres e a áreas vulneráveis tais como países situados em pequenas ilhas, países confinados e áreas desertificadas.

A Gestão integrada de recursos hídricos depende da colaboração e do estabelecimento de parcerias em todos os níveis, desde os cidadãos até os organismos internacionais, baseados no compromisso político, e numa ampla conscientização social, sobre a necessidade da segurança hídrica e da gestão integrada dos recursos hídricos. Para obter a gestão integrada dos recursos hídricos, são necessárias políticas coerentes em nível nacional, regional e internacional para superar a fragmentação, e poder contar com instituições transparentes e com credibilidade em todos os níveis (HAIA, 2000, p. 3).

Um dos principais entraves relativos a essa proposta de **gestão integrada de recursos hídricos**, visando a inclusão de diferentes atores sociais no processo decisório frente às questões hídricas, se refere à quebra do caráter nacional/regional da administração do referido recurso. Uma das tensões geradas por essa proposta de mudanças da escala da gestão da água concerne à padronização que ela implica, o que, em muitos casos, atinge contextos sociais que não se encontram em situações de escassez hídrica, os quais são 'incentivados' a adotar o modelo de referência de gestão hídrica proposto pela Declaração de Haia, que se esforça para fazer jus à crença de que, fora da proposta de gestão integrada, o caos hídrico estará posto para toda a humanidade. As preocupações enunciadas na proposta da

gestão integrada de recursos hídricos, intencionalmente desviam o foco no interesse 'mercadológico', através da disseminação da ideia de que as ações sustentáveis no campo da gestão da água têm como objetivo o combate à pobreza no mundo.

O conjunto dos símbolos mobilizados nos discursos sobre a necessidade de se estabelecer um modelo de gestão hídrica integrada é reforçado no Relatório Água, Redução da Pobreza e Desenvolvimento Sustentável, do Banco Mundial (2003), como exemplo, podemos ver no trecho abaixo citado:

Os marcos jurídico, regulatório e institucional do gerenciamento dos recursos hídricos (agências de águas, descentralização, organismos de bacias hidrográficas, participação dos usuários e demais atores interessados, reformas regulatórias) e os instrumentos que visam à melhoria desse gerenciamento impõem cenários de grandes desafios. **Um melhor gerenciamento dos recursos hídricos poderia favorecer de diferentes maneiras o surgimento de estratégias voltadas para a redução da pobreza.** A inclusão social pode ser impulsionada mediante a adoção de enfoques participativos e descentralizados. Questões envolvendo riscos à saúde e ao meio ambiente devem ser abordadas, diminuindo, assim, a vulnerabilidade das populações mais pobres. A equidade de acesso aos recursos hídricos pode ser estimulada por meio de reformas jurídicas e regulatórias pertinentes. E esse acesso facilitado poderá retirar de mulheres e crianças de baixa renda o ônus de sair em busca de água, muitas vezes a custa de longas caminhadas. **A garantia e sustentabilidade das fontes hídricas poderiam aumentar através da determinação de uma adequada estrutura de cobrança pelo uso da água bruta.** Além disso, os projetos de micro-bacias, visando à gestão conjunta do solo e da água, obtiveram êxito comprovado e trouxeram benefícios diretos para as populações de baixa renda (BANCO MUNDIAL, 2003, p. 11-12, grifos do original).

Uma vez mais a intenção de estabelecer um modelo de gestão integrada se revela como sendo prioritária no cenário acima mencionado, ao tempo em que as questões estruturais que produzem a pobreza no mundo são retiradas da pauta de discussão. Associada à referida intenção, a redução da pobreza aparece como dependendo do aumento da oferta de recursos hídricos, sendo a superação dessa condição um resultado do incremento da participação dos pobres nas instâncias dos comitês de bacia hidrográficas,

A Declaração de Haia ocorrida na Holanda em 2000 anuncia como seu objetivo principal o de assegurar meios de fornecer **água de boa** qualidade para o século 21, a partir da ampla participação e discussão entre especialistas, usuários e representantes de governos em várias regiões do mundo, cujos desafios principais seriam os seguintes: a) Atingir a segurança hídrica como meio de satisfazer as necessidades básicas e reconhecer que o acesso à água e ao saneamento em quantidade e qualidade são necessidades humanas básicas essenciais à saúde e ao bem-estar do indivíduo; b) Assegurar a manutenção dos ecossistemas através da gestão sustentável dos recursos hídricos e gerenciá-los racional-

mente; c) Assegurar uma administração competente que considere o envolvimento da população e os interesses de todos os atores na gestão dos recursos hídricos; d) **Valorar a água e gerenciá-la como forma de se levar em conta o seu valor econômico, social, ambiental e cultural para todos os usos, objetivando avançar na cobrança dos serviços, de modo a refletir o custo do fornecimento;** e) Reconhecer que a gestão integrada de recursos hídricos depende da colaboração e do estabelecimento de parcerias em todos os níveis, desde o dos cidadãos até os dos organismos internacionais, baseados no compromisso político, e numa ampla conscientização social, sobre a necessidade da segurança hídrica e da gestão integrada de recursos hídricos (HAIA, 2000).

No caso do Brasil, o Banco Mundial argumenta que a **tensão hídrica** é resultante principalmente de dois fatores básicos: a ineficiência do Estado na condução de políticas públicas e as diversas implicações relativas às relações entre os grupos humanos e a natureza. Vejamos como isso é enunciado em um dos relatórios do Banco Mundial (2003, p. 3):

No que se refere aos recursos hídricos, o país enfrenta uma crise conformada por dois elementos principais – a seca no Nordeste e a poluição das águas nas proximidades dos grandes centros urbanos. [...] Os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário não apresentam distribuição uniforme – a cobertura é particularmente deficiente nas regiões Norte e Nordeste – e os mais pobres têm menor probabilidade de obter acesso a um nível adequado de serviços do que o restante da população.

O discurso do Banco Mundial para fazer referência à escassez de recursos hídricos no mundo, cujos reflexos também seriam observados no Brasil, está relacionado a uma ‘preocupação em proteger os descapitalizados economicamente’ em termos de acesso restrito aos recursos hídricos:

A fim de assegurar que as companhias de saneamento das regiões mais pobres tenham acesso a linhas de crédito, e como parte de um enfoque mais integrado para reduzir a pobreza, o governo federal poderia estabelecer **um escritório central** com o propósito de facilitar a canalização dos fundos para uma série de iniciativas que beneficiaria diretamente as populações de baixa renda, sem criar incentivos perversos para os prestadores de serviços. Uma fonte potencial de recursos para os subsídios aos serviços de saneamento poderia ser o Fundo de combate à Pobreza (BANCO MUNDIAL, 2003, p. 27, grifos do original).

O problema está no caminho sugerido para fazer frente às desigualdades no acesso à água e aos serviços de saneamento básico. Na visão do BM, a saída seria o governo brasileiro recorrer a empréstimos do **Fundo de Combate à Pobreza**, bem como a facilitação do crédito às companhias de saneamento das regiões Norte e Nordeste, o que supõe tudo menos uma mobilização para que o Estado garanta o que estabelece inclusive em sua constituição federal. O discurso é montado apontando para

o mercado como solução.

## O SENTIDO RELATIVO E POLITIZADO DA ESCASSEZ DE RECURSOS HÍDRICOS

No contexto em que se anuncia a escassez e se assume uma configuração baseada nos princípios do mercado, a ONU constata que 1 e 100 milhões de pessoas no mundo atualmente não têm acesso à água tratada e 2,4 bilhões não têm acesso ao saneamento básico, principalmente nos países subdesenvolvidos, nos quais grande parte da população encontra dificuldades em arcar com os custos das contas de água. Vejamos abaixo a materialização da referida constatação produzida e reproduzida, em grande medida, em termos de discurso, no Relatório do Desenvolvimento Humano da ONU (2006, p. 3):

[...] Esta privação pode ser medida por estatísticas, mas os números não mostram os rostos humanos dos milhões de pessoas a quem é negada a oportunidade de realizar o seu potencial. A água, a essência da vida e um direito humano básico, encontra-se no cerne de uma crise diária que afeta vários milhões das pessoas mais vulneráveis do mundo – uma crise que ameaça a vida e destrói os meios de subsistência a uma escala arrasadora. Ao contrário das guerras e das catástrofes naturais, a crise global da água não ocupa lugar de destaque nos títulos da imprensa. Também não galvaniza uma ação internacional concentrada. Tal como a fome, a privação do acesso à água é uma crise silenciosa suportada pelos pobres e tolerada por aqueles que dispõem dos recursos, da tecnologia e do poder político para acabar com ela. No entanto, esta é uma crise que está a bloquear o progresso humano, condenando uma considerável parte da humanidade a vidas de pobreza, vulnerabilidade e insegurança. Esta crise ceifa mais vidas por doença do que qualquer outro conflito armado.

Em termos de retórica, as considerações da ONU apontam para uma iminente crise hídrica mundial e que para que isso não ocorra a solução é enquadrá-la como sendo **um bem público dotado de valor econômico**, o que daria base para a introdução da proposta de precificação enquanto mecanismo regulador, ao mesmo tempo em que se propõe a gestão popular dos comitês de bacia, sob a orientação contida nos princípios estabelecidos pelo Banco Mundial.

A ONU (2006) considera ainda que, prevalecendo a conjuntura na qual o estado exerce um modelo de gestão centralizada na área dos recursos hídricos, por meio da qual os investimentos visando à universalização do acesso não conseguem avançar e os subsídios beneficiam os consumidores mais capitalizados, brevemente um quarto da população mundial viverá em lugares afetados pela escassez de água doce no planeta. Tal argumentação pode ser melhor entendida com a colocação abaixo apresentada, na qual a lógica das Parcerias Público-Privadas (PPP's) deixa de representar um possível temor em relação à universalização da água:

O debate sobre a privatização desviou algumas vezes a atenção da questão mais urgente da reforma dos serviços públicos de abastecimento. Os fornecedores públicos dominam o abastecimento de água, respondendo por mais de 90% da água fornecida através de redes de abastecimento nos países em desenvolvimento. Muitos serviços de abastecimento carenciadas, numa combinação de ineficiência e desresponsabilização na gestão com desigualdade no financiamento e na fixação de preços. Mas alguns serviços públicos de abastecimento – Porto Alegre, no Brasil, é um exemplo notável – conseguiram tornar a água acessível a todos e a bom preço. Existem agora algumas oportunidades reais de aprender com os fracassos e construir com base nos sucessos. O critério para avaliar a política não deve ser público nem privado, mas de desempenho ou de mau desempenho relativamente às pessoas carenciadas (ONU, 2006, p. 10).

A ONU considera ser necessário adotar estratégias para reduzir o número de pessoas sem acesso à água de boa qualidade no mundo, até o ano de 2015. Em termos numéricos, o déficit seria de saneamento básico para aproximadamente 2,2 bilhões de pessoas e de água potável para mais de 1,6 bilhão de pessoas (ONU, 2006). A situação a ser combatida é descrita nos seguintes termos:

- a) Em conjunto, a água imprópria para consumo e o mau saneamento constituem a segunda maior causa mundial de morte infantil. As mortes por diarreia em 2004 foram seis vezes mais numerosas do que a média anual de mortes em conflitos armados nos anos 90;
- b) A perda de 443 milhões de dias escolares por ano devido a doenças relacionadas com a água;
- c) Perto da metade do total de pessoas dos países em desenvolvimento sofrem, em determinada altura, de um problema de saúde causado pela falta de acesso à água e saneamento;
- d) Milhões de mulheres passam várias horas por dia a recolher água;
- e) Ciclos de vida de desfavorecimento afetam milhões de pessoas, com a doença e as oportunidades de educação perdidas a infância resultando em pobreza na vida adulta (ONU, 2006, p. 6).

No entendimento da ONU, para que seja implementada a proposta de universalização do acesso à água, é necessário elevar o nível dos investimentos destinados à área de recursos hídricos, o que representaria algo em torno de US\$ 40 bilhões de dólares anuais, com a atribuição de US\$ 2 bilhões suplementares à África Subsariana; e que a cobrança pelo acesso e uso estabelecida em Haia (2000) seja gradativamente implementada nos países que já sancionaram a lei de recursos hídricos e naqueles que estão em vias de sancioná-la (ONU, 2006).

Para a captação desse montante de investimento financeiro estimado, entram em cena instituições financiadoras em nível mundial e as parcerias público-privadas nos níveis nacionais. A descrição apocalíptica do cenário hídrico mundial é acompanhada do estabelecimento da ideia da necessidade de uma constante e crescente captação de novos investimentos por parte do estado e iniciativa privada, justifica-se a busca de captação através do financiamento internacional, abrindo-se a possibilidade do

capital privado entrar no setor de recursos hídricos em nível mundial.

Para o Banco Mundial, seria necessário melhorar a gestão dos recursos hídricos e a elevação dos investimentos na área hídrica, os quais, na ótica da instituição, ainda são restritos. No conjunto da argumentação apresentada por essa instituição no que se refere ao diagnóstico da conjuntura hídrica mundial e das estratégias para evitar a crise planetária no setor encontramos uma avaliação segundo a qual o Brasil administra mal o abastecimento e o saneamento básico. Vejamos como tal argumentação aparece no trecho abaixo citado:

O Brasil investe mais de R\$ 2 bilhões por ano em abastecimento de água e esgotamento sanitário. Ao que parece, entretanto, essas verbas, não são consistentemente direcionadas para ações que visem à melhoria dos serviços para populações de baixa renda ou ao aumento da eficiência na prestação dos serviços. **Serão necessários investimentos da ordem de R\$ 44 bilhões no período 1999-2010 para atender a meta da universalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário proposta pelo governo.** A captação dos recursos não é o principal desafio. Mais importante é como alocá-los e utilizá-los para promover a melhoria da eficiência da viabilidade financeira (BANCO MUNDIAL, 2003, p. 27, grifos do original).

Em consonância com o que coloca a ONU no quesito investimento no setor hídrico, o montante dos recursos acima mencionado representará, no discurso do Banco Mundial, não só a universalização dos serviços, mas, além disso: 1) o tratamento dos efluentes; 2) a proteção dos mananciais; 3) a plena segurança dos diversos tipos de usos da água. A expectativa dos defensores dessa argumentação é a de que seria induzida a formação de uma nova ética na forma de se usar os recursos hídricos por parte dos diferentes tipos de usuários, evitando-se assim, o colapso universal em relação à escassez hídrica (BANCO MUNDIAL, 2003).

As questões colocadas durante a realização do segundo Fórum Mundial da Água em Haia (2000) e que ecoam até o momento como símbolos a serem absorvidos em nível mundial, referem-se às principais crenças da instituição, enquanto estratégias de universalização da água, que será iniciada pela adoção da nova proposta de cobrança, por essa representar **uma forma de se alcançar um cenário de equilíbrio no campo de acesso e uso aos recursos hídricos para a humanidade.** A crença da ONU é que o contexto da iminente crise hídrica requer ações eficientes que sejam capazes de retardá-lo:

A urgência de alcançar o Objetivo de Desenvolvimento do Milênio para a água e o saneamento nunca poderá ser exagerada. Mesmo que as metas sejam atingidas, continuarão a existir mais de 800 milhões de pessoas sem água e 1, 8 mil milhões sem saneamento em 2015. No entanto, apesar dos progressos, o mundo está a conseguir resultados aquém dos que são necessários, especialmente nos países mais pobres. Para alterar este cenário, será necessária uma ação sustentada ao longo da próxima década, aliada a um



corde decisivo com o atual modelo que privilegia a opção de deixar tudo como está. A data-alvo de 2015 é importante por razões práticas e simbólicas. Ao nível prático, recorda-nos que o tempo está a esgotar-se – e que o prazo para os investimentos e políticas necessários traduzirem resultados está a aproximar-se rapidamente. Ao nível simbólico, 2015 tem uma importância mais profunda. O estado do mundo naquele ano constituirá um julgamento do estado atual de **cooperação internacional**. Será um reflexo da geração de líderes políticos que assinou o compromisso do Objetivo de Desenvolvimento do Milênio e pronunciará o veredicto sobre o descumprimento ou a observância do compromisso (ONU, 2006, p. 4, grifos do original).

Os símbolos da preocupação anunciada pela ONU, acima destacados, relacionam-se a uma necessidade de se estabelecer, em termos de discurso, uma política universal de recursos hídricos que convirja no sentido de considerar a água não mais como um bem disponível em abundância na natureza, mas sim, como um recurso natural finito e como um bem público dotado de valor econômico numa conjuntura internacional entendida como sendo de crescente escassez hídrica, motivada pelo desperdício e pelo crescimento populacional.

Na visão da ONU (2006), os dados da citação acima apresentada, já dão indicativos de que a situação requer cuidados especiais, uma vez que há dúvidas de que os **Objetivos do Desenvolvimento do Milênio** serão alcançados. Um resumo daquilo que a ONU (2006) coloca como necessário a fim de se universalizar o acesso aos recursos hídricos num contexto em que há uma crescente escassez poderia ser assim apresentado:

[...] Entre as estratégias nucleares para ultrapassar as desigualdades nacionais no acesso à água contam-se: a) estabelecer metas claras para a diminuição da desigualdade enquanto parte integrante da estratégia nacional de redução da pobreza e do sistema de notificação do Objetivo de Desenvolvimento do Milênio, incluindo a redução a metade das disparidades de cobertura entre ricos e pobres; b) estabelecer tarifas subsidiadas que ofereçam água suficiente para as necessidades básica gratuitas ou a taxas acessíveis, tal como na África do Sul; c) assegurar que nenhuma família tenha de despendar mais de 3% do seu rendimento para satisfazer as suas necessidades de água; d) orientar os subsídios das ligações e da utilização de água para as famílias carenciadas, tal como se fez no Chile e na Colômbia; e) aumentar os investimentos no fornecimento de fontes públicas como estratégia transitória para disponibilizar água potável e a preços acessíveis às pessoas carentes; f) promulgar legislação que legitime as pessoas obrigarem os fornecedores a prestarem contas; g) incorporar nos contratos de parceria público-privados indicadores de referência claros relativos à equidade na extensão do acesso a bom preço às famílias carenciadas; h) desenvolver sistemas de regulação que sejam eficazes e politicamente independentes, cujo alcance não se limite à rede de abastecimento público mas que abranja os fornecedores paralelos (ONU, 2006, p. 11).

Pelo que observamos do trecho acima e da análise dos relatórios do Banco Mundial e da ONU para o setor de recursos hídricos, constatamos que há duas estratégias sendo sugeridas para fazer frente ao que é apresentada como a crescente escassez de recursos hídricos: a cobrança pela água bruta defendida pelo BM, a ser estabelecida na instância do comitê de bacia hidrográfica; e o processo de privatização, articulado, inicialmente, por meio de parcerias entre o Estado e a iniciativa privada na área de recursos hídricos.

O Banco Mundial argumenta que os possíveis dissabores gerados pela escassez de água, só poderão ser enfrentados se a mesma assumir o princípio da valoração econômica – instituição da cobrança pela água bruta –, o que possibilitará fazer com que os estados descapitalizados e com baixa capacidade de investimento consigam implementar a pauta das novas diretrizes para o setor de recursos hídricos orquestrada na conjuntura do estado reformista. Vejamos abaixo, como o Banco Mundial se pronuncia nesse sentido:

De modo a atender os desafios financeiros dos setores de saneamento e gerenciamento dos recursos hídricos, será necessária a implementação de reformas para assegurar que os subsídios sejam adequadamente direcionados aos mais pobres; a adoção de padrões ambientais e técnicos realistas; **a reforma das estruturas tarifárias e a cobrança pela água bruta a fim de incentivar a racionalização do consumo e práticas de conservação**; o estabelecimento de programas inovadores de financiamento para criar incentivos e aumentar a eficiência operacional na prestação dos serviços; e a constituição de um claro marco jurídico com vistas a estimular os investimentos (BANCO MUNDIAL, 2003, p. 4, grifos do original).

Prosseguindo na mesma ótica, o Banco Mundial sugere um conjunto de estratégias a partir das quais se consolide um forte viés mercadológico na esfera dos recursos hídricos, pautado pelo ideário neoliberal. Para isso, a referida instituição considera que ações sejam desenvolvidas no sentido de racionalizar custos, tal como apresentamos a seguir:

A maioria das companhias apresenta baixos índices de arrecadação e produtividade do pessoal e elevadas perdas. Companhias mais eficientes e autônomas poderão aumentar sua capacidade de captar recursos internos e externos, necessários à obtenção de melhores níveis de cobertura e qualidade dos serviços prestados às populações de baixa renda, e à ampliação da coleta e tratamento de águas residuais. Caso não haja um número expressivo de trabalhadores não especializados próximos de se aposentar, poderia ser oferecido um programa de aposentadoria voluntária com as devidas compensações incluídas. Para o pessoal qualificado, um pacote prevendo uma boa indenização por demissão seria suficiente para incentivar desligamentos voluntários; Melhorar o nível da arrecadação é difícil quando se oferecem serviços deficientes, mas a maioria das pesquisas indica que, quando os serviços são bons, aumenta a disposição dos usuários a pagar;

**A participação do setor privado tem sido promovida como forma de aumentar a eficiência e atrair investimentos. À semelhança de outros países, a experiência no Brasil demonstra que a participação do setor privado traz uma melhora de desempenho para as empresas quando os contratos são bem preparados e outorgados com base em critérios transparentes** (BANCO MUNDIAL, 2003, p. 33-34, grifos nossos).

As considerações acima apresentadas reforçam uma análise da conjuntura na qual a regulação estatal é vista como caótica e, por esse motivo, careceria de transformações urgentes para enquadrá-la num modelo de concorrência de mercado, objetivando aumentar receitas, **enxugar** o quadro de pessoal e ratificar a participação da iniciativa privada.

As ações do BM para o setor hídrico parecem ‘comprometer’ em grande medida a soberania nacional, uma vez que ‘todas’ as direções coordenadas pelo referido órgão na área de gestão de recursos hídricos são pensadas como ineficientes caso sejam produzidas fora do que determina a sua ideologia de mercado. Essas mesmas crenças são reforçadas com a anuência de alguns especialistas hídricos, a exemplo da argumentação contida no Relatório do Banco Mundial e os Recursos Hídricos (BANCO MUNDIAL, 1999, p. 5), citada pelo ex-presidente da ABRH, José Almir Cirilo:

[...] Tive pessoalmente a oportunidade de acompanhar a seriedade dos técnicos do Banco e da sua política para ações na área de recursos hídricos durante o tempo em que fui responsável pelo setor no Estado de Pernambuco, Nordeste do Brasil. Durante quatro anos mantive constantes negociações com o BIRD nos programas de recursos hídricos e de qualidade das águas. Merecem destaque a firmeza e os princípios que nortearam as ações desta entidade conosco, **exigindo estudos rigorosos, eventualmente por eles financiados ou custeados, para que as ações a desenvolver pudessem atingir o melhor retorno socioeconômico**, porém dentro dos paradigmas do desenvolvimento sustentável. No Brasil de hoje, em crescente estágio de conscientização de seus cidadãos para a gestão dos recursos hídricos, tem estado presente o apoio constante do BIRD como um dos agentes no processo de desenvolvimento institucional nos diferentes estados brasileiros. Para o Brasil de amanhã, com o qual a geração de hoje precisa estabelecer um compromisso de resolver os problemas de abastecimento de água, saneamento de suas cidades e água como um insumo para desenvolvimento sem o comprometimento da qualidade ambiental, a nação necessitará contar ainda mais com o apoio do Banco Mundial.

As colocações do ex-presidente da Associação Brasileira de Recursos Hídricos (ABRH), reforçam a tese da implementação de parcerias entre o estado brasileiro e o Banco Mundial como meio estratégico para solucionar a crise hídrica, o que parece uma condição sine qua non silenciosamente imposta para que se enfrente de modo **adequado** a questão hídrica nacional. Nessa mesma direção, o governador

do Ceará à época, Tasso Jereissati<sup>1</sup>, declara **imprescindível** a parceria com o Banco Mundial. Vejamos a seguir alguns trechos ilustrativos de pronunciamentos do mesmo, nessa direção:

[...] Atualmente, o preenchimento do espaço entre teoria e prática constitui-se no maior desafio, embora já se possa citar alguns exemplos de como a qualidade de vida de populações melhorou devido ao melhor gerenciamento dos recursos hídricos e dos serviços de saneamento. [...] O Banco vem ajudando o Brasil nesse processo de transformação através do fornecimento de assistência técnica e diretrizes sobre a experiência internacional em assuntos relacionados ao uso da água, bem como da aprovação de empréstimos para a implantação de infra-estrutura hídrica via projetos que provem ser de fato sustentáveis. [...] As operações do Banco Mundial no Brasil tiveram como base o conhecimento sólido das peculiaridades brasileiras para uma gestão adequada da água como recurso natural e nas dificuldades enfrentadas pelo setor de saneamento. Acredito que a descentralização da Diretoria do Brasil de Washington para Brasília, tem sido de fundamental importância para proporcionar ao Banco um melhor entendimento das realidades socioeconômicas e da heterogeneidade existentes no Brasil, bem como sobre as nuances dos processos políticos. Dadas essas circunstâncias, não é de surpreender que na maioria das iniciativas de recursos hídricos onde há progresso real, como por exemplo na minha terra natal, o Estado do Ceará, o Banco Mundial vem continuamente oferecendo apoio e sendo um grande parceiro na luta contra o subdesenvolvimento na região semi-árida (BANCO MUNDIAL, 1999, p. 5).

Um ponto bastante marcante no depoimento acima apresentado é a insistência quanto à imprescindibilidade da ação do BM para que se enfrentem as questões hídricas nacionais, na qual é considerada central pelo BM a nova proposta de cobrança pela água bruta, como se expressa mais claramente no depoimento a seguir:

A cobrança pelo uso de recursos hídricos, pactuada entre os próprios usuários e demais setores representados nos comitês induz cada usuário-poluidor a diminuir, por iniciativa própria, a sua carga poluidora. Serve também para a adoção de mecanismos financeiros que permitam o aumento da participação privada no financiamento das estações de tratamento de esgotos. No final de 1993, iniciou-se um esforço de apoio à formulação da 'Lei das Águas' (Lei 9.433), promulgada em janeiro de 1997. Essa cooperação envolveu a organização de seminários internacionais e a promoção de visitas técnicas de parlamentares e membros do executivo a diversos países. Já em 1995, o Banco divulgou um primeiro relatório sobre a gestão de recursos hídricos no Brasil, no qual apresentou-se um breve diagnóstico dos problemas nas diversas regiões, assim como uma proposta estratégica de atuação. Esse relatório, concebido de forma participativa e com o apoio da Associação Brasileira de Recursos Hídricos- ABRH, além da colaboração de várias instituições governamentais e não-governamentais, sugeriu que o Banco estudasse alguns

---

1 O Estado do Ceará é um dos primeiros no Brasil a introduzir uma política de cobrança pela água bruta, inclusive, antecedendo à criação dos comitês de bacias hidrográficas. No mesmo é grande o número de parcerias estabelecidas com o Banco Mundial na construção de uma 'nova' infra-estrutura hídrica.

temas relevantes ao fortalecimento do setor. Em consequência, o Banco publicou em 1998 o relatório 'Cobrança pelo Uso da Água Bruta', que tem sido divulgado e utilizado por gestores e técnicos em todo o país. Mais recentemente, o Banco se empenhou em apoiar o Governo na formulação de uma proposta para a criação da Agência Nacional de Águas. Além das atividades desenvolvidas especificamente para a realidade brasileira, o Banco também desenvolve trabalhos técnicos de caráter geral com grande utilidade para o setor de recursos hídricos no Brasil (BANCO MUNDIAL, 1999, p. 3).

## A REPERCUSSÃO NOS COMITÊS DE BACIA HIDROGRÁFICA E A CRÍTICA AO MODELO OFICIAL

A todo tempo o Banco Mundial reforça a máxima de que o processo de valoração representa o instrumento mais adequado a fim de fazer com que os diferentes consumidores – advertidos por mais uma valoração – passem a adotar um comportamento baseado no princípio do uso racional. Embora, apresente princípios de contradição, a argumentação do BM ganha uma ampla aceitabilidade no campo científico, que deixa de priorizar análises que façam a interseção entre a nova proposta de cobrança e o avanço da iniciativa privada no que tange ao processo de parcerias e financiamentos voltados para a implementação de projetos na área de recursos hídricos, tais como a construção de barragens, açudes e canais de irrigação (SILVA, 2010).

Para o BM, a resistência à nova proposta de cobrança e à possível adoção de vieses mercadológicos para implantação de um modelo de gestão inovador, tende a diminuir, à proporção em que a visão a respeito da **ineficiência** do estado vai sendo disseminada. A visão do BM sobre essa nova proposta de cobrança é expressa da seguinte maneira:

A cobrança pela água bruta traz à tona uma série de mudanças fundamentais e saudáveis, ao sinalizar ao usuário o valor econômico das águas e, assim, ajudar a promover seu uso mais racional; ao disponibilizar recursos financeiros de modo a assegurar a administração, operação e manutenção adequadas da infraestrutura hídrica; e ao financiar (pelo menos parcialmente) o desenvolvimento e gerenciamento dos recursos hídricos. Embora tenham sido realizados muitos estudos em vários estados e em diversas bacias hidrográficas de modo a estimar o preço ótimo da água – aquele capaz de captar os valores econômicos dos diversos usos alternativos –, as duas iniciativas de maior êxito adotaram valores fixados com base em extensas negociações políticas com os principais usuários. A primeira teve lugar no Ceará, atualmente o único estado que cobra pela água bruta, e a segunda na bacia hidrográfica do Paraíba do Sul, onde a introdução da cobrança foi recentemente aprovada pelo comitê da bacia hidrográfica. O público em geral, no entanto, ainda considera o pagamento pela água bruta como mais um imposto governamental – fato que representa uma séria limitação política em épocas de incerteza econômica ou social. O desafio, agora, parece ser convencer os usuários de que a introdução da cobrança pela água bruta, o desenvolvimento de um sistema de alocação de

direitos de uso da água, a aplicação de uma gestão participativa e descentralizada nas bacias e a implantação de marcos regulatórios e institucionais adequados aumentarão a confiabilidade dos sistemas hídricos (BANCO MUNDIAL, 2003, p. 23).

A crença de que há escassez de água **no mundo** e de que o investimento estatal é ineficiente para reverter o quadro de estresse hídrico planetário, constituem o cenário no qual a água deixa de ser considerada um bem livre disponível na natureza e se transforma num bem de domínio público e recurso natural limitado, dotado de valor econômico. É nesse novo cenário que os novos tratados internacionais que reconhecem agora a água como um bem de domínio público, dotado de valor econômico [e a proposta de cobrança da água bruta], são constituídos, principalmente para promover sua nova precificação em âmbito mundial, mesmo que muitas realidades não se enquadrem nas situações de escassez descrita na argumentação sobre a crise hídrica mundial (PETRELLA, 2002).

Um exemplo bem ilustrativo da tendência desses acordos é a Declaração de Haia (2000), na qual se reuniram grandes organizações de lobby comercial na área dos recursos hídricos, a exemplo das corporações *Vivendi* e *Suez*, resultando na formulação incisiva da ideologia da escassez hídrica mundial, a qual se desdobrou em alta pressão para muitos países adotarem uma reformulação na política hídrica, tal como aconteceu no Brasil com a promulgação da Política Nacional de Recursos Hídricos, de 1997 (HAIA, 2000).

Nossa interpretação é de que devemos nos concentrar, ao analisar os discursos que delineiam a crise hídrica mundial, na parte das estratégias sugeridas para seu enfrentamento. Por exemplo, os bilhões de dólares necessários à universalização do acesso, segundo o BM e outras instituições multilaterais, só poderão ser assegurados pelo mercado internacional de capitais de acordo com o objetivo da lucratividade, induzindo a um princípio de racionalidade instrumental comum à lógica de qualquer tipo de mercado, tal como coloca Antônio Ioris (2006).

Nos documentos da conferência de Haia, bem como nos relatórios produzidos pelo BM, as transformações nas políticas de águas vinculam-se explicitamente ao acesso dos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento a investimentos e se referem à capacidade de produzir lucros, deixando implícita e velada a discussão acerca das maneiras pelas quais as principais empresas ou corporações de água poderiam se beneficiar com a abertura mercadológica do acesso aos recursos (porque podem pagar pela água bruta) e a venda de água para os mercados mundiais<sup>2</sup>.

A **crise hídrica mundial** apresenta uma cronologia que começa no início dos anos setenta do século XX, passa pela conferência de Haia (2000) – na qual a água deixa de ser definida como um bem livre disponível em abundância na natureza e se transforma num bem público dotado de valor econô-

---

2 Dentre os autores que reconhecem a instrumentalidade meramente comercial da referida conferência, ver, por exemplo, Petrella (2003).

mico [com a sugestão da estratégia da nova proposta de cobrança] e se estabelece com o princípio da sustentabilidade hídrica como sendo algo imprescindível – e pelas modificações realizadas em termos nacionais em vários países do mundo nessa direção.

O discurso sobre a **crise hídrica mundial**, em cuja iminência viveria a população mundial, tem como desdobramento central a defesa de que a água deve ser redefinida enquanto um bem de valor econômico, a ser oferecido no mercado para consumo sob os mecanismos comuns de oferta e demanda como qualquer outro. Um dos pontos centrais a serem aqui destacados é o fato de que esse discurso da escassez não tematiza a hierarquia dos inúmeros conflitos e as principais contradições responsáveis pelas tensões em torno do acesso aos recursos hídricos no Brasil e no mundo (IORIS, 2008).

Indo na mesma lógica de Ioris (2008), questionando a argumentação sobre a escassez de recursos hídricos no mundo, Eric Swingedouw (2004) considera os discursos das instituições multilaterais como constituído por princípios ‘imaginários’, que não se adequam à dinâmica do mundo real. E a forma como a referida lógica vem sendo disseminada se molda a partir de um prisma de crise que é controverso por não ser possível de aplicar-se tanto à diversidade quanto à necessidade dos diferentes contextos sociais, podendo ocorrer singularmente, sem muita expressividade global.

A constatação da iminência de um desastre ‘hidrossocioecológico’ tem uma utilidade no sentido de facilitar futuros investimentos no processo de expansão do fornecimento de água, alimentando o conjunto de requisitos estabelecidos pela lógica que propõe a mercantilização do referido recurso natural. Exemplos emblemáticos nessa direção acontecem em Atenas, Guaiaquil ou Sevilha. E à proporção em que o preço passa a ser entendido como o principal mecanismo para solucionar e gerenciar as situações de ‘escassez’, a construção discursiva da água como um bem que é de natureza escassa, contribui em grande medida para legitimar as principais estratégias de mercantilização e de privatização, que ocorrem de acordo com a vestimenta proposta pelo mercado, como um pré-requisito a ser introjetado no corpo da burocracia estatal (SWINGEDOUW, 2004).

De acordo com Swingedouw (2004), à proporção em que somente a cobrança e a precificação são entendidas como capazes de regular a ‘escassez’, potencializa-se o conjunto de estratégias de mercantilização engendrando um imaginário favorável à privatização na esfera hídrica. Desse contexto forjam-se alianças escusas entre a iniciativa privada e setores do movimento ambientalista. O referido autor argumenta que a preocupação dos ambientalistas com a escassez de água é socialmente construída ou imaginada e vai sendo disseminada para toda a sociedade, contribuindo para que a mesma se coloque à disposição para se engajar, sem manifestar qualquer reação, a fim de pagar mais, aceitando a máxima colocada pelos mecanismos de mercado como sinalizadores preferenciais, se não os únicos disponíveis, para alocar socialmente o recurso anunciado como escasso.

A tese dos ambientalistas, que coloca que a água é um bem escasso, o que a coloca numa condição

de exploração cuidadosa, faz com que o setor privado e os governos em todas as escalas geográficas abracem o argumento da escassez, que termina funcionando como ideia útil e necessária à reprodução do capital. Fechando a referida argumentação é necessário entender que os princípios da economia de mercado requerem em seu âmago que a ideologia da escassez funcione midiaticamente para que os interesses do capital sejam assegurados (SWYNGEDOUW, 2004).

Ao fazer a referida argumentação, o autor não fecha possibilidade quanto à existência de situações raras que na verdade requeiram atenção especial. Porém, a disponibilização abundante dos recursos hídricos no planeta evidencia um quadro diferente daquele que é colocado pelo Banco Mundial, em que são apresentadas evidências duvidosas relativas à iminente escassez hídrica no planeta (SWYNGEDOUW, 2004).

Com isso, o BM, a União Europeia e companhias privadas celebram a disseminação e aceitação da ideia de “água” como um bem escasso, útil para os mercados de águas, que vibram com a representação da ‘escassez real’. Por esse caminho trilham as estratégias que retiram a atenção da natureza política da ‘escassez’, como ‘produzida’ social e politicamente, passando a priorizar o conjunto de soluções tecnológicas disponíveis (LEFF, 2006).

A inquietação com a escassez aumenta quando começam a ser apresentadas previsões de falta d’água em países desenvolvidos, tais como os Estados Unidos, a França, a Itália, dentre outros (RIBEIRO, 2003). É essa cartografia a que passam a se referir as previsões catastróficas sobre o acesso à água, que pode nos ajudar a entender o porquê da disseminação em nível mundial da preocupação com a gestão dos recursos hídricos na última década, a realização de diversos Fóruns Mundiais da Água e a definição de 2003 como **Ano Internacional da Água**.

De acordo com as discussões da ECO-92 e da Conferência de Haia (2000), se os países **centrais** não promoverem alterações no estilo de vida de suas populações, o que parece cada vez mais difícil de ser alcançado, terão de conseguir água doce em outros países. Não é à toa que um dos temas que mais despertou atenção em Kyoto foi justamente o comércio da água doce, sendo os países como Brasil e outros da América do Sul e da África, os quais possuem e manterão excedente hídrico (o que não se verifica da mesma maneira em países europeus e nos Estados Unidos), alvos da atenção mundial (RIBEIRO, 2003).

Em referência à discussão acerca da problemática da escassez de água e das possíveis ambigüidades dos discursos que a constroem, Mohamed Bouguerra (2004) propõe a questão de outra maneira: há escassez ou má gestão de água no mundo? Vejamos abaixo a maneira como esse autor se pronuncia sobre o tema:

Enquanto isso, durante o Fórum Mundial da Água, em março de 2000, em La Haye, o Centre for Science and Environment de Deli, por sua vez, achava que o problema não era a ‘escassez d’água’, mas, sim, a ‘má gestão da água’, que precisava ser resolvida. O jornal



israelense Há'aretz publicou um artigo de Nehemya Strassler, intitulado 'Os kibbutzim se comportam como se estivessem na Noruega', no qual são criticadas as responsabilidades dos políticos com relação à carestia d'água em Israel e a importação d'água da Turquia. Strassler termina assim seu artigo: 'A carestia d'água que fere Israel é puramente artificial. Ela é consequência de escolhas políticas daqueles que estão no poder. Por isso, a importação de água turca é uma heresia'. A manutenção de um sistema enviesado de subsídios e de cotas favorecendo setores pouco rentáveis e dispendiosos é a realidade de nossos políticos. Se até agora nenhum projeto de reforma aconteceu, é porque muitos de nossos políticos têm interesses diretos nesses setores subvencionados da agroindústria (BOUGUERRA, 2004, p. 121).

Como visto acima, um dos principais limites do discurso apocalíptico em torno da escassez de água no mundo, enunciados pela Declaração da Conferência de Haia (2000) e nos documentos produzidos pelo Banco Mundial **Água** e pela ONU sobre o setor dos recursos hídricos, é o fato de não exporem o problema da competição existente entre os diversos setores da atividade econômica pela água, a exemplo da indústria, da agricultura e do comércio, como sendo um dos principais fatores que geram situações de escassez hídrica, inevitáveis para alguns consumidores. É esse lado não mencionado nos discursos que se articulam em torno da iminência de uma crise mundial de escassez de água, referente à dinâmica capitalista de apropriação desses recursos atualmente em curso em várias economias nacionais, que consideramos importantes em consideração na discussão sobre o acesso e uso dos recursos hídricos nos diversos níveis.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão acerca da relação existente entre sociedade e natureza, tendo por base as teorias da ecologia política e da capitalização da natureza, nos conduziram na focalização do que denominamos aqui de **invenção da crise hídrica mundial** e das estratégias apresentadas para seu enfrentamento. Foi nossa intenção contribuir para o questionamento da **naturalização** das argumentações que centralizam as explicações acerca da anunciada problemática hídrico-ambiental nos âmbitos nacional e mundial priorizando os aspectos técnicos relativos à questão da água, deixando de lado às implicações existentes em termos de arranjos sociais nos quais as formas de apropriação dos recursos naturais são moldadas.

Assim, buscamos analisar as **teses apocalípticas em relação à escassez de água**, tentando compreender o que é anunciado como sendo verdadeiro para todos no contexto atual, em que a água assume o *status* legal de **bem público, dotado de valor econômico**, o que para nós implica numa mudança que aponta para outras mudanças estruturais referidas à esfera dos recursos naturais em geral e aos

hídricos em particular, relacionadas com a emergência de um mercado internacional de águas públicas, e com um conjunto de articulações que pretendem **abrir** caminhos para a ingerência internacional na gestão dos recursos hídricos nacionalmente localizados.

Em termos sintéticos, deparamo-nos com um consenso em torno da ideia de que a) ‘vivemos na iminência de uma crise hídrica mundial e que se não fizermos **a nossa parte**, em breve assistiremos a guerras mundiais em torno do controle dos recursos hídricos planetários’; b) para enfrentar e evitar essa **crise hídrica** mencionada dependemos da precificação do recurso, traduzida na adoção do instrumento de cobrança pelo uso da água bruta a ser moldada e gerenciada na instância dos Comitês de Bacias Hidrográficas (o que já foi referendado, em termos de Brasil, pela Lei .433/97).

Na contramão do consenso acima resumido, argumentamos inicialmente que a anunciada **crise hídrica mundial**, é na verdade, uma construção social, baseada numa sintaxe que dilui as diferenças existentes em termos de acesso e de consumo dos recursos hídricos, tanto no que se refere ao uso individual quanto na produção de mercadorias, entre os diversos países e dentro desses, entre as classes de indivíduos.

Essa planetarização da abordagem das questões relativas à apropriação dos recursos hídricos serve para estabelecer um imaginário que esconde os privilégios de nações e de grupos de indivíduos, desdobrando-se, inclusive na democratização do Trabalho Ecológico Internacional a ser realizado, das responsabilidades a serem eventualmente assumidas pelas diversas nações/economias no sentido de evitar a catástrofe hídrica mundial. O estranho pressuposto que subjaz aos discursos sobre a **crise hídrica mundial** é o de que os que consomem e poluem **mais** a água do planeta têm responsabilidade **igual** aos que consomem e poluem **menos**.

Um segundo ponto que decorre da nossa análise das relações entre política e apropriação da natureza, é o de que a nova proposta de cobrança pelo uso da água bruta, apresentada no bojo de um discurso de preocupação com a situação de escassez hídrica que atinge populações pobres dos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento como panaceia para a universalização do acesso e uso satisfatório à água, relaciona-se com o processo de enxugamento do estado neoliberal, agora manifestando-se na área dos recursos hídricos. Ao nosso ver, a eficiência daquilo que o BM coloca como prioritário para enfrentar as **situações de escassez hídrica no mundo**, teria como uma das consequências implícitas, a remoção de um obstáculo fundamental à instalação de uma lógica de mercado na área das águas, a saber, seu *status* de bem e serviço públicos.

A precificação da água significa sua entrada no mundo das mercadorias e abre caminho para a emergência do que chamamos aqui de **mercado internacional de águas públicas** que passa a fazer parte da agenda neoliberalizante cujo fortalecimento vai sendo estabelecido com a expansão do comércio de água virtual, entendido segundo Ioris (2009), como sendo um mecanismo de equalização

hidrológica que transfere desequilíbrios e carências socionaturais politicamente criados, apresentando em si, baixo poder de resolução dos problemas hídricos. Esse processo acontece junto com a instituição do BM enquanto instituição financiadora de projetos nacionais de gestão de recursos hídricos, numa conjuntura em que aumenta incessantemente o poder das grandes corporações internacionalizadas de comércio de água.

A ideologia que dá lastro à disseminação dessa proposta de concepção da gestão internacional de recursos hídricos, a ser operacionalizada por meio da introdução da nova proposta de cobrança pelo uso da água bruta, teve sua gestação iniciada na Conferência de Haia (2000), na Holanda, sendo ratificada posteriormente pela divulgação dos *Relatórios Água, Pobreza e Desenvolvimento Sustentável, do Banco Mundial* (2003) e *Água para la escassez*, da ONU (2006). Em termos de Brasil, materializa-se na aprovação da Lei 9.433/97 acoplada aos preceitos de gestão integrada, preconizada pelas agências multilaterais, cujo fundamento não ultrapassa o universo de uma resposta neoliberal, com concessões democráticas restritas, ao conjunto de contradições causadas pela dinâmica da atividade econômica capitalista (IORIS, 2009).

Pensamos que a anunciada **crise hídrica mundial** ‘existe’ enquanto uma produção de símbolos, discursos, crenças e mitos que lhes dão sustentação, cujos vieses e nuances, omitem pontos relevantes que contribuem para conformação de um modelo anunciado como sendo de **insustentabilidade hídrica** (cujos contornos apresentamos no segundo capítulo deste trabalho), o qual contribui para uma abordagem que retira de pauta os aspectos sociais e políticos da estratificação do acesso e uso da água, em termos internacionais e nacionais, legitimando uma ordem que se apresenta como genérica em termos de escassez hídrica e que é praticamente incabível para contextos a exemplo do brasileiro, no que se refere à posse de montantes de recursos hídricos.

## REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. **Gerenciamento de recursos hídricos**. Brasília: Secretaria de Recursos Hídricos, 1999.

\_\_\_\_\_. **Água, redução da pobreza e desenvolvimento sustentável**. 1. ed. Brasília, 2003.

BOUGUERRA, Mohamed Larbi. **As batalhas da água**: por um bem comum da humanidade. Tradução de João Batista Kreuch. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

HAIA. **Conferência sobre segurança hídrica no século 21**. Disponível em: <http://www.clickagua.com.br/noticias/docs/haia.asp>. Acesso em: 05 jun. 2006.

IORIS, Antônio A. R. Água, exclusão, mercado e cobrança: um debate necessário. In: SIMPÓSIO DE RECURSOS HÍDRICOS DO SUL-SUDESTE, 1., Curitiba, 2006. **Anais...** Curitiba: ABRH, 2006.

\_\_\_\_\_. Os limites políticos de uma reforma incompleta: a implementação da Lei de Recursos Hídricos na Bacia do Paraíba do Sul. **Revista Brasileira Estudos Urbanos e Regionais**, v. 10, n. 1, p. 61-85, maio 2008.

\_\_\_\_\_. Desenvolvimento nacional e gestão de recursos hídricos no Brasil. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 85, p. 23-41, jun. 2009.

LEFF, Henrique. **Racionalidade ambiental a reapropriação social da natureza**. Tradução Luís Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). **A água para lá da escassez: poder, pobreza e a crise mundial da água: relatório do desenvolvimento humano**, 2006. Nova Iorque: PNUD; Lisboa: Trivona, 2006.

PETRELLA, Ricardo. **O manifesto da água: argumentos para um contrato mundial**. Tradução de Vera Lúcia Mello Joscelyne. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

RIBEIRO, Wagner C. Água doce: conflitos e segurança ambiental. In: MARTINS, Rodrigo Constante; VALÊNCIO, Norma Felicidade Lopes da Silva (Org.). **Uso e gestão de recursos hídricos no Brasil: desafios teóricos e políticos institucionais**. São Carlos: RiMa, 2003. v. 2, p. 71-77.

SILVA, Jairo Bezerra. **As tramas da questão hídrica: uma análise da transformação da água num bem público de valor econômico e dos comitês de bacias hidrográficas no Brasil**. Tese (Doutorado) – UFCEG/UFPB, 2010.

SWINGEDOUW, Eric. Privatizando o H2O: transformando águas locais em dinheiro global. Tradução de Diogo Lana Monte-Mór. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 6, n. 1, maio 2004.

# # Cuba e a América Latina no Pós Guerra-Fria: inserção regional e Diplomacia Social

Cuba and Latin America in the Post-Cold War: regional inclusion and Social Diplomacy

MARCOS ANTONIO DA SILVA – UFRN  
GUILLERMO A. JOHNSON – UFGD

## RESUMO

O presente trabalho analisa as relações de Cuba com a América Latina nos anos 90. Para tanto, discute como a Revolução Cubana (e os ideais que exemplificava), apesar da atração que exercia em certos setores, e o contexto internacional (guerra-fria) conduziu a um relativo isolamento diplomático. Em seguida, analisa os impactos, domésticos e internacionais, provocados pela queda do bloco soviético, que determinaram o reordenamento da inserção internacional do país. Finalmente, apresenta a retomada e ampliação dos laços com a região, destacando as principais características e os desafios para sua consolidação.

**Palavras-chave:** Revolução Cubana. América Latina. Integração. Diplomacia Social.

## ABSTRACT

This article treats about the company role in social and economic development, considering the analyses that involves the Corporate This paper examines Cuba's relations with Latin America in the '90s. For this purpose, it discuss how the Cuban Revolution (well as the ideals exemplified), despite the attraction exerted in some sectors, and the international context (Cold War) led the country to a relative diplomatic isolation. It then analyzes the impacts, both domestic and international, caused by the fall of the Soviet bloc, which led to the reorganization of the country's international insertion. Finally, it presents the resumption and expansion of connections with the region, highlighting the main characteristics and challenges for its consolidation.

**Keywords:** Cuban revolution. Latin America. Integration. Social Diplomacy.

## INTRODUÇÃO

Cuba possui uma história singular na América Latina e a Revolução Cubana foi um dos acontecimentos mais significativos da região na segunda metade do século XX. Tal singularidade é derivada da realização de uma revolução nacionalista, que logo se tornou socialista, conduzindo o país a ser uma peça importante no sistema internacional durante a Guerra Fria, enquanto a região era marginalizada na política internacional; e, como consequência, o conflito com a maior potência do planeta que, apesar de sofrer um embargo que já dura mais de quarenta anos, é o único país cujas relações conflituosas com os EUA não conduziram a derrocada ou a mudança de governo, como ocorreu em inúmeros países da região (BANDEIRA, 1998; SADER, 2001; AYERBE, 2004; CASANOVA, 1990; COGGIOLA, 1998).

Desde sua emergência (1959) o processo revolucionário cubano tornou-se um marco nas relações regionais e, inclusive, nos desdobramentos da política doméstica de, praticamente, todos os países da região. Não era possível a indiferença em relação ao que acontecia em Cuba e, também, a atuação do país no cenário regional (SUÁREZ SALAZAR, 1986; SADER, 1991; BANDEIRA, 1998). Este cenário modificou-se, de forma inesperada, no início dos anos 90, com a queda do bloco socialista, liderado pela URSS, que determinou uma nova fase na relação de Cuba com os países da região. Um novo furacão atingiu o país, de forma diferente do apontado por Jean-Paul Sartre quatro décadas antes (SARTRE, 1986; LÓPEZ SEGRERA, 1995; MARTÍNEZ HEREDIA, 2000). A perda de parceiros, econômicos e ideológicos, principalmente a URSS com a qual o país possuía uma relação privilegiada, trouxe enormes impactos e atingiu todos os setores (economia, política e sociedade) da ilha caribenha, lançando dúvidas sobre a própria continuidade da Revolução Cubana.

Desta forma, com o fim da relação de alta intensidade com os parceiros ideológicos se produz uma situação inusitada (e paradoxal). Junto aos problemas internos, surgiram novos desafios no cenário internacional, pois enquanto se redefinia a nova ordem internacional, com a preponderância estadunidense (e os efeitos para o país- embargo e bloqueio) que pareciam apontar para o aumento das dificuldades e o esgotamento do modelo cubano; por outro lado, o rompimento involuntário com a comunidade socialista possibilitava (e mesmo, determinava) a construção de laços com novos parceiros e um retorno à América Latina (cujo distanciamento foi determinado pela conjuntura da Guerra-Fria), que vivia um período de retorno e consolidação dos regimes democráticos.

---

1 Como aponta Sader, inúmeros aspectos da Revolução e da construção do socialismo em Cuba cativaram as organizações políticas da região: a atualização da ideia de Revolução, em contraposição à apatia e o oportunismo dos PCs; a legitimação da heterodoxia política e ideológica a respeito de como fazer a Revolução e como construir o socialismo; o anticapitalismo e o anti-imperialismo, caracterizados pela ruptura total com os EUA; a estratégia de poder centrada na guerra de guerrilhas, baseada no campo; a solidariedade internacional – o internacionalismo proletário – como um dos componentes básicos de sua formação ideológica e ação política; a ética da dedicação revolucionária, com a militância identificada com a própria vida, exemplificada na vida do Che que dizia “o dever de todo revolucionário é fazer a Revolução” e da construção do homem novo; e, finalmente, a ênfase no papel da vanguarda e dos aspectos subjetivos para a vitória (SADER, 1991, p. 23).

Tal cenário, portanto, oferecia um conjunto (maior) de desafios, mas, também, de oportunidades que poderiam contribuir para a sobrevivência ou derrocada do regime e que requeriam de Cuba (e sua liderança) uma estratégia cuidadosa para que o primeiro aspecto pudesse prevalecer.

Este trabalho procura discutir e analisar os principais aspectos da reinserção cubana na América Latina nos anos 90. Para tanto, inicia com uma análise sobre o impacto da Revolução Cubana nas relações regionais, discutindo o significado e as implicações da política externa cubana para a América Latina, desde sua emergência até o início dos anos 90. Em seguida, discute os impactos domésticos e internacionais do fim do socialismo e os desafios que tal cenário apresentava. Finalmente, apresentamos as ações de reinserção das relações de Cuba com a América Latina, apresentando um exíguo balanço.

## CUBA E A AMÉRICA LATINA: ENCONTROS E DESENCONTROS

Apesar da singularidade da Revolução Cubana, o país possui inúmeros elementos de similaridades e uma identidade cultural compartilhada com a América Latina. Além da localização geográfica, a colonização espanhola, a destruição de culturas originais, a mestiçagem e a influência africana, o desenvolvimento do *plantation* (monocultura da cana-de-açúcar) como estrutura econômica básica, o populismo, a inserção dos militares na política e a extrema desigualdade da sociedade cubana durante grande parte de sua história são aspectos, mais do que evidentes, da similaridade cubana com a região. Da mesma forma, a tentativa de superação dos problemas nacionais já encontrava eco, junto com o desenvolvimento do latinoamericanismo intenso, na atuação de J. Martí, ainda no século XIX (RIVEREND, 1990).

Após a Revolução, a relação com a região tornou-se mais complexa e instável, devido ao cenário internacional determinado pela Guerra-Fria e aos conflitos e divergências oriundas das transformações que o país desenvolvia, afetando sua política externa e conduzindo, apesar do desejo contrário de sua liderança, ao relativo isolamento diplomático do país, com exceção do México. Os momentos fundamentais deste isolamento estão relacionados à expulsão da OEA (1962), o golpe contra Salvador Allende no Chile (1973) e a ocupação de Granada (1983), por tropas estadunidenses, que demonstram as diversas estratégias e formas de interferência estadunidense e construção de sua hegemonia nas relações regionais (SUÁREZ SALAZAR, 2006; AYERBE, 2002) <sup>2</sup>.

Desde o início, o governo cubano procurou formular uma política externa que pudesse defender os seus interesses. A compreensão adequada de tal política é resultado da análise de dois eixos fundamentais: de um lado, era fruto da dinâmica entre **revolução e política formal**; de outro, da dinâmica

---

2 Vale destacar que, como apontam Guercio e Carvalho (1998), tal conflito, apesar da evidente dimensão ideológica, está relacionada ao conjunto de medidas tomadas pelo governo cubano que atingiram em cheio os interesses americanos na ilha, pois, além da propriedade dos principais engenhos do país, "Até a revolução, 90% das minas, 50% das terras, 67% das exportações e 75% das importações estavam sob influência norte-americana".

entre isolamento e integração.

No primeiro caso procura-se destacar, principalmente nos anos 60 e final dos anos 70, o compromisso da liderança cubana em apoiar ou fomentar revoluções para a emergência de regimes favoráveis à sua causa e para diminuir a pressão do governo norte-americano sobre a revolução cubana. Esta postura, mesmo que às vezes tenha se constituído numa política informal e de organismos não estatais (o serviço secreto, organizações de solidariedade, entre outros), foi executada pelas lideranças que procuraram influenciar a onda revolucionária que atingiu a América Latina, destacadamente, mas também a África ao longo do período <sup>3</sup>.

Tratava-se de projetar o exemplo e as possibilidades de mudanças profundas na estrutura socioeconômica que Cuba implementava e, no limite, construir uma rede que pudesse, na versão oficial combater o imperialismo americano nestas regiões. Tal ação foi predominante nos primeiros anos da revolução e sua oficialização encontra-se nas declarações de Havana e na constituição da Organização de Solidariedade dos Povos da Ásia, África e América Latina (OSPAAAL) e da Organização de Solidariedade da América Latina (OLAS). Tal política, porém, sofreu duros reveses. Em primeiro lugar, a própria derrota da aplicação da estratégia revolucionária cubana, formulada pela teoria do foquismo de Guevara e amplamente divulgada por Régis Debray<sup>4</sup>, demonstrou a dificuldade de se exportar um modelo de revolução, conduzindo a aplicação inadequada de estratégias que careciam de elementos objetivos e subjetivos para reproduzir a vitória revolucionária. O caso emblemático, e dramático, foi a prisão e o assassinato do próprio Guevara, na Bolívia em 1967, que representou um duro golpe e, de certa forma, encerrou o primeiro ciclo revolucionário na América Latina inaugurado pela Revolução Cubana. Nos anos 60, os principais problemas enfrentados pela política exterior do país estiveram relacionados aos fracassos na tentativa de expansão da onda revolucionária na América Latina, o que minou a estratégia mais abrangente de fomentar a revolução, por meio da luta armada, em toda a região e ampliou as ditaduras militares ou fortaleceu as tiranias dinásticas (Haiti, Nicarágua, entre outros), contribuindo para o isolamento do país (DOMINGUEZ, 1998a).

Desta forma, tornou-se mais evidente o conflito entre esta estratégia revolucionária, e a necessi-

---

3 Como observa Hobsbawm (1995, p. 427) "Nenhuma revolução poderia ter sido mais bem projetada para atrair a esquerda do hemisfério ocidental e dos países desenvolvidos, no fim de uma década de conservadorismo global; ou para dar à estratégia da guerrilha melhor publicidade. A revolução cubana era tudo: romance, heroísmo nas montanhas, ex-líderes estudantis com a desprendida generosidade de sua juventude- os mais velhos mal tinham passado dos trinta-, um povo exultante, num paraíso turístico tropical pulsando com os ritmos da rumba. E o que era mais: podia ser saudada por toda a esquerda revolucionária".

4 Tal teoria pregava, a partir dos ensinamentos da revolução cubana condensadas em um texto de Ernesto Guevara "A guerra de guerrilhas", que um foco guerrilheiro poderia vencer o exército regular dos países e realizar a revolução socialista, tornando-se o núcleo do futuro exército revolucionário. Partindo da premissa que "Entre outras coisas, Cuba mostrou mais uma vez, em primeiro lugar, que a revolução socialista é o resultado de uma luta armada contra o poder armado do Estado burguês" (DEBRAY, 1980, p. 7). As três teses conclusivas do autor eram: "I- O decisivo para o futuro é a abertura de focos militares, e não "focos políticos"; II- Sem luta armada não há vanguarda definida; III- É patente que na América Latina, a luta contra o imperialismo é decisiva, o resto é secundário" (DEBRAY, 1980, p. 96-102).



dade de combiná-la com a execução de uma política externa formal, onde predominam os elementos de autodeterminação e de negociação dos conflitos, em que emergem os interesses econômicos e comerciais, necessários à sobrevivência e ao desenvolvimento do país. Ocorre então, uma tensão entre os objetivos e os compromissos revolucionários e a necessidade de agir conforme os interesses estatais mais amplos. A combinação destes dois aspectos nem sempre ocorreu de forma tranquila. Sendo assim, apontamos que esta dicotomia é fundamental para a compreensão da dinâmica da política externa de Cuba até a derrocada do bloco soviético, mas insuficiente, já que marginaliza os aspectos formais de tal política e não consegue captar em sua plenitude os esforços realizados por sua liderança para superar o isolamento conduzido pelos EUA. Desta forma, torna-se necessário complementá-la pela dinâmica relacionada ao binômio isolamento ou integração.

Tal dicotomia aponta para a necessidade de se considerar a política externa do país tendo como grande desafio romper o isolamento que o conflito com os EUA e a adoção de mudanças estruturais internas gerou. Sendo assim, desde o seu início, passando pela expulsão da OEA em 1962, e pela aproximação intensa, mas não suficiente para as lideranças, com o bloco soviético o regime cubano procurou desenvolver uma política externa que promovesse a integração do país com a comunidade internacional.

É neste sentido que se pode compreender a prioridade dada à América Latina, a necessidade de manutenção de relações formais com os países da região, principalmente com México e Canadá, e posteriormente, com o fim dos regimes militares e o retorno à normalidade democrática, o reestabelecimento de laços com Brasil, Argentina, e a maioria dos outros países da região. Além desta busca de integração regional, a manutenção dos laços com diversos países da Europa (França, Itália, e mesmo a Espanha de Franco) e dos laços com o Japão, e a inserção no Movimento dos Países Não Alinhados, demonstram a importância desta dicotomia para a compreensão do desenvolvimento desta política. Finalmente, tal dicotomia, mais do que a anterior, adquiriu uma perenidade, no sentido de que parece incorporada à lógica da política externa cubana mesmo depois da queda do bloco soviético.

A principal prioridade desta política externa era o desenvolvimento de recursos econômicos, políticos e ideológicos, que pudessem garantir a sobrevivência da revolução e do regime. Para isto, o país desenvolveu uma política global e ativista<sup>5</sup>. Isto significa dizer que formalmente o país procurou ampliar seus laços diplomáticos e se inserir em organismos multilaterais, procurando tornar-se um ator global, apesar dos limites impostos pela sua condição de uma ilha caribenha, pelas dificuldades econômicas e pelo conflito com uma superpotência e a relação dependente com a outra, mas, priorizando os

---

5 Para uma análise da inserção cubana na etapa colonial e no período de luta pela independência ver o livro *Cuba en lo internacional, do estudioso cubano Miguel Estéfano Pisani* (Havana, 1988). Apesar da linguagem jurídica o autor procura apontar a emergência de uma política externa independente e os fundamentos que orientaram tal ação, destacando a influência do pensamento anticolonial e anti-imperialista que levou a tal postura.

laços com a América Latina<sup>6</sup>.

Como aponta Ernest Cháves (1990), pode-se destacar que o país promoveu uma política de promoção da revolução e de mudanças sócias na área, o que conduziu, em muitos casos, a instabilidade política na região, e que tal política foi dinâmica, modificando-se ao longo do tempo em suas formas e vias de execução. Isto porque a necessidade e os objetivos variaram no período, adaptando ao contexto internacional e a coexistência, ora próxima ora distante, com os EUA e os governos da região. Desta forma, a atuação cubana, apesar de intensificar e tornar mais conflitiva as relações interamericanas, possibilitou que o país atingisse, parcialmente, seus objetivos, tornando-se um ator relevante e consolidando seu processo (interno) de construção do socialismo, mesmo que não alcançasse o intuito de promover e ampliar a constituição de governos revolucionários.

Os documentos básicos para compreensão de tal política são: a I<sup>7</sup> e a II<sup>8</sup> **Declaração de Havana**, que retrata em grande medida a atuação da política externa cubana nos anos 60; e os documentos referentes ao período da institucionalização em que se destaca a **Constituição de 76 e as resoluções referentes à política internacional do I e II Congresso do PCC<sup>9</sup>**.

Desde o início, como se pode observar nos documentos citados acima, a América Latina consti-

---

6 Apesar de não existir um consenso entre os estudiosos, consideramos adequada a periodização da política externa cubana desenvolvida por López Segre (1988). Para o autor, a política externa cubana compreende as seguintes etapas: a primeira, denominada de política externa armada (1896-1902), cujo objetivo central foi garantir a soberania do país e seu reconhecimento pela comunidade internacional. O segundo período se refere à política externa de Cuba Neocolonial, em que se destaca a limitação do processo de independência econômica do país. A terceira etapa, que denomina de início de uma política externa ativa e independente (1959-1962), é caracterizada pela organização administrativa, pelo estabelecimento dos princípios que orientarão a postura cubana e pela tentativa de promover a revolução e, paradoxalmente, evitar seu isolamento, enfatizando a inserção na comunidade americana. A quarta, denominada de etapa do isolamento (1962-1970), caracteriza-se pelo rompimento dos laços diplomáticos com a maioria dos países latino-americanos, com a expulsão do país da OEA, e a tentativa de estabelecer laços mais sólidos em outros continentes e com a comunidade socialista, destacadamente a URSS. A quinta, denominada de socialismo institucional (1970-1979), caracteriza-se pela aproximação e integração cada vez mais intensa com a CAME, e pelo envolvimento, cada vez mais profundo, com o continente africano. Finalmente, a última assinalada pelo autor, denominada de consolidação revolucionária (1979-1988), em que procura destacar a consolidação das relações externas do país, o fortalecimento dos laços com a comunidade latino-americana, seja com governos revolucionários (Nicarágua), seja com governos civis e democráticos (Brasil e Argentina, entre outros), representando a construção de um *modus vivendi* com os governos que permitiu ao país ampliar seus laços. A esta, poderíamos agregar uma sétima, pós-soviética, a partir do início dos anos 90, em que se destacam a redefinição do interesse nacional e a necessidade de romper o isolamento político-diplomático-econômico, fazendo emergir uma política mais pragmática, com base nos interesses econômicos e comerciais.

7 Nesta, o líder cubano Fidel Castro criticava duramente a interferência norte-americana na região afirmando que “el único culpable de que esta revolución esté teniendo lugar en Cuba es el imperialismo yankee” (apud BANDEIRA, 1998, p. 243). Tal declaração foi promulgada na Praça da Revolução num ato com mais de um milhão de pessoas e finalizava da seguinte forma: “la asamblea general nacional del pueblo de Cuba resuelve: que esta Declaración sea conocida con el nombre de “Declaración de la Habana” (GARCIA LUIZ, 2000, p. 52).

8 Neste texto, delinea-se de forma explícita o princípio básico que orientou a política externa do país nesta década. Trata-se de um apelo exaltado, vigoroso e radical à revolução, em que Fidel Castro afirma que “El deber de todo revolucionario es hacer la revolución. Se sabe que en América Latina y en el mundo la revolución vencerá, pero no es propio de revolucionarios sentarse en la puerta de su casa para ver pasar el cadáver del imperialismo” (GARCIA LUIZ, 2000, p. 91).

9 Entre outras coisas, e reafirmando o que destacaremos a seguir, o documento aponta que: “El internacionalismo proletario constituye la esencia y el punto de partida de la política internacional del Partido Comunista de Cuba”; e destaca os princípios que orientam tal postura reproduzindo o que foi consolidado na Constituição do país: apoio as lutas de libertação nacional, unidade com os países socialistas, combate ao imperialismo, coexistência pacífica, relações com países independente do regime, respeito as normas do Direito internacional, entre outros (PLATAFORMA PROGRAMÁTICA DEL PARTIDO COMUNISTA DE CUBA. POLÍTICA INTERNACIONAL apud PCUS, 1980, p. 33-35).

tuiu o eixo central da estratégia revolucionária e da política externa do país; alternando momentos de maior envolvimento, como em grande parte dos anos 60, e situações em que predominou o isolamento, como a dificuldade de se estabelecer laços diplomáticos com os governos do continente. Tal situação se desenvolveu devido à combinação de três fatores: a estratégia cubana de promoção da revolução gerava descontentamento e desconfiança dos governos envolvidos; a expulsão da Organização dos Estados Americanos (OEA), aliada às pressões do governo americano, dificultava o estabelecimento de laços formais e consistentes; e, finalmente, a emergência de governos autoritários, a maioria claramente contrário ao exemplo e as transformações que ocorriam no país, contribuíram para isolar a ação cubana na América Latina.

Mesmo assim, pode-se considerar que a liderança cubana compreendia que o destino de sua Revolução estava relacionado ao aprofundamento dos laços e a integração com a região, atuando de diferentes formas para a promoção destes objetivos. Segundo Suárez Salazar (1986, p. 145), “los métodos y los medios para construir ese común destino latinoamericano se han ajustado a los desarrollos específicos de la situación continental y marcado, por conseguinte, diferentes etapas y momentos en su realización concreta”. Desta forma, podemos afirmar que os laços culturais, históricos, econômicos, e, em certos casos, políticos, fizeram com que a América Latina ocupasse um lugar privilegiado na elaboração da política externa do país, mesmo quando o contexto imediato dificultava o desenvolvimento destas relações (LÓPEZ SEGRERA, 1988; BANDEIRA, 1998; SUÁREZ SALAZAR, 1986; PISANI, 2002).

Tais relações podem ser periodizadas da seguinte forma, como apontam López Segrera (1988) e Suárez Salazar (1986). A primeira etapa (1959-1962), denominada de emergência, caracteriza-se pela ampliação e aprofundamento dos laços com países americanos, pela atitude crítica em relação às ditaduras continentais (de Trujillo na República Dominicana, de Somoza na Nicarágua e de Duvalier no Haiti) e pela utilização dos organismos multilaterais regionais para denunciar as agressões sofridas pelo país e a defesa das mudanças estruturais que começavam a ocorrer.

A segunda etapa (1962-1970), denominada de isolamento, é caracterizada pelo rompimento das relações diplomáticas com a maioria absoluta dos países da região, sendo o México a única exceção; pela tentativa de expansão do ciclo revolucionário, com a ampliação dos laços com movimentos guerrilheiros e a promoção destas, em que se destacam a organização de conferências para o desenvolvimento de tal estratégia, como a Tricontinental e a reformulação de estratégias com a ascensão de militares nacionalistas no Peru e Panamá.

A terceira etapa (1970-79), denominada de vínculos limitados, é marcada pelo recrudescimento da luta revolucionária e, por outro lado, pelo estabelecimento de vínculos específicos com governos que simpatizavam com o processo cubano, destacadamente o Chile no início da década. Além disto, como resposta a uma proposição apresentada na OEA, em 1974, começa a ocorrer uma lenta deterioração do

embargo americano com a retomada de relações comerciais com alguns países da região que culminará nas revoluções da Nicarágua e Granada; e vale também ressaltar a participação cubana na constituição do Sistema Econômico Latino-americano (SELA).

Finalmente, a última etapa (1979-1988) apontada pelos autores denomina-se ascensão e consolidação das relações e caracteriza-se pela retomada dos laços diplomáticos com os países que passavam por um processo de redemocratização, principalmente os do Cone Sul, e pela participação cubana na revolução nicaraguense e no apoio aos movimentos revolucionários envolvidos em outros conflitos da América Central.

A estas etapas, poderia se agregar uma quinta, a partir da queda do bloco soviético, em que predominam os esforços de inserção e integração do país na comunidade latino-americana, através do aprofundamento econômico e comercial com os países da região. Tal etapa será analisada de maneira aprofundada posteriormente.

Ainda, considerando a análise de Suárez Salazar (1986) é necessário ressaltar que, apesar de dinâmica, a política externa cubana desenvolvida para a região permite identificar linhas de continuidade, demonstrando a centralidade desta nos interesses do país. Entre os elementos que nos permitem identificar tal continuidade, podemos identificar: a contraposição entre pan-americanismo e latino-americanismo que permite visualizar referências, estratégias e projetos diferenciados de integração da região; a busca por um desenvolvimento autônomo e autossustentável para enfrentar, na visão cubana, a hegemonia estadunidense na região; a modificação das relações de dependência e dominação; a necessidade de eliminação de traços coloniais presentes na relação com os países desenvolvidos e na situação particular de alguns países; a condenação a qualquer intervenção estrangeira nos assuntos internos americanos; a intenção de manter relações de mútuo respeito com países latino-americanos, mesmo quando estes não possuam uma orientação socialista; a crítica às ditaduras militares que existiram no continente, entre os anos 60 e 80; a busca de soluções negociadas dos conflitos interamericanos (SUÁREZ SALAZAR, 1986, p. 166-177).

Estas linhas de continuidade indicam a importância da região no desenrolar da política externa cubana que, mesmo dinâmica, procurava desenvolver uma estratégia que incentivava mudanças. Por outro lado, a combinação destes aspectos com os objetivos mais imediatos da revolução acabou gerando inúmeras tensões e problemas para que as relações entre Cuba e os demais países efetivamente se consolidassem.

## **CUBA E A ETERNA GUERRA-FRIA: OS IMPACTOS DO FIM DO SOCIALISMO REAL**

O fim do bloco soviético gerou, pelo menos, duas consequências imediatas para o país. No âmbito

interno, destaca-se uma profunda crise econômica e social, que determinou o início do “Período Especial em tempos de Paz”, demonstrando a queda vertiginosa da produção e do intercâmbio comercial, dos níveis de qualidade de vida e que afetou todos os setores da sociedade cubana. Como aponta a CEPAL (2000, p. 16): “La magnitud del shock económico ha sido comparable al registrado en Europa Oriental o en la antigua Unión Soviética, aunque sus características específicas difieran substancialmente”.

Para que se possa compreender de forma abrangente a profunda crise econômica gerada pelo fim dos países socialistas, e da URSS em particular, pode-se destacar alguns dados <sup>10</sup>.

Em termos gerais, o PIB cubano retraiu entre 40% e 50%, entre o período de 1989, ano em as relações econômicas com a URSS estavam em auge, e 1992, após a derrocada do antigo parceiro. Em suma, a economia viu-se reduzida quase a metade do período anterior. No comércio exterior, o impacto foi ainda mais evidente. Neste curto período, a capacidade de importação decaiu de U\$ 8 bi para U\$ 2,2 bi e as exportações reduziram-se de U\$ 5,4 bi para U\$ 2,1 bi. Ainda, Cuba havia recebido de ajuda soviética cerca de US\$ 6,0 bilhões que eram investidos em setores como saúde, educação, transportes e defesa, sendo que este consumia aproximadamente US\$ 1,3 bilhão. Em 1992, a ajuda havia caído à zero, atingindo de forma drástica os programas desenvolvidos em inúmeros setores. Em suma, os dados macroeconômicos revelam a intensidade e a profundidade de tal impacto, demonstrando que o país enfrentou a pior crise de sua história (LÓPEZ SEGRERA, 1995; ALMENDRA, 1998; MESA-LARGO, 1998, CEPAL, 2000; CASTRO, 2001) <sup>11</sup>.

O caso emblemático relaciona-se ao produto que, simbolicamente, sintetiza grande parte da história cubana, o açúcar. Como principal produto da ilha, este representava a base da produção e o melhor dos recursos cubanos foi concentrado no setor e era responsável por 80% do valor das exportações do país; além disto, os laços com a URSS haviam mantido o açúcar como o principal produto da pauta de exportações do país, desestimulando a diversificação das atividades produtivas. A produção de açúcar teve uma queda de 50%, caindo de 7 milhões de toneladas produzidas em 1992 para cerca de 3,5 milhões em 1994. Tal tendência se manteve ao longo da década, fazendo com que o país abandonasse sua posição no mercado internacional do produto (LÓPEZ SEGRERA, 1995; ALMENDRA, 1998).

Finalmente, tal crise proliferou para toda a sociedade, atingindo todas as áreas. Mesmo as que representavam os avanços sociais obtidos com a Revolução (saúde, educação, cultura, lazer, arte, espor-

10 Estes e outros dados são aproximados e baseados em estatísticas da Cepal, de organismos nacionais e internacionais e de “cubanólogos”. Como aponta Mesa-Largo, inúmeros fatores dificultam a análise de dados efetivos: até 1989 muitos dados eram baseados no PSG, utilizados por países socialistas e que não é comparável ao PIB; nos anos 90 se interrompeu a produção do “Anuário Estatístico” que fornecia uma visão geral da economia e sociedade cubanas; muitos produtos fornecidos pela URSS e seus preços eram distorcidos; finalmente, por se tratar de uma economia fechada, a taxa de câmbio pode apresentar distorções.

11 Como afirma Almendra (1998, p. 148): “Depois do fim dos subsídios soviéticos, Cuba esteve muito próxima do colapso econômico em 1992 e 1993. [...] desapareceram mercadorias como soda cáustica – para fabricar sabão, madeira, determinados tipos de gêneros alimentícios, fertilizantes e outros insumos agrícolas”.

te...) sofreram com a falta de capital, materiais e outros recursos, ainda que a liderança cubana tenha se esforçado para a manutenção do investimento social. Como afirmamos, Cuba vivenciou uma crise econômica e social de enorme proporção, que colocou em dúvida a própria capacidade de sobrevivência do país.

Neste sentido, é revelador o informe apresentado por Fidel Castro ao V Congresso do PCC, em 1997, relatando as dificuldades do início da década:

[...] la agricultura se quedó sin el combustible necesario para un mínimo de actividades, sin fertilizantes, sin pesticidas ni herbicidas, sin piezas de repuesto [...] No se podía mantener la producción alimentaria [...] La industria mecánica se quedó sin aceros, sin motores, sin los cambios de productos que necesita para su trabajo [...] La industria ligera se quedo sin algodón, sin infinidad de materiales que necesitaba para la producción de telas [...] La prensa sin papel [...] El transporte se quedó sin piezas, sin motores y les pasó lo mismo a las locomotoras y a los servicios de transporte ferroviario; empezamos a tener problemas con el transporte naval. [...] Además, la situación afectó a la educación, que quedó sin libros, a la industria de materiales de construcción, sin cementos y otras materias primas, a la industria de medicamentos y los medios necesarios para la atención higiénica, la limpieza de hospitales, la reparación y el mantenimiento de los equipos (CASTRO, 1997 apud MESA-LARGO, 1998).

No entanto, para além dos efeitos internos, o fim do bloco soviético trouxe outro importante desafio: a configuração de uma nova ordem internacional, hegemônica pelos EUA.

O fim da Guerra Fria e a afirmação de tal hegemonia foram celebrados, de maneira ufanista, como o advento do liberalismo como modelo universal e a pretensão de que estaríamos presenciando o “Fim da História”, no sentido político-ideológico, tal como preconizado na obra de Francis Fukuyama (1992), instaurando uma “nova era de paz e prosperidade” (que logo demonstrou ser uma falácia). Além disto, a “nova ordem mundial” que emergia, parecia determinada por um único pólo de poder mundial, os EUA, resultando no debate sobre o grau de autonomia do país para realizar qualquer ação em nível mundial, sintetizada na contraposição entre a perspectiva unilateral ou multilateral, resultando na noção de unimultipolaridade desenvolvida por Joseph Nye (2002) que, em linhas gerais, afirmava a hegemonia estadunidense nas relações internacionais, ainda que não o suficiente para resolver todos os problemas.

Sendo assim, a “nova ordem mundial” tornou mais intensas as pressões sobre o país e atingiu a Revolução Cubana em diferentes aspectos. Em primeiro lugar, possibilitou o reforço do embargo econômico americano, intensificado em dois atos que procuravam sufocar economicamente o regime e incentivar mudanças internas. O primeiro, a Lei Torricelli de 1992, ampliava a proibição das companhias estadunidenses (e suas subsidiárias no exterior) de realizar negócios com Cuba; proibia os barcos que passam pelos portos cubanos de realizar transações nos EUA e autorizava o presidente do país a aplicar

sanções aos governos que promoviam qualquer tipo de assistência a Cuba. O segundo, o “Cuban Liberty Act” conhecido como Lei Helms-Burton, sancionado em 1996, ampliava o bloqueio econômico permitindo sanções contra as instituições internacionais e países que negociassem com a ilha. Desta forma, sem os limites da Guerra-Fria, ocorre uma radicalização da postura estadunidense com o intuito de sufocar economicamente, a já cambaleante economia cubana, e promover mudanças no regime (COGGIOLA, 1998; DOMINGUEZ, 1998b; GÓMEZ, 2003; MORALES DOMINGUEZ, 2004).

Associados as limitações econômicas, impulsionados pelo embargo e a legislação estadunidense, a “nova ordem” contribuiu para o questionamento da legitimidade do regime cubano (de sua natureza e atuação em diversas áreas) e ao isolamento, ainda que parcial, do país. Desta forma, tal isolamento apresentava novos contornos, diferenciando-se das décadas anteriores, fundamentados num viés ideológico e político-diplomático, que era resultado da política cubana de apoio e promoção de revoluções, principalmente no terceiro mundo. A novidade é de que, apesar do evidente contorno ideológico, o questionamento se volta para áreas como a (suposta) ausência de democracia interna e a temática dos direitos humanos. Tal isolamento, associado às limitações da estrutura produtiva do país, potencializou os desafios e representou a mais séria ameaça à Revolução, desde sua emergência (LÓPEZ SEGRERA, 1995; BANDEIRA, 1996; CEPAL, 2000).

## CUBA E A AMÉRICA LATINA: ISOLAMENTO OU REINserÇÃO

Diante dos desafios impostos por estas mudanças, o país se viu obrigado a adequar seu aparato produtivo, institucional e legal às novas condições que lhe são impostas e, principalmente, **reconstruir todo seu sistema de relações externas**. Para tanto, foi necessário redefinir os princípios, os objetivos e a dinâmica de sua política externa.

O objetivo fundamental que orientou tal política foi o desenvolvimento de ações e relações que pudessem garantir a sobrevivência do regime, diante da queda do bloco soviético. Esta dinâmica de sobrevivência já aparecia nos anos anteriores e estava relacionada, sobretudo, com a consolidação das mudanças desenvolvidas pelo regime da revolução. Nos anos 90, porém, modificam-se a sua natureza e seu impacto sobre a política externa do país. Primeiro, por ser absolutamente necessário o reordenamento das relações econômicas do país junto com a realização de mudanças para garantir a previsibilidade e, acima de tudo, a confiança da comunidade internacional e dos parceiros bilaterais nos negócios que poderiam ser realizados. Além disto, o cenário econômico interno condicionava, em maior ou menor medida, a busca de parceiros que pudessem investir e suprir as necessidades do país. A concretização desta estratégia de sobrevivência só poderia ser eficaz na medida em que o país fosse capaz de superar o isolamento, econômico e político, a que se viu submetido.

Sendo assim, tal política fundamentou-se em três elementos. Primeiro, no **desenvolvimento de ações e relações que pudessem garantir a sobrevivência do regime**, diante da queda do bloco soviético. Desta forma, ocorre um reordenamento das relações econômicas do país e, junto a isto, a realização de mudanças para garantir a previsibilidade e, acima de tudo, a confiança da comunidade internacional e dos parceiros bilaterais nos negócios. O objetivo central da política externa cubana tem sido, antes de tudo, garantir a sobrevivência do regime em suas dimensões fundamentais. Tal estratégia pode ser compreendida na adequação dos seguintes objetivos, apontados por Dominguez (2004): manter os mecanismos básicos da estrutura política e institucional, resistindo à pressão externa para a adoção de mecanismos democráticos formais; fomentar uma abertura de empresas internacionais, de investimentos ou comerciais, mas proibindo o desenvolvimento legal de empresas cubanas; reativar o nacionalismo interno como instrumento de coesão e mobilização, considerando as posições do governo americano e da oposição aí instalada; manter a prioridade de sobrevivência do regime político, mesmo diante da deterioração das relações políticas e econômicas com outros países ou do sacrifício de um desenvolvimento mais acelerado, porém mais desigual (DOMINGUEZ, 2004, p. 525). Em suma, a liderança cubana conseguiu definir de forma adequada os elementos que deveriam ser preservados e os que poderiam ser modificados, sem a alteração do quadro político. Assim, o eixo dinâmico de tal política foi, como assinalamos anteriormente, resultado da combinação entre sobrevivência e inserção. Combinaram-se aspectos de política interna, reformas e elementos de política externa, para que o objetivo básico pudesse ser alcançado. Apesar dos problemas tal estratégia se mostrou parcialmente eficaz.

O segundo componente baseou-se, como assinalado por Carlos Alzugaray (2003), numa redefinição do interesse nacional cubano. Tal redefinição, é resultado da sedimentação de um pensamento radical, progressista e emancipador em Cuba, cuja figura maior foi José Martí, que antecede e são apropriados pela revolução cubana e sua liderança, e pode ser compreendido como:

Mantener la independencia, soberanía, autodeterminación y seguridad de la nación cubana, su capacidad de darse un gobierno popular, democrático y participativo propio basado en sus tradiciones, con un sistema económico-social próspero y justo, y que, a su vez, le permita proteger su identidad cultural y sus valores socio-políticos y proyectarlos en la arena mundial con un nivel de protagonismo acorde a sus posibilidades reales como miembro efectivo de la sociedad internacional (ALZUGARAY, 2003, p. 17).

Apesar da complexidade (e limitações) da noção de interesse nacional, tal ideia permite identificar claramente seus objetivos, apontando que o elemento determinante do interesse nacional redefinido foi:

[...] a tenor con su interés nacional, neutralizar y revertir la tradicional política nortea-



mericana de reimplantar su hegemonía sobre la isla, sin hacer concesiones de principio en torno a la soberanía, la autodeterminación, el modelo socialista cubano y su política exterior (ALZUGARAY, 2003, p. 21).

Ou seja, trata-se de afirmar os mecanismos internos de construção e consolidação do regime, assim como desenvolver uma política externa que contribua com tal objetivo, procurando superar os problemas impostos pelo conflito com os EUA e o questionamento de seu modelo político.

Finalmente, o terceiro elemento, aponta para a **diversificação das relações econômicas**. Ao longo de sua história, Cuba desenvolveu uma relação intensa (em cada período) com um parceiro comercial preferencial, EUA e URSS, o que tornou sua economia extremamente dependente de tais relações. Nos anos 90, o país procurou diversificar os parceiros para evitar um novo colapso e para atender suas necessidades. Como apontou o ex-embaixador de Cuba no Brasil: “Cuba precisava, e precisa, de três elementos básicos (antes garantidos pela relação existente com a comunidade de países socialistas): capital, mercados e tecnologia” (SÁNCHEZ-PARODI, 1998, p. 164). Desta forma, podemos constatar que a liderança cubana procurou redefinir seus objetivos fundamentais, afirmando a sobrevivência e a inserção internacional, como elementos para a superação dos desafios que o país enfrentou.

Para o desenvolvimento de tal estratégia, a América Latina voltou a ocupar uma centralidade na política externa do país. Tal centralidade propiciou o reestabelecimento das relações diplomáticas e comerciais com a maioria dos países da região, uma maior aproximação com os países do Caribe, ampliando o comércio bilateral e permitindo o acesso a capitais. Conduzida no âmbito estatal, portanto formal, tal política fundamentou-se na observância das leis e do direito internacional, permitiu um maior ativismo nos fóruns multilaterais e regionais e o desenvolvimento da confiança recíproca em relação aos países da região.

A redefinição exterior cubana tem entre suas prioridades América Latina e Caribe. Durante os anos 90 foram reatadas as relações diplomáticas com quase a totalidade dos países da região e se firmaram acordos de cooperação. O estreitamento dos laços foi possível devido à vontade política do governo cubano e as mudanças de percepção por parte dos países latino-americanos e caribenhos, mais independentes dos EUA, que já não veem Cuba como um aliado das guerrilhas.

Estas relações já não possuem o caráter conflitivo de décadas anteriores. Isto porque, para Cuba, o bom relacionamento com os países latino-americanos é uma condição fundamental para o aprimoramento econômico, como também para a ampliação da rede de apoios em relação ao conflito com os EUA, e, ainda, tal ação não se orienta principalmente pela tentativa de promoção de revoluções. Da mesma forma, para os países da América Latina, Cuba já não representa uma ameaça, constitui-se num mercado que não deve ser descartado e pode colaborar para a solução de problemas internos, com sua

diplomacia social, ou para a pacificação de conflitos.

Sendo assim, o país acabou adquirindo um papel protagônico em relação a diversos temas. Teve um papel útil e importante nos processos de pacificação da América Central, primeiro em El Salvador, em 1992, e depois na Guatemala, em 1996. Também apoiou o processo de pacificação na Colômbia durante o governo de Andrés Pastrana. Já em janeiro de 2002, o país sediou uma Cúpula de Paz em que participaram os representantes do Exército de Libertação Nacional (ELN), do governo colombiano e da sociedade civil para acelerar as negociações para encerrar o conflito armado no país. Segundo Dominguez (2003), Cuba não foi apenas à anfitriã, mas sim a promotora desta negociação, como tem procurado envolver, embora com menos êxito, as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC).

Considerando as relações econômicas globais, podemos perceber a diversificação e a emergência, ainda que tímida, dos países latino-americanos, conforme tabela abaixo:

**Tabela 1 – Inserção Internacional da Economia Cubana**

Transações	Primeiro sócio	%	Segundo sócio	%
Exportações	Rússia	23	Holanda	13
Importações	Espanha	18	Venezuela	13
Turismo	Canadá	17	Alemanha	11
Dívida	Japão	19	Argentina	14
Investimentos	Espanha	23	Canadá	19

Fonte: Dominguez, 2003, p. 455.

Além disto, deve-se destacar a importância econômica assumida por três países americanos: Canadá, nos setores de turismo e inversão; Argentina, na gestão da dívida cubana; e Venezuela, em importações<sup>12</sup>. Cabe destacar ainda, conforme o autor, o caso do México, que é o sexto em importações e o sétimo país mais importante em relação ao turismo e à gestão da dívida. Finalmente, esta diversificação econômica se explica por fatores específicos de cada atividade, bem como pela estratégia geral adotada pela liderança cubana no sentido de evitar a excessiva dependência de um só país, privilegiando sócios múltiplos ao invés de um único.

O caráter de economia pequena exigiu também uma estratégia integracionista e de colaboração Sul-Sul, que no caso de Cuba, tem como cenário natural a área latino-americana e caribenha. O conjunto de países da América Central, México, Colômbia, Venezuela e do Mar das Antilhas (o grande Caribe), constituem uma região geoeconômica de alto valor estratégico para o desenvolvimento da ilha. Ainda que Cuba tenha

<sup>12</sup> Vale ressaltar que tal relação foi intensificada na primeira década do século XXI com a ascensão, e a consolidação, de Hugo Chávez no poder.

conseguido desenvolver mudanças estruturais na orientação geográfica de seu comércio exterior mais favorável à América Latina, suas possibilidades de integração são maiores no Caribe<sup>13</sup>.

Desta forma, já no início dos anos 90 o país acabou se integrando à Organização de Turismo do Caribe, algo que almejava desde os anos 80 e que não havia sido alcançado devido aos conflitos com o governo de Granada. Porém, a grande iniciativa no âmbito econômico foi a incorporação à AEC, em julho de 1994, que envolve os países do Caribe, Venezuela, México, Colômbia e os países da América Central, possibilitando a integração econômica e a intensificação do comércio. Segundo Gerardo Nuñez (1994) e Ernesto Molina (2002), está em marcha um processo de progressiva aproximação e reinserção de Cuba na região, que teve início ainda no final dos anos 80, e que se incrementou com a participação cubana no CARICOM, marcada pelos aspectos da prudência, como no caso da relação com a República Dominicana, pelo desenvolvimento gradual e equilibrado de relações políticas e econômicas e pelo incremento das relações comerciais que, apesar dos esforços, encontram dificuldades no perfil semelhante das economias da região. De qualquer forma, as relações econômicas ganham destaque neste processo de aproximação<sup>14</sup>, com a integração cubana com os grupos empresariais da região, a partir de objetivos claramente definidos: biotecnologia, agricultura açucareira, agropecuária, pesca, intercâmbio cultural, energia atômica e, principalmente, incremento do turismo.

Este processo de integração cubana com os países da região tem contribuído para o incremento à realização de acordos bilaterais. Para dimensionar a importância de tais acordos, basta observar que, apenas em relação aos países latino-americanos, as preferências outorgadas por acordos alcançados a partir da base caribenha chegaram a abranger cerca de 640 produtos no final da década de 90 (CEPAL, 2000, p. 227). Desta forma, a integração econômica tem propiciado à liderança cubana a realização de dois objetivos: por um lado, contribui para a recuperação econômica do país e, por outro, colabora para a superação do isolamento político, fortalecendo laços que, por diversas razões, foram tradicionalmente pobres ao longo do ciclo revolucionário<sup>15</sup>.

Além disto, Participou de todas as reuniões de Cúpulas Ibero-americanas, manteve estreitos contatos com o CARICOM, tentou uma maior aproximação com o MERCOSUL e a Comunidade Andina (CAN) e esteve presente em outros fóruns multilaterais da região. De outra parte, a Ilha apareceu como um espaço de novas

13 Para uma análise histórica das relações entre Cuba e Caribe e o desenvolvimento dos ideais integracionista, apesar dos problemas conjunturais, ver, entre outros, o livro *Cuba y la integración de América Latina y Caribe*, de Eduardo K. Pevida, Santo Domingo, Ed. Promlibro, 1995; e o artigo *El Caribe en la política exterior cubana: una periodización*, de Gerardo Gonzáles, *Cadernos de Nuestra América*, La Habana, v. III, n. 16, 1991.

14 Se a aproximação parece ocorrer e se tornar viável no campo econômico, no aspecto político dois elementos parecem dificultar a mesma: por um lado, a percepção, residual mas ainda existente, de que Cuba seria um fator de instabilidade na região devido ao seu sistema político e as relações conflituosas com os EUA; e por outro lado, a sensação de que se o país ingressar numa transição capitalista certamente ocuparia o primeiro lugar na captação de investimentos estrangeiros, leia-se estadunidense (NUÑEZ, 1994, p. 25).

15 Como aponta Dominguez (2004), "Cuba ha logrado que los miembros del CARICOM se opongan a las políticas de EUA hacia Cuba. [...] La firma del acuerdo se habia demorado porque Cuba planteaba objeciones a las referencias a los derechos humanos y la democracia; al final, el CARICOM cedió basándose en que esa clase de referencias no existian en acuerdo similares que se habían alcanzado con otros países latinoamericanos" (DOMINGUEZ, 2004, p. 269).

oportunidades para o setor privado e as empresas estatais de México, Brasil, Argentina e Venezuela. Neste sentido, a partir de 2004, a inserção estratégica se desenvolveu dentro dos marcos da Aliança Bolivariana para os povos de América (ALBA), em resposta à política estadunidense de liberação comercial (ALCA) reforçando os laços com a Venezuela e dois aspectos da política externa cubana, desde a ascensão do governo revolucionário: **uma inserção crítica no cenário internacional**, particularmente a política estadunidense em relação à América Latina e, fundamental, **o exercício de uma “Diplomacia Social”**, alicerçada na utilização dos recursos humanos em diferentes áreas (saúde, educação, esporte, cultura...) para promover cooperação e conseguir, quando possível, os recursos necessários para a sobrevivência econômica do país.

Finalmente, outro traço importante das relações de Cuba com a América Latina refere-se à modificação do “*soft power*”<sup>16</sup> cubano (BANDEIRA, 1998; DOMINGUEZ, 1998a; GLEIJESES, 2003).

Ao longo das décadas anteriores, este esteve associado, em grande medida, a imagem revolucionária, isto é, ao exemplo que Cuba (sua liderança e suas realizações internas) inspirava aos países da região no que se refere à tomada de poder e as mudanças sociais que pareciam conduzir ao estabelecimento de uma sociedade igualitária. Nos anos 90, o *soft power* cubano adquire novas dimensões e contribui para o desenvolvimento de laços com a região.

Primeiro, através do desenvolvimento “Diplomacia Médica” que, como aponta Julie Feinsilver<sup>17</sup>, pode ser compreendida por:

En los análisis sobre la política exterior cubana se há pasado por alto la diplomacia médica. Sin embargo, ella ha sido parte integral de casi todos los acuerdos de cooperación y ayuda que Cuba ha consagrado historicamente al fortalecimiento de sus lazos diplomáticos con otros países del Tercer Mundo. Decenas de países han recibido asistencia médica cubana de largo plazo, y muchos otros han recibido ayuda a corto plazo en respuesta a situaciones de emergencia. La ayuda médica cubana llega a millones de personas en el Tercer Mundo anualmente a través del suministro directo de atención sanitaria, y a miles anualmente a través de programas de educación y entrenamiento en la esfera de la salud, tanto en Cuba como en el extranjero. El impacto positivo de esta ayuda en la salud de poblaciones del Tercer Mundo ha mejorado considerablemente las relaciones de Cuba con otros países y ha aumentado el capital simbólico de Cuba entre gobiernos, organizaciones internacionales e intelectuales que, en el Tercer Mundo, a menudo juegan un papel importante en la formación de opinión pública y la política pública (FEINSILVER, 1993 apud ALZUGARAY, 2003, p. 27).

Pode-se afirmar que tal atuação tem contribuído para o desenvolvimento do “*soft power*” cubano, fortalecendo os laços com outros países, no âmbito estatal e societal. Além disto, tal ação significa uma atua-

16 Para Nye, o conceito se refere “Ele coopta as pessoas em vez de coagi-las. O poder brando se arrima na capacidade de definir a agenda política para formar as preferências dos demais [...] É a capacidade de seduzir e atrair. E a atração geralmente leva a aquiescência e a imitação” (NYE, 2002, p. 36-37). Em suma, está ligado aos fatores econômico, tecnológico e ideológico.

17 Para uma análise mais aprofundada do conceito ver o livro do autor *Healing the masses: Cuban Health Politics at Home and Abroad*. Berkeley: University of Califórnia Press, 1993.

lização do conceito de internacionalismo proletário, agora menos ideológico, enfatizando o trabalho social que o país desenvolve em relação às nações mais desfavorecidas, atingidas por catástrofes naturais ou com problemas em determinadas áreas.

Outro aspecto relevante é que tal atividade permite que o governo cubano continue enviando uma parte significativa de sua população para trabalhar em outros países, agora sem o conteúdo militar das iniciativas desenvolvidas ao longo da guerra fria, reforçando seus laços com o regime e ampliando a capacidade de manter o consenso interno. De outra parte, principalmente através de programas de treinamento educacional, como o significativo caso da “Escuela de las Américas” (ELAM), voltada à formação de futuros profissionais de medicina de setores empobrecidos em seus países de origem que possuem dificuldade de acesso ao ensino superior, faz com que a revolução cubana continue exercendo seu poder sedutor em parcelas importantes da população dos países de onde procedem estes estudantes.

Finalmente, convém ressaltar que tal atuação não se restringe ao campo médico, embora este seja o exemplo mais significativo, mas abrange outras áreas em que o país tem um desempenho importante no cenário internacional, estendendo-se hoje à educação, ao esporte, a cultura e certas áreas do conhecimento científico. Isto parece sugerir que, para além da Diplomacia Médica, estamos assistindo a emergência de uma “**Diplomacia Social**”, como uma estratégia importante para a ampliação e o fortalecimento de laços políticos e, além disto, para a captação de recursos indispensáveis à recuperação econômica do país, modificando a natureza do *soft power* cubano e contribuindo para o desenvolvimento de parceria e confiança com outras nações.

Tal diplomacia, fundamentada nas áreas de reconhecido avanço da Revolução Cubana (saúde, educação, esporte, cultura...) contribuem para o desenvolvimento de uma imagem positiva do país e o fortalecimento de laços com a região, relaciona-se ao aproveitamento do capital humano do país em ações nas regiões mais carentes do continente, e também do mundo, apoiando (de forma permanente ou temporária) países que enfrentam catástrofes naturais e graves problemas sociais.

Finalmente, apesar dos avanços significativos ao longo da década de 90, a relação com a América Latina ainda é marcada por focos de tensão e conflito, derivados da atuação e perspectiva cubana no cenário internacional. Tal tensão é derivada do frágil equilíbrio da vigência (e promoção) dos ideais revolucionários cubanos e a necessidade de manter relações estatais normais com os países da região, bem como do respeito a política interna de ambos lados. Desta forma, como aponta López Segrera (1995, p. 133):

Um dos grandes desafios que terá de enfrentar a projeção internacional de Cuba na região (como dissemos ao nos referirmos ao caso de El Salvador) decorre da necessidade de conciliar o desenvolvimento das relações estatais (e com os setores do capitalismo local) com seus vínculos com as organizações políticas, sociais, religiosas e de todo tipo que representam o movimento popular, mais ainda quando as políticas do Fundo Monetário Internacional excluem amplas massas da sociedade latino-americana.

## CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho, procuramos analisar os desafios enfrentados pela liderança cubana nos anos 90 e os principais aspectos da relação de Cuba com a América Latina naquela década. Neste sentido, procuramos contextualizar tal ação, apresentando os impactos econômicos e sociais e os dilemas impostos ao país com o fim do socialismo soviético que, além de inserir o país em sua mais grave crise econômica e social desde o advento da Revolução, obrigou-o a reorganizar todo seu sistema de relações internacionais.

Como apontamos, a relação com a América Latina foi determinada por uma dupla dinâmica: a combinação tensa entre o **desenvolvimento dos ideais revolucionários e o exercício de uma política formal** (de caráter estatal) por um lado, e, de outro, a interação entre a lógica do isolamento e da integração, que complementam o aspecto anteriormente destacado. Tal dinâmica foi permeada **pela lógica da sobrevivência e pela redefinição do interesse nacional** que condicionou a política interna e externa do país no período.

Finalmente, procuramos destacar que em relação à América Latina ocorreu um reestabelecimento e fortalecimento dos laços político-diplomáticos e econômicos. Desta forma, Cuba conseguiu superar, ainda que não definitivamente, o isolamento que a nova ordem internacional parecia impor, ampliando as relações e parcerias com os países latino-americanos, na política e na economia. A novidade é que, em grande medida, tais parcerias foram consolidadas com base em uma nova modalidade de *soft power*, “a diplomacia social” que o país impulsionou desde a queda do bloco soviético e que serve para melhorar a imagem do país perante a comunidade internacional. Ainda, tal aproximação com a região implica tensões derivadas dos ideais (e ações) da Revolução Cubana, e sua perspectiva crítica em relação à ordem internacional, com a manutenção dos laços com a região. Desta interação dependerá o aprofundamento dos laços.

## REFERÊNCIAS

ALMENDRA, Carlos C. A situação econômica cubana diante da queda do Leste Europeu. In: COGGIOLA, Osvaldo (Org.). **Revolução cubana: história e problemas atuais**. São Paulo: Ed. Xamã, 1998. p. 135-154.

ALZUGARAY, Carlos. **La política exterior de Cuba en la década de 90: intereses, objetivos y resultados**. Política Internacional, La Habana, v. 1, n. 1, p. 14-32, ene./jul. 2003.

AYERBE, Luis Fernando. **Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia**. São Paulo:

Editora UNESP, 2002.

\_\_\_\_\_. **A revolução cubana.** São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **De Martí a Fidel:** a Revolução Cubana e a América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

\_\_\_\_\_. **CUBA:** do socialismo dependente ao capitalismo. Brasília: Contexto Internacional, 1996. Disponível em: <[www.relnet.com.br](http://www.relnet.com.br)>. Acesso em: 15 jul. 2011.

CASANOVA, Pablo. **América Latina:** história de meio século. Brasília: UNB, 1990. 4 v.

CASTRO, Roberto Verrier. Las transformaciones de la economía cubana. **Instituto de Estudios Avanzados,** São Paulo, n. 39, abr. 2001.

CEPAL. **La economía cubana.** Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 2000.

CHÁVES, Ernest R. La proyección exterior de Cuba hacia América Latina en la llamada cubanología. **Cadernos de Nuestra América,** La Habana, v. 2, n. 14, p. 280, jul. 1990.

COGGIOLA, Osvaldo (Org.). **Revolução cubana:** história e problemas atuais. São Paulo: Ed. Xamã, 1998.

DEBRAY, Régis. **A revolução na revolução.** São Paulo: Centro Ed. Latino Americano, 1980.

DOMINGUEZ, Jorge I. **Cuba en las Américas:** ancla y viraje. Foro Internacional, Ciudad de México, v. 43, n. 3, p. 265, jul./sept. 2003.

\_\_\_\_\_. La política exterior de Cuba y el sistema internacional. In: TULCHIN, Joseph; ESPACH, Ralph. **América Latina en el nuevo sistema internacional.** Barcelona: Bellaterra, 2004. p. 255-286.

\_\_\_\_\_. Cuba, 1959-1990. In: BETHELL, Leslie. **História de América Latina.** Barcelona: Grijalbo Mondadori, 1998.

\_\_\_\_\_. La política de los EUA hacia Cuba durante la segunda presidencia de Clinton. **Palabra Nueva,**

La Habana, v. 3, p. 28-43, dic. 1998.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GARCIA LUIZ, Julio. **Revolución cubana**: 40 grandes momentos. La Habana: Política, 2000.

GLEIJESES, Piero. Las motivaciones de la política exterior cubana. **Política Internacional**, La Habana, v. 1, n. 1, p. 99-119, ene./jul. 2003.

GÓMEZ, Gonzáles. **Relaciones Cuba-EUA**: los enemigos más cercanos en el umbral del siglo XXI. Política Internacional, La Habana, v. 1, n. 1, p. 33-46, ene./jul. 2003.

GUERCIO, Maria Rita.; CARVALHO, Dorisney de. Cuba e EUA: uma história de hostilidades. In: COGGIOLA, Osvaldo (Org.). **Revolução cubana**: história e problemas atuais. São Paulo: Ed. Xamã, 1998.

HOBBSAWM, Eric. **A era dos extremos**: o breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LÓPEZ SEGRERA, Francisco. **Cuba**: política exterior y revolución. La Habana: ISRI, 1988.

\_\_\_\_\_. **Cuba cairá?** Petrópolis: Vozes, 1995.

MARTÍNEZ HEREDIA, Fernando. **Sociedad, transición y socialismo en Cuba**. La Habana: Cópia Heliográfica, 2000. 40 p.

MESA-LARGO, Carmelo. Hacia una evaluación de la actuación económica y social em la transición cubana de los años noventa. **América Latina Hoy**, Salamanca, n. 18, p. 19-39, mar. 1998.

MOLINA, Ernesto. **La economía cubana en el contexto caribeño**. La Habana: ISRI, cópia heliográfica, 2002.

MORALES DOMINGUEZ, Esteban. Cuba-EUA: las esencias de una confrontación. **Cuadernos de Nuestra América**, La Habana: CEA, v. 17, n. 33, p. 165-188, ene./jul. 2004.

NYE, Joseph Jr. **O paradoxo do poder americano**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2002.



NUÑEZ, Gerardo. Las relaciones Cuba-Caribe: cambios y continuidades en los años 90. **Texto y Contexto**, **Santa Fé**, Colômbia, n. 24, mayo/ago. 1994.

PCUS. **La política exterior de la Cuba socialista**. Moscou: Progreso, 1980.

PISANI, Miguel Estéfano. **Política exterior de la revolución cubana**. La Habana: Ciências Sociales, 2002.

\_\_\_\_\_. **Cuba en lo internacional**. La Habana: Ciências Sociales, 1988.

RIVEREND, Julio Le. Cuba: do semicolonialismo ao socialismo, 1933-1975. In: CASANOVA, Pablo G. **América Latina: história de meio século**. Brasília: UNB, 1990. p. 59-115.

SADER, Emir. **Cuba: um socialismo em construção**. Petrópolis: Vozes, 2001.

SADER, Emir (Org.). **Por que Cuba?** Rio de Janeiro: Revan, 1991.

SANCHEZ-PARODI, Ramón. Raíces e atuação da política externa cubana. **Política Externa**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 153-167, 1998.

SARTRE, Jean-Paul. **Furacão sobre Cuba**. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1986.

SUÁREZ SALAZAR, Luis. **Madre América: un siglo de violencia y dolor (1898-1998)**. La Habana: Ciencias Sociales, 2006.

\_\_\_\_\_. La política de la Revolución cubana hacia América Latina y el Caribe: notas para una periodización. **Cadernos de Nuestra América**, La Habana, v. 3, n. 6, p. 137-180, jul./dic. 1986.

cr**eb**nos

# # Diferença e interseccionalidade: notas para pensar práticas em saúde<sup>1</sup>

Differences and intersectionalities: notes for thinking about health practices

LUIZ MELLO – UFG  
ELIANE GONÇALVES – UFG

## RESUMO

Neste artigo propomos uma reflexão sobre a construção social da diferença e de como as marcas que nos definem como pessoas no mundo social operam produzindo desigualdades múltiplas. Adotamos o conceito de interseccionalidade para pensar as desigualdades em geral e as que afetam as práticas de saúde em particular. O que se objetiva é contribuir para a construção de uma analítica que supere as visões parciais e dicotômicas no tratamento das diferenças, numa realidade social regida por desigualdades estruturadas e estruturantes.

**Palavras-chave:** Diferença. Desigualdade. Interseccionalidade. Práticas de saúde.

## ABSTRACT

In this article we propose a reflection on the social construction of difference and of how the markers that define us as persons in the social life work producing multiple inequalities. We adopt the concept of intersectionality to think about inequalities in general and those which affects the health practices in particular. It aims to contribute to the construction of an analytical framework that surpasses partial and dichotomic visions in the treatment of differences in a social reality rulled by structured and structuring inequalities

**Keywords:** Difference. Inequality. Intersectionality. Health practices.

---

1 Este artigo decorre de um diálogo iniciado pelas/os autoras/es na Roda de Conversa “Interseccionalidades: equidade e inclusão”, no contexto das oficinas do projeto “AIPS” – Ações intersetoriais em promoção da saúde –, realizadas em Pirenópolis, de 21 a 23 de outubro de 2008. Agradecemos a Dais Gonçalves Rocha pelo convite que proporcionou a conversa inicial e também a retomada da interlocução agora materializada neste texto.

Ser mulheres juntas não era suficiente. Éramos diferentes. Ser garotas gays juntas não era suficiente. Éramos diferentes. Ser negras juntas não era suficiente. Éramos diferentes. Ser mulheres negras juntas não era suficiente. Éramos diferentes. Ser negras sapatonas juntas não era suficiente. Éramos diferentes... Levou algum tempo para percebermos que nosso lugar era a própria casa da diferença e não a segurança de alguma diferença em particular (LORDE, 1982, p. 226 *apud* HARAWAY, 2004, p. 227).

A epígrafe da “casa da diferença” nos conduz a trilhas cujo percurso é dado por eixos que formam vários cruzamentos. Neste caso, a trilha é a diferença e os eixos, os diversos “marcadores” que são socialmente definidos para delimitar, classificar, hierarquizar e padronizar. Referimo-nos aos eixos dos sistemas de gênero, da “raça”, da etnia, da sexualidade, da idade/geração, da localidade geográfica, da classe, do estado civil ou conjugal, dentre muitos outros. Para compreender como se constroem os percursos e os cruzamentos da construção identitária interseccionada, pode ser estimulante pensar sobre a diferença e sua expressão social mais perversa, a desigualdade, presente em todos os âmbitos da vida social e em especial no acesso aos serviços de saúde.

## REALIDADE SOCIAL E DESIGUALDADES OU “ONDE ESTAMOS NO MAPA SOCIAL”?

Em um texto já tornado clássico, Peter Berger (2007) utiliza a metáfora do mapa de coordenadas geográficas para explicar a relação indivíduo-sociedade, tentando escapar às polarizações que marcaram esta discussão nas ciências sociais desde o século XIX. O intuito do autor é que o/a leitor/a compreenda a intrincada conexão de aspectos da formação social nos processos de socialização. Sua pergunta inicial é: como nos localizamos no mapa social?

Para Berger (2007), nossa localização no “mapa social” é determinada por pelo menos três forças sociais específicas: o sistema de estratificação (fundado em múltiplos aspectos culturais, sociais e econômicos, tais como a classe, a raça, a etnia, o gênero, a idade, a sexualidade etc.); o controle exercido pela sociedade sobre nós (entendido como coerção ao modo de Durkheim ao definir fato social) e os papéis sociais<sup>2</sup> que somos chamados a desempenhar em cada contexto social particular. Ou seja, cada um/a de nós traz em sua bagagem: uma origem de nascimento, numa cultura particular; uma referência de classe

---

2 Seguindo Peter Berger, a partir da teoria dos papéis podemos imaginar a sociedade como um drama. À maneira do teatro, nós, atores e atrizes sociais, desempenhamos nossos papéis em planos distintos, tendo sempre por referência um “outro” diferente de “nós”. Um papel social é, segundo o autor, a resposta social a uma expectativa social, ou seja, seu desempenho está atrelado a um roteiro ou script previamente definido. A quantidade de papéis sociais em cada sociedade é ilimitada, embora existam papéis que “pareçam” universais, como os de homem e de mulher. Esta maneira de entender a formação social é fortemente criticada por seu caráter naturalizador e por ocultar as complexas malhas de poder articuladas na aquisição e reprodução dos papéis sociais. Inspirada no livro *Gender and Power* de em Robert W. Connell, Adriana Piscitelli (2002) chama a atenção para o fato de que não ouvimos falar em papéis de classe ou de raça, mas apenas papéis sexuais. A teoria social funcionalista, hegemônica nos anos 1950, não levou em conta os elementos ou aspectos produtores de diferenças na vida social. Ademais, as diferenças são também históricas e o que percebemos e interpretamos como diferenças muda com o tempo.

social definida a partir da posse de bens materiais e simbólicos, posições de poder e prestígio; marcas corporais e psicológicas que podem definir se somos homens ou mulheres; uma classificação num sistema racializado baseado na cor da pele ou em outros fenótipos; uma orientação sexual expressa de modo público ou não; uma idade que sinaliza o que é permitido ou proibido, e assim por diante. Esses sistemas de classificação a partir de “marcadores sociais da diferença” são construções sociais, pré-existem ao nosso nascimento – não fomos nós que os criamos – e se articulam de maneira a produzir maior ou menor inclusão/exclusão, a depender do quanto confrontam identidades sociais hegemônicas<sup>3</sup>. Logo, nossa localização no mapa social depende: de nossas posições nos sistemas de classificação (estratificação), do que representamos<sup>4</sup> (papéis sociais) e do tipo de controle que é exercido sobre nós.

Ao tratar da **questão gay**, Didier Eribon (2008) chama a atenção para este aspecto da constituição da realidade social que encontramos quando chegamos ao mundo. Nela já estão instaladas todas as formas de classificação, interdição, exclusão que ordenam hierarquicamente as relações entre pessoas. Mais que isso, as posições ocupadas nos sistemas classificatórios – operando através dos marcadores da diferença – são subjetivantes, ou seja, agem na produção dos sujeitos. Vale acrescentar que esta produção, tal como nos ensina Michel Foucault (1997), é ao mesmo tempo de sujeitos **sujeitados** e de sujeitos com possibilidades de ação. É no cruzamento dos marcadores sociais da diferença que se produzem opressões específicas a pessoas ou grupos e onde também podem ser produzidas distintas formas de resistência, ou nas palavras de Eribon “o movimento que leva da sujeição à reinvenção de si. Isto é, da subjetividade moldada pela ordem social à subjetividade ‘escolhida’” (ERIBON, 2008, p. 20).

Análises como as apresentadas são precursoras do que chamamos atualmente de interseccionalidade – uma categoria analítica que permite a leitura do social a partir das múltiplas opressões que atravessam a existência singular de cada pessoa, em todos os contextos sociais, categoria esta que retomaremos adiante.

## PARA ALÉM DA DIFERENÇA

Arjun Appadurai (2009) inicia seu instigante texto “O medo ao pequeno número” com uma pergunta singela, mas que traduz boa parte dos desafios teóricos e políticos associados à compreensão dos vínculos paradoxais entre diferença e desigualdade: “Por que matar, torturar e encerrar os fracos em guetos?” (APPADURAI, 2009, p. 45). Sua preocupação central é compreender por que as minorias são objeto de medo e

3 Aqui queremos traduzir noções gerais de hegemonia de classe (“ricos”, “burgueses”), de raça/cor (“branquitude”), de sexualidade (heterossexualidade), de sexo/gênero (masculinidade, homem), de idade/geração (pessoas “adultas”) etc.

4 O desempenho de papéis sociais não pode ser confundido com a mera representação, como se fosse uma mentira, uma máscara que colocamos e tiramos a nosso bel prazer, conforme a situação. Isto porque o papel dá forma à ação e ao agente que o performa, de modo que quanto mais vivemos um papel social, mais acreditamos que ele seja “real”, pois ele gera uma identidade. No entanto, ele não é fixo nem imutável, também a identidade gerada não é fixa nem imutável (BERGER, 2007).

de raiva, especialmente em contextos de disputas étnico-nacionalistas marcadas por conflitos entre “nós/ eles (os outros)” e de construção de “identidades predatórias”. Em suas palavras: “Defino como ‘predatórias’ aquelas identidades cuja mobilização e construção social requerem a extinção de outras categorias sociais próximas, definidas como ameaças à própria existência de algum grupo, definido como ‘nós’” (2009, p. 46). Um exemplo emblemático de identidade predatória, para o autor, seria o antissemitismo nazista.

Ao refletir sobre o significado da expressão “pequeno número”, Appadurai resgata o contexto de surgimento da ideia de “respeito às minorias”, fazendo uma distinção entre minoria procedimental e minoria substantiva: “A palavra-chave, aqui, é opinião, pois as minorias de procedimento não são minorias culturais ou sociais, são minorias temporárias, minorias exclusivamente de e por causa de uma opinião” (2009, p. 54). O respeito à opinião da minoria ainda hoje é pensado muitas vezes em termos apenas procedimentais, ou seja, conjunturais e em contextos políticos próprios a debates pontuais. Não se refere, em grande medida, ao respeito estrutural a um grupo social que constitutivamente se diferencia dos dominantes, trazendo para a cena política, como minoria substantiva, reivindicações que colocam em xeque o fundamento da desigualdade que estrutura a organização societária a partir da hierarquização desvalorizante da diferença, a exemplo de mulheres, negros e pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT), pessoas com deficiências etc. O que está em questão, neste caso, não é apenas o “respeito à opinião”, mas a definição social sobre quem pode ou não reivindicar o sentimento de pertencimento aos grupos respeitados socialmente em termos econômicos, políticos e culturais, a partir de atributos identitários raciais, religiosos, sexuais, de gênero, etários, entre tantos outros.

Não é à toa que cada vez mais enfoques culturalistas e identitários, como destacado por Ilse Scherer-Warren (2010) passam a substituir as clássicas análises de cunho marxista, com a tendência de abandono da perspectiva universalista que definia o proletariado como sujeito privilegiado da transformação social revolucionária. As reivindicações políticas desses novos grupos são expressão daquilo que Nancy Fraser (2002, p. 8) chama de “crescente proeminência da cultura na ordem emergente” e seus efeitos sobre a política, as perspectivas de justiça social e as lutas pela identidade e diferença. Na perspectiva de Fraser, porém, as lutas por reconhecimento e redistribuição devem ser pensadas a partir de uma concepção bidimensional de justiça social, em que as dimensões cultural e econômica da vida sejam vistas como igualmente importantes. A despeito da aparência de que o centro da contestação política estaria se deslocando da redistribuição para o reconhecimento, Fraser ressalta que conquistas recentes no eixo do reconhecimento podem estar associadas a perdas graves no eixo de redistribuição.

Neste contexto, destaca-se a produtiva reflexão sobre diferença feita por Avtar Brah (2006), que procura compreendê-la a partir de quatro perspectivas básicas: a) diferença como experiência (a experiência como lugar de formação do sujeito); b) diferença como relação social (circunstâncias materiais e práticas culturais como produtoras das condições de construção de identidades de grupos); c) diferença como subjetividade

(posições de sujeito produzidas social e culturalmente); e d) diferença como identidade (o “eu” como núcleo em transformação constante, que busca assegurar coerência, continuidade e estabilidade a processos que se fundam na multiplicidade, contradição e instabilidade). Os sujeitos individuais e seus múltiplos grupos de pertencimento seriam, portanto, agentes e resultados de experiências vivenciadas no contexto de relações sociais que produzem subjetividades estruturadas a partir de processos renovadores de construção identitária.

Em busca da compreensão das possibilidades de agência desses sujeitos marcados por diferentes eixos de opressão, Adriana Piscitelli (2008) propõe a utilização da noção de interseccionalidade e/ou de categoria de articulação para caracterizar a interação entre múltiplas formas de diferenças e desigualdades, que atingem, por exemplo, mulheres-negras-pobres ou homens-jovens-gays. O que se busca, neste caso, é compreender a lógica e as conseqüências políticas do entrecruzamento de múltiplos eixos de subordinação, para além do privilegiamento unilateral da noção de gênero ou de apenas dois marcadores de diferença específicos quaisquer, como ocorre, por exemplo, quando se fala em sistemas sexo-gênero (RUBIN, 1975) ou sistema raça-gênero. Aqui vale a pena destacar a instigante provocação feita por Donna Haraway, que aponta a dificuldade da maioria das/os pesquisadoras/es para analisar criticamente a diferença para além de leituras binárias:

[...] as feministas têm tanta razão em argumentar a favor de um sistema de raça/gênero quanto no argumento de um sistema de sexo/gênero, e os dois não são o mesmo tipo de movimento analítico. E o que aconteceu com classe? Cresce a evidência da necessidade de uma teoria da ‘diferença’ cuja geometria, paradigmas e lógica escapem aos binarismos, à dialética, aos modelos natureza/cultura de todo *tipo*. Do contrário, três serão sempre reduzidos a dois, que logo se tornam um solitário na vanguarda. E ninguém aprende a contar até quatro. Essas coisas têm importância política (HARAWAY, 2004, p. 207, grifo da autora).

Embora reconheça que interseccionalidade e categoria de articulação sejam ferramentas conceituais com distintos pressupostos teóricos e implicações políticas, particularmente no que diz respeito às concepções de poder, experiência, diferença e agência, Piscitelli (2008, p. 269) ressalta que ambas as noções seriam produtivas para “[...] pensar como construções de diferença e distribuições de poder incidem no posicionamento desigual dos sujeitos no âmbito global”. Essa produtiva valorização das categorias diferença e poder implicaria uma secundarização relativa da categoria gênero, que no pensamento feminista assumiu lugar central nas últimas décadas, obscurecendo ou subordinando outros “outros”, como conseqüência não intencional do esforço para desnaturalizar a opressão das mulheres desde pelo menos a antológica afirmação de Simone de Beauvoir de que “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher”.

Como se sabe, os conflitos em torno desta categoria “mulher” não foram poucos, especialmente em decorrência dos questionamentos de feministas lésbicas, negras e latinas aos modelos explicativos prevale-

centes no pensamento feminista, os quais, mesmo quando não centrados apenas na categoria mulher ou gênero, tendem a subalternizar o potencial explicativo de outros eixos de opressão, não valorizados nas contribuições hegemônicas produzidas por mulheres brancas, heterossexuais, de classe dominante e altamente escolarizadas (PISCITELLI, 2009). Por outro lado, esforços interpretativos fortemente influenciados por Judith Butler (2003) e Gayle Rubin (1989) tendem cada vez mais a não reduzir à compreensão de gênero à diferença entre masculino e feminino, homens e mulheres, cultura e natureza. Gênero torna-se uma categoria central para pensar as conexões entre diferenças e desigualdades diversas, num contexto em que a heteronormatividade é um dos dispositivos estruturantes da vida em sociedade, por meio da tentativa de imposição da heterossexualidade como modelo de vida para todas as pessoas, inclusive para quem não se define como “heterossexual”, como destaca Richard Miskolci (2009).

Tal como outros conceitos/categorias de análise do social – poder, violência e sociedade, por exemplo – interseccionalidade não é um conceito unívoco. É muito comum, sobretudo nos movimentos sociais, a idéia de que as diferenças produzem desigualdades que se sobrepõem: mulher e negra e pobre e lésbica. Pensadas em termos de articulação, essas categorias podem ser vistas separadamente e dar-se centralidade a tipos específicos de opressão em contextos distintos, como se fosse possível separá-las. Uma mulher sofre certas opressões no sistema de gênero (que existe de forma universal, mas se manifesta de modo particular em cada cultura/sociedade), mas quando é discriminada em sua orientação ou prática sexual por ser lésbica é no eixo da sexualidade que parece se cristalizar sua opressão (homofobia ou lesbofobia), embora esta não possa ser dissociada das opressões que se entrecruzam a partir do sistema de gênero (RUBIN, 1989). Quando é discriminada por não ser admitida num emprego por sua aparência (negra), o eixo de opressão que se expressa nesta situação é dado pela posição numa sociedade racializada, pelo racismo, que não pode ser facilmente dissociado, porém, do sistema sexual e do sistema de gênero, já que esta pessoa negra é também mulher e lésbica, objeto, portanto, de machismo e lesbofobia, a despeito da aparência de que apenas o racismo a oprime numa situação específica. O que se observa, portanto, é que a pessoa não é divisível em cada situação particular, o que implica que as opressões a atingem de modo combinado, coexistindo e reforçando-se mutuamente na produção das desigualdades sociais. É por isso que interseccionalidade é um conceito analítico, ou seja, permite ler e interpretar a realidade para melhor atuar sobre ela visando a sua transformação.

## **PENSANDO POLÍTICAS PÚBLICAS A PARTIR DA INTERSECCIONALIDADE**

Conceitos e categorias analíticas ajudam a ampliar nossa compreensão sobre a realidade. Em geral, são formulados no meio acadêmico para superar limites, impasses e tensões experimentadas na prática, na vida concreta. Um exemplo é o próprio conceito de gênero, visto a princípio com desconfiança pelos



movimentos feministas, e que se tornou útil também para a elaboração de agendas comuns e de ações na esfera governamental. Controvérsias à parte quanto à sua utilidade ou fragilidade política (GONÇALVES, 1998), apropriação semelhante ocorre com a noção de interseccionalidade. A Articulação de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB) expressa claramente a intenção de tornar o conceito útil à luta por políticas públicas mais justas, capazes de levar em conta as especificidades resultantes do cruzamento dos marcadores da diferença e não políticas dirigidas a um suposto sujeito universal não marcado:

Para que as mulheres negras tenham suas demandas e necessidades atendidas, não são suficientes as políticas chamadas universais, ou seja, voltadas para grupos maiores, como por exemplo, as mulheres em geral ou a população negra. Ao contrário, a experiência brasileira e os dados apontam que as políticas universais para mulheres, por não considerar especificidades e desigualdades entre elas, têm privilegiado as mulheres brancas, especialmente aquelas residentes nos grandes centros urbanos. Dito de outra forma, a presença do racismo e outras desigualdades têm resultado no privilegiamento de um grupo minoritário de mulheres no acesso às conquistas da luta feminista (AMNB, 2010, p. 5).

Sendo raça e gênero os marcadores centrais para a AMNB, o documento chama a atenção para sua articulação (intersecção) com outros marcadores:

[...] Assim, para a melhoria das condições de vida das mulheres negras, o enfrentamento ao racismo é fundamental e prioritário. Por outro lado, não reconhecer o papel que o sexismo tem pode fazer com que se reforce desigualdades seja entre negros, seja entre outros grupos identitários. Assim, tem grande utilidade nestes casos a utilização do conceito de **interseccionalidade**. Trata-se de um conceito que afirma a coexistência de diferentes fatores (vulnerabilidades, violências, discriminações), também chamados de eixos de subordinação, que acontecem de modo simultâneo na vida das pessoas [...]. Desde a perspectiva da interseccionalidade, é possível pesquisar e visibilizar a existência ou não de desvantagens produzidas pela sociedade desigual sobre as pessoas (AMNB, 2010, p. 3-4, grifo das autoras).

Assim, é tangível ter no horizonte que os serviços de saúde estejam preparados para atender a uma jovem-negra-pobre-travesti, que geralmente não tem lugar nos programas e ações formulados pelos governos para jovens/negras/pobres/LGBT, inclusive no âmbito das políticas de saúde?

Se em documentos governamentais, como *Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: princípios e diretrizes* (BRASL, 2004) e *Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais* (BRASIL, 2010), já é possível encontrar um número significativo de propostas de ação que se fundam na atenção simultânea a discriminações diversas, no mundo concreto das políticas públicas os sujeitos continuam a ser pensados universalmente. Ainda que no âmbito das políticas governamentais universais haja uma tendência para o reconhecimento de singularidades identitárias – como raça, gêne-

ro e geração –, estas em geral não são apreendidas de maneira interseccionada, uma vez que as ações e projetos raramente se destinam a combater, simultaneamente, múltiplas diferenças e desigualdades, concomitantes a formas diversas de discriminação e exclusão sociais. Como construir, então, políticas universalistas que contemplem as singularidades de grupos que não são reconhecidos no ideal universal de sujeitos de direitos? Como assegurar equidade e inclusão quando a sociedade não reconhece como inteligíveis pessoas que não se conformam aos ideais de coerência binária que organizam a vida social (homem x mulher, branco x negro, homossexual x heterossexual, jovem x velho, entre tantos outros), especialmente se a subversão da norma se dá numa perspectiva interseccionada.

Um exemplo emblemático é a situação de discriminação que atinge lésbicas, gays, travestis e transexuais quando buscam atendimento nas unidades públicas ou privadas de saúde, como mostram Fernanda Calderaro, Beth Fernandes e Luiz Mello (2008), já que geralmente as/os profissionais de saúde não estão preparadas/os para atender pessoas que não se conformem às normas sexuais, as quais prescrevem uma coerência estrita entre sexo, gênero e desejo sexual (BUTLER, 2003). O atendimento funciona com base em pressupostos que orientam a consulta e a anamnese, como na clássica pergunta durante uma consulta ginecológica: “tem vida sexual ativa?” Se a usuária for uma mulher lésbica e disser “sim”, o/a profissional imediatamente perguntará sobre contracepção, gravidez e aborto, e pressupondo um parceiro, talvez dirija mais algumas perguntas sobre presença ou não de dor na “penetração”, e assim por diante. Em situações como essa, é pouco provável que a usuária se sinta à vontade para falar de si e de como é sua vida sexual de fato.

O preconceito recorrente, portanto, é o que torna mais difícil também o acesso de travestis e transexuais ao sistema de saúde, ainda que a Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde (BRASIL, 2006) reconheça o direito a atendimento livre de qualquer discriminação por orientação sexual ou identidade de gênero, além de prever o direito de a/o paciente ser tratada/o pelo nome que deseja ser chamada/o, o que, em tese, também beneficiaria diretamente pessoas travestis e transexuais (CALDERARO; FERNANDES; MELLO, 2008).

Em um mundo ideal, todas as pessoas deveriam ser atendidas de forma humanizada e respeitosa em qualquer unidade de saúde, como bem expresso nos princípios de universalidade, equidade e integralidade que são estruturantes do Sistema Único de Saúde no Brasil. Todavia, enquanto isso não é uma realidade, uma alternativa possível tem sido a criação de espaços apartados e especializados no atendimento a travestis e transexuais, como no caso do *Ambulatório de Saúde Integral a Travestis e Transexuais*, criado em junho de 2009, na cidade de São Paulo, onde uma equipe multidisciplinar especializou-se no trabalho de recepção e acolhimento de travestis e transexuais, com demandas de saúde que não se restringem aos procedimentos relacionados ao processo transexualizador. Será, porém, que uma mulher-transexual-branca-rica-escolarizada enfrentará os mesmos problemas no acesso aos serviços de saúde

– especializado ou universal – que um homem-transsexual-negro-pobre-analfabeto?

A partir deste enfoque, é possível repensar toda a formulação de políticas de saúde para sujeitos universais e pretensamente homogêneos, sejam homens, mulheres, adolescentes, crianças ou idosos.

## PARA CONTINUAR PENSANDO E EXERCITANDO A INTERSECCIONALIDADE

No Brasil, mais de 110 anos de regime republicano se passaram até que um presidente da república originário da classe trabalhadora fosse eleito e, na sequência, uma mulher, enquanto, nos EUA, mais de 230 anos de independência transcorreram até a eleição de um presidente negro. Até hoje, porém, nunca houve um presidente negro no Brasil e, nos EUA, uma mulher nunca chegou ao cargo máximo dos regimes democráticos presidencialistas. Lá ou cá, quantos anos serão necessários até que uma mulher-negra-da classe trabalhadora seja aclamada presidenta da república? Esse exercício de imaginação mostra como as categorias *diferença* e *interseccionalidade* têm se tornado centrais para a compreensão das disputas entre perspectivas universalistas e particularistas no contexto das demandas por políticas públicas.

Considerando os limites das políticas universalistas enquanto um dos pilares do projeto de sociedade típico da modernidade, refletir sobre a diferença a partir de uma perspectiva interseccional pode nos ajudar a compreender como e porque grupos subalternizados diversos têm reivindicado atenção diferenciada a suas demandas identitárias de acesso a direitos e garantia de cidadania. Tais reivindicações políticas têm sido apresentadas como caminho possível para enfrentar as exclusões decorrentes de um viés universalista que, em nome de uma igualdade fantasmática, continua assegurando privilégios aos grupos dominantes históricos nas sociedades capitalistas: homens, brancos, heterossexuais, cristãos, escolarizados, ricos/classe média etc. O campo das políticas públicas, em particular, parece ser terreno propício para ilustrar os desafios que se tem pela frente quando se almeja acesso a serviços públicos de qualidade, sem privilégios de classe/escolarização, raça/etnia, orientação sexual/identidade de gênero e nacionalidade/filiação religiosa, entre outros.

Procuramos, portanto, neste texto, sinalizar como e porque o sujeito marcado necessita reafirmar na arena política sua humanidade e lutar, muitas vezes solitariamente, para ter acesso a direitos sociais supostamente assegurados a todas/os e vistos como intrínsecos e universais nos regimes democráticos.

## REFERÊNCIAS

APPADURAI, Arjun. O medo ao pequeno número. In: \_\_\_\_\_. **O medo ao pequeno número**: ensaio sobre a geografia da raiva. São Paulo: Iluminuras, 2009. p. 45-65.

ARTICULAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE MULHERES NEGRAS BRASILEIRAS/AMNB. **Construindo a equidade**: estratégia para implementação de políticas públicas para a superação das desigualdades de gênero e raça para as mulheres negras. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.amnb.org.br>. Acesso em: set. 2011.

BERGER, Peter L. **Perspectivas sociológicas**: uma visão humanística [1977]. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, n. 26, p. 329-76, jan./jun. 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília, 2010.

\_\_\_\_\_. **Portaria n. 675, de 30 de março de 2006**. Dispõe sobre documento da Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde. Brasil, 2006.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher**: princípios e diretrizes. Brasília, 2004.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CALDERARO, Fernanda; FERNANDES, Beth; MELLO, Luiz. Cidadania TTLBG e o direito à saúde no Brasil. In: ROCHA, Dais et al. (Org.). **Diversidade e equidade no SUS**: parceria universidade e educação popular. Goiânia: Cãnone, 2008. p. 57-68.

ERIBON, Didier. **Reflexões sobre a questão gay**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

FOUCAULT, Michel. Ethics, subjectivity and truth. In: RABINOW, Paul (Ed.). **Essential works of Michel Foucault (1954-1984)**. New York: The New Press, 1997. v. 1.

FRASER, Nancy. A justiça social na globalização: redistribuição, reconhecimento e participação. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 63, p. 7-20, out. 2002.

GONÇALVES, Eliane. Pensando gênero como categoria de análise. In: ROCHA, Maria J. P. *et al.* **Estudos de gênero**. Goiânia: Universidade Católica de Goiás, Programa Interdisciplinar da Mulher, 1998. p. 41-60.

HARAWAY, Donna. 'Gênero' para um dicionário marxista: a política sexual de umas palavras. **Cadernos Pagu**, n. 22, p. 201-46, 2004.

MISKOLCI, Richard. A teoria queer e a sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, n. 21, p. 150-82, jan./jun. 2009.

PISCITELLI, Adriana G. Re-criando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, Leila Mezan (Org.). **A Prática feminista e o conceito de gênero**. Campinas: IFCH/Unicamp, 2002. (Textos Didáticos, n. 48).

\_\_\_\_\_. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, Heloísa Buarque de; SZWAKO, José Eduardo (Org.). **Diferenças, igualdade**. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009. p. 116-48.

\_\_\_\_\_. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, v. 11, n. 2, p. 263-74, jul./dez. 2008.

RUBIN, Gayle. Reflexionando sobre el sexo: notas para una teoría radical de la sexualidad. In: VANCE, Carole (Org.). **Placer y peligro: explorando la sexualidad femenina**. Madrid: Revolución Madrid, 1989. p. 113-90.

\_\_\_\_\_. The traffic in women. Notes on the "Political Economy" of sex. In: REITER, Rayna (Ed.). **Toward an anthropology of women**. New York: Monthly Review Press, 1975. p. 157-210.

SCHERER-WARREN, Ilse. Movimentos sociais e pós-colonialismo na América Latina. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 46, n.1, p. 18-27, jan./abr. 2010.

cr**eb**nos

# # O equívoco sobre a “neutralidade” da linguagem de Goffman

The misunderstanding about the “neutrality” of language of Goffman

PAOLO TOTARO – UNISINOS, SÃO LEOPOLDO (RS)

## RESUMO

Freqüentemente os comentários sobre o trabalho de Goffman aludem a uma neutralidade em suas descrições dos fenômenos sociais. Mas a neutralidade é uma qualidade inalcançável em sociologia e atribuí-la à metodologia de Goffman é um equívoco. Em Goffman, a escolha de um ponto de vista, com a inevitável referência a valores, é sempre presente. Mesmo através dessa escolha, o autor consegue colocar o enfoque sobre as características da interação social que visa a destacar por meio de representações típico-ideais. Caso se queira chamar de neutral esse tipo de descrição, é preciso especificar que se trata sempre de uma neutralidade com referência a valores, uma neutralidade sub condicio.

**Palavras-chave:** Goffman, Erving. Neutralidade da linguagem. Tipo ideal. Epistemologia das Ciências Sociais.

## ABSTRACT

Many comments on Goffman's work allude to his neutrality in describing the social phenomena. But the neutrality is an unattainable quality in sociology and its attribution to Goffman's methodology is a misunderstanding. In Goffman, the choice of a point of view, along with the inevitable reference to values, is always present. Just through this choice he is able to place the focus upon the characteristics of the social interaction he aims to emphasizing through the ideal-typical representations. If someone desires to call neutral this type of approach, it is necessary to specify that it is always about a neutrality with reference to the values, that is a sub-condicio neutrality.

**Keywords:** Goffman, Erving. Neutrality of Language. Ideal Type. Social Sciences Epistemology.

## INTRODUÇÃO

Os estudos sobre as *Instituições totais* representam aqueles nos quais, talvez, de maneira mais clara aparece a conceituação metodológica de Erving Goffman. Desde o começo de *Manicômios, prisões e conventos*, ele destaca os pressupostos metodológicos de seu trabalho, consistentes em procurar **definições** de seus objetos de pesquisa – e dos termos usados para denotá-los – através de **fatos observáveis**. Com isso não se deve crer que Goffman tenha uma atitude positivista de tipo **formal**. De fato, se de um lado ele procura uma definição, por assim dizer, **empirista** dos objetos, por outro é sempre consciente da dificuldade de definir de maneira objetiva e absoluta qualquer coisa. A própria definição de instituição total é um exemplo disso. Configura-se como algo que não pode conduzir a uma rígida **classificação** entre instituições que são totais e outras que não o são, mas a uma aproximativa **comparação** pela qual poderíamos considerar algumas como totais e outras não. O elemento observável que permite essa comparação é o do “fechamento” da instituição ao mundo externo, sua capacidade de absorver a **totalidade** da vida do indivíduo que lhe pertence.

Toda instituição conquista parte do tempo e do interesse de seus participantes e lhes dá algo de um mundo; em resumo, toda instituição tem tendências de ‘fechamento’. Quando resenhamos as diferentes instituições de nossa sociedade ocidental, verificamos que algumas são muito mais ‘fechadas’ do que outras. Seu ‘fechamento’ ou seu caráter total é simbolizado pela barreira à relação social com o mundo externo e por proibições à saída que muitas vezes estão incluídas no esquema físico – por exemplo, portas fechadas, paredes altas, arame farpado, fossos, água, florestas ou pântanos. A tais estabelecimentos dou o nome de instituições totais, e desejo explorar suas características gerais (GOFFMAN, 1974, p.16).

Também quando fala de seu objetivo de “extrair um perfil geral” das instituições totais, ele esclarece que, dos elementos que configurarão esse perfil, nenhum “parece peculiar” a tais instituições e “nenhum parece compartilhado por todas elas” (GOFFMAN, 1974, p. 17). Portanto, embora ele procure **teorizar**, não visa a individualizar **propriedades** dos objetos; embora parta das observações de fatos, sua lógica não é a da **indução**. Seu instrumento teórico não é o conceito de **gênero**, alcançado por um processo de abstração, mas o conceito de **tipo** ou, melhor, de **tipo ideal**. De maneira totalmente parecida à lógica do famoso instrumento metodológico weberiano, ele quer teorizar sobre as instituições totais através de elementos que nelas estão presentes de modo muito marcado, extremando suas características úteis para arranjar um perfil ideal delas.

O que distingue as instituições totais é o fato de cada uma delas apresentar, em grau intenso, muitos itens dessa família de atributos. Ao falar de ‘características comuns’, usarei



a frase de uma forma limitada, mas que me parece logicamente defensável. Ao mesmo tempo, isso permite usar o método de tipo ideal, através do estabelecimento de aspectos comuns, com a esperança de posteriormente esclarecer diferenças significativas (GOFFMAN, 1974, p. 17).

Essa comparação da metodologia de Goffman com a weberiana é útil para introduzir o nosso argumento. De fato, assim como Max Weber se encontrou no meio de dois ideais científicos bem estabelecidos e de antiga tradição, como os das ciências **historiográficas** e das **ciências naturais**, ideais opostos entre eles, mas nenhum deles em grau de satisfazer as exigências da nascente sociologia (WEBER, 1974), de maneira parecida Goffman se encontra entre o perigo da prática etnometodológica de não conseguir sair do horizonte cultural do **caso** empírico estudado e o perigo da impositação empírico-analítica de se perder nas abstrações teóricas. De um lado a exigência de **compreender**; do outro a de **explicar**. De um lado, a de entrar no horizonte cultural dos sujeitos estudados; do outro, a de ultrapassar esse horizonte para referências mais gerais, que permitam uma descrição teórica dos fenômenos estudados. Assim como para Weber, as tipologias e a metodologia comparativa parecem ser, para Goffman, a via de saída do impasse.

## O EQUÍVOCO DA LINGUAGEM NEUTRA

Howard Becker (2004) salienta com precisão o nó problemático do trabalho de Goffman e o faz movendo do problema da linguagem. Antes de mais nada, Becker retoma o conceito de **pré-interpretação** como pano de fundo da questão. Cada fenômeno social é já **interpretado**, pelos atores sociais envolvidos nele, antes da chegada do sociólogo. Cada um desses atores usa uma linguagem descritiva do fenômeno coerente com sua experiência pessoal e com seus interesses nos processos sociais. Se trata, então, de uma linguagem que não pode considerar-se **neutra**. Portanto, o problema é como entrar em um horizonte cultural – o do fenômeno estudado – sem ficar preso nisso, como praticar uma linguagem pré-estruturada para compreender o fenômeno e sair fora dessa linguagem quando teorizar. Se não conseguirmos fazer isto, se ficarmos na pré-interpretação do objeto social, assumimos o ponto de vista dos grupos humanos **hegemônicos**, a saber, os grupos que conseguem tornar coletiva **sua versão** dos fatos. Nessa maneira nunca poderemos conhecer o que fica detrás da **representação** cultural convencional. “O resultado é uma tremenda dificuldade de se encontrar algo de geral sobre o fenômeno”, além das específicas atitudes morais de grupos e pessoas poderosas na sociedade. Não se consegue atingir a maneira como a maioria dos sujeitos vivencia no cotidiano o problema estudado e, portanto, não é possível fazer nenhuma **generalização** sobre ele. Isso afasta o pesquisador do conhecimento de tipo científico, sendo que “não se pode fazer ciência sem encontrar o que se possa generalizar” (BECKER,

2004, p. 101-103).

O problema acima destacado é particularmente evidente nas instituições totais. Existe uma clara diferença entre sua **realidade** cotidiana e a representação delas proporcionada pelos órgãos oficiais. A equipe dirigente de tais instituições é o grupo social que deve legitimar tal representação. Diz Goffman (1974, p. 69-70):

Quase sempre, muitas instituições totais parecem funcionar apenas como depósitos de internados, mas [...] usualmente se apresentam ao público como organizações racionais, conscientemente planejadas como máquinas eficientes para atingir determinadas finalidades oficialmente confessadas e aprovadas [...] Um freqüente objetivo oficial é a reforma dos internados na direção de algum padrão ideal. Esta contradição, entre o que a instituição realmente faz e o que oficialmente deve dizer que faz, constitui o contexto básico da atividade diária da equipe dirigente.

Para Becker a solução do problema foi encontrada por Goffman através do uso de “uma linguagem científica antisséptica” e “uma comparação de casos imparciais” (BECKER, 2004, p. 108). Ele apresenta vários exemplos do uso “asséptico” da linguagem em Goffman. Um destes é “a palavra ‘escalonamento’ (ao invés de, por exemplo, ‘dominação’) para descrever o típico sistema de autoridade de uma instituição total”. Com esse termo se denota uma estrutura social hierárquica liberando-a de possíveis atribuições de juízos de valor, que, ao invés, o termo denominação poderia implicar. “O termo [escalonamento] é neutro”, confirma Becker. De fato, o escalonamento é um fato observável (“quem dá ordens a quem”), enquanto a dominação “inclui, muito pouco abaixo da superfície, um julgamento sobre a adequação moral do arranjo de ordenamento, o que é sempre mais discutível” (BECKER, 2004, p. 104).

Mas pode ser verdadeiramente essa “linguagem neutra”, que, para Becker (2004, p.109), Goffman teria construído “para discutir as instituições sociais”, a verdadeira solução do problema da pré-interpretação acima apresentado? Há muito tempo que a epistemologia e a própria sociologia expressam dúvidas fundadas na possibilidade que uma linguagem possa ser **neutra**, sobretudo quando pensarmos na linguagem **natural**, qualquer seja seu uso, mais ou menos “asséptico”. Jürgen Habermas (2003) destaca como ao executar a operação de compreensão do saber que se encontra pré-estruturado em seu objeto de investigação, o sociólogo desenvolve uma **mediação** entre o próprio horizonte cultural e o do “mundo da vida” do qual seu objeto pertence. Habermas (2003, p. 190-197) parte da análise proporcionada por Hans Skjervheim. Encarando a comunicação que se gera pela “fala”, é possível considerar fundamentalmente de três maneiras as falas que o Outro pronuncia: (1) como “simples sons”; (2) se compreendemos o significado dos sons, como fatos, registrando os dados dos quais o Outro fala, “o que diz”; (3) podemos **pretender conhecer** o que ele diz e então nos colocarmos frente a suas expressões como algo que pode ser verdadeiro ou falso. Habermas duvida da possibilidade de deixar separados os

pontos (2) e (3), como faz Skjervheim. Ou seja, o cientista social, “nem mesmo quando coleta [registra] experiências comunicativas, tem a opção de conceber o expressar-se do seu interlocutor como um simples fato”. Dessa maneira, a mediação hermenêutica inevitavelmente entra em jogo desde o momento em que nos referimos ao significado das palavras. O único caso em que as mediações do intercâmbio intersubjetivo são deixadas de fora dá-se quando “o intérprete limita-se à observação no sentido rigoroso do termo”, isto é, quando “ele percebe apenas os substratos físicos das expressões sem compreendê-las”. Assim, o cientista social, se quiser atribuir significado às palavras, deve usar um saber pré-estruturado. Antes de ter analisado e identificado em profundidade tal saber, não pode controlar “em qual medida e com quais conseqüências ele, enquanto participante, interage no processo de comunicação (no qual, contudo, havia ingressado só para compreender) e por isso o modifica” (HABERMAS, 2003, p. 191).

Então, qualquer definição, qualquer significação de um objeto social é o resultado de uma mediação cultural. A sociologia não pode assumir nenhum uso da linguagem como neutro, porque seu próprio ato de conhecimento é um ato social, que tem pressupostos e implicações sociais e que se refere a algum horizonte cultural. O assumir a neutralidade de um meio de significação, implica uma **recepção** passiva de seu significado, implica desconsiderá-lo como **problema sociológico**; com isso a sociologia negligenciaria em sua tarefa específica. Essa ciência nunca pode deixar o plano da **reflexão**, da autoconsciência de si mesma em sua ação investigativa. Deve sempre ser acompanhada pela idéia de que sua tarefa é a de explorar as mediações sociais ligadas a qualquer representação do mundo. Dito pelas palavras de Anthony Giddens, sua tarefa fundamental é “a explicação hermenêutica e a mediação das formas de vidas divergentes dentro das metalinguagens descritivas da ciência social” (GIDDENS, 1978, p. 171).

## A REFERÊNCIA A VALORES EM GOFFMAN

Além das argumentações, apresentadas acima, que questionam em geral as pretensões de neutralidade em sociologia, existe uma dificuldade particular em defender a tese de que tais pretensões sejam compartilhadas pela metodologia de Goffman. De fato, uma das referências básicas do trabalho de Goffman sobre as instituições totais é o conceito de **tipo ideal**, cuja lógica se apoia mesmo no postulado inicial de que qualquer **objetividade** é relativa a valores. O tipo ideal é um dos eixos da solução metodológica weberiana à contraposição entre o ideal da objetividade científica (ligado ao conceito de **lei universal**) e o da **interpretação** historiográfica, (ligado ao conceito de **compreensão** do indivíduo em sua singularidade). O conceito de **valor** se tornou em Weber a chave do problema. As ciências sociais têm como objeto de pesquisa acontecimentos que ganham sentido só em referências a valores, por isso uma pretensão de neutralidade, no sentido de objetividade absoluta, não é defensável nelas. A relação com os valores, para o pesquisador, é uma condição obrigatória. Portanto, uma pretensão de objetividade

de científica pode ser colocada apenas sendo conscientes de que na base há uma escolha de um ponto de vista cultural, a saber, que tal objetividade é sub condicio. Mas os valores não são apenas uma **limitação** da objetividade, uma negação de qualquer pretensão de neutralidade da sociologia, eles são, também, a base pela qual os fenômenos adquirem um sentido, são também o código cultural pelo qual os acontecimentos podem ser compreendidos. Sobretudo, sendo que o horizonte cultural definido pelos valores é, mais ou menos, compartilhado, estes constituem o pano de fundo que permite **generalizar**, teorizar em certa medida. Se através dos valores se pode compreender, comunicar, é também por **comparações**, a saber, associações e distinções entre os elementos de uma dada representação do mundo, daquela representação por tais valores proporcionada. O ato da **interpretação** de um acontecimento social não é algo que nasce e morre com aquele acontecimento individual, mas se apóia em referências culturais compartilhadas que geram **construções tipológicas**. As tipologias, em Weber, tornam-se um instrumento de referência teórica através do **tipo ideal**. Quando o cientista social, trabalhando com as tipologias, consegue retirar delas um quadro ideal, com um sentido coerente em cada seu aspecto, ele dispõe de uma referência interpretativa para uma multiplicidade de fenômenos. Dispõe de algo que conserva as “conexões de sentido” próprias do agir **individual**, embora se refira – enquanto exemplo ideal – a uma **generalidade** de fatos sociais. Eis que **interpretação** e **generalização** no tipo ideal encontram uma mediação. A compreensão das conexões de sentido, fundamental para a sociologia, pode sair do mundo único e não repetível do indivíduo histórico, para constituir um esquema de análise geral do cientista. O reconhecimento de que a relação a valores é inevitável, que a objetividade é sub condicio, constitui a virada que conduz ao conceito de tipo ideal e, com isso, à conciliação entre a necessidade de **teorizar**, que é própria de qualquer ciência, e a de **interpretar**, que é própria da sociologia.

Admitir a relação a valores na consideração sociológica dos fatos, não pretender sua neutralidade, é o primeiro passo para usar sabidamente o tipo ideal. Becker (2004, p. 104) acha legítimo atribuir uma **neutralidade** à linguagem de Goffman destacando que “[ele] nunca usa juízos de valor; não denuncia explicitamente as práticas que suas descrições nos fazem querer denunciar, nem usa adjetivos e advérbios que traíam um ponto de vista negativo sobre elas”. Mas isso não significa ser neutros, significa apenas não assumir um dos pontos de vista sobre os acontecimentos descritos como fosse o único aceitável, o bem frente ao mal. Não é que fora de um ponto de vista expressado por juízos de valores explícitos tenha-se a neutralidade. Fora dele pode se ter apenas outros pontos de vista, outros valores, mesmo não sendo acompanhados por abertas declarações de aprovação ou de desaprovação do que se observa. Também quando nos encontrarmos frente à **descrição** mais asséptica, no momento no qual esta permita uma compreensão, já uma pré-interpretação está operando, revelando-se não através de juízos declarados, mas através de **escolhas** entre as possíveis **representações** dos acontecimentos.

O próprio termo “escalonamento”, mencionado por Becker, não é neutro. Com certeza, é um termo

que, sendo quase um neologismo, está pouco enraizado na cultura social e, por isso, menos envolvido com a história dos interesses de grupos e classes do que a palavra “dominação”, à qual Becker o compara. Aliás, denota algo de mais diretamente observável e, nesse sentido, mais objetivo que o conceito de dominação. Porém, de qualquer forma, tenciona valores, pontos de vista. Sua escolha tende a destacar o aspecto **hierárquico** da estrutura social das instituições totais. Goffman poderia ter, por exemplo, usado conceitos nesse sentido mais **neutros** como os de **diversidade de papel** ou de **função**. Mas ele quer focalizar a atenção sobre o aspecto do **poder de controle** interno aos papéis e às funções observadas: “Nas instituições totais, existe uma divisão básica entre um grande grupo controlado, que podemos denominar o grupo dos internados, e uma pequena equipe de supervisão” (GOFFMAN, 1974, p. 18). Um controle que não é simples monitoramento, mas que tende a assimilar-se àquele que o homo faber tem sobre os objetos, as coisas inanimadas, um controle que tensiona uma **reificação** do “material humano” com o qual os supervisores trabalham (GOFFMAN, 1974, p. 70-75). O fato de Goffman não exprimir juízos de valores, em termos de **bem e mal**, sobre esse tipo de poder, não significa que sua comunicação escape da referência a valores comuns, não significa que não sejam estes o pano de fundo que lhe permite de ser entendido pelos leitores na representação que ele dá dos fenômenos descritos.

Também o termo “fechamento”, que em Goffman mais caracteriza o **perfil** da instituição total e que, por isso, é a base de sua descrição típico ideal, expressa de maneira clara **uma** escolha entre outras possíveis. Por que falar das barreiras que isolam fisicamente as instituições totais (portas fechadas, paredes altas, etc.) como de instrumentos de fechamento e não, por exemplos, como meios para **proteger** os internados da sociedade externa, ou, ao contrário, a sociedade externa dos internados, conforme os diversos casos de instituição total dos quais se trata? Todavia é exatamente assim que muitas pessoas entendem essas barreiras. Quem pode negar que é opinião geral que elas, no caso dos quartéis, tenham a função de proteger de **ataques externos** os militares e não de fechá-los em um lugar? Até mesmo no caso dos presídios, não são poucos os que defendem a tese de que as barreiras que isolam os cárceres tenham a função de proteger a sociedade civil da violência dos presos e que o seu fechamento (confinamento) é apenas uma consequência dessa exigência primária. Para falar de **fechamento** – tanto no caso dos quartéis quanto no dos presídios, atribuindo à palavra o mesmo sentido em ambos os casos – precisa-se deixar de lado o ponto de vista do “proteger” para assumir um outro, como, por exemplo, o ponto de vista usado por Goffman ligado ao conceito dos internados como “material humano” que deve ser **trabalhado** pela equipe dos supervisores. De fato, a **reificação** das pessoas obtida através da coação exige que essas sejam fechadas em um determinado lugar: para ser fisicamente manipuláveis devem ser privadas da liberdade de afastar-se de uma determinada área que garante essa alcançabilidade física. Apenas assim considerados, quartéis e presídios se tornam realidades homogêneas, caracterizadas por um denominador comum.

Mas o reconhecimento de que a tipificação operada por Goffman é orientada a valores reduz a qualidade científica de seu trabalho? Absolutamente não. Muitas vezes Goffman foi apontado como o herdeiro de Georg Simmel e o melhor interprete contemporâneo de sua **sociologia formal** (SMITH, 2004). Simmel destaca como o ordenamento tipológico, apesar de ser expressão de **uma** maneira de representar o mundo, seja também o meio pelo qual os processos sociais produzem suas formas específicas de generalização e de formalização dos conceitos da experiência intersubjetiva. O máximo nível de formalização científica alcançável pela sociologia se encontra, portanto, mesmo no encaixe cultural por tal ordenamento proporcionado.

Para defender sua tese, Simmel (1973) parte de um ponto de vista kantiano. Kant, como se sabe, funda nas **formas a priori** a capacidade humana de ordenar os dados dos sentidos de maneira espaço-temporal e conforme uma coerência lógica. Este ordenamento não é uma operação da **razão discursiva**, mas é um ato imediato, **intuitivo** da mente, que, enquanto percebe, ordena e que não pode perceber sem, contemporaneamente, ordenar. Ora, também o mundo social, assim como o natural, apesar da extrema variedade e multiplicidade de suas manifestações, tem algo de estável, de comum a todas as experiências que os homens têm daquele mundo, que é o que permite aos homens mesmos a comunicação e a interação. Portanto, para Simmel, parece legítimo perguntar-se “que elementos gerais *a priori* hão de servir de fundamento, que supostos hão de atuar para que os processos singulares, concretos, da consciência do indivíduo sejam verdadeiros processos de socialização” (SIMMEL, 1973, p. 67).

A resposta para esta pergunta abre a via para considerar o ordenamento tipológico como uma inevitável forma cognitiva dos processos intersubjetivos. A imagem que nós temos de uma pessoa se constitui por semelhança conosco, reconhecendo nela as mesmas experiências que nós mesmos vivemos. Mas disso decorre que nunca podemos alcançar um conhecimento total do outro, porque isto implicaria uma igualdade **perfeita** com ele. A conseqüência desta impossível identificação total

é, em todo caso, uma generalização da imagem espiritual do outro, uma confusão de contornos que põe em relação com outras essa imagem, que deveria ser única [...] Apesar de sua singularidade, pensamos-lo [o outro] colocado sob uma categoria que certamente não coincide totalmente com ele (SIMMEL, 1973, p. 69).

Ou seja, a construção das imagens sociais acontece por tipologias. Construção a qual estamos constringidos pela existência de uma parte dos conteúdos humanos que, por cada um de nós, resulta **alheia**, inalcançável. Então, as tipologias nos fornecem esquemas mentais nos quais enquadraremos pessoas e acontecimentos, nos oferecem umas formas *a priori* com as quais conseguimos entender, **ordenar** o mundo social (SIMMEL, 1973, p. 70).

Como destaca Greg Smith, em Simmel há um conflito irreduzível entre a **realidade** e a **vida** de um

lado e nosso **conhecimento** do outro, o qual pode oferecer apenas uma representação parcial e idealizada dos objetos de nossa experiência direta:

Há, para Simmel, um conflito essencial entre a realidade e a 'vida', e o nosso conhecimento (formado) acerca delas [...] A realidade social, em sua totalidade e complexidade, é incognoscível, e não está aberta à 'descrição' científica direta. O conhecimento científico é, portanto, inevitavelmente parcial. A produção de conhecimento envolve o ordenamento da realidade pelos conceitos; trata-se, como Simmel observa, de 'um processo no qual injetamos na realidade uma transformação intelectual ex post-facto da realidade imediatamente dada' (SMITH, 2004, p. 65).

Na visão de Simmel de uma **sociologia formal** essa distância entre realidade e conhecimento se manifesta na **abstração** das formas nas quais se fixa a "sociação", na idealização delas em configurações típicas. A relação entre **sociologia formal e formas** de sociação, que são seu objeto de estudo, é parecida com a que existe entre a geometria e as formas dos objetos materiais. Assim como a geometria abstrai a forma espacial dos objetos concretos representando-os conforme uma perfeição ideal, livre das infinitas **irregularidades** devidas à corporeidade, a sociologia formal "abstrai" das formas típicas de sociação uma representação ideal das mesmas, livre das muitas deformidades ligadas aos "conteúdos" imanentes da real interação humana. Se a tipificação é o **apriorismo** básico pelo qual um ordenamento do mundo social é proporcionado aos atores, é só através da idealização de tais formas típicas que se consegue fixá-las em um modelo bastante estável e coerente para permitir o desenvolvimento do raciocínio teórico. "Os conceitos formais de Simmel são, então, muito similares na concepção [...] aos tipos ideais de Weber" (SMITH, 2004, p. 65).

Para melhor entender a especificidade do movimento que leva à idealização das formas típicas, salienta-se que defini-lo pelo termo "abstração" pode ser desviante. A abstração indica um **isolamento** de elementos comuns a uma multiplicidade de objetos para construir um **universal**. Este último pode não manter as características de objeto, pode ser uma denotação formal que não conserva nada da nossa representação deles. Se definirmos os metais como os condutores elétricos que não são carvão e que obedecem à II lei de Volta, identificamo-los de maneira objetiva abstraindo deles tais propriedades, mas perdemos, na definição, qualquer referência à representação imediata que temos dos objetos **metálicos**. Com os tipos ideais isso não acontece, porque nesse caso o processo de idealização **não é uma abstração**, mas uma **extremização** dos conteúdos que se encontram nas tipificações dos valores e da cultura que eles exprimem. O tipo ideal **não é um universal**, mas um **exemplo perfeito** do gênero de objetos a que se refere.

A tipificação está sempre relacionada a valores de referência, mas sua idealização permite fazer teoria, fazer ciência. Valores e teoria, relatividade cultural e ciência são assim duas faces da mesma moeda

em sociologia. Os pontos de vista culturais, no próprio momento em que negam qualquer objetividade absoluta, qualquer formalismo universal, proporcionam os materiais trabalhados pela imaginação científica e os processos de idealização teórica. Como a metodologia de Simmel, também a do “seu herdeiro” Goffman mergulha nesse limiar entre forma e conteúdo, nessa consciência de que a relatividade dos valores, dos pontos de vista, é a base sobre a qual construir as representações ideais do material constituído pela sociação. Já nas primeiras páginas da Representação do eu (GOFFMAN, 2004, p. 11-12) é evidente a função, para os atores, das representações tipológicas. Os participantes de uma interação ordenam suas experiências imediatas dos outros através de uma sistematização dos conhecimentos sociais cujos elementos e cuja construção estão colocadas, em grande parte, além dos conteúdos específicos do hic et nunc.

Tomemos o caso de um indivíduo que chegue à presença de outros atores sendo-lhes desconhecido:

Os observadores podem obter, a partir de sua conduta e aparência, indicações que lhes permitem utilizar a experiência anterior que tenham tido com indivíduos aproximadamente parecidos com este que está diante deles ou, o que é mais importante, aplicar-lhe estereótipos não comprovados. Podem também supor, baseados na experiência passada, que somente indivíduos de determinado tipo são provavelmente encontrados em um dado cenário social (GOFFMAN, 2004, p. 11).

Podem também “confiar no que o indivíduo diz de si mesmo ou em provas documentadas que exhibe, referentes a quem é e ao que é”, mas podem fazê-lo apenas se ele é o **tipo** de pessoa confiável e essa – como as outras suas características – só pode ser verificada indiretamente, por meio de confissões ou por meio do que parece ser um comportamento expressivo involuntário que permita atingir o que nele é “verdadeiro” e “real” além das aparências e de classificá-lo em tipologias conhecidas.

Além do mais, se considerarmos o caso de o indivíduo recém-chegado ao cenário da interação ser conhecido pelos outros atores, estes, “em virtude de uma experiência anterior à interação, podem confiar nas suposições relativas à persistência e generalidades dos tipos psicológicos como meio de predizer-lhe o comportamento presente e futuro” (GOFFMAN, 2004, p. 11). Portanto – quer no caso de o observador não conhecer o indivíduo antes de sua chegada na “cena”, quer no de já conhecê-lo – o ordenamento da experiência do Outro deriva de referências que estão colocadas “além do tempo e do lugar da interação”, em traços típicos que o observador deve individuar ou descobrir nele, podendo estar “dissimulados” pelo seu comportamento voluntário.

A insistência de Goffman, no complexo da Representação do eu, sobre a função **reveladora** que os gestos e as falas **involuntárias** têm para descobrir a **verdadeira** colocação tipológica do Outro, deixa entender *a priori* a gnosiológica que as tipologias têm no conhecimento social. A **verdade** da



experiência social é apenas a que está em acordo com a ordem tipológica pré-estruturada. O dado comunicado imediatamente e diretamente pelo Outro não tem validade sem se encaixar em uma **tipificação na qual se acredita**. Colocar-se na posição mais vantajosa possível nessa ordem tipológica é o objetivo de qualquer ator. A descrição da estrutura desse drama, então, não pode não compartilhar com ele o pano de fundo que lhe confere significado. A linguagem não pode não se expressar, desenvolver sua tarefa comunicativa, sem se referir, em uma dada medida, a tal referência tipológica. Caso se queira descrever mais de perto as escolhas interpretativas dos atores, a linguagem deve atingir seu horizonte de significação; se quiser afastar-se mais do horizonte cultural dos atores, deve atingir a uma tipificação parcialmente externa à interação deles. De qualquer maneira a descrição acaba por pertencer ao sistema de tipologias. De fato, a própria descrição científica é um fenômeno de sociação que deve participar, de algum modo, ao drama da representação social. Também ela, descrevendo as formas das interações, interage em acordo com uma dada forma. A máxima neutralidade que ela pode alcançar está em referir-se a tipologias interpretativas colocadas o mais distante possível daquelas operantes na interação que é o objeto de sua descrição, mas que, de qualquer maneira, ficam sendo observações geradas de um ponto de vista, de um dos possíveis pontos de vista internos àquele único pano de fundo que é o sistema cultural de uma sociedade. Trata-se sempre de uma neutralidade sub condicio.

Não é por acaso que Goffman usa a metáfora da dramaturgia para descrever as estruturas dos fenômenos de sociação. Sendo que o objeto da dramaturgia é a própria **representação**, ele consegue afastar-se o mais possível do ponto de vista dos atores colocando o foque na **estrutura** da representação e não em seu conteúdo. O **jogo do parecer** é desfrutado como a chave narrativa para destacar dinâmicas gerais na interação humana. Contudo, usar uma metáfora para descrever constitui a aberta declaração de que se pode ter a descrição apenas a partir de um ponto de vista, a partir de um tipo de narração, um entre muitos. Goffman, ao estudar as dinâmicas típicas das relações **face a face**, obtém a máxima formalização possível do objeto menos formal possível, o máximo afastamento possível da relação que mais envolve as emoções e a cultura de um sujeito, mas fora do *a priori* tipológico nenhuma comunicação, científica ou não, tem sentido, fora dele nenhuma linguagem pode existir.

## CONCLUSÕES

Com frequência se ouve falar de neutralidade da linguagem em Goffman. Com certeza se trata de uma maneira muito superficial de caracterizar a metodologia desse autor. Tomado *sic et simpliciter*, esse tipo de qualificação de sua metodologia constitui um anacronismo epistemológico. Após a virada pós-empirista de Kuhn, Lakatos e Feyerebend e a virada hermenêutica de Habermas e Giddens, na época da afirmação progressiva do pensamento pós-moderno, falar de neutralidade da linguagem parece ver-

dadeiramente uma ingenuidade. É pensável que grandes figuras da sociologia contemporânea – como o citado Becker – quando falam de neutralidade da linguagem em Goffman o façam, na realidade, não porque acham possível que uma linguagem seja neutra, mas para destacar a capacidade desse autor de afastar-se o máximo possível dos **conteúdos** singulares da sociação para ater-se, em máximo grau, as suas **formas** típico-ideais. De fato, Goffman desfruta da melhor maneira as soluções metodológicas apontadas por clássicos como Weber e Simmel para ultrapassar a dicotomia entre enunciação teórica e descrição historiográfica, entre objetividade e interpretação, entre explicação e compreensão. Essas soluções se baseiam, em última análise, em olhar aos valores não só como um limite para a objetividade e para a generalização teórica, mas também como um recurso. Os valores, se por um lado tornam relativas as **visões do mundo**, por outro proporcionam a base compartilhada na qual se pode edificar uma limitada objetividade nos processos comunicativos e representativos internos a um grupo humano. O tipo ideal de Weber e o conceito de sociologia formal de Simmel apontam como o sociólogo pode construir representações gerais, narrações com validade teórica, capturando o que de mais enraizado e estável se constitui em um mundo cultural. Não se trata de um processo de abstração do tipo da lógica indutiva, mas de um processo de exemplificação, de idealização dos dados da experiência social.

Se na metodologia de Goffman a escolha de um ponto de vista – e a conseguinte referência a valores – é a condição de sua investigação, seu objetivo é a representação ideal das formas pelas quais tais valores se refletem nos objetos sociais. Em certo sentido em Goffman – como sempre acontece quando se usam sabidamente os instrumentos hermenêuticos – os meios e os objetos da investigação coincidem. Por um lado, descrevendo as **instituições totais**, ele desfruta o ponto de vista da **reificação**; pelo outro, seu objeto são as maneiras pelas quais essa própria cultura da reificação se fixa nas interações típicas que se geram em tais instituições; o objetivo, em fim, é destacar de maneira típico-ideal as formas que a reificação assume nas concretas dinâmicas sociais. Parte-se da reificação, para voltar às formas pela qual a reificação se realiza, formas expressadas em construções típico-ideais para satisfazer a exigência teórica, assim que seja possível fazer ciência. É obvio que esse esforço de representação ideal deve ser o mais livre possível de juízos de valor e de conteúdos singulares: nesse sentido parece tensionar uma neutralidade descritiva. Mas, na realidade, trata-se de neutralidade apenas no sentido de manter **pura** a representação exemplar das formas nas quais se fixa a sociação, uma representação que, todavia, é preparada pela escolha do ponto de vista e pelos valores que a ela estão ligados.

## REFERÊNCIAS

BECKER, Howard S. As políticas da apresentação: Goffman e as instituições totais. In: GASTALDO, Edison. **Erving Goffman: desbravador do cotidiano**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2004. p. 101-110.

GIDDENS, Anthony. **Novas regras do método sociológico**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

\_\_\_\_\_. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 2004.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria dell'azione comunicativa**. Bologna: Il Mulino, 2003. v.1.

SIMMEL, Georg. Requisitos universais e axiomáticos da sociedade. In: FERNANDES, Florestan. **Comunidade e sociedade**. São Paulo: Nacional, 1973. p. 63-81.

SMITH, Greg. Instantâneos 'sub specie aeternitatis': Simmel, Goffman e a sociologia formal. In: GASTALDO, Edison. **Erving Goffman: desbravador do cotidiano**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2004. p. 47-80.

WEBER, Max. **Il metodo delle scienze storico-sociali**. Torino: Einaudi, 1974.

cr**eb**nos

# ENTREVISTA



# # Entrevista Beatriz Espejo

ENTREVISTADA POR BERENICE BENTO – UFRN

Beatriz Espejo, feminista espanhola, ativista trans, fundadora do Colectivo de Transexuais da Catalunha e pioneira na luta contra a patologização da transexualidade, Beatriz Espejo, autora do “Manifesto Puta”, um ensaio em defesa da liberdade sexual e da prostituição. Nesta entrevista ela fala à professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Berenice Bento, sobre feminismo, despatologização da transexualidade e as relações entre os movimentos trans e os movimentos gays e lésbicas espanhóis.

**Berenice Bento:** *En tu libro Manifesto Puta hay una importante disputa con el “feminismo maruja”. ¿Podrías hablar de este feminismo?*

**Beatriz Espejo:** Cuando hablo de feminismo maruja, me refiero a aquellas mujeres que reinventan los roles fijados desde el machismo, teniendo en cuenta la fidelidad al invento inicial. Es decir que su percepción de la sexualidad está inevitablemente impregnada de lo aprendido acerca de los supuestos valores de fidelidad y territorialidad hacia la pareja. Este tipo de feminismo es endogámico y egoísta, y no contempla las variedades sexuales en la mujer, variedades estigmatizadas, y que conforman el molde en el que ellas se miran sobre lo que se puede o no hacer.

Por otra parte hay que tener en cuenta que una de las consecuencias del machismo consiste en defender los valores de fidelidad y exclusividad al macho. Ellas lo hacen y se sienten ofendidas de no ser correspondidas en igual medida. En el fondo buscan reconocimiento en la pareja y perpetuación de una sexualidad a menudo institucionalizada. Es por eso que no empatizan y a menudo son beligerantes con la prostitución, la pornografía, el hedonismo sexual femenino y otras cuestiones desvinculadas del sexo ortodoxo.

**B. B.:** *¿El feminismo necesita de un pensamiento puta?*

**B.E.:** El feminismo necesita del pensamiento puta, del pensamiento inmigrante, del pensamiento pobre, del pensamiento discriminado y de todas aquellas reflexiones que den voz a realidades expresadas en primera persona con la finalidad de aportar soluciones que respeten el derecho a la identidad y la propia sexualidad. Por otra parte, no son lógicos los discursos tutelares de mujeres jerarquizadas y que reflexionan sobre discriminaciones que ellas no han sufrido, ocupadas como están, en ser las primeras en la escala alimentaria.

**B.B.:** *¿Cuáles son las aportaciones que las mujeres trans pueden dar al feminismo?*

**B.E.:** La particular discrepancia de género de las trans hacen que el discurso sobre la bipolaridad hombre-mujer se desmorone. Los clichés y discursos territoriales dejan de tener sentido con la democratización del género. La desvinculación de biologicismos frente a lo supuestamente inamovible hace que se desestructuren los sectarismos y las leyes que nos condicionan.

Desde mi punto de vista lo más interesante de la transexualidad es precisamente ese grado de hibridez que obliga a repensar el género. Por otra parte es interesante comprobar cómo la femineidad no ortodoxa, como de costumbre, provoca todo tipo de controversias.

**B.B.:** *¿Cuál es el papel del feminismo abolicionista?*

**B.E.:** Solo entiendo un tipo de abolicionismo, aquel que nace de los sectores anti-sistema cuyo discurso se centra en los condicionantes lamentables del mal reparto económico. Para este tipo de feminismo la pobreza es el factor que hace que muchas mujeres tengan como única salida los servilismos de toda índole y por tanto la lucha sería contra la pobreza. Desde mi punto de vista la prostitución tiene muchas perspectivas y no necesariamente ha de ser sevellista. Entiendo que cobrar por sexo es un privilegio y un derecho ejercido desde la autogestión.

El abolicionismo más común se centra en la ofensa que representa para

estas mujeres el hecho de que “sus hombres” paguen por estar con otras. No conlleva ninguna reflexión sobre los intereses de la prostituta, la cual no existe para ellas, en tanto que tal. Tampoco reflexiona sobre las conveniencias sexuales en otro tipo relaciones. Las abolicionistas buscan el reconocimiento y exclusividad del macho. Son, por tanto, territoriales y misóginas al no anteponer las múltiples formas de intereses sexuales en todas las mujeres y centrarse en sus egoístas intereses.

Mujeres machistas que imitan los roles jerarquizados que el machismo considera idílicos, mientras reniegan de los roles femeninos que el propio machismo ha desacreditado a lo largo de los siglos en la mujer.

La casa de Bernarda Alba, obra de Fernando García Lorca, pone de relieve el lamentable papel histórico de la mujer como castradora de otras mujeres. Y en el fondo eso representan para mí estas mujeres: territorialidad y discriminación.

**B.B.:** *¿Cómo analizas tú la campaña Stop 2012?*

**B.E.:** Me parece históricamente un avance que una campaña a nivel mundial luche por la despatologización de la transexualidad. Actualmente existe una presión aún mayor que cuando se luchó por descartar la homosexualidad como enfermedad. Es necesario erradicar los prejuicios que sirven de excusa para desacreditar a las personas y relegarlas a la condición de menos válidas.

**B.B.:** *¿Cómo interpretar (o combatir) la concepción que defiende que la transexualidad es un trastorno mental?*

**B.E.:** La disciplina médica en este ámbito está sujeta a la especulación. Hay que tener en cuenta que estos conceptos nacen de EEUU y que son exportados al resto de naciones. Allí los seguros médicos - la medicina es privada - exigen el diagnóstico para que la cobertura clínica en los procesos de cambio sea posible. Es, por tanto, un condicionante que no nace de la investigación clínica objetiva sino de la conveniencia. Por eso difícilmente la especulación puede ser una prueba de nada.

El género no es diagnosticable en ningún caso, ya sea transexual o no



transexual. Es más fácil diagnosticar sentimientos como el amor o el odio que algo tan personal e indescifrable como el sentimiento de género.

Solo desde el respeto, el no prejuicio judeocristiano que nos obliga a tener sexualidades concretas y la democratización sexual se puede entender que el sexo-genero es moldeable como casi todos los aspectos en los que la voluntad individual tiene un papel predominante.

**B.B.:** *¿Cuáles son las prioridades del movimiento trans español después la aprobación de la “Ley de Identidad de Género”?*

**B.E.:** Las prioridades suelen ser prácticamente las mismas. A grandes rasgos: la lucha contra la discriminación laboral, los condicionantes médicos, los prejuicios sociales, la prostitución y otros temas más específicos o personales que suelen afectar a los-las implicados.

La ley de género solo reconoce el cambio de papeles y pese a ser un avance, la transexualidad no está en los documentos sino en la persona, lo cual provoca fricciones con la sociedad tanto más según sea el nivel de discriminación sexual.

**B.B.:** *¿Cómo es la relación del movimiento trans con el movimiento gay y lesbiano español?*

**B.E.:** Las relaciones entre movimientos suelen ser de colaboración y a veces foros de discusión. Aunque también abundan los sectarismos y las posturas encontradas. Desde mi criterio, el movimiento más interesante y activo sería el movimiento “Queer” pues ha logrado aunar causas comunes como el feminismo, la homosexualidad, el travestismo, la extranjería, la prostitución, la transexualidad. Este movimiento es rupturista en la percepción del género, sensible a las causas múltiples y fuertemente crítico con el clasismo. Por tanto, hay que decir que parte de la sociedad sigue intentando luchar contra la discriminación desde perspectivas poco cómodas, en tanto, anteponen la justicia real a la justicia jerárquica tan típica en nuestras sociedades.

cr**eb**nos

# POESIAS

ant



# Cinco Poemas

GUSTAVO CASTRO

|

Troco cinco poemas por um prato de sopa.

Escrevo versos podres num rolo de papel  
desonrado, e jogo fora em serena descarga.

Não tenho honrado muito a velha poesia.  
Talvez porque não esteja à altura dela.  
Assim, leio poemas dos outros e sinto  
como se fossem meus.  
Afinal, poesia é poesia.  
Não importa quem escreveu.

Começo um verso esperando nunca terminá-lo.  
Mas ele quer, quer sair, desbastar, a mim, vir.

Não escrevo para ser poeta.

Escrevo porque não tenho saída.

Ou é isso.  
Ou o nada.

E o nada, já tenho o bastante.



Dentro de pipa tem pi e tem pá  
Dentro de mentira tem ira  
Dentro de janela tem ela.

Dentro de eterno tem et  
Dentro de sete tem et  
Dentro de poeta tem et

Dentro de ser tem se  
Dentro de morte tem te  
Dentro de mel tem me.

Dentro de felicidade tem fel  
Dentro de solidão tem sol  
Dentro dor tem dó

Dentro de amor tem amo  
Mas eu acho que é mó.



sim  
a poesia é questão de faca  
é também questão de noite  
e mais nada

serve  
o seu nada  
para alguma coisa?

se  
numa tarde de domingo  
sentado em sua cadeira de mofo-ócio  
sobrevém  
abrupto

em seu coração  
a clara sensação  
n o n a d a

por que não rasura a razão  
e pergunta  
sem demora  
para que serve  
tudo isto – este desterro – para que sirvo – eu –  
impaciente morador desta vida de viço?

e se não encontra resposta  
destemido  
habitua-se aos grilhões:

a vida-a-ferros!

# IV

Depois que se é avó  
é que se está pronto para ser mãe.

Depois que se é poeta  
é que se aprende a calar.

Depois que se envelhece  
é que se começa a viver.

Um estado completa-se sempre em outro estado.  
A flor na espada, a água na pedra, o dia na noite,  
o fogo no vento e o todo no nada.

O homem é uma sucessão de incompletudes.  
Uma praia que não cessa de encher e de secar  
para que a incompletude possa se completar.  
É por isso que nenhum estado é todo inteiro.  
Para que se faça inteiro nas partes que faltam.

Não há estado em si isolado.  
Não há estado em si inteiro.

Na dissonância sinfônica das almas  
não há estado que não busque  
encaixe de cantos e de calmas.

## V

**Só o impossível me enamora!**

Posso acaso prometer o meu fogo  
a alguém que não é incêndio?

Posso acaso prometer minha língua  
a alguém que não é indizível?

Posso acaso prometer o meu céu  
a alguém que não é estrela?

*Não. Pois só o impossível me enamora.*



# RESENHA



# # Educação e complexidade: para entrar no século XXI

FAGNER TORRES FRANÇA - UFRN

ALMEIDA, Maria da Conceição de. *Ciências da complexidade e educação: razão apaixonada e politização do pensamento*. Natal, RN: EDUFRN, 2012.

A educação tem hoje pelo menos dois desafios inadiáveis: equacionar tanto a crise da educação quanto a crise na educação. A primeira diz respeito mais precisamente aos processos pedagógicos, a relação aluno-professor em sala de aula, aos métodos de ensino mais adequados a uma geração nascida em meio aos vertiginosos estímulos da indústria midiática, capaz de estabelecer múltiplas conexões a partir do manuseio das novas tecnologias da comunicação, as quais aprendem a dominar nos primeiros anos de vida, uma geração criada sob o signo do dilúvio informacional, embora nem sempre apta a transformar informação em conhecimento por meio de um tratamento adequado.

O segundo desafio, por sua vez, sugere a forma sobre como a crise do mundo moderno reflete na educação. Nesse contexto, a crise na educação não pode ser analisada de um ponto de vista exclusivamente interno aos mecanismos de ensino. Trata-se, portanto, de compreender e atuar sobre o transfundo político-filosófico de uma crise planetária, omni-abrangente, capaz de incidir sobre todos os países, mesmo aqueles que ostentam brilhantes estatísticas educacionais. Como diz Hannah Arendt, é preciso aprender a “pensar sem corrimão”, num mundo onde a tradição está esgarçada e não possui mais discurso de autoridade.

Mas palavra crise pode ser também entendida como a oportunidade de pensar sobre o novo, um momento crucial no qual a definição de determinada situação leva à saída do imobilismo e à sua possível solução. E isso talvez nunca tenha sido tão verdadeiro antes como hoje: ou escolhemos a vida ou sucumbiremos à barbárie. E sendo uma questão coletiva, é também individual. A professora Maria da Conceição de Almeida fez sua escolha, a qual é possível conhecer em seu novo livro *Ciências da Complexidade e Educação: Razão apaixonada e politização do pensamento*, coletânea de onze ensaios resultados de conferências e artigos publicados em revistas e livros, no Brasil e no exterior.

Escritos em linguagem clara, acessível e apaixonada (também uma opção da autora), embora sem descuidar do rigor na exposição dos conceitos e noções, os textos compilados abordam temas de edu-

cação, política, ética, formação do cidadão, ciência, complexidade e saberes tradição, além de um escrito dedicado a Claude Lévy-Strauss (no qual fala dos modelos de pensamento) e outro a Ilya Prigogine (sobre humildade e ousadia, no qual a autora também narra com tintas fortes e vivas seu rápido encontro com o “poeta da termodinâmica” em um longínquo julho de 2001, em Bruxelas). São ambos alguns dos autores que transversalizam todo o seu pensamento, além, claro, da presença constante de Edgar Morin, eterno interlocutor.

Por mais que o leitor possa organizar cognitivamente e afetivamente o livro com base em seus próprios eixos de interesse, é possível afirmar que os ensaios foram escritos segundo o princípio hologramático, caro às ciências da complexidade: o todo está na parte e a parte está no todo. Portanto, todos os textos, mesmo os mais teóricos, são um chamado para a ação política, para a tomada de posição perante os problemas e conflitos do mundo, para o diálogo, a mobilização, a abertura para o outro, o múltiplo, o diverso, para a curiosidade, a saída da zona de conforto do pensamento, para o questionamento das verdades estabelecidas, que passa pela análise do próprio conhecimento, também uma ação transformadora. Em Maria da Conceição de Almeida, vida e ideias, teoria e prática, estão interligadas, pois não é de outro modo, senão por meios dos atos, que deixamos nossa marca para a posteridade, superando os limites da biodegradabilidade corporal.

Para Almeida, a complexidade deve chegar às ruas e praças, deixar os espessos muros de concreto da academia e formar barricadas na rua, com o povo, contra a fragmentação do saber, os “phdeuses” encastelados em suas torres de marfim, a incomunicabilidade disciplinar, a monocultura da mente, um racionalismo científico exacerbado que não se abre para o acaso e o ruído, um cartesianismo inconsequente, uma compartimentação esquizofrênica da ciência, como se o mundo fosse formado por caixinhas de sentido, e não por uma síntese de múltiplas determinações.

O pensamento complexo é, portanto, a arma empunhada pela autora para atuar em um mundo no qual ruíram os quatro pilares da certeza que sustentaram a ciência clássica – os princípios da Ordem, Separabilidade, Redução e a Lógica indutiva-dedutiva-identitária -, inadequados para um ambiente em constante metamorfose, onde as certezas se esboroam com relativa constância, juntamente com as verdades unitárias e absolutas. Para ela, precisamos aprender a operar tendo como horizonte o surgimento da desordem, da não separabilidade, da não redutibilidade e da incerteza lógica.

Dentre os autores-chave das ciências da complexidade desde seu nascimento, sumariamente historiados no livro, encontramos Niels Bohr, Max Planck, Werner Heisenberg, Weaver, Von Neuman, Von Foerster, Gaston Bachelard (quem usa pela primeira vez a palavra complexidade em uma nova acepção científica), Henri Atlan, Norbert Wiener, Mandelbrot, Humberto Maturana, Boris Cirulnik, Ilya Prigogine entre muitos outros. Mas, segundo a autora de *Complexidade, saberes científicos, saberes da tradição*, “coube a Edgar Morin assumir o desafio de religar e fazer dialogar o que à partida se constituía em revo-

luções dispersas por domínios disciplinares”.

Foi a partir da década de 1970 que Edgar Morin passou a formular as premissas e os fundamentos do que seria uma ciência nova, dada à visível degeneração do que ele chamou de grande paradigma do ocidente, baseado em um modelo redutor, disjuntor e simplificador da ciência. Na elaboração deste novo método, suas principais ferramentas seriam a migração conceitual de um domínio para outro das disciplinas, no sentido de uma ressignificação e ampliação das noções e conceitos, e a construção de metáforas “que permitem religar homem e mundo; sujeito e objeto, natureza e cultura; mitos e *logos*; objetividade e subjetividade; ciência, arte e filosofia”.

Se é urgente enfrentar o desafio de nos orientar num mundo sem o auxílio das certezas, o método complexo é capaz de conviver com a incerteza, distinguir sem separar nem opor, tratar dos problemas em seus contextos, considerar a relação das partes com o todo, tratar da recursividade (uma causa gera um efeito que é também a sua causa etc.) e da dialogia (convivência de contrários, e não a exclusão), religar arte, ciência, filosofia, ética e política e reconhecer a importância da desordem, do ruído, do desvio e das bifurcações para a própria continuidade da vida. “O caráter inaugural desse método reside no fato de arquitetar princípios gerais capazes de dialogar com a incerteza, a imprevisibilidade e a causalidade múltipla”, afirma Almeida, no capítulo intitulado “Mapa inacabado da complexidade: voo incerto da borboleta”.

*Ciências da Complexidade e da Educação* é um livro, mas é também um manual de ética da vida e uma chave para entrar no século XXI. Num mundo onde tudo que é sólido desmorona ao toque de uma suave brisa, dissolvendo-se em uma modernidade liquefeita, é preciso saber tirar proveito das incertezas. Somos filhos do improvável. Da não vida que se organiza em um ser dotado da mais alta complexidade orgânica. Uma educação complexa deve, portanto, educar para a compreensão humana, não apenas para as disciplinas. Não que elas não sejam importantes, mas se apequenam se não dialogam. A formação do cidadão deve inseri-lo em uma história da matéria e da própria vida. Aprendendo que somos resultados do acaso - pois se apenas uma das condições que mantém o equilíbrio do planeta fosse diferente eu provavelmente não estaria vivo para escrever essas palavras, nem você as teria em suas mãos -, podemos atentar para o fato de que nada está dado e é preciso lutar pelo que queremos, forjar nós mesmos as condições de um mundo melhor.

Uma educação para enfrentar uma crise planetária (que é econômica, política, ambiental, moral, ética, enfim, civilizacional) deve, seguindo os caminhos apontados por Almeida, dessacralizar as ciências e as teorias em sala de aula, mostrando suas próprias contradições internas e seu próprio processo de construção, demasiado humano; aliar o conhecimento das teorias com a própria biografia dos cientistas, estabelecendo tais cruzamentos; fazer uso do cinema no sentido de contextualizar a vida dos cientistas, escritores ou compositores, situando sua condição humana, portanto também passível de

erros; e estimular a criatividade e a noção de autoria dos argumentos nos alunos. Essa é uma agenda que a professora Maria da Conceição de Almeida trabalha em sala de aula (digo isso também como testemunho) no intuito de construir sujeitos mais vivos e autônomos, capazes de fugirem ao script e furarem o esquema.

O mundo nos põe, a todos, amplos desafios. A morte das grandes narrativas permitiu a emergência daquilo que pode se configurar em um novo paradigma. A partir dele, podemos nos repensar em nossa multiplicidade, como seres mestiços, mito-lógicos, prosaico-poéticos, *sapiens-demens*, de constituição aberta, 100% natureza e 100% cultura. A razão cartesiana, ao separar sujeito e objeto do conhecimento, engendrou a razão instrumental, manipulativa. A ética como estética do pensamento, defendida pela autora, “abre mão da dialética senhor-escravo e da ideia de dominação da natureza, porque crê na transformação que surge da simbiose, da partilha, da troca, da fraternização”. Uma nova ética para um novo tempo. Tempos interessantes.

cr**eb**nos

# DOSSIÊ DOS AUTORES



# # DOSSIÊ DOS AUTORES

## **ANTONIO AUGUSTO R. IORIS**

Doutor em Geografia pela Aberdeen University e Lecturer na Edinburgh University (United Kingdom). **Últimas publicações:** *Applying the Strategic-Relational Approach to Urban Political Ecology: The Water Management Problems of the Baixada Fluminense, Rio de Janeiro, Brazil* (Antipode, v. 44, n. 1, p. 122-150, 2012).

E-mail: aioris@hotmail.com

## **BEATRIZ ESPEJO ARJONA**

Fundou, em 1992, o Coletivo de Transexuais da Catalunha (CTC). Foi representante do Conselho Municipal de Gays, Lésbicas, Homens e Mulheres Transexuais (CMGLHMT) de 2005 a 2009. Em 2009 se candidatou às eleições gerais pela lista do partido político Libertades Civiles. Conferencista, polemista ocasional em diversos canais da televisão espanhola, articulista das revistas Zero e BSTc (revista de divulgação científica), colaborou como palestrante no programa para o Memorial Democrático da Generalitat (instituição do Estado Catalão) em 2005. É coautora dos livros: *Prostituições: diálogos para o debate*, de Isabel Holgado (Icaria) e também *Dels Drets a les Llibertats*, de Eugeni Rodriguez (Virus).

## **BERENICE BENTO**

Professora do Departamento de Ciências Sociais da UFRN e Coordenadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Diversidade Sexual, Gêneros e Direitos Humanos - TIRÉSIAS/UFRN. Possui graduação em Ciências Sociais pela UFG (1994), mestrado em Sociologia pela UnB (1998), Doutorado em Sociologia pela UnB e Universidade de Barcelona (2003), Pós Doutorado pelo CEAM (Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares) da UnB (2009). Foi Secretária Executiva da Associação Brasileira de Estudos da Homocultura (ABEH- Gestão 2006-2008). Últimas publicações: *A (re) invenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual* (Garamond, 2006); *O que é transexualidade* (Brasiliense, 2008). Organizou os livros: *Retratos do Brasil Homossexual* (EDUSP, 2010); *Imagem e Diversidade* (2004). Desenvolve pesquisas nos seguintes temas: Direitos Humanos, transexualidade, gênero e teoria *queer*. Foi agraciada com Prêmio Nacional de Direitos Humanos – Presidência da República em 2011.



Email: berenice\_bento@yahoo.com.br

### **CLAUDIENE SANTOS**

Doutora e Mestre em Psicologia pela Universidade de São Paulo/FFCLRP/USP. Especialista em Educação Sexual, Licenciada e Bacharel em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Professora Adjunta do Departamento de Biologia da Universidade Federal de Sergipe/ UFS. Líder do Grupo de Pesquisa Gênero, Sexualidade e Estudos Culturais/GESEC/UFS/CNPq. Pesquisa questões de sexualidade e gênero, com ênfase em Homoparentalidade, Violência contra a mulher, Educação Sexual na abordagem fenomenológica.

E-mail: claudienesan@gmail.com

### **EDMAR HENRIQUE DAIRELL DAVI**

Formação em Psicologia - Universidade Federal de Uberlândia (UFU) Mestrado em História Social –UFU Doutorando em Psicologia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – USP (FFCLRP/USP), Bolsista Capes. Últimas Publicações: DAVI, Edmar H. D.; BRUNS, M. A. T. *Professoras travestis: trayectorias y experiencias*. (Revista Intercontinental de Psicologia y Educacion, v. 14, n. 2, p. 121-142, 2012); DAVI, Edmar H. D. *Resistências e recusas: a cultura LGBT contrapondo-se à homofobia em Uberlândia*. (Caderno Espaço Feminino, v. 23, n. 1, p. 15-40, 2010).

E-mail: edmardavi@yahoo.com.br

### **ELIANE GONÇALVES**

Professora de Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais, da Universidade Federal de Goiás, vinculada ao Ser-Tão, Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade, e à Linha de Pesquisa “Diferença, Desigualdade e Cidadania”, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS/FCS). É também co-fundadora e colaboradora do Grupo Transas do Corpo, organização feminista fundada em 1987, em Goiânia, Goiás. Últimas publicações: GONÇALVES, Eliane; PINTO, Joana P. *Reflexões e problemas da “transmissão” intergeracional no feminismo brasileiro* (Cadernos Pagu, UNICAMP, v. 36, p. 25-46, 2011); GONÇALVES, Eliane. *Novas solteiras: ecos do feminismo na mídia Brasileira* (Cadernos de Pesquisa, Fundação Carlos Chagas, v. 41, p. 162-187, 2011); GONÇALVES, Eliane. *Remar o próprio barco: a centralidade do trabalho no mundo das mulheres “sós”*. (Cadernos Pagu, UNICAMP, p. 235-268, 2010); GONÇALVES, Eliane. *Nem só nem mal acompanhada: reinterpretando a “solidão” das “solteiras” na contemporaneidade* (Horizontes Antropológicos, UFRGS, v. 15, p. 189-216, 2009).

E-mail: elianego@uol.com.br

### **FAGNER TORRES DE FRANÇA**

Jornalista, Mestre em Ciências Sociais pela UFRN e Doutorando em Ciências Sociais pela UFRN. Áreas de interesse: Cinema; Complexidade; Comunicação; Cultura; Literatura; Política; Teatro. Últimas Publicações: *Uma vila entre Bauman e Sloterdijk. Inter-legere* (UFRN, v. 8, p. 1-14, 2011); *A dimensão simbólica da política da política e a história da dona de casa queria governar: a construção da imagem pública de Wilma de Faria em 2002 e 2006* (Inter-legere, UFRN, v. 8, p. 1-20, 2011).

E-mail: fagnertf@yahoo.com.br

### **GUILLERMO ALFREDO JOHNSON**

Mestre (1999) e Doutor (2006) em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina. É Professor Adjunto da Universidade Federal da Grande Dourados, vinculado ao Curso de Ciências Sociais e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia. Suas últimas produções focalizam discussões em torno das Políticas Públicas e a questão democrática sempre considerando aspectos da Política Internacional, particularmente relacionada com a inserção da América Latina no cenário internacional. Últimas publicações: *As recentes transformações do controle social estatal* (Revista Espaço de Diálogo e Desconexão - REDD, v. 3, 2010). Coautor: *Neoliberalismo e Cultura Política na América Latina: uma crítica a visão liberal de Estado, Democracia e Sociedade Civil* (Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos, v. 1, 2011); *A Revolução Cubana na encruzilhada: a crise dos anos 90 e as alternativas - elementos para um debate ignorado* (Sociedade e Território, Natal, v. 24, 2012); o capítulo de livro *Os alicerces das políticas públicas: adversidades da universalização* (In: FAISTING; FARIAS, org. Direitos humanos, diversidade e movimentos sociais: um diálogo necessário. Dourados: Editora de UFGD, 2011).

E-mail: guijohnson@uol.com.br

### **GUSTAVO DE CASTRO**

Poeta, escritor, editor e professor de estética da graduação e da pós graduação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (UNB). Últimas publicações: *Poemas Vis* (Editora Casa das Musas, 2010); Organizou *Midia e Imaginari* (Editora Annablume, São Paulo, 2012). Pela mesma editora lançará em 2013, *Comunicação e Transcendência*.

E-mail: gustavocastroesilva@gmail.com

### **HAILEY ALVES**

Graduada em Tradução e Interpretação pela Universidade Nove de Julho – São Paulo. Blogueira e ativista *online* dos direitos da população transgênero. Últimas publicações: *Introdução ao Transfe-*

*minismo; O Que é Cissexismo; Transfeminismo ~ Discussões Transfeministas* (2012).

E-mail: hailey.kaas@gmail.com

### **JAIRO BEZERRA**

Doutor em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba e Professor da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Últimas publicações: GUERRA, L. D.; SILVA, J. B. *Cultura e Desenvolvimento: uma visão crítica dos termos do debate* (In: BRASILEIRO, Dilma, org. Cultura e Desenvolvimento. Campina Grande - EDUEPB, 2012).

E-mail: jairobezerra@hotmail.com

### **JAQUELINE GOMES DE JESUS**

Mestra em Psicologia, Doutora em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações pela Universidade de Brasília. Professora do Centro Universitário Planalto do Distrito Federal. Membro da Associação Brasileira de Psicologia Social – ABRAPSO e Investigadora da Rede de Antropologia Dos e Desde os Corpos. Últimas publicações: *Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos* (Goiânia: Ser-Tão/UFG, 2012); *O Movimento na rua: política e identidade nas dimensões de gênero, orientação sexual e raça/etnia* (Brasília: Demodê/UnB, 2012); *A negação do corpo feminino* (Brasília: Observatório Mídia & Política/UnB, 2012); *Preconceito, estereótipo e discriminação* (Porto Alegre: Artmed, 2011); *Atração e repulsa interpessoal* (Porto Alegre: Artmed, 2011).

E-mail: jaquelinejesus@unb.br, jaquebrasil@gmail.com

### **LEMUEL DOURADO GUERRA**

Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco e Professor da Universidade Federal de Campina Grande-PB (UFCG) e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UEPB. Bolsista CAPES de Pós-Doutorado. Últimas publicações: GUERRA, L. D.; SILVA, J. B. *Cultura e Desenvolvimento: uma visão crítica dos termos do debate*. (In: Brasileiro, Dilma, org. Cultura e Desenvolvimento. Campina Grande: EDUEPB, 2012).

E-mail: lenksguerra@yahoo.com

### **LUIZ MELLO**

Professor de Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás, vinculado ao Ser-Tão, Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade, e à Linha de Pesquisa “Diferença, Desigualdade e Cidadania”, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS/UFG). Últimas publicações: MELLO, Luiz; FREITAS, Fátima; PEDROSA, Cláudio; BRITO, Walderes. *Para além*

de um kit anti-homofobia: políticas públicas de educação para a população LGBT no Brasil (Bagoas: Revista de Estudos Gays, v. 7, p. 99-122, 2012); MELLO, Luiz; BRAZ, Camilo; FREITAS, Fátima; AVELAR, Rezende. *Questões LGBT em debate: sobre desafios e conquistas* (Sociedade e Cultura, v. 15, p. 151-61, 2012); MELLO, Luiz; PERILO, Marcelo; BRAZ, Camilo; PEDROSA, Cláudio. *Políticas de saúde para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no Brasil: em busca de universalidade, integralidade e equidade* (Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana, v. 9, p. 7-28, 2011).

E-mail: luizman@gmail.com

### **MARCIONILA FERNANDES**

Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (2000). Exerce o cargo de Pró-Reitora de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). É professora pesquisadora do curso de Mestrado em Relações Internacionais e de Desenvolvimento Regional (UEPB). Últimas publicações: FERNANDES, M. *Novas Dinâmicas de Desenvolvimentos para Regiões Periféricas* (Anais 32º Encontro Anual da ANPOCS, 2008).

E-mail: marcionilafernandez@yahoo.com

### **MARCO ANTONIO TORRES**

Doutorando em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor assistente do Departamento de Educação da Universidade Federal de Ouro Preto. Área: Educação, Psicologia Social. Últimas publicações: *Enfrentamentos possíveis à homofobia: orientação sexual e identidade de gênero no contexto da educação* (Salto para o Futuro, 2011); *A diversidade sexual na educação e os direitos de cidadania LGBT na Escola* (Belo Horizonte: Autêntica, 2010); *Vida religiosa consagrada: configurações contemporâneas dos Direitos Humanos e Cidadania LGBT* (Revista nures, 2011); *Diversidade sexual e educação* (Presença Pedagógica, 2010).

E-mail: torresgerais@gmail.com

### **MARCOS ANTONIO DA SILVA**

Mestre (2000) em Sociologia Política pela UFPR e doutor (2006) em Integração da América Latina - PROLAM pela Universidade de São Paulo (USP). Professor de Ciência Política na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Membro do Laboratório Interdisciplinar de estudos sobre América Latina (LIAL/UFGD). Últimas publicações: *Cuba e a eterna guerra-fria: mudanças internas e política externa nos anos 90*, (Editora UFGD, 2012; *Neoliberalismo e Cultura Política na América Latina: uma crítica a visão liberal de Estado, Democracia e Sociedade Civil*, (Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos, v. 1, 2011); *A Revolução Cubana na encruzilhada: a crise dos anos 90 e as alter-*

*nativas - elementos para um debate ignorado* (Sociedade e Território, Natal, v. 24, 2012) e *Venezuela e MERCOSUL: uma inserção via Brasil?* (Revista Conjuntura Austral, v. 3, n. 12, 2012) como coautor, entre outros.

E-mail: marocam@terra.com.br

### **MARIA ALVES DE TOLEDO BRUNS**

Docente e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – USP, Especialista em Sexualidade, Psicanalista, Líder do Grupo de Pesquisa Sexualidadevida-USP/CNPq.

E-mail: toledobruns@uol.com.br

### **NATACHA KENNEDY**

Mestra e doutoranda em Educação pelo Instituto de Educação do Goldsmiths College, da Universidade de Londres. Sua pesquisa de doutoramento aborda a temática da transgeneridade na infância. Ativista pelos direitos das pessoas trans, escreve para o jornal The Guardian sobre questões ligadas à população transgênero. Últimas **publicações**: *Transgender children: more than a theoretical challenge* (Graduate Journal of Social Sciences, 2010); *Transgendered children in schools: a critical review of homophobic bullying: safe to learn – embedding anti-bullying work in schools* (Forum, 2008).

E-mail: natachakennedy@hotmail.co.uk.

### **PAOLO TOTARO**

Doutor em Ciências Sociais. Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) – São Leopoldo (RS). Bolsista pelo Programa Nacional de Pós Doutorado. Projeto PNPd/Capes: “Laboratório de políticas ambientais e culturais no Brasil: gestão e inovação”. Áreas de interesse: Metodologia e epistemologia da pesquisa social. Racionalidade moderna. Cultura do consumidor. Últimas publicações: *O Misticismo do cálculo e a ascese consumista: razão e fé no “crer sem pertencer” e no neopentecostalismo* (Religião & Sociedade, v.30, p. 81-100, 2010); *Le origini logiche della disaggregazione sociale* (Rassegna Italiana di Sociologia, v. 50, n. 2, p. 227-250, 2009); *A tensão entre cálculo e classificação como dinâmica da exclusão social* (Ciências Sociais Unisinos, v. 45, n. 1, p. 16-26, 2009).

E-mail: paolototaro@libero.it

### **THIAGO RANNIERY MOREIRA DE OLIVEIRA**

Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade da Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Licenciado em Ciências Biológicas pela Universidade Federal

de Sergipe (UFS). Professor Substituto do Departamento de Filosofia da UFS e Professor Assistente do Curso de Pedagogia da Faculdade Pio Décimo. Membro pesquisador do Grupo de Pesquisa Gênero, Sexualidade e Estudos Culturais/GESEC/UFS/CNPq. Tem pesquisado Filosofia da Diferença, Teoria Queer, Estudos Teatrais e seus desdobramentos no campo curricular. Últimas publicações: *Mapas, dança, desenhos: a cartografia como método de pesquisa em educação* (Livro organizado por Marlucy Paraíso e Dagmar Meyer, Mazza Editora, 2012); *Encontros Possíveis: experiências com jogos teatrais no Ensino de Ciências* (Revista Ciência & Educação, 2012); *Pode o teatro de rua resistir? Política cultural no teatro popular de rua no nordeste* (Revista Aurora, 2012) e *É possível ensinar teatro na escola? Saber, poder e subjetivação nas políticas curriculares para o ensino de teatro* (Revista Lamparina, 2012).

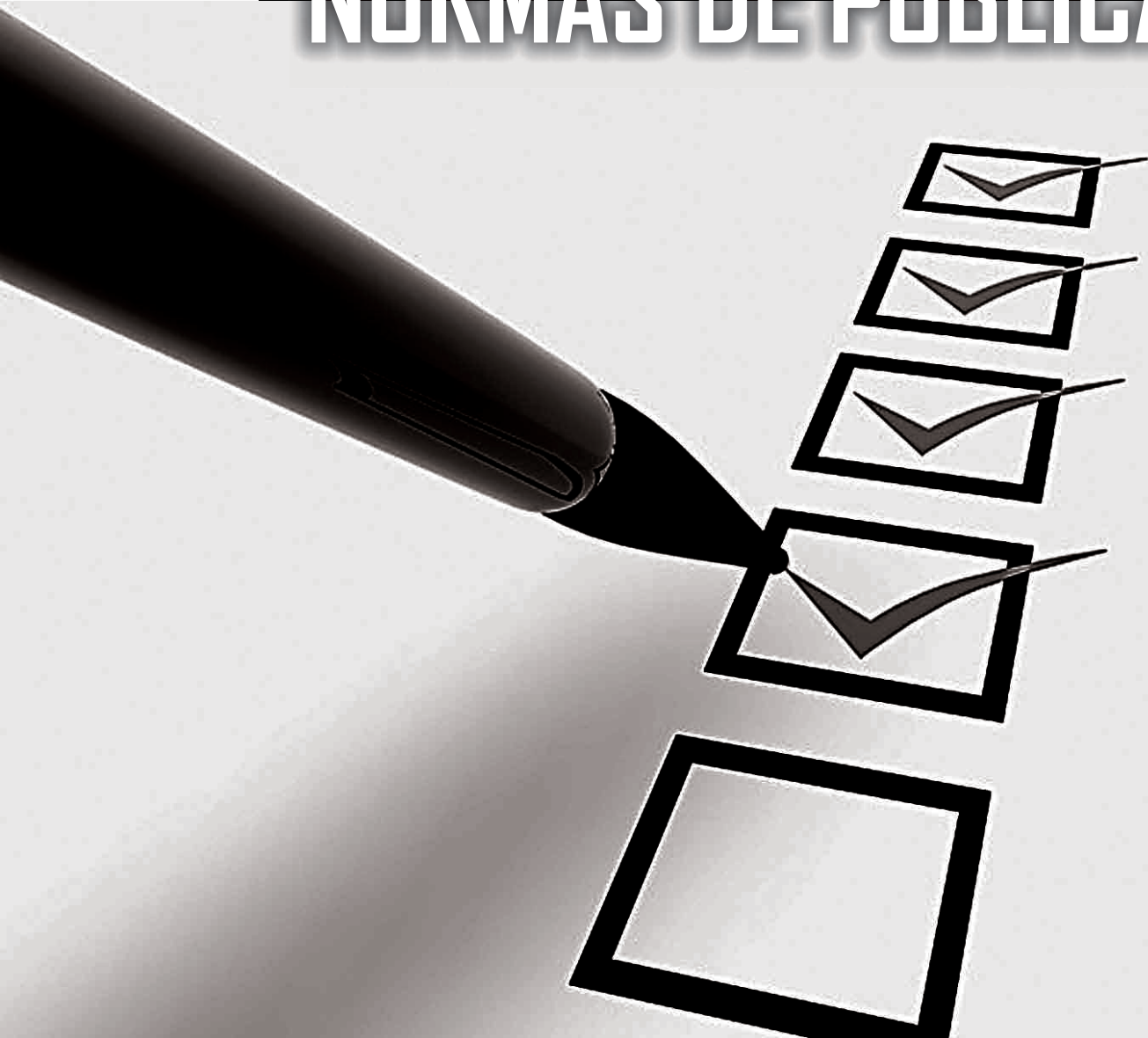
E-mail: tranniery@yahoo.com.br

### **TOBIAS RAUN**

Mestre em História da Arte pela Universidade de Aarhus e doutorando do Instituto de Cultura e Identidade da Universidade de Roskilde, Dinamarca. Foi professor visitante no Departamento de Comunicação Social e Cinema da Universidade de Sussex, Inglaterra. Últimas publicações: *Skærmfødsler – en undersøgelse af det transformative potentiale i unge transkønnedes videoblogs på YouTube* (Akademisk Kvarter, 2010); *Er Danmark de transkønnedes paradis? Fortællinger og forhandlinger af maskulinitet i dokumentarfilmen Nobody Passes Perfectly* (Modkraft, 2010); *Madonna, Barbie og Lara Croft mødes i ny antologi* (Webmagasinet Forum for Køn og Kultur, 2009); *Makeover-takeover* (Webmagasinet Forum for Køn og Kultur, 2009).

E-mail: tobiasra@ruc.dk

# NORMAS DE PUBLICAÇÃO



# # NORMAS DE PUBLICAÇÃO

## PUBLISHING RULES #

**A** **CRONOS**, revista semestral do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (CCHLA/UFRN) é um periódico de publicação semestral, interdisciplinar, de circulação nacional e internacional. A Cronos aceita originais em português, em inglês, francês e em espanhol, em forma de artigos, ensaios e resenhas. A revista também publica entrevistas com cientistas sociais nacionais e internacionais, além de dossiês. Os trabalhos enviados são apreciados pelas editoras/as da revista e por consultores/as ad hoc. Todos os textos passam por uma revisão gramatical feita por profissionais.

- 1) **A SUBMISSÃO** é realizada totalmente por meio eletrônico, em nossa página eletrônica:  
<http://www.periodicos.ufrn.br/ojs/index.php/cronos>  
Na página da Revista Cronos, selecionar a aba "Cadastro". Após a realização do cadastro, o passo seguinte será a submissão do texto (artigo, resenha, entrevista).
- 2) **O NOME** do/a autor/a não deverá aparecer no corpo do artigo, para garantir o anoni-

**C** **RONOS**, biannual magazine of the Graduated Program in Social Science (CCHLA/UFRN), is an international and interdisciplinary academic journal. It accepts original manuscripts in Portuguese, English, French and Spanish, in the form of articles, essays and reviews. The magazine also publishes interviews with social scientists, on national and international issues.

The submissions are assessed by the editors of the journal and by consultants/ad hoc referees. All texts undergo a grammar review done by professionals.

- 1) **THE SUBMISSION** is performed entirely by electronic means, on our home page:  
<http://www.periodicos.ufrn.br/ojs/index.php/cronos>  
On the page of the magazine CRONOS, select the "register" tab. After the completion of registration, the next step will be the submission of the text (article, book review, and interview).
- 2) **THE NAME(S)** of the author(s) should not appear in the body of the article, to ensure that the evaluation process will occur anonymously.



mato no processo de avaliação.

- 3) **OS ARTIGOS** apresentados devem ser entregues digitados em Times New Roman, espaço duplo e fonte 12.
- 4) **AS ILUSTRAÇÕES** devem ser inseridas no corpo do texto, em arquivo separado, com indicações claras ao longo do texto, dos locais em que devem ser incluídos. São elas: tabelas, quadros e figuras (gráficos, mapas, fotografias, organogramas, etc.).
- 5) **OS ARTIGOS** deverão ter até 9 mil palavras ou 45 mil caracteres (aproximadamente 25 laudas, papel A4), incluindo as referências, notas e tabelas. Devem vir acompanhados de resumo e abstract (no máximo 10 linhas) e palavras-chave (máximo cinco) em português e em inglês, e o título em português e inglês. Os ensaios deverão ter até 6 mil palavras ou 30 mil caracteres, e as resenhas de 5 a 10 mil caracteres incluindo os espaços.
- 6) **OS SEGUINTE ITENS** devem ser observados na elaboração dos textos:
  - a) aspas duplas para citações com até três linhas;
  - b) as citações com mais de três linhas devem ser destacadas com recuo de quatro centímetros da margem esquerda, com fonte do tipo Times New Roman 11 e sem aspas.
  - c) aspas simples para palavras com em-

**4) THE PAPERS PRESENTED** should be submitted typed in Times New Roman, double spacing and font 12.

5) **THE ILLUSTRATIONS** should be included in the body of the text, in a separate file, with clear indications in the text, of the locations in which should be included. They can be tables, and figures like graphs, maps, photos, charts, etc.

5) **ARTICLES SHOULD** be up to 9 thousand words or 45 thousand characters (approximately 25 pages, A4 paper), including bibliographical references, notes and tables. Must be accompanied by summary and abstract (maximum of 10 lines) and keywords (maximum five) in Portuguese and in English, and the title in Portuguese and English. Essays shall be up to 6,000 to 30,000 characters, and reviews of 5,000 to 10,000 characters, including spaces.

- 6) **THE FOLLOWING** items should be observed in the preparation of texts:
- a) Double quotation marks for quotes with up to three lines;
  - b) The citations with more than three lines should be highlighted with 4 cm indentation from the left margin, type font Times New Roman 11 and no quotes mark.
  - c) Single quotes mark for words with non-conventional use and to indicate quota-

- prego não convencional e para indicar citação no interior de citação;
- d)** itálico para palavras estrangeiras, neologismos e títulos de obras e publicações;
  - e)** as notas explicativas devem ser de pé de página e numeradas. Sugere-se a utilização econômica das mesmas;
  - f)** as fontes das quais foram extraídas as citações devem ser indicadas no corpo do texto, logo após a citação, e contendo apenas os seguintes dados, entre parênteses: SOBRENOME DO(A) AUTOR(A), ano de publicação da obra, número de página(s) da citação;  
Exemplo: (FOUCAULT, 2008, p. 93).
  - g)** na primeira menção de cada autor/a citado/a no texto, deve constar também o prenome;
  - h)** a lista de referências completa deve ser apresentada ao final do texto;
  - i)** na lista final de referências indicar o prenome dos autores e não apenas a inicial.

## **7) AS REFERÊNCIAS** obedecerão aos seguintes critérios:

- a)** Livro: SOBRENOME DO/A AUTOR/A DA OBRA, Prenomes. Título da obra: subtítulo. Local de Publicação: Editora, ano de publicação.  
Exemplo: FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir. Petrópolis: Vozes, 2008.
- b)** Capítulo de livro: SOBRENOME DO/A AUTOR/A DO CAPÍTULO, Prenomes. Título do capítulo: subtítulo. In: SOBRE-

- tion within quotation up to three lines;
- d)** Italics for foreign words, neologisms, and titles of works and publications;
- e)** The explanatory notes should be numbered in footnotes. It is suggested the economic use of the same;
- f)** The sources from which was extracted the quotes must be indicated in the body of the text, right after the quote, and containing only the following data, in parentheses:

AUTHOR'S SURNAME, year of publication, page number(s);

Example: (FOUCAULT, 2008, p. 93).

- g)** The first mention of each author cited in text shall include also the given name;
- h)** The list of full bibliographic references must be presented at the end of the text;
- i)** In the final list of references, the name of the authors must be registered and not just the initials.

## **7) REFERENCES SHALL** be subject to the following criteria:

- a)** Book: SURNAME OF THE AUTHOR OF THE WORK, Given Names. Title: subtitle. Place of publication: Publisher, year of publication.  
Example:  
FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2008.
- b)** Book article: SURNAME OF THE AUTHOR OF THE ARTICLE (Chapter), Given Names.

NOME DO/A AUTOR/A DA OBRA, Prenomes. Título da obra: subtítulo. Local de Publicação: Editora, ano de publicação. Páginas inicial e final do capítulo.

Exemplo: CANÊDO, Letícia Bicalho. Aprendendo a votar. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla (Org.). História da Cidadania. São Paulo: Contexto, 2003. p. 517-543.

- c)** Artigo de periódico: SOBRENOME DO/A AUTOR/A DO ARTIGO, Prenomes. Título do artigo: subtítulo. Título do Periódico, número do volume, número do fascículo, páginas inicial e final do artigo, mês e ano.

Exemplo:

**d)** TAKEUTI, Norma Missae. Da solidão imposta a uma solidão solidária. Cronos: Revista do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais/UFRN, v. 5/6, n. 1/2, p. 35-46, jan./dez. 2004/2005.

- e)** Dissertações e Teses: SOBRENOME DO/A AUTOR/A, Prenomes. Título da obra: subtítulo. Ano de apresentação. Categoria (Grau e Área de Concentração) – Instituição, Local.

Exemplo: DINIZ, Carmen Simone G. Entre a técnica e os direitos humanos: possibilidades e limites da humanização da assistência ao parto. 2001. Tese (Doutorado em Medicina Preventiva) – Programa de Pós-Graduação em Medicina Preventiva, Faculdade de Medicina da USP, São Paulo.

- f)** Trabalhos apresentados em eventos científicos: SOBRENOME DO/A AUTOR/A DO TRABALHO, Prenomes. Título do

Chapter title: subtitle. In: SURNAME OF THE AUTHOR OF THE WORK, Given Names. Title: subtitle. Place of publication: Publisher, year of publication. Starting and ending pages of the chapter.

Example:

CANÊDO, Letícia Bicalho. Aprendendo a votar. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla (Org.). História da Cidadania. São Paulo: Contexto, 2003. p. 517-543.

- c)** Journal article: SURNAME OF THE AUTHOR OF THE ARTICLE, Given Names. Title: subtitle. Journal title, volume number, issue number, starting and ending pages of the article, month and year.

Example:

TAKEUTI, Norma Missae. Da solidão imposta a uma solidão solidária. Cronos: Revista do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais/UFRN, v. 5/6, n. 1/2, p. 35-46, jan./dez. 2004/2005.

- d)** Dissertations and theses: SURNAME OF THE AUTHOR, Given Names. Title: subtitle. Presentation year. Category (Degree and Area of Concentration) – Institution, Location.

Example:

DINIZ, Carmen Simone G. Entre a técnica e os direitos humanos: possibilidades e limites da humanização da assistência ao parto. 2001. Tese (Doutorado em Medicina Preventiva) – Programa de Pós-Graduação em Medicina Preventiva, Faculdade de Medicina da USP, São Paulo.

- e)** Papers presented at scientific events: SURNAME OF THE AUTHOR OF THE

trabalho. In: NOME DO EVENTO, Número da edição do evento, Cidade onde se realizou o evento. Anais... Local de publicação: Editora, Ano de publicação.

Páginas inicial e final do trabalho.

Exemplo: PRADO, Danda. Maternidade: opção ou fatalidade? In: SEMINÁRIO SOBRE DIREITOS DA REPRODUÇÃO HUMANA, 1., 1985, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: ALERJ/Comissão Especial dos Direitos da Reprodução, 1985. p. 26-29.

#### **08) NO CASO DE INSERÇÃO DE IMAGENS**

(fotos, gravuras, quadros, etc.), a responsabilidade pelo encaminhamento dos trâmites relativos aos direitos de reprodução será dos/as autores/as dos artigos e dos ensaios.

#### **09) AS IMAGENS** devem ser enviadas no

formato tiff, resolução de 300 dpi, tamanho de 23 x 16 cm, em gray scale e em arquivo separado do texto. Imagens fora dessas especificações não poderão ser utilizadas.

Email: [cronos@cchla.ufrn.br](mailto:cronos@cchla.ufrn.br)

WORK, Given Names. Title of work. In: NAME OF THE EVENT, Number of the edition of the event, City where they held the event. Proceedings... Place of publication: Publisher, Year of publication. Starting and ending pages of the work.

Example:

PRADO, Danda. Maternidade: opção ou fatalidade? In: SEMINÁRIO SOBRE DIREITOS DA REPRODUÇÃO HUMANA, 1., 1985, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: ALERJ/Comissão Especial dos Direitos da Reprodução, 1985. p. 26-29.

#### **8) IN THE CASE OF INSERTING IMAGES**

(photos, prints, paintings, etc.), responsibility for the delivery of reproductive rights procedures will be of the authors(s) of articles and essays.

**9) IMAGES SHOULD** be submitted in tiff format, 300 dpi resolution, up to 23 x 16 cm, on gray scale and in a separate text file. Images out of these specifications may not be used.

Email: [cronos@cchla.ufrn.br](mailto:cronos@cchla.ufrn.br)



# SUMÁRIOS ANTERIORES

**SUMÁRIO*****Cronos – Volume 1 – Número 1 – janeiro/junho 2000*****DOSSIÊ CÂMARA CASCUDO**

Francisco de Assis de Sousa Lima – Conto popular: o legado de uma tradição

Gilberto Felisberto Vasconcellos – O ensaio de Luís da Câmara Cascudo na interpretação da cultura brasileira

Ilza Matias de Sousa – Câmara Cascudo e a história dos nossos gestos: o homem, um signo

Vânia de Vasconcelos Gico – Luís da Câmara Cascudo e o conhecimento da tradição

**ARTIGOS**

Norma Takeuti (Org.) – Desafios sociais e abordagens sócio-clínicas: por V. de Gaulejac

Robert Austin – Neoliberalismo y renovacion pos dictatorial em la educacion superior chilena, 1989-1997

**SUMÁRIO*****Cronos – Volume 1 – Número 2 – julho/dezembro 2000*****DOSSIÊ VISÕES DO BRASIL**

Brasília Carlos Ferreira – Antonio Candido: um homem simples

Dalcy da Silva Cruz – Caio Prado Júnior: uma nova possibilidade de olhar o Brasil

Marta Maria de Araújo – Um capítulo da história intelectual dos anos de 1930 aos de 1950 e a presença de Anísio Teixeira

Ana Laudelina Ferreira Gomes – Auta de Souza e a escrita feminina nos oitocentos

Afonso Henrique Fávero – Pedro Nava: um memorista e tanto

Tânia Elias Magno da Silva – Imagens da fome e o itinerário intelectual de Josué de Castro

Idilva Maria Pires Germano – Nações de papel: livros e povos

**ARTIGOS**

Maria da Conceição Xavier de Almeida – O ensino das Ciências Sociais no Brasil

Norma Takeuti – Imaginário Social “mortífero”: a questão da delinquência juvenil no Brasil

Maria Helena Braga e Vaz da Costa – A cor no cinema: signos da linguagem

## SUMÁRIO

*Cronos* – Volume 2 – Número 1 – janeiro/junho 2001

### DOSSIÊ TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO

- Brasília Carlos Ferreira – Trabalhadores e cidadania: metamorfoses sindicais  
Eleonora Tinoco Beaugrand – A nova economia e a frágil euforia por mais empregos  
Cristiano German-Acess Denid: marginalização na era da informação  
Alexandre Carneiro de Souza – As dimensões do trabalho  
Dinah dos Santos Tinôco – As políticas de emprego: uma abordagem comparativa das principais medidas de combate ao desemprego no Brasil  
Edilson José Graciolli – Reestruturação produtiva e movimento sindical  
Aldenôr Gomes da Silva – Irrigação informatizada: a fase superior da automação do trabalho na agricultura moderna  
Henrique Caetano Nardi – Dois cenários, duas gerações: os impactos da reestruturação produtiva nos processos de subjetivação

### ARTIGOS

- Vincent de Gaulejac – A gênese social dos conflitos psíquicos  
Pedro Vicente Costa Sobrinho – Revendo uma certa literatura sobre a imprensa alternativa no Brasil  
Daniele Gugelmo Dias – Aplicando a sistêmica à composição dos séculos  
Mauro Guilherme Pinheiro Koury – Enraizamento, pertença e ação cultural

## SUMÁRIO

*Cronos* – Volume 2 – Numero 2 – julho/dezembro 2001

### DOSSIÊ COMPLEXIDADE – CAMINHOS

- Maria da Conceição Xavier de Almeida – Reforma do pensamento e extensão universitária  
Edgar Morin – A suportável realidade  
José Luiz Salana Ruiz – Sobre el concepto de complejidad: de lo insimplificable a la fraternidad amante  
Juremir Machado da Silva – Da impossibilidade do método  
Orivaldo Pimentel Lopes Júnior – As ciências do dialógico  
Edgard de Assis Carvalho – Tecnociência e complexidade da vida  
Henri Atlan – Viver e conhecer

**ARTIGOS**

Jean Philippe Bouilloud – Recepção e sociologia

Beatriz Maria Soares Pontes – Globalização, processo produtivo e território

Maria Helena Braga e Vaz da Costa – A face escura do cinema: interpretação sobre o espaço urbano no filme Noir

**SUMÁRIO**

*Cronos* – **Volume 3 – Numero 1 – janeiro/junho 2002**

**DOSSIÊ COMPLEXIDADE – MOVIMENTOS**

Aldo Aloízio Dantas da Silva – Complexidade e Geografia

Ana Sánchez – Complexidade e Feminismo

Cezar González Ochoa – A dimensão do tempo nas culturas

Gustavo de Castro e Silva – Seis ou sete motivos para o amanhã

Jean Tellez – O sujeito complexo

Lisabete Coradini – Cidades, imagens e desordem

Tereza Mendonça – Complexidade, educação e ética da responsabilidade

**ARTIGOS**

Michel Maffesoli – É tempo de rebelião!

Mauro Guilherme Pinheiro Koury – Medos corriqueiros: em busca de uma aproximação metodológica

Almir de Carvalho Bueno – Poder central e autonomia estadual no início da República no Rio Grande do Norte

Francisco Rüdiger – A modernidade como época de crise: Leo Strauss e as raízes do niilismo ocidental

**SUMÁRIO**

*Cronos* – **Volume 3 – Numero 2 – julho/dezembro 2002**

**DOSSIÊ EDUCAÇÃO E SOCIEDADE**

Anne-Marie Fixot – Educação, cidade e democracia

Evson Malaquias de Moraes Santos – Afetividade e gestão democrática na Escola Pública patrimonialista

José Willington Germano – Imagens da destituição: Os pobres e a educação no Brasil



Melânia Mendonça Rodrigues – Fórum Municipal de Educação de João Pessoa: espaço de participação?  
Michel Thiollent – Construção do conhecimento e metodologia da extensão  
Norma Missae Takeuti – Os jovens e a “fome de cultura”  
Paulo Henrique Martins – Educação, cidadania e emancipação: explorando as teses antiutilitaristas de Anne-Marie Fixot  
Robert Austin e Paulina Vidal – La pared invisible: género, intelectuales y educación superior en Chile en el largo siglo XX

## **ARTIGOS**

Dalva Maria da Mota – Frutas de Sergipe, mercado do Brasil: política de irrigação, agricultura empresarial e trabalho no platô de Neópolis/Sergipe.  
Evaldo Vieira – As eleições de 2002 e a vontade popular  
Heribert Schmitz – Uma assistência técnica participativa para a agricultura familiar  
José Castello – Literatura e jornalismo literário num mundo em fragmentos  
Luciano Vasapollo – Integración europea y moderna competencia global: la nueva redistribución territorial del dominio  
Marcos Falchero Falleiros – Presépio animado  
Maria de Lourdes Patrini – Vida e fatos passados a limpo

## **SUMÁRIO**

**Cronos – Volume 4 – Números ½ – janeiro/dezembro 2003**

## **DOSSIÊ GASTON BACHELARD**

*Adailson Tavares de Macedo* – A casa do sertão  
*Cláudia Netto do Valle* – Histórias brasileiras  
*Elyana Barbosa* – Gaston Bachelard e o racionalismo aplicado  
*Marly Bulcão* – Tempo e matéria na poesia visceral de Lautréamont  
*Maurício de C. T. Panella* – País da infância imóvel  
*Alvaro de Pinheiro Gouvêa* – O feminino em Bachelard: A gênese do devaneio  
*Ana Laudelina Ferreira Gomes* – A demiurgia da mão no cosmos poético de Sertania, de Nivaldete Ferreira  
*Catarina Sant’Anna* – Gaston Bachelard: os índices do dramático no seio do lírico  
*Fábio Ferreira* – O valor ontológico do pensamento bachelardiano  
*Jean-Jacques Wunenburger* – O pensamento rhenano de Gaston Bachelard: conflito ou aliança da razão e da imaginação?

**SUMÁRIO**

*Cronos* – Volume 5/6 – Números ½ – janeiro/dezembro – 2004/2005

**DOSSIÊ SOCIOLOGIA CLÍNICA**

*Norma Missae Takeuti* – Apresentação

*Eugène Enriquez* – Da solidão imposta a uma solidão solidária

*Norma Missae Takeuti* – O difícil exercício da alteridade

Aécio Gomes de Matos – A democracia na miséria

Vincent de Gaulejac – O âmago da discussão: da sociologia do indivíduo à sociologia do sujeito

*Christophe Niewiadomski* – Indivíduo pós-moderno, sofrimento psíquico e desafios do trabalho social

*José Newton Garcia de Araújo e Maria Mercedes Merry Brito* – Loucos pela rua: escolha ou contingência?

*Tereza Cristina Carreiro e Cristine M. Mattar* – História de vida, subjetividade e violência conjugal

*Jean Gabriel Offroy* – O prenome e a identidade social: do projeto social e familiar ao projeto parental

**ARTIGOS**

*Maria da Conceição de Almeida* – Novos contextos das Ciências Sociais

*Celso Frederico* – O marxismo de Lucien Goldmann

*Assis Brandão* – As polêmicas de Bobbio com os comunistas italianos

*Maria José de Rezende* – Diferenciação, evolução e mudança social em Fernando de Azevedo

*Marcos M. B. de Mesquita* – O barroco ibero-americano: “ausência de síntese”?

*Maria Célia Leonel, José Antonio Segatto* – Desmandos e violência no sertão rosiano

*John Lemons* – Conservação e uso sustentável da biodiversidade: um portfólio de estudos de caso de regiões áridas da América Latina e do Caribe

*Maria Noel Lapoujade* – Los imaginarios en la construcción de la identidad latinoamericana

*Soraya Fleische* – Entre silêncios e esperas: uma aproximação do mundo feminino tunisiano através dos filmes de Moufida Tlatli

*Márcio de Oliveira* – Juscelino Kubitschek e a construção de Brasília

*Alan Daniel Freire de Lacerda, Bruno Cesário de Oliveira* – Patronagem e formação de coalizões: o caso da Unidade Popular no RN

*Ivanaldo Santos* – Da gênese à crise do Estado de bem-estar

*Márcio de Lima Dantas* – Valdetário Carneiro: mártir e comediante

**SUMÁRIO****Cronos – Volume 7 – Número 1 – janeiro/junho – 2006****DOSSIÊ POLÍTICAS PÚBLICAS**

*Vera Schattan Ruas P. Coelho, Ilza Araújo L. de Andrade, Mariana C. Montoya* – Fóruns deliberativos: uma boa estratégia para melhorar nossas políticas sociais?

*Maria do Livramento Miranda Clementino* – Inovando no desenho das relações intermunicipais: o pacto territorial

*Aldenôr Gomes* – A gestão participativa nas políticas públicas: a experiência do Programa Fome Zero no semi-árido nordestino

*Fernando Bastos* – Estabelecidos e *outsiders* nas políticas de crédito: o caso do PRONAF B

*Mónica Isabel Bendini, Pedro Damián Tsakoumagkos* – Las tramas sociales en los procesos de modernización y globalización en los valles frutícolas del río Negro, Argentina

*Lincoln Moraes de Souza* – A agenda e as agendas no Brasil

**ARTIGOS**

*Elda Rizzo de Oliveira* – Comunicação mediática, modelo biomédico e curas mediúnicas

*Célia Regina Congílio Borges* – Ações governamentais e reestruturações produtivas no Brasil: o mito do Estado mínimo

*Jean Carlo de Carvalho Costa* – Sílvio Romero e a “idéia das três raças”: uma hermenêutica do nacional a partir da categoria *miscigenação*

*Edison Bariani* – Padrão e salvação: o debate Florestan Fernandes x Guerreiro Ramos

*Fernando Bessa Ribeiro, Octávio Sacramento* – Sexo, amor e interesse entre *gringos* e *garotas* em Natal

*Marina Soler Jorge* – Cultura popular, cultura erudita e cultura de massas no cinema brasileiro

**SUMÁRIO****Cronos – Volume 7 – Número 2 – julho/dezembro – 2006****DOSSIÊ MODERNIDADE & PÓS-MODERNIDADE: REFLEXÕES**

*Olgária Matos* – MetrÓpole e angústia: acosmismo e cosmopolitismo

*João Emanuel Evangelista* – Teoria social e pós-modernismo: a resposta do marxismo aos enigmas teóricos contemporâneos

*Michel Maffesoli* – Religação imaginal

*Renarde Freire Nobre* – Weber e a influência do protestantismo na configuração da modernidade

ocidental

*Wilma de Nazaré Baía Coelho* – Igualdade e diferença na escola: um desafio à formação de professores

*Lúcia Leitão* – Um traço, muitos riscos

*Paulo Roberto Ceccarelli* – As repercussões das novas organizações familiares nas relações de gênero

*Maria Ruth Sousa Dantas de Araújo* – Um lugar onde se situar

### ARTIGOS

*Benedito Nunes* – Volta ao Mito na ficção brasileira

*Flavio Lúcio R. Vieira* – O método sem história: uma crítica da metodologia moriniana da complexidade

*Edmilson Lopes Júnior* – Os cangaceiros viajam de Hilux: as novas faces do crime organizado no interior do Nordeste do Brasil

*Giovanni Alves* – Trabalho, técnica e estranhamento: uma análise sociológica do filme “Matrix”

*Maria Tereza Garcia* – Violência e medo, elementos extintos no *newsmaking* do jornalismo público?

*Cristiano Lima Ferraz* – Repensar 1942: o SENAI frente à metamorfose do industrialismo

### SUMÁRIO

*Cronos* – Volume 8 – Número 1 – janeiro/junho – 2007

### DOSSIÊ GLOBALIZAÇÕES ALTERNATIVAS

*Boaventura de Sousa Santos* – Os direitos humanos na zona de contacto entre globalizações rivais

*José Willington Germano* – Globalização contra-hegemônica, solidariedade e emancipação social

*Elida Lauris* – Pluralismo emancipatório? Uma abordagem a partir dos movimentos indígenas da América Latina

Norma Felicidade Lopes da Silva Valencio, Mariana Siena, Victor Marchezini e Daniela de Cunha Lopes – O desastre como desafio para construção de uma hermenêutica diatópica entre o Estado e os afetados

*Cristiane do Socorro Loureiro Lima* – Reinvenções necessárias no século XXI: democracia direitos humanos e instituições de segurança

*Eunice Cristina do Nascimento Castro Seixas* – Discursos pós-coloniais sobre a lusofonia: comparando Agualusa e Saramago

*Luciana Rosa Marques* – Políticas de democratização da educação: um estudo com base no pensamento

de Boaventura de Sousa Santos

*Débora Regina Pastana* – O “Estado punitivo brasileiro” e a “democracia representativa elitista” de Boaventura de Sousa Santos

## **ARTIGOS**

*Maria Noel Lapoujade* – Traduzido por Nelson Patriota – Ariel e Calibã como protótipos da espécie humana

*Homero de Oliveira Costa* – Democracia e participação na teoria pluralista

*Dacier de Barros e Silva* – Fragilidades de uma sociedade: em busca de um eu não perdido, ou os entraves do desenvolvimento nacional

*Daniel Pereira Andrade* – O perigo da “normalidade”: o caso Eichmann

*Luciana Carlos Celestino* – História da Donzela Teodora: uma narrativa de transgressão feminina em direção ao reino da Alma Selvagem

## **SUMÁRIO**

*Cronos* – **Volume 8 – Número 2 – julho/dezembro – 2007**

## **DOSSIÊ ENSINO DA SOCIOLOGIA NO BRASIL**

*Heloísa Martins* – O ensino de métodos e técnicas de pesquisa nos cursos de Ciências Sociais

*Amaury Cesar Moraes* – O que temos de aprender para ensinar ciências sociais?

*Ileizi Fiorelli Silva* – A sociologia no ensino médio: os desafios institucionais e epistemológicos para a consolidação da disciplina

*Tânia Elias* – Trajetórias da Sociologia Brasileira: considerações históricas

*Simone Meucci* – Entre a escola nova e a oligarquia: a institucionalização da sociologia na escola normal de Pernambuco – 1929-1930

*Ana Laudelina Ferreira Gomes* – Notas críticas sobre as Orientações Curriculares Nacionais (OCN's) para o ensino de Sociologia no Ensino Médio

## **ARTIGOS**

*Beatriz Maria Soares Pontes* – Região e regionalização no contexto da globalização: a região sob diferentes óticas, no contexto do método dialético

*Patrícia Alves Ramiro* – Ensaio sobre a renda

*Ana Paula Pereira Gomes* – O Negro – Individual, coletivo, self, raça e identidade: algumas questões sobre o tornar-se negro e a auto-rejeição

*Arilson Silva de Oliveira* – O jardim encantado da religião chinesa sob o olhar weberiano  
*José Antonio Spinelli, Rubens Pinto Lyra* – As transformações do capitalismo e o alegado fim das utopias

## SUMÁRIO

**Cronos** – Volume 9 – Número 1 – janeiro/junho – 2008

### DOSSIÊ UTOPIAS URBANAS

*Laurent Vidal* – Utopias urbanas no Brasil contemporâneo dos equívocos do nome à multiplicidade das experiências

*Maria da Conceição Coelho Ferreira* – O sertanejo e a cidade, uma imagem utópica

*Remy Lucas* – O ano em que Zumbi tomou o Rio ou a utopia revolucionária das favelas

*Inaê Elias Magno da Silva* – Utopia e silêncio: vida pedestre, imagem e emoção em Brasília

*Christiane Machado Coelho* – Utopias urbanas: o caso de Brasília e Vila Planalto

*Daniella de Castro Rocha* – Da utopia brasiliense à realidade do Distrito Federal: a emergência e a difícil estabilização de um espaço político específico em Brasília

*Maria Isabel de Jesus Chrysostomo* – Um projeto de cidade-indústria no Brasil moderno: o caso de Iapatinga (1950-1964)

### ARTIGOS

*Ricardo Luiz de Souza* – A ordem e a síntese: aspectos da sociologia de Auguste Comte

*Edgard de Assis Carvalho* – *Ética complexa e democracia política*

*Patrick Le Guirriec* – A sociabilidade nos condomínios horizontais: ensaio de tipologia

*Joana El-Jaick Andrade* – O ocaso da sociedade do trabalho? reflexões sobre a crise do paradigma do trabalho nas sociedades capitalistas contemporâneas

*Márcio Luiz do Nascimento* – Desencantamento do mundo: acréscimos-explicativos de Max Weber à “versão final” de “A Ética Protestante e o ‘Espírito’ do Capitalismo”

## SUMÁRIO

**Cronos** – Volume 9 – Número 2 – julho/dezembro – 2008

### DOSSIÊ NARRADORES DO SENSÍVEL

*Edgard de Assis Carvalho* – A paixão pelo entendimento: Claude Lévi-Strauss e a universalidade da cultura

*Abraão Costa Andrade* – Merleau-Ponty e Lévi-Strauss: narradores do sensível?

*Mariza Martins Furquim Werneck* – Claude Lévi-Strauss e a experiência sensível da

## Antropologia

*Iraquitã de Oliveira Caminha* – Percepção e motricidade

*Wagner Wey Moreira, Terezinha Petrucia Nóbrega* – Fenomenologia, educação física, desporto e motricidade: convergências necessárias

*Maria da Conceição Xavier de Almeida* – Claude Lévi-Strauss e três lições de uma ciência primeira

*Maria Isabel Brandão de Souza Mendes, Wani Fernandes Pereira* – Sentir, olhar, ler, escutar: Claude Lévi-Strauss, Maurice Merleau-Ponty, narradores do sensível

*Terezinha Petrucia da Nóbrega* – Merleau-Ponty: o corpo como obra de arte e a inexistência da verdade

*Salma Tannus Muchail* – Merleau-Ponty e a história

## ARTIGO

*Jean Carlo de Carvalho Costa* – Nação, estado e raça em Manoel Bomfim: a “impertinência” bomfiniana em torno da identidade nacional

## SUMÁRIO

**Cronos** – Volume 10 – Número 1 – janeiro/junho – 2009

## DOSSIÊ JOSUÉ DE CASTRO

*Antonio Alfredo Teles de Carvalho* – Josué de Castro e a construção de uma matriz dos estudos sobre a fome na história do pensamento geográfico no Brasil

*Maria Aparecida Lopes Nogueira* – Utopias: Josué de Castro e o *Mangue Beat*

*Renato Carvalheira do Nascimento* – O resgate da obra de Josué de Castro, onde estamos?

*Tânia Elias Magno da Silva* – Josué de Castro e os estudos sobre a fome no Brasil

*Tayguara Torres Cardoso* – A Memória, a História e a Denúncia entre Homens e caranguejos: a literatura como elemento eloqüente de crítica e desvelamento da realidade na obra de Josué de Castro

## ARTIGOS

*Francisco das Chagas Silva Souza* – As contribuições de Caio Prado Júnior para a história ambiental no Brasil.

**SUMÁRIO**

*Cronos* – Volume 10 – Número 2 – julho/dezembro – 2009

**DOSSIÊ MEIO AMBIENTE E SOCIEDADE**

*Gleice Donini de Souza, Wagner Costa Ribeiro* – Novagerar: experiência pioneira do Brasil no MDL

*Hervé Théry, Neli Aparecida de Mello* – Mecanismos globais na construção das políticas ambientais, GEF e MAB

*Norma Felicidade Lopes da Silva Valencio* – A disputa pelas águas no Brasil: para além da ideologia da governança

*Sara Gurfinkel Marques de Godoy* - Uma análise do mercado mundial de certificados de carbono

*Maria Adélia Aparecida de Souza* – Meio ambiente e desenvolvimento sustentável: as metáforas do capitalismo

**ARTIGOS**

*Jairo Bezerra da Silva, Lemuel Dourado Guerra, Ramonildes Alves Gomes, Marcionila Fernandes* – Ecologia política das cisternas de placas: uma abordagem sociológica das medidas governamentais recentes relativas aos problemas de abastecimento de água em comunidades rurais de Boa Vista e Montadas-PB

*Vanessa Tavares Dias* – Classe e consciência de classe em dois estudos sobre o operariado no Brasil

**SUMÁRIO**

*Cronos* – Volume 11 – Número 1 – janeiro/junho – 2010

**DOSSIÊ PODER LOCAL E DESENVOLVIMENTO**

*João Bosco Araújo da Costa* – Governança democrática e poder local no Rio Grande do Norte nos anos 80: a experiência de Janduis

*Maria João Santos, Carla Montefusco de Oliveira* – Clusters locais de responsabilidade social das organizações: possibilidades e limites em debate

*Maria Ivonete Soares Coelho (UERN e UFRN), Carla Montefusco de Oliveira (UFRN)* – Novos arranjos institucionais: gestão local e conselhos municipais de assistência social

*Daline Maria de Souza, Natália Miranda Vieira* – Gestão de sítios históricos: o processo de implementação da política de recuperação do Pelourinho (Salvador-BA)

*José Manuel Rodríguez Victoriano* – La apertura cualitativa en la investigación de los conflictos ecológico-sociales

*Roberto Marinho Alves da Silva* – Desafios da sustentabilidade política do desenvolvimento:



padrões de relação estado e sociedade no Brasil

*Lincoln Moraes de Souza* – Comentando as classificações de políticas públicas

*Mercedes Martínez Iglesias* – Ciencia, activistas y conflictos socioecológicos

## **ARTIGOS**

*Janete Lima de Castro, José Willington Germano* – A Difusão da Medicina Social no Brasil: o Protagonismo de Juan César Garcia e da OPAS

*María Noel Lapoujade* – De las cárceles de los imaginarios contemporáneos a una estética de la libertad

*Rubens Pinto Lyra* – Maquiavel republicano: precursor da democracia moderna

*Homero de Oliveira Costa* – Crise dos partidos e as transformações dos governos representativos

cr**eb**nos

# CRONOS

REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFRN

## # TEMAS PARA OS PRÓXIMOS DOSSIÊS

### **OLHARES DO FENÔMENO RELIGIOSO E DO MITO**

(v. 12, n. 1, jan./jun. 2011)

Org.: Prof. Dr. Orivaldo Pimentel Lopes Júnior (UFRN) e Profa. Dra. Ilza Matias de Souza (UFRN).

### **BALANÇO DO SOCIALISMO NO SÉCULO XX - SEMINÁRIO NACIONAL**

(v. 12, n. 2, jul./dez. 2011)

Org.: Prof. Dr. José Antonio Spinelli (UFRN) e Prof. Dr. Marcos Antonio da Silva (UFRN)

### **PEQUISAS NO PONTOCOM: DESAFIOS METODOLÓGICOS, QUESTÕES ÉTICAS E NOVAS CATEGORIAS DE PESQUISA**

(v. 13, n. 1, jan./jun. 2012)

Org.: Profa. Dra. Larissa Pelúcio (Unesp) e Profa. Dra. Iara Beleli (Pagu-Unicamp)

### **NÚMERO ESPECIAL – VI COLÓQUIO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

(v. 13, n. 2, jul./dez. 2012)

Estamos disponíveis para o recebimento de artigos e resenhas de acordo, ou não, com as temáticas citadas acima. Deverão ser enviados à comissão editorial da revista: UFRN, CCHLA. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Av. Senador Salgado Filho, 3000, Lagoa Nova – Natal/RN – CEP: 59078-970.  
<http://periodicos.ufrn.br/index.php/cronos> E-mail: [cronos@cchla.ufrn.br](mailto:cronos@cchla.ufrn.br)

cr**eb**nos

# CRONOS

REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFRN

## FICHA DE INTERCÂMBIO

---

SELO

STAMP

À

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

BIBLIOTECA SETORIAL

Serviço de Intercâmbio

Av. Senador Salgado Filho, 3000 - Lagoa Nova - Natal-RN - Brasil - CEP 59078-970

E-mail: [cronos@cchla.ufrn.br](mailto:cronos@cchla.ufrn.br)

---

Remetente: \_\_\_\_\_

*Sender*

Endereço: \_\_\_\_\_

*Address*

Pais: \_\_\_\_\_

*Country*

---

Senhores,  
*Dear Sirs*

Por gentileza preencham a solicitação abaixo, devolvendo-a, a fim de que não haja interrupções na remessa do próximo número de sua revista.

Please fill the request below and return it to us, so we can send you the next number of revista.

1. Recebemos e agradecemos: **Cronos, v. 12. n. 2, jan/jul de 2012.**

*We have received*

2. Faltam-nos: \_\_\_\_\_

*We have want of*

3. Enviamos em permuta: \_\_\_\_\_

*We sent you in exchange*

4. Local e data: \_\_\_\_\_

*City and date*

---





# CRÔNOS

REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFRN

